

**ALICIA N. GONZÁLEZ DE CASTELLS**

**A CRIATIVIDADE DOS SEM -TERRA NA  
CONSTRUÇÃO DO HABITAT**

**UM OLHAR ETNOGRÁFICO SOBRE A DIMENSAO ESPACIAL DO MST**

Florianópolis, outubro 2001



Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/Doutorado

## A CRIATIVIDADE DOS SEM-TERRA NA CONSTRUÇÃO DO HABITAT UM OLHAR ETNOGRÁFICO SOBRE A DIMENSÃO ESPACIAL DO MST

Por  
Alicia Norma Gonzalez de Castells

Orientadora Profa. Dra. Júlia Silvia Guivant  
Co-orientadora Profa. Dra. Esther Jean Langdon

Esta tese foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção do título de *Doutor em Ciências Humanas/Sociedade e Meio Ambiente* e aprovada em sua forma final no dia 02 de outubro de 2001, atendendo as normas da legislação vigente do Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Prof. Dr. Héctor Ricardo Leis - Coordenador do Programa

**Banca Examinadora:**

Profa. Dra. Júlia Silvia Guivant - Presidente

Prof. Dr. Alfio Brandenburg

Profa. Dra. Arlene Anelia Renk

Profa. Dra. Maria Bernadete Ramos Flores

Profa. Dra. Maria José Reis

Profa. Dra. Esther Jean Langdon (co-orientadora)

Florianópolis, 02 de outubro de 2001.

## AGRADECIMENTOS

A minha mãe que me ensinou com alegria a amar ao outro; a meu pai que me mostrou como se pratica a dignidade;

a minha orientadora, Júlia, pela compreensão nos momentos difíceis, pelo entusiasmo acadêmico no decorrer do trabalho, pelo constante estímulo intelectual, e fundamentalmente pela grande amizade com que sempre me brindou; a minha co-orientadora, Jean, que me acompanha desde que tomei a decisão de ser etnógrafa, pelo seu apoio e credibilidade;

aos sem-terra (assentados, acampados, lideranças) que me hospedaram, a todos aqueles que me abriram suas casas, suas memórias e utopias: Pedro e Dirce, Nadio e Liberalina, Da Luci; e a este belo Brasil que já me hospeda há mais de um quarto de século;

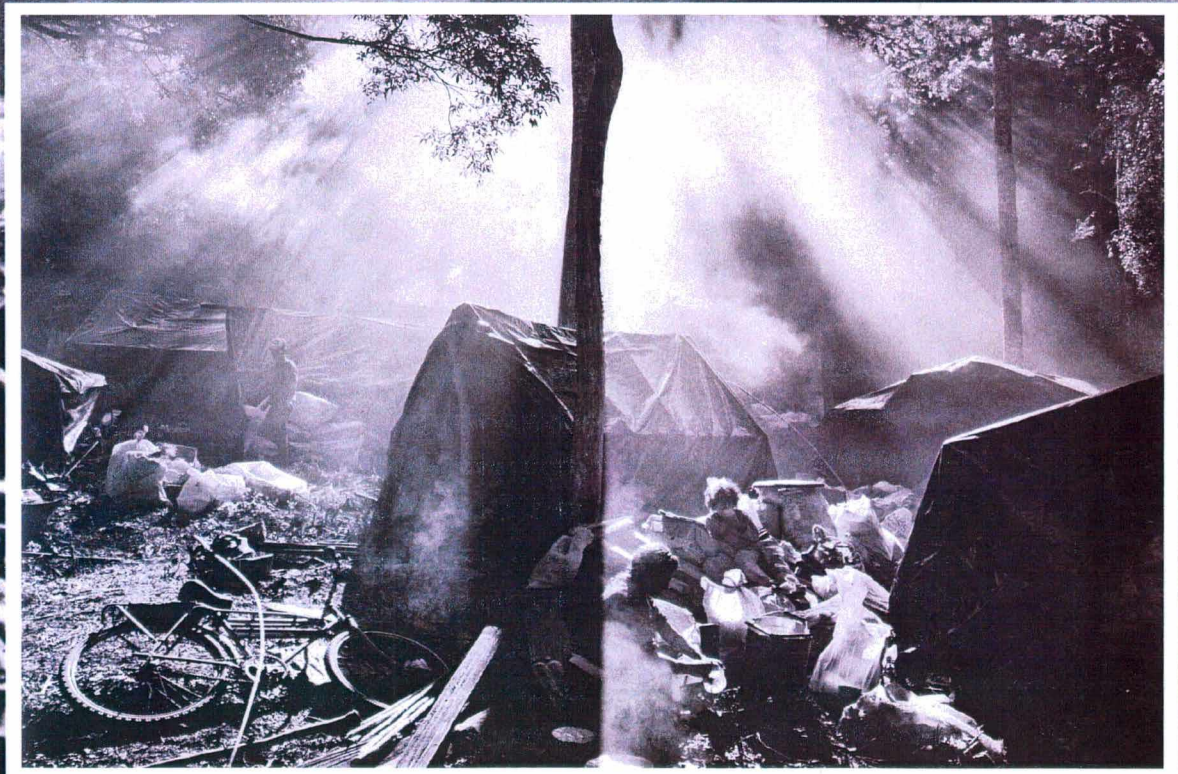
a todos aqueles que estiveram por algum momento próximos do desenrolar do trabalho, e que fizeram, de formas diversas, preciosas contribuições para que ele fosse realidade: Cleidi Albuquerque, Maria Soledad Echeverry, Maria Ignez Paulilo, Maria José Reis, Mara Coelho de Souza Lago, Eduardo Castells, Moacir Vilella, Ildefonso e Susy, André Lima de Oliveira, Marcelo Da Rosa, Francisco Javier R. Garcia, Márcia Fantin, Lúcia Maria Matins, Luis Luce, Ulisses Veras Di Migueli;

aos colegas do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina;

ao Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina por auxiliar financeiramente na pesquisa fotográfica desta tese;

ao pessoal do INCRA/SC, Ademar de Moraes de Lima filho, Luci M. Moccelim e Maristela F. Martins que me propiciaram todo tipo de subsídios quando solicitados;

e a meus companheiros de vida, Eduardo, Alejo, Maria, Aylén e Rafael.



01 - Acampamento da Fazenda Giacometti. Sebastião Salgado. In. "Êxodos"  
Companhia das Letras (1996:301)

Salgado (1996), através da fotografia de um amanhecer num acampamento de sem-terra (intitulada por mim, "Musa do Amanhecer" pelo grau de poesia que emana), além de conseguir dar visibilidade ao fenômeno social brasileiro da luta por terra, permite ao observador, a partir de uma única imagem, fazer infinitas leituras do "real". Uma pode ser a imagem de 'desolação', dada em princípio pela precariedade do acampamento focalizado, os rostos distantes, a desordem de seus pertences, sinais todos de improvisação. Outra pode ser a visão de uma imagem bucólica dos acampamentos do MST, evocativa, talvez, de um momento vivido pelos sem-terra. Esta leitura traz a 'passagem' entre a escuridão (da noite) e os primeiros lampejos de luz (do novo dia). Esta passagem surge a partir da iluminação matinal (quase de teor "místico") ao envolver o acampamento numa névoa espessa, mas com sinais de evaporação que pode evocar resquícios do mundo anterior do qual os sem-terra tentam se desprender. Ambas imagens recriadas a partir deste instantâneo de Salgado (a de 'sofrimento' e de 'ruptura' com 'statu quo' internalizados na vida dos trabalhadores sem-terras) fazem parte (entre outras), do universo desta pesquisa



## SUMÁRIO

<b>ÍNDICE DE IMAGENS.....</b>	<b>IX</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>PRIMEIRA PARTE.....</b>	<b>11</b>
<b>O ESPAÇO NUMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I - O ESPAÇO NAS CIÊNCIAS HUMANAS.....</b>	<b>12</b>
INTRODUÇÃO .....	12
INTERDISCIPLINARIEDADE E ESPAÇO .....	13
AS PRÁTICAS SOCIAIS NO ESPAÇO .....	25
O Lugar Do Discurso .....	25
Práticas Sem Discurso .....	28
O ESPAÇO COMO PRÁTICA CULTURAL.....	32
<b>CAPÍTULO II – MODELOS DE CONCEPÇÃO COLETIVA DO ESPAÇO SOCIAL</b> .....	<b>40</b>
INTRODUÇÃO .....	40
OS PRIMÓRDIOS DO URBANISMO.....	41
CENÁRIO DOS “PRÉ-URBANISTAS” .....	43
A PERCEPÇÃO AMBIENTAL .....	45
UTOPIAS DO SÉCULO XIX.....	48
SOCIALISTAS CIENTÍFICOS.....	59
CIDADE SOCIALISTA.....	64
O IDEÁRIO DA CIDADE SOCIALISTA.....	67
A NOVA ORGANIZAÇÃO DA VIDA COTIDIANA .....	68
PREMISSAS IDEOLÓGICAS VERSUS ESPAÇO CONCEBIDO .....	73
PROBLEMAS ESTÉTICOS E HIGIÊNICOS.....	75

PERSPECTIVA CRÍTICA SOBRE O RACIONALISMO NA ARQUITETURA..... 79

**SEGUNDA PARTE..... 82**

**A CATEGORIA ESPACIAL NA CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO POLÍTICO  
PARA O CAMPO ..... 82**

**CAPÍTULO III - O MOVIMENTO DOS SEM - TERRA (MST) ..... 82**

INTRODUÇÃO ..... 82

GÊNESE E CRESCIMENTO DO MST ..... 83

NOVOS ATORES SOCIAIS..... 87

OS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA ..... 88

A ESTRUTURA DO MST ..... 92

O IDEÁRIO DO MST ..... 93

A TRANSMUTAÇÃO DOS VALORES..... 94

O IDEÁRIO DO MST PARA OS ASSENTAMENTOS..... 98

A Cooperação No MST ..... 99

A Organização Interna dos Assentamentos ..... 101

O CONCEITO DE “COLETIVO” NO ASSENTAMENTO PUTINGA (MATOS  
COSTA)..... 109

A CATEGORIA ESPACIAL NA LUTA DOS TRABALHADORES RURAIS ..... 115

**CAPÍTULO IV –OS PROCESSOS DE IMPLEMENTAÇÃO DE MODELOS IDEAIS  
DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO..... 121**

INTRODUÇÃO ..... 121

ENTRE OS ESPAÇOS TRANSITÓRIOS E OS DEFINITIVOS..... 122

OS ACAMPAMENTOS..... 126

A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS ACAMPAMENTOS ..... 128

ACAMPAMENTO EM ARAQUARI..... 131

Delimitação Territorial ..... 131

Planejamento Interno..... 134

Mediações Entre o Público e o Privado..... 136

Barraca de Sem –Terra ..... 139



Cozinhas em Acampamento .....	141
Interiores da Barraca .....	143
AGROVILAS PROVISÓRIAS .....	145
AGROVILA EM GARUVA/SC – O “SOCIAL” ADIADO .....	146
Festa no Assentamento .....	148
Mutirão em Assentamento .....	150
Organização Espacial da Vila .....	151
Delimitações do Espaço Público .....	152
Usos e Funções dos Locais Públicos .....	154
Malha Espacial do Espaço Público .....	154
AGROVILAS DEFINITIVAS .....	158
AGROVILA EM CAMPOS NOVOS .....	162
A Padronização Chega Aos Assentamentos .....	165
Organização Espacial da Agrovila .....	166
O público da agrovila .....	169
Os locais de mediação entre o público e o privado .....	172
A Beleza Do Sagrado –Da Varanda Que Virou Altar .....	172
Interiores No Meio Rural .....	173
AGROVILA EM ABELARDO LUZ .....	174
Espaços Emergentes Do Coletivo .....	175
A Ruptura Da Harmonia .....	176
<b>CAPÍTULO V - O ESPAÇO PÚBLICO .....</b>	<b>177</b>
INTRODUÇÃO .....	177
A RITUALIZAÇÃO DOS VALORES DO MST .....	180
FRAGMENTOS DE PESQUISA – “QUADRO 1” .....	184
Contexto da Mística .....	184
Esquema da Configuração Espacial da Mística .....	185
“Vamos Fazer a Mística” .....	185
FRAGMENTOS DE PESQUISA – “QUADRO 2” .....	187
Contexto da Mística .....	187
Local da Mística .....	189
Esquema da Configuração Espacial da Mística .....	191
“Vamos Fazer a Mística” .....	191
SEQÜÊNCIA DA MÍSTICA .....	192
ELEMENTOS COMUNS DA MÍSTICA .....	193
OS SABERES FORMAIS E INFORMAIS DA LITURGIA .....	195
A ORIGEM RELIGIOSA DA MÍSTICA .....	199
A DIMENSÃO HEURÍSTICA DA IMAGEM .....	204
O ESPAÇO DE REPRESENTAÇÃO .....	205
O ESPAÇO DE REPRESENTAÇÃO VS. MOVIMENTOS POLÍTICOS .....	207
O ESPAÇO ‘DESSACRALIZADO – SACRALIZADO’ DA LITURGIA .....	209

**CONCLUSÕES..... 214**

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 223**

## ÍNDICE DE IMAGENS

fig. (1) *Acampamento da Fazenda Giacometti. Sebastião Salgado. In. "êxodos". Companhia Das Letras (1996:301)*

### Mapa de municípios de Santa Catarina

#### ACAMPAMENTO-ARAQUARI /SC (1998)

fig. (2) *Eixos Principais de Circulação*

#### LOCAIS COLETIVOS DO ACAMPAMENTO

*Acampamento-Araquari /SC (1998)*

fig. (3) *Posto de Enfermaria*

fig. (4) *Hortas Coletivas*

fig. (5) *Pátios Internos de Jogo*

#### LOCAIS DE SOCIABILIDADE

*Acampamento - Araquari /SC (1998)*

fig. (6) *Recanto das mulheres - Espera em família*

fig. (7) *A centralidade do Fogo no encontro masculino*

fig. (8) *Conversa informal desde a soleira da porta da barraca*

#### A CRIATIVIDADE DOS SEM -TERRA

*Acampamento & Assentamento "Justino Draszewski" Araquari/SC (1998)*

fig. (9) *Estrutura da futura varanda*

fig. (10) *Acondicionamento natural da cozinha externa*

fig. (11) *Estrutura de taipa para ventilação interna da barraca*

#### ESTILOS DE COZINHAS EM ACAMPAMENTO

*Acampamento - Araquari /SC (1998)*

fig. (12) *Duplicidade: Limpo x Sujo*

fig. (13) *Interna: o ritual do pão não é interrompido na barraca do acampamento*

fig. (14) *Semi-interna: Locais de sociabilidade*

fig. (15) *Terminações*

#### O RESGUARDO DA INDIVIDUALIDADE NO PRIVADO DA BARRACA

*Acampamento -Araquari /SC (1998)*

fig. (16) *Sala-Cozinha tradicional*

fig. (17) *Sala-Varanda rústica*

fig. (18) *Sala-Cozinha: "As galinhas num cantinho da barraca"*

## **FESTA EM ASSENTAMENTO**

*Assentamento "Conquista No Litoral" Garuva/SC (1999)*

fig. (19) *Regras de etiqueta: abertura da frente x porta dos fundos*

fig. (20) *Casa em dia de festa*

fig. (21) *Festa no assentamento*

## **ESPAÇOS EMERGENTES DO COTIDIANO**

*Assentamento "Conquista No Litoral" Garuva/SC (1999)*

fig. (22 e 23) *Roda de discussão - O Senado do Assentamento*

fig. (24) *Público x privado - Fachada principal ao pátio central da vila*

## **A URBANIDADE DA VILA DOS SEM - TERRA**

*Grupo Coletivo "Conquista No Litoral" Garuva/SC (1999)*

fig. (25) *Convergências ao Espaço Cívico do Assentamento*

fig. (26) *Traçado Urbanístico da Vila*

## **ARQUITETURA DAS BARRACAS**

*Assentamento "Conquista No Litoral"-Garuva/SC (1999)*

*Assentamento "Justino Draszveski"- Araquari/SC (1998)*

fig. (27) *Proporções áureas*

fig. (28 e 29) *Varandas: mediação entre o mundo público e privado*

## **A SOCIABILIDADE DAS VARANDAS**

*Assentamento "Conquista Na Fronteira"- Dionisio Cerqueira/SC (1991)*

fig. (30) *Assentamento "Conquista na Fronteira"*

fig. (31) *O tempo de sociabilidade: a prosa do lado de fora da varanda*

fig. (32) *A família no patamar liminar: dentrox fora / limpo x sujo*

## **BARRACA VS. CASA: O DEFINITIVO ALMEJADO**

Fig.( 33) *Assentamento "Justino Draszveski" Araquari/SC (1999)*

## **A LINHA RETA ORDENANDO A VIDA DO AGRICULTOR**

*COPAGRO (Cooperativa de Produção Agropecuária- 30 de Outubro)"- Campos Novos/SC, (1999)*

fig. (34) *Conjunto Residencial Da Agrovila COPAGRO "30 de Outubro"*

fig. (35) *Respeitando a linearidade do plano, casas afundadas do nível 0,00 da rua*

fig. (36) *Ponto de fuga ao infinito*

## **A CARA PÚBLICA DA CASA**

*COPAGRO (Cooperativa de Produção Agropecuária- 30 de Outubro)" -Campos Novos/SC, (1999)*

*Assentamento 30 de outubro-Campos Novos/SC (1999)*

fig. (37 e 38) *A cor como identificação do publico: a fachada principal (quando possível) sempre é pintada*

### **A VIDA INFORMAL DO ASSENTAMENTO**

*COPAGRO (Cooperativa de Produção Agropecuária- 30 de Outubro)* -Campos Novos/SC, (1999)

fig. (39) *A vida informal da vila: o caminho dos fundos*

fig. (40) *O ordenamento do plano quebrado por atalhos e caminhos informais do dia-a-dia*

### **OS LOCAIS SEMI-PÚBLICOS DA VILA**

*COPAGRO (Cooperativa de Produção Agropecuária- 30 de Outubro)* - Campos Novos/SC, (1999)

fig. (41) *A beleza do jardim como divisória dos universos- público e privado*

fig. (42) *O uso das varandas*

fig. (43) *O caráter sagrado da varanda*

### **CENOGRAFIA DE INTERIORES NO MEIO RURAL**

*COPAGRO (Cooperativa de Produção Agropecuária - 30 de Outubro)* - Campos Novos/SC, (1999)

Fig. (44 e 45) *Coletivos e individuais do assentamento*

### **CENOGRAFIA DE INTERIORES NO MEIO RURAL**

*Assentamento 30 de outubro-Campos Novos/SC (1999)*

fig. (46 e 47) *Coletivos e individuais do assentamento*

### **AGROVILA “COPRANOVA” ABELARDO LUZ/SC**

*COPRANOVA (Cooperativa de Produção agropecuária Nova Sociedade Ltda)*– Abelardo Luz /SC, (1999)

fig. (48) *Os locais institucionais: a sede da vila*

fig. (49 e 50) *Conjunto residencial da agrovila “COPRANOVA”*

### **ESPAÇOS EMERGENTES DO COLETIVO**

*COPRANOVA (Cooperativa de Produção agropecuária Nova Sociedade Ltda)*– Abelardo Luz/SC, (1999)

fig. (51) *A horta coletiva*

fig. (52) *A divisão da fatura*

**ESPAÇOS EMERGENTES DO COLETIVO**

*COPRANOVA (Cooperativa de Produção agropecuária Nova Sociedade Ltda)– Abelardo Luz/SC,(1999)*

fig. (53) *O coletivo das mulheres*

fig. (54) *A volta da roça*

**ESPAÇOS EMERGENTES DO COLETIVO**

*COPRANOVA (Cooperativa de Produção agropecuária Nova Sociedade Ltda)– Abelardo Luz/SC,(1999)*

fig. (55 e 56) *O mercado público da vila*

fig. (57) *Os espaços virtuais: creche no gramado do assentamento*

**LOCAIS DE SOCIABILIDADE**

*COPRANOVA (Cooperativa de Produção agropecuária Nova Sociedade Ltda)– Abelardo Luz/SC,(1999)*

fig. (58) *A cantina do assentamento*

fig. (59) *Campo de futebol: orgulho da vila*

fig. (60) *Futebol feminino*

**A VILA COLETIVA NA REPRESENTAÇÃO DE DÉBORA**

*COPRANOVA (Cooperativa de Produção agropecuária Nova Sociedade Ltda)– Abelardo Luz/SC,(1999)*

fig. (61) *A vila coletiva na representação de Débora*

**OS INTERIORES DA VILA**

*COPRANOVA (Cooperativa de Produção agropecuária Nova Sociedade Ltda)– Abelardo Luz/SC,(1999)*

fig. (62; 63 e 64) *A nova trilogia do universo privado: família de sangue, família de igreja e família política*

**OS INTERIORES DA VILA**

*COPRANOVA (Cooperativa de Produção agropecuária Nova Sociedade Ltda)– Abelardo Luz/SC,(1999)*

fig. (65 e 66) *A nova trilogia do universo privado: família de sangue, família de igreja e família política*

**A RUPTURA DA HARMONIA**

*Assentamento Volta Grande-Abelardo Luz/SC (1999) & Assentamento 30 de outubro-Campos Novos/SC (1999)*

*COPRANOVA Abelardo Luz/SC (1999)*

fig. (67) *O cotidiano das galinhas entre os individuais*

fig. (68) *Os porcos no aprendizado da infância (modos de vida dos individuais)*

fig. (69) *O dilema das galinhas nas terras do coletivo*

**OS NOVOS ESPAÇOS DOS MOVIMENTOS POLÍTICOS: O ESPAÇO  
ARTÍSTICO DA MILITÂNCIA**

*Encontro das mulheres. (Fotos cedidas pelo MST /Chapeco/SC, 1999)*

fig. (70) *Encenação: o culto aos mártires da luta pela terra*

fig. (71) *Encenação: a encarnação das figuras populares*

fig. (72) *Encenação: a religiosidade militante*

**OS NOVOS ESPAÇOS DOS MOVIMENTOS POLÍTICOS: O ESPAÇO  
ARTÍSTICO DA MILITÂNCIA**

*Abelardo Luz/SC (1999)*

fig. (73 e 74 ) *Rádio Livre: a socialização diária dos assentados*

fig. (75; 76 e 77) *Encenação da "mística" na COOPERJUS / Abelardo Luz / SC (1999)*

## RESUMO

Esta tese tem como um de seus objetivos principais contribuir na integração da categoria espaço como chave para as análises dentro das ciências humanas. Através de uma abordagem interdisciplinar, relacionando os aportes de diversas disciplinas das ciências humanas -especialmente da antropologia- e da arquitetura e urbanismo, conceitualizamos o espaço como um dos indicadores cruciais para a identificação e compreensão de práticas sociais não necessariamente explicitadas verbalmente ou/ “naturalizadas”, que se tornam invisíveis no cotidiano.

O caminho escolhido para realizar este objetivo é o estudo etnográfico da construção social do espaço no cotidiano do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Santa Catarina, uma perspectiva pouco privilegiada na bibliografia. A forma de ocupação do espaço é explicitamente definida pelas lideranças do MST como fator estratégico da consolidação do ideário, em especial a solidariedade entre os sem-terra. Para analisar as especificidades desta relação entre espaço e ideário, recorreremos a uma comparação com outros movimentos sociais e suas propostas de habitats e estéticas espaciais, incluindo os modelos de caráter utópico e totalitário.

Um dos eixos desta tese é o de analisar sobre como os modelos ideais do MST para os assentamentos e acampamentos são implementados através de negociações e conflitos cotidianos principalmente entre lideranças e acampados/assentados. Também consideramos a criatividade dos sem-terra nas estratégias de luta e de fortalecimento da identidade coletiva através de modos performáticos e inscrições corporais de fazer



política, que passam centralmente por diversas formas de delimitação dos espaços público e privado.

Finalmente, esta tese identifica fundamentalmente três processos de organização do espaço, com conseqüências sociais diferenciadas. Em primeiro lugar, os acampamentos seguindo o modelo militarizado do MST, nos quais a criatividade dos sem-terra emerge nas formas de delimitar espaços convencionais tanto públicos quanto privados em condições de transitoriedade. Em segundo lugar, os assentamentos nos quais segue-se o modelo recomendado pelo MST de construção das agrovilas, numa transferência de critérios urbanos que, paradoxalmente, pelo planejamento predeterminado, acabam sendo foco de conflitos que expressam-se através de ocupações e usos não previstos do espaço. E, em terceiro lugar, os assentamentos provisórios, nos quais os assentados preferem adiar a construção de suas moradias, aplicando o crédito nas atividades produtivas. Aqui emergem espaços públicos sem predeterminação, e que permitem a consolidação da organização coletiva do assentamento.

## ABSTRACT

One of the main objectives of this thesis is to contribute to the integration of space as a key category for analyses within the human sciences. Through an interdisciplinary approach, relating developments of various disciplines in the human sciences – especially anthropology – and in architecture and urbanism, we have conceptualized space as one of the crucial indicators for identifying and comprehending social practices that are not necessarily made explicit verbally and/or “naturalized,” in other words, that have become invisible in daily life.

The path chosen to carry out this objective is an ethnographic study of the social construction of space in the daily life of the Movement of the Rural Landless Workers (MST) in Santa Catarina, a perspective largely ignored bibliographically. The form of space occupation is explicitly defined by the MST leaders as a strategic factor for consolidating the movement’s body of ideas, in particular the solidarity between the landless people. To analyze the specificities of the relationship between space and the main political ideas of the MST, we drew comparisons with other social movements and their habitat proposals and spatial aesthetics, including models of utopic and totalitarian nature.

One of the main issues of this thesis is to analyze how MST’s ideal models for settlements and camps are implemented through negotiations and routine conflicts mainly between leaders and settlement/camp occupants. We also considered the creativity of the landless workers in their struggle tactics and their strategies for strengthening collective

identity through performance modes and corporal inscriptions as a way to practice politics, which pass centrally through many forms of delimitation of the public and private spaces.

Finally, this thesis identifies three fundamental processes for space organization, with varying social consequences. First, camps based on the MST militarized model, in which the landless workers's creativity emerges in the forms of delimiting public or private conventional spaces in transitory conditions. Second, camps where the recommended MST model is followed and "agrovilas" are constructed, in a transfer of urban criteria, and which, paradoxically, due to their pre-determined planning, become a focus of conflict expressed through unintended occupations and uses of space. And, third, the temporary camps, in which the occupants prefer to postpone the construction of their living spaces, putting effort into productive activities. In this case, non-predetermined public spaces emerge, which allow for consolidation of the collective organization of the settlement.

## INTRODUÇÃO

Esta tese é um estudo etnográfico da construção social do espaço no cotidiano do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Santa Catarina. Trata-se da continuação de trabalhos que tenho realizado sobre a temática espacial em diversos habitats: nos conjuntos habitacionais da COHAB/SC (1985-1986), nas casas de colonos na Serra do Mar (1986), no assentamento da reforma agrária no município de Matos Costa (SC), em favelas, na área urbana de Florianópolis (1995,1996), em bairros da periferia da Grande Florianópolis (1995) e na área pública do centro de Florianópolis (1996, 1997) (Castells, 1987, 1990 e 1999).

A temática espacial é aqui retomada a partir da perspectiva teórico-metodológica, segundo a qual o espaço é muito mais que um mero pano de fundo no qual se produzem e reproduzem as relações sociais, passando a ser conceitualizado como o local onde se formula e se transforma a construção do social (Bettanini, 1982; Certau, 1994; Choay, 1989; Giddens, 1989; Levy e Segaud,1983; Schulz, 1988, entre outros). A intenção desta tese é a de contribuir, sob a ótica da interdisciplinaridade (abordagem favorecida pela minha condição de antropóloga e arquiteta), para debates teóricos estimulados por tal proposta. Considero que a pesquisa interdisciplinar, ao buscar a superação de uma visão compartimentada e estanque da realidade (tradição ainda dominante na pesquisa científica) oferece um referencial privilegiado para analisar a dimensão espacial. Mas, na implementação de uma abordagem interdisciplinar, correm-se os riscos de, por um lado, fazer generalizações superficiais do objeto de estudo e, por outro lado, não superar a

conhecida “colcha de retalhos” (somatórias de saberes disciplinares). Pretendendo evitar estes riscos, ainda dentro dos limites envolvidos no trabalho de pesquisa individual –muito diferentes do trabalho interdisciplinar coletivo. Neste trabalho, procuro integrar as contribuições de diversas áreas disciplinares: história, geografia, psicologia, sociologia, antropologia e arquitetura e urbanismo. Em todas estas disciplinas observa-se um movimento paralelo na busca de novos caminhos metodológicos para integrar e redefinir a categoria espaço e, relacionada a esta, a de habitat. Este conceito o recupero da arquitetura, que o define como o lugar em que se habita, constituindo o abrigo, a moradia, vivenda, que protege o ser humano, favorecendo sua vida, no duplo aspecto material e espiritual (Corona e Lemos, 1972: 257)

O habitat como objeto de estudo tem-se mostrado muito proveitoso para a identificação de práticas sociais não necessariamente explicitadas verbalmente, para a reconstituição de práticas sociais “naturalizadas”, que se tornam invisíveis no espaço do cotidiano, e também para análise de desajustes em relação a novos lugares, ou de rejeição a modos de vida diferentes. Os estudos que realizei nestes últimos anos sobre habitação popular e as relações entre o espaço público e privado mostraram-me a importância que o espaço tem para determinar identidades, desvendar lógicas culturais inscritas no cotidiano, revelar sinais, indicadores, muitas vezes, de apego aos locais, até em circunstâncias amplamente desfavoráveis.

A forma de ocupação do espaço e de construção do habitat é explicitamente definida pelas lideranças do MST como fator estratégico da consolidação do ideário, em especial a solidariedade entre os sem-terra. Um dos eixos desta tese é o de analisar como os modelos ideais do MST para os assentamentos e acampamentos são implementados através de

negociações e conflitos cotidianos, principalmente entre lideranças e acampados/assentados. O longo processo singular de convívio social rotineiro, que abrange desde o planejamento da ocupação, passando pelo acampamento e podendo continuar em diversas formas de fixação na terra, produziria mudanças comportamentais, confrontos entre o velho e o novo, entre tradições muito arraigadas e novas performances de cidadania, que se traduziriam em diferentes percepções, estratégias de construção e usos dos novos habitats.

Para a pesquisa etnográfica sobre o MST tomei como objeto de análise os discursos visuais e orais. Isto colocou-me frente a uma série de difíceis desafios enquanto pesquisadora, precisando estar alerta em campo não só para os relatos colhidos junto aos entrevistados, mas para, fundamentalmente, captar a complexa riqueza do cotidiano não-verbalizado referente às formas em que se dá a ocupação e interação com o espaço. O entrelaçamento entre as imagens visuais e os relatos permeou o trabalho de campo, que manteve um caráter exploratório, aberto, sem pretender “provar” ou “contestar” hipóteses ou teorias sobre o MST. A pesquisa foi realizada num movimento helicoidal, com redefinições de sua abrangência, à medida em que foi implementada em diferentes períodos e locais do Estado de Santa Catarina.

No decorrer de dois anos (1998-1999) realizei diferentes tipos de pesquisa nos seguintes locais: em julho de 1998, no assentamento “Justino Draszevski” e num acampamento, ambos localizados no município de Araquari; em março de 1999, no assentamento “30 de Outubro”, no município de Campos Novos (morando na agrovila durante uma semana), em maio de 1999, o assentamento “Conquista no Litoral”, no município de Garuva, e o assentamento “Volta Grande”, no município de Abelardo Luz

(uma semana morando na agrovila).

Somado a essas experiências de campo feitas em assentamentos com diferentes formas de cooperação na produção –individuais, semicoletivas e coletivas– e diferentes formas de ocupar o território doméstico (lotes individuais ou coletivos), participei também de encontros políticos promovidos pelo MST ou com sua participação. Outra fonte de dados foram as entrevistas com informantes chaves, entre os quais, membros da Direção Regional-SC, da Direção Nacional do MST e de agrônomos participantes do projeto LUMIAR (Projeto de Assistência Técnica nos Assentamentos) e da EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina S. A).

Para o estudo etnográfico da organização social do espaço dos assentamentos e acampamentos e dos significados que os diferentes atores dão ao espaço construído (através de registros fotográficos e levantamentos físicos das unidades escolhidas), realizei observações da estruturação da malha espacial, incluindo aqui: formas de entrada e saída da área; limites reais e virtuais do território; disposição das casas na área comunitária; orientação e distâncias entre os equipamentos coletivos e familiares; usos principais e secundários das unidades coletivas e domésticas; estética dos locais; uso de símbolos do MST no espaço cotidiano; usos externos e internos diferenciados dos locais. Também foram analisados os critérios utilizados na construção das casas, reformas ou dos acréscimos e locais pertencentes à coletividade (salas de reunião, creche, quadras de esporte, igreja, etc) e os sentidos atribuídos aos locais, considerando as diferenças segundo as variáveis de gênero e/ou idade. Estes códigos “falam” do modo de vida de seus usuários da mesma maneira que as formas de apropriação do espaço público dos assentamentos por parte dos assentados, envolvendo diferentes comportamentos entre a área restrita ao espaço

doméstico e aos locais tidos como públicos. Desta maneira, procurei obter parâmetros referenciais para entender como os sem-terra concebem, criam e usam tanto os espaços públicos quanto os privados nos assentamentos coletivos.

Uma de nossas idéias diretrizes é que esta análise sócio-espacial oferece elementos-chaves para poder analisar os processos de construção e reconstrução de redes de sociabilidade no espaço do novo cotidiano, dados relevantes para comunidades que sofrem deslocamentos territoriais. Da conjunção desses espaços adjetivados quanto das estéticas das quais se revestem, materializa-se o que denominamos “habitat” dos sem-terra.

A metodologia utilizada foi resultado da conjunção, por um lado, de uma experiência pessoal na elaboração de projetos arquitetônicos e, por outro, de minha formação na Antropologia. Esta abordagem consiste em que, para analisar o espaço –aspirar à compreensão dos significados outorgados pelos usuários– é necessário realizar a equação de uma série de variáveis (muitas delas embutidas umas nas outras). Estas são desagregadas para conseguir fazer a leitura da configuração social na sua dimensão espacial. Ela exige a implementação de diversos passos operacionais que se referem ao fato arquitetônico analisado. Dado que este trabalho está dirigido ao leigo, e não ao especialista na prática de projeto arquitetônico, adotei uma abordagem holística do fato arquitetônico, caracterizada pela conjunção de uma leitura do espaço como forma organizadora e/ou produtora das práticas desenvolvidas nesse mesmo espaço (o uso dado pelos atores sociais), como pelos significados que eles lhe outorgam.

Sintetizando, a metodologia implementada na pesquisa de campo consistiu na análise da proposta espacial dos projetistas (vinculados ao INCRA e/ou ao MST, incluindo



desenhistas, agrônomos, topógrafos, engenheiros, arquitetos, técnicos em geral e também assentados) dos locais analisados, materializada em construções e entornos espaciais imediatos, para poder identificar características dos modos de vida pressupostos nesses espaços, através da forma arquitetônica, do estilo utilizado, da escala espacial (dada pelas relações existentes entre cheios e vazios), da hierarquia de suas construções e dos locais em relação ao tipo de uso privilegiado e das delimitações espaciais de sociabilidade (pública x privada, formal x informal). Cabe esclarecer que a produção arquitetônica não é fruto exclusivo do especialista. Um leigo pode planejar e executar construções, como é de caráter corriqueiro nas construções populares.

Seguindo esta proposta, comecei a pesquisa de campo procurando protótipos de agrovila, na qual o MST manifesta ter o espaço privilegiado para cristalizar o modelo do homem novo do seu ideário, célula para a organização coletiva da propriedade. Mas, no cotidiano de acampamentos e assentamentos, observei uma rica criatividade nas formas de implementar as propostas do movimento, com uma alta diversidade de recortes e delimitações dos espaços coletivos e privados, em processos de negociação e/ou conflito entre os atores sociais envolvidos. Outro elemento importante da pesquisa foi identificado no assentamento coletivo “Justino Draszevski” em Áraquari, e no assentamento “Conquista no Litoral”, em Garuva, onde me deparei com construções espaciais que não correspondiam àqueles protótipos, na medida que, em lugar de casas definitivas, os assentados tinham preferido permanecer morando em barracas, continuando com a provisoriedade e, em lugar de investir os recursos em moradia, optaram por aplicar estes na produção coletiva. Na escolha tática de garantir o acesso à terra, investindo na produção, a casa definitiva fora adiada. Observei uma alta criatividade nas suas construções, assim como nas formas de

convivência social, permitindo identificar um aparente mundo provisório muito longe do caos.

Antes de passar a descrever o conteúdo dos capítulos desta tese, é fundamental esclarecer o papel central das fotografias, totalmente integradas com a parte escrita, tal como é proposto pela recente antropologia visual. Elas estão distantes de ser meramente uma ilustração colateral. Isto deve-se ao caráter peculiar desta proposta interdisciplinar para analisar a categoria espacial e, acredito, parte também da contribuição desta tese. As fotografias são produto direto do trabalho de campo e material relevante da reflexão. As imagens não implicam uma simples reprodução visual de um espaço, porque pressupõem escolhas, recortes, óticas, perspectivas, que são produto de uma criteriosa observação durante o trabalho de campo e de seleção, classificação em categorias e identificação com títulos durante a elaboração da tese. Nas fotografias estão presentes os sem-terra nos seus habitats, com as delimitações espaciais realizadas com objetos domésticos, com lonas, com enfeites, com material político do MST, etc. Nas fotografias podemos compreender como são criados os espaços privados e públicos, e como, dentro do primeiro, os sem-terra deixam suas marcas pessoais na demarcação de sua moradia e entorno. Em síntese, esta tese não poderia ter sido feita sem as fotografias. Por isto, espera-se que o leitor acompanhe a leitura desta tese, fundamentalmente no capítulo IV, considerando que as fotografias também são texto e, portanto, parte crucial do meu trabalho de análise.

No capítulo inicial tive como objetivo prioritário delimitar os desafios que se colocam para as ciências humanas frente à dimensão espacial das práticas sociais. O mapeamento da temática sobre a percepção do espaço foi considerado desde a contribuição (que pode ser identificada) em diversas áreas do conhecimento.

No capítulo II, devido ao caráter político das propostas e práticas do MST, proponho considerar suas especificidades a partir de uma abordagem comparativa com análises sobre as relações de movimentos sociais, com suas propostas de habitat e estéticas espaciais, incluindo-se aqui os modelos de caráter utópico e totalitário. O objetivo foi o de refletir sobre a estreita relação que se estabelece entre a visão de mundo dos ideólogos (planejadores do território, críticos dos planejadores, articuladores políticos) e as representações espaciais idealizadas e implementadas por estes mesmos. As bases para esta análise foram procuradas no campo disciplinar da Arquitetura e do Urbanismo, que têm o espaço (físico-social) como meio e fim de seu objeto, ao ter como eixo de trabalho o planejamento e a transformação do território. Para contextualizar historicamente a construção social do espaço do MST, considere importante fazer uma retrospectiva do século XIX, período no qual surgem os “pré-urbanistas”, para analisar a concepção da cidade socialista soviética. Muitas das idéias-chaves desse período iluminam questões atuais da espacialização de um movimento político como o MST.

Os objetivos principais do capítulo III foram os de caracterizar historicamente a emergência do MST, no contexto das lutas pela reforma agrária, o de sistematizar os parâmetros principais de seu ideário e sua organização, o de caracterizar a estrutura interna dos assentamentos e o de mapear as questões recorrentes na bibliografia sobre tal temática. Destacamos, por último, as contribuições de publicações que introduzem, ainda que de forma diferente da aqui proposta, a questão espacial.

No capítulo IV é apresentado o resultado do trabalho de campo, considerando as formas espaciais que tomam, na sua implementação, os modelos ideais de organização e ocupação do espaço propostos pelo MST. Tal implementação envolve negociações e

conflitos cotidianos, principalmente entre lideranças e acampados/assentados, em três processos de organização do espaço, com conseqüências sociais diferenciadas: 1) os acampamentos, seguindo o modelo militarizado do MST, nos quais a criatividade dos sem-terra emerge nas formas de delimitar espaços convencionais tanto públicos quanto privados, em condições de transitoriedade; 2) os assentamentos nos quais se segue o modelo recomendado pelo MST de construção das agrovilas, numa transferência de critérios urbanos que, paradoxalmente, pelo planejamento predeterminado, acabam sendo foco de conflitos que se expressam através de ocupações e usos não previstos do espaço. E, 3) os assentamentos provisórios, nos quais os assentados preferem adiar a construção de suas moradias, aplicando o crédito nas atividades produtivas. Aqui emergem espaços públicos sem predeterminação, e que permitem a consolidação da organização coletiva do assentamento.

No capítulo V foram analisadas as estratégias utilizadas pelo MST para implementar seus valores no espaço público, através de diversos recursos performáticos (envolvendo inscrições corporais), onde se recorre à poesia, à música, à teatralização dos valores, em circunstâncias variadas, como acampamentos em praças públicas, o desenvolvimento de místicas em assembléias, caminhadas, congressos, etc. Destaco aqui a criatividade dos sem-terra nestas estratégias de luta e de identidade coletiva, que passam centralmente por diversas formas de delimitação dos espaços público e privado.

Finalmente, nas conclusões, a partir de uma volta às questões teóricas, é examinado como a pesquisa de campo, desde a ótica espacial nos assentamentos e acampamentos do MST, permite tanto iluminar aspectos fundamentais do conceito espaço para as ciências humanas quanto identificar a emergência da criatividade cotidiana de acampados e

**assentados na construção de seu habitat.**

## PRIMEIRA PARTE

### O ESPAÇO NUMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

*“(...) a floresta amazônica não passa para o antropólogo – desprovido de um razoável conhecimento de botânica – de um amontoado confuso de árvores e arbustos, dos mais diversos tamanhos e com uma imensa variedade de tonalidades verdes. A visão que um índio Tupi tem deste mesmo cenário é totalmente diversa: cada um desses vegetais tem um significado qualitativo e uma referência espacial (...) Ao contrário da visão de um mundo vegetal amorfo, a floresta é vista como um conjunto ordenado, constituído de formas vegetais bem definidas” (Ruth Benedict, 1972).*

## **CAPÍTULO I - O ESPAÇO NAS CIÊNCIAS HUMANAS**

### **INTRODUÇÃO**

A partir do mapeamento da noção de espaço trabalhada por diversas áreas disciplinares e diferentes abordagens teóricas, o objetivo deste capítulo é delimitar as ferramentas conceituais para análise das práticas sociais no cotidiano, na sua dimensão espacial, concebida tanto no plano físico-instrumental como no plano simbólico, permitindo assim a descoberta de lógicas simbólicas presentes na organização e no uso que as pessoas fazem do próprio espaço do cotidiano.

A dimensão espacial das práticas sociais cotidianas corporifica-se como tema de reflexão dentro de um extenso campo disciplinar. Sobre suas características e natureza, não existe consenso na delimitação conceptual. Para a análise das práticas do cotidiano, em particular no que diz respeito à construção social do espaço, é necessário inicialmente precisar algumas considerações de cunho epistemológico referentes à natureza das áreas disciplinares que tomam o espaço como objeto de estudo. Dentro das áreas disciplinares consideradas para esta reflexão, as que pertencem à matriz epistemológica das Ciências Humanas têm a noção de espaço como suporte de análise das relações sociais. Nas Ciências Humanas, existem diversas tentativas conceituais de apreender o fenômeno sócio-espacial nas suas múltiplas facetas. Existem também diversos cruzamentos teóricos entre áreas fronteiriças que disputam a propriedade do objeto.

Nas áreas disciplinares, como é o caso da Arquitetura e do Urbanismo, o espaço é meio e fim de seu objeto de estudo. Esta diferença disciplinar em relação à natureza do objeto de conhecimento é determinante nos objetivos analíticos que esses campos do saber privilegiam e aos quais podem aspirar. Nas Ciências Humanas não se considera a possibilidade da ação sobre o espaço. O saber sobre o espaço é de natureza passiva. Na Arquitetura e no Urbanismo a transformação do espaço constitui-se num saber de caráter ativo. Isso significa ou representa, no que diz respeito à delimitação de meu objeto de pesquisa, que a confluência que proponho de ambas as áreas disciplinares, em termos de ferramentas analíticas, enriquecerá esta análise.

Por sua vez, também no que diz respeito à epistemologia, dentro das próprias Ciências Humanas, existem esforços disciplinares, como é o caso da Antropologia do Espaço, que aspiram a criar um corpo teórico próprio, a partir da concepção do fenômeno social como parte indivisível da dimensão espacial. Este objetivo significa uma revisão da própria matriz disciplinar –a Antropologia– para criar um novo olhar sobre a forma de ver e apreender a realidade analisada.

Em todo caso, há que ressaltar o tema escolhido –o estudo do cotidiano espacial dos sem-terra– solicita novos desafios teóricos, acredito, pela natureza de sua própria realidade em constante transformação.

## **INTERDISCIPLINARIEDADE E ESPAÇO**

O estudo da dimensão espacial, por seu grau de complexidade, exige uma



abordagem sob uma perspectiva interdisciplinar, pois se trata de tema que apresenta diversas dificuldades para o pesquisador. Através de um de seus temas-chave, como o da percepção do espaço, defronta-se, por exemplo, com a existência de uma pluralidade de espaços: psicológico, sociológico, etnológico, geográfico. Espaços construídos “sempre relativos ao objeto de análise próprio de cada disciplina” ( Bettanini, 1982). Por sua vez, a necessidade de implementar uma abordagem interdisciplinar não pode ser feita pela via normativa. Existem questões próprias ao processo de conhecimento científico que dizem da existência de fronteiras disciplinares muito além dos objetivos por elas enunciados. Kuhn (1978), com base na perspectiva dos paradigmas, desenvolve a dinâmica própria da ciência e proporciona elementos para refletir sobre questões que dizem respeito à importância da dimensão perceptual no processo de conhecimento. Essa brecha, que se abre com Kuhn, ilumina meu pressuposto básico de investigação: a existência de percepções diferenciadas do espaço, reforçando, a partir da epistemologia, questões que se resolvem no campo perceptual-sensorial: a identidade e o sentimento de pertinência da comunidade envolvida, refletidos nas próprias percepções e apropriações do espaço. Este último pressuposto refere-se tanto ao plano disciplinar quanto ao plano do cotidiano.

Entretanto, a constatação de diferentes percepções diferenciadas de espaço não invalida os diversos intentos disciplinares. O trabalho conceitual de alguns teóricos de renome na teoria social contemporânea, como nas diversas áreas das Ciências Humanas, confirma a importância da temática espacial.

É assim que autores, como Harvey, Giddens, Bettanini, perpassam as fronteiras disciplinares. Para Harvey, por exemplo, dentro das Ciências Humanas, no que diz respeito aos modos como os sistemas sociais são constituídos através do espaço-tempo, a

preocupação dos cientistas sociais tem sido pouco expressiva. A bibliografia mais exaustiva sobre o tema da percepção do espaço nasceria na Geografia. Diversos estudos recentes nesta área disciplinar deixaram de considerar o ambiente físico de forma determinista. A abordagem continua focalizando as relações espaciais e a distribuição no interior desse “espaço geográfico”, mas a idéia dominante é que a organização e a estruturação do espaço são partes de uma construção social: “atrás do que vemos fisicamente está uma teia de relações historicamente traçadas pelo homem: relações que não são perceptíveis apenas como elementos de uma “paisagem” (Bettanini, 1982: 11-2).

A Geografia, nos últimos anos, se aproximou da Teoria Social, sendo, por exemplo, a obra de Hägerstrand um referencial inicial dessa tendência. O Tempo-Geografia de Hägerstrand (1976) parte do estudo do caráter rotinizado da vida cotidiana, ligado a características do corpo humano, seus meios de mobilidade e comunicação, e sua trajetória através do “ciclo vital”. Seu estudo baseia-se na identificação das fontes de cerceamento da atividade humana, produzido pela natureza do corpo e pelos contextos físicos em que a atividade ocorre. A construção do modelo por Hägerstrand teve, como finalidade, apreender a serialidade das trajetórias de vida ou “biografias” dos indivíduos.

As Ciências Sociais só em parte têm reconhecido a importância dessas contribuições, que continuaram sendo aprofundadas no campo da Geografia por autores como Gregory, Pred, Harvey, Thrift. Os pesquisadores reconhecem a importância do Tempo-Geografia quando se trata de descrição útil de como a vida diária das pessoas se desenrola no espaço-tempo, mas criticam a teoria, por que não explica como são produzidas as “estações” (lugares onde essas atividades ocorrem), nem como se atribui sentido a lugares, a espaços, à história e ao tempo. Segundo Harvey (1993), a reunião de dados

empíricos maciços sobre as biografias Tempo-Espaciais não dariam resposta para tais questões, de caráter mais amplo.

Na Sociologia, esta tendência do Tempo-Geografia foi recuperada fundamentalmente por Giddens, que compartilha com Hägerstrand o privilegiamento da rotinização do sujeito, mas propõe uma conceitualização mais rigorosa de lugar (um ponto no espaço), substituindo-a pela noção de “local”, que implica o uso do espaço. Esta mudança lhe permite fornecer os cenários da interação, essenciais para especificar a contextualidade, que é o que falta em Hägerstrand. Para Giddens, o esquema Tempo-Geografia opera uma concepção simplista do agente humano, sublinhando a corporalidade do ser humano em contextos de Tempo-Espaço estruturados, mas tendendo a tratar os indivíduos como constituídos independentemente dos cenários em que passam suas vidas cotidianas. Para Giddens, ainda que os agentes sejam considerados seres intencionais, dado que suas atividades são guiadas pelos “projetos” que se esforçam por realizar; a natureza e origem dos projetos fica por explicar.

As contribuições de Gregory e Urry completam a proposta de Giddens. Por exemplo, Urry (1991) especifica um conjunto de importantes pontos sobre a problemática do espaço e do tempo, que se vinculam diretamente à proposta de pesquisa aqui apresentada. Primeiro, as pessoas são altamente ligadas a diferentes espaços e resistem muitas vezes fortemente à ameaça de sua destruição. Aqui pode-se ver como os espaços compreendem um conjunto de signos e significações para os observadores, constituindo-se o campo da política do espaço. Segundo, as duas dimensões do espaço, encontradas nos mapas, são de caráter social. Falam sobre o mundo social. Terceiro, um ponto crucial sobre os espaços é que eles tendem a ser simbolizados por meio de aspectos particulares do meio

ambiente construído.

Nessa perspectiva da dimensão qualitativa de espaço (dentro das Ciências Humanas), a noção de espaço vivido e espaço de vida (noção extraída do território cultural da fenomenologia) complementa a discussão anterior. Minkowski (citado por Bettanini 1982:117), a partir do material da psicopatologia, explica que existe tanto um espaço vivido como um tempo vivido: “Nós vivemos e agimos no espaço. E é no espaço que se desenvolvem tanto nossa vida pessoal como a vida coletiva da humanidade”.

É através, então, da noção de espaço vivido, que se inscreve o espaço da vida cotidiana. Assim, Bettanini afirma que esta noção se afasta da concepção geométrica de um só espaço uniforme para restabelecer as variedades de espacialidade.<sup>1</sup>

A Geografia também se ocupou dessa noção de espaço vivido, porém, de forma ambígua. Chevalier, geógrafo citado por Bettanini (1982:117-8) faz uma crítica à utilização da noção na Geografia, porque considera que esta peca pela confusão entre espaço de vida e espaço vivido: “o espaço de vida pertence completamente ao espaço vivido, mas constitui uma visão redutora da totalidade das relações mantidas pelo homem-habitante com seu espaço”.

Se por um lado a noção percorre inicialmente o estudo das relações entre um indivíduo ou um grupo de indivíduos e o espaço, fechado ou aberto, por outro, se limita à perspectiva da análise das relações funcionais. Este quadro é superado quando se incorporam as relações sociais e familiares, embora, segundo Chevalier, a mudança fique

---

<sup>1</sup> Esta perspectiva é também utilizada por Bachelard (1989), quando procura ver na “casa”, por ele evocada, não um espaço qualquer a ser medido e pensado a partir da geometria, mas sim um espaço vivido pelos homens, no seu cotidiano e na sua imaginação.

muito restrita ao reconhecimento dos lugares freqüentados, aos itinerários, à utilização do fator tempo somente para diferenciar o excepcional do cotidiano. O geógrafo destaca também que a nova perspectiva, embora satisfaça a representação espacial de fenômenos econômicos e sociais, ou seja, fenômenos que se inscrevem no espaço, “*constituindo o espaço, o suporte e o espelho das atividades*”, é feito à custa do próprio espaço e suas representações, “*pelas quais o espaço se torna parte integrante de um sistema de valores*”. Bettanini (1982: 118) conclui que estudar o espaço vivido significa superar a dimensão do espaço-extensão, ou suporte das atividades, para acolher a noção de representação do espaço, construído através do olhar das pessoas que nele habitam, como espaço produzido pelos valores e pela ideologia (cultural, social, econômica).

Na conceituação e utilização das categorias tempo-espaço, nas Ciências Sociais, destacamos a contribuição de Bourdieu (1979/1990), que enfatiza o estudo da ordenação simbólica do espaço e do tempo, porque considera que é essa ordenação que fornece uma estrutura para as experiências, mediante as quais apreendemos quem ou o quê somos na sociedade. Essas experiências impõem nos indivíduos esquemas duradouros de percepção, de pensamento e de ação. Voltaremos à perspectiva desse autor ao considerar, mais adiante, o questionamento de Certau (1994), na sua análise das práticas dos consumidores a partir da relação reprodução *versus* produção do espaço.

Desde a Psicologia, na corrente ligada à pesquisa da percepção visual, Hochberg (1993) refere-se a mapas mentais. Esse autor desenvolve a noção de mapa mental como estrutura-guia da percepção. Argumenta que estudos feitos sobre comportamentos seqüenciais especializados (como, por exemplo, a aprendizagem de percursos em labirintos

---

ou os atos motores especializados, como tocar piano, etc) sugerem sempre a existência de estruturas-guia, de “expectativas”, de “mapas cognitivos” ou de uma “estrutura profunda”. A partir dessas estruturas cognitivas podem-se gerar diferentes seqüências específicas de respostas particulares, equivalentes entre si, pelo mero fato de que produzem o mesmo resultado final. No caso da percepção visual, Hochberg (1993: 86) argumenta que ela também apresentaria comportamentos seqüenciais intencionais, altamente especializados, expectativas e mapas subjacentes aos comportamentos específicos que permitem compreender melhor o processo perceptivo nos adultos. Para esclarecer melhor a função que cumprem os “mapas” na percepção visual, como mecanismo ou base de integração visual, este autor parafraseia Taylor, o qual considera que “perceber uma configuração significa discernir o princípio a partir do qual se ordenam seus elementos” (...) “a regra que governa suas relações recíprocas”... [e que] “a visão estereotipada somente vê aquelas configurações que, baseando-se em seus próprios estereótipos, consegue prever” (Hochberg, 1993: 94).

Para Hochberg, quando a “configuração apreendida” (ou mapa) é captada corretamente, a sucessão de imagens que o olho registra combina-se na estrutura perceptual de forma que resulta fácil ver a forma estável, mas difícil individualizar ou distinguir os diferentes olhares que a compõem. Se, pelo contrário, não se dispõe de mapa, somente serão percebidas imagens momentâneas, descontínuas e desorganizadas.

Existem autores pesquisadores reconhecidos de longa data, pelo esforço em relacionar o comportamento social à dimensão espacial, como, por exemplo, Hall (1981). Esse autor, identificado como um dos precursores da Antropologia do espaço, é conhecido através da noção da proxêmia: o estudo do comportamento humano no espaço físico. É com

base no emprego de suas pesquisas proxêmicas que o autor argumenta que povos de culturas diferentes “não apenas falam línguas diversas, mas (...) habitam em diferentes mundos sensoriais.” Segundo Hall, “o peneiramento seletivo dos dados sensoriais admite algumas coisas enquanto elimina outras, de modo que a experiência, como percebida através de uma série de filtros sensoriais, culturalmente padronizados, é bastante diferente daquela percebida através de outros”. Isso leva o autor a concluir que, por um lado, o “meio ambiente arquitetônico e urbano que as pessoas criam são expressões deste processo de filtragem-peneiramento” e, por outro lado, que é possível, “através destes meios ambientes alterados pelo homem, (...) descobrir como povos diferentes usam seus sentidos” [com os quais] a “experiência” perde sentido como “referência estável, porque ocorre num cenário moldado pelo homem” (Hall, 1981: 14).

Entretanto, esclarece que, embora “os sistemas culturais modelem o comportamento” de maneiras radicalmente distintas, estão profundamente enraizados na Biologia e na Fisiologia. Isso lhe permite trazer subsídios dos etólogos sobre o estudo do comportamento animal e a relação dos organismos com seu meio ambiente. E, assim, com base em observações sobre o comportamento territorial de animais e de homens, cria uma classificação de quatro “zonas de distância”, determinadas pelo tipo de proximidade física e pelo tipo de comportamentos sociais previstos: distância-íntima, pessoal, social e pública. A hipótese de Hall para criar a dita classificação se sustenta sobre o pressuposto de que é parte da natureza, tanto do animal como do homem, apresentar o comportamento chamado de territorialidade, pelo qual podem ambos usar os sentidos para diferenciar os espaços, dependendo da situação.

Hall, com a noção de proxêmia, é um referencial sempre presente nas Ciências

Sociais, quando se fala de territorialidade. Não obstante, são várias as críticas sobre sua postura.

Lévy & Segaud (1983) consideram que a noção de proximidade, ainda que sirva para romper com certas formas de determinismo ingênuo, exigiria de Hall o desvencilhamento do relativismo cultural do qual a noção é tributária. Isto porque Hall propõe uma categoria de análise relativa ao próprio espaço. Para Lévy & Segaud, as categorias sociais utilizadas por Hall (determinadas pelas relações físicas, que servem como ferramentas para comparar sociedades e concluir sobre elas) atuam como se os fatos sociais e espaciais tivessem uma transparência imediata. Por outro lado, Lévy & Segaud consideram que a classificação sobre as quatro distâncias que permitem a Hall universalizar suas categorias, para comparar e decidir sobre comportamentos entre povos, é criada a partir de uma visão etnocêntrica. A afirmativa de Hall, por exemplo, de que os chineses não conhecem a intimidade, porque falam à distância, significa impor seus próprios critérios de relações entre distâncias e intimidade e colocar, portanto, sobre uma mesma escolha, qualquer que seja a sociedade considerada, graus de distância e estados de intimidade. Por outro lado, o próprio fato de transferir categorias sem se perguntar sobre a validade desse deslocamento seria um ato, considerado por elas, de etnocentrismo ingênuo.

Outra crítica que fazem a Hall é sobre o uso do conceito de comportamento territorial. Segundo as autoras citadas, na proposta do estudo do comportamento territorial dos animais para criar modelos de proximidade no âmbito cultural, Hall nunca esclarece o nível infracultural que utiliza. Portanto, somente pode ser utilizado este último aspecto quando se trata de suposições e não de proposições, com a agravante de que os pressupostos de cultura de Hall se contradizem com os determinantes biológicos sobre a



cultura, levantados pelos etólogos (Levy & Segaud, 1983: 17).

Na pesquisa empírica, no interior da produção científica nacional, autores como Da Matta, Velho, Ferreira dos Santos e Magnani trabalham todos com um eixo básico –público/ privado– estruturando a análise das relações sociais em sua concretude espacial. Dentro desse eixo, Da Matta (1987) refere-se ao espaço como esferas de significação social: a casa, a rua e o “outro mundo”. Essas esferas, mais que separar ou delimitar, expressariam éticas e visões de mundo particulares. Tanto o tempo quanto o espaço seriam invenções sociais, e cada sociedade apresentaria uma gramática de espaços e tempos para poder existir como um todo articulado. Esse eixo de análise é, em grande parte, adjetivado pelos conceitos de território e apropriação desenvolvidos no trabalho de Magnani (1984). Este autor considera a noção de “pedaço” como a dimensão espacial em estreita relação com uma rede determinada de relações sociais.

A Geografia e os segmentos das Ciências Sociais rediscutem a dimensão da relação sócio-espacial protelada a um segundo plano na análise social convencional, argumentando a necessidade de redefinir a própria dimensão espacial (seja em termos da análise dos projetos de vida dos atores sociais, da emergência da ação nos contextos onde estas ocorrem, da exigência de mudanças conceituais de termos consagrados, como a noção de lugar para a de local, identificando a noção de espaço vivido –o espaço significativo– com a própria dimensão espacial do cotidiano). No trabalho de Lévy & Segaud (1983), entretanto, encontramos uma proposta que postula uma mudança no olhar do cientista dentro de sua própria disciplina e no conjunto das disciplinas afins. Nesta visão, o estudo do espaço nas relações sociais passa a ser o protagonista principal. Consideram que o objetivo inicial é fugir das camisas de força disciplinares, para pensar o espaço dos seres humanos.

Referindo-se ao espaço como objeto de estudo, os autores explicitam que, até pouco tempo atrás, o espaço não constituía um objeto específico da pesquisa etnográfica e etnológica, sendo as referências ao espaço de caráter episódico. Na abordagem teórico-metodológica que adotam, essas autoras valem-se de temas comuns ao fenômeno espacial (como a noção de limite, de orientação, de nomeações, de inscrições sociais), e analisam as diferentes interpretações, as diversas particularidades do fenômeno, a partir de trechos de uma escolha bibliográfica dentro do que consideram uma “vizinhança de textos que tratam sociedades disciplinarmente separadas”, sem buscar sistematizar um saber sobre o espaço dentro das sociedades humanas.

Segaud, em particular, tenta mostrar as diferenças que toma o espaço segundo as injunções sociais, as maneiras que tomam as práticas do cotidiano que fazem do espaço um conteúdo e a organização do espaço, onde o próprio conteúdo se revela de forma explícita. Se, por um lado, a autora especifica a estreita relação dos indivíduos com seus espaços cotidianos, a resistência a mudanças que afetam esses espaços, seja coercitivamente ou por uma “evolução” qualquer, por outro lado, explicita também que essa realidade supracitada não significa a presença de espaços com conteúdos fixos de uma vez para sempre. Eles podem mostrar tanto a permanência, a coexistência, a mudança, como a disparidade de conteúdos. Assim, com base no pressuposto de que o ambiente não é fruto de um consumismo passivo, Lévy & Segaud propõem uma análise de desconstrução desse mesmo espaço.

Essa análise segue duas dimensões do espaço, correspondentes a duas racionalidades – a simbólica e a de representação. A primeira dimensão do espaço seria a que permite a inscrição do vínculo social através da representação desse social, manifesta

na presença de espaços “qualificados” pelos próprios atores, criando identidade entre o grupo social e o espaço. A segunda representa o espaço de Ocidente, qualificado de “representação”. Para esta dimensão do espaço, Lévy & Segaud adotam a noção de espaço lógico de Cassirer, em oposição ao espaço percebido como mítico. O espaço de representação seria um sistema que repousa sobre normas, axiomas e operações (sem conteúdo, esclarecem as autoras) tirado dos fundamentos da geometria euclidiana. Como espaço de representação, não possui nenhuma diversidade de conteúdo, tendo sua homogeneidade dada pela identidade da própria estrutura. Em contraposição, dentro do primeiro espaço –o figurativo– não se chega a apreender a noção de espaço, mas através dos procedimentos (praticados pelos próprios praticantes), que não se separam nunca de seus objetos – suportes. Não existem procedimentos utilizados para representar um espaço fora de todo conteúdo simbólico concreto.

O espaço de representação transforma-se, então, num tipo de esquema mental na consciência do Ocidente, um referencial universal para toda operação sobre o espaço. E suas conseqüências se manifestam através da impressão de similitude, de homogeneização, que, por meio de mapas e planos de ordenamento, transformam o território em quadrilha, onde cada um de seus pontos equivalentes não pode ser traduzido dentro do espaço real.

Para operacionalizar seus objetivos, as autoras delimitam dois blocos temáticos sintetizados nas “práticas dentro do espaço” (espaço qualificado), e “o espaço como prática” (o espaço de representação). Esta classificação lhes permite mostrar, por um lado, a diversidade dos procedimentos que tanto na nossa como nas outras sociedades dá lugar à representação; mostrar como é que, através de representações heterogêneas, as sociedades se posicionam no espaço, em função de suas próprias visões de mundo. Por outro lado,

ressaltar a existência das duas formas presentes no fazer do espaço, representada uma delas pelo espaço de representação do geômetra, do arquiteto, do geógrafo, forma essa que repousa sobre um “código apreendido”. A outra, pelo habitante ordinário, que representa seu espaço de forma mais “topológica que científica”.<sup>2</sup> Essas duas noções de práticas dentro do espaço, e o espaço como prática de representação, são discutidas a seguir, com base no trabalho de Certau (1994), quando analisa as diversas modalidades que tomam as práticas dos usuários no cotidiano.

## **AS PRÁTICAS SOCIAIS NO ESPAÇO**

### **O Lugar Do Discurso**

O historiador francês Certau (1994), em seu livro “A Invenção do Cotidiano, Artes de Fazer”, discute o lugar que ocupam os consumidores na sociedade atual. Esse autor, na busca de análises que permitam captar as práticas do cotidiano, a sua natureza e operacionalização, critica as representações reducionistas e dominantes sobre a prática dos consumidores e estende a crítica ao próprio campo do conhecimento.

Certau (1994:94), em seu estudo sobre as práticas do cotidiano, argumenta que, embora as práticas sejam majoritárias na vida social, não aparecem muitas vezes senão a título de “resistências” ou de “inércias”, em relação ao desenvolvimento da produção “sócio-cultural”. Numa sociedade caracterizada por uma produção racionalizada, expansionista e centralizada, dirigida a um mercado consumidor, os usuários, pela sua

---

<sup>2</sup>Os que se valem de uma representação topológica do espaço referem-se a este através de comparações de

astúcia, pela habilidade de se aproveitar de ocasiões que o próprio mercado não controla, fazem-se notar, às vezes, em níveis “quase-invisíveis”, porém, não necessariamente por uma produção própria e, sim, por um produto recriado através de “uma arte de utilizar aqueles (produtos) que lhe são impostos”. Para refutar as teses de passividade dos consumidores e de massificação de seus comportamentos, presentes no cenário social, argumenta que as representações existentes sobre os usuários não são indicadores de que estas idéias signifiquem o mesmo para os usuários. Para dar inteligibilidade às práticas, Certau propõe que deve se analisar como os praticantes as manipulam à sua maneira.

Assim, da questão básica, do nó que se propõe desvencilhar –contestar a representação dominante sobre as práticas do cotidiano consideradas passivas e disciplinadas– o autor chega à seguinte tese: os usuários fazem uma “bricolagem”<sup>3</sup> com a cultura dominante, “usando inúmeras e infinitesimais metamorfoses da lei, segundo seus interesses próprios e suas próprias regras” (Certau, 1994: 40).

Neste quadro, para visualizar o consumo ou recepção como uma maneira de “praticar”, afastando-se de abordagens reducionistas, que só procuram o homogêneo e que vêem nas práticas cotidianas uma mera reprodução do sistema, Certau baseia-se na análise da lingüística dos procedimentos que se realizam no “ato da fala”, para interpretar outras práticas, como caminhar, ler, habitar, etc. Conforme o autor, o ato de falar não pode ser simplesmente reduzido ao conhecimento da língua. O ato da enunciação está formado de vários elementos, que vão desde operar num sistema lingüístico, colocar em jogo a

---

tipo relacionais (seja por meio de formas como de massa), e não pelo conceito de definição.

<sup>3</sup> “...O bricoleur é o que executa um trabalho usando meios e expedientes que denunciam a ausência de um plano preconcebido e se afastam dos processos e normas adotados pela técnica. Caracteriza-o especialmente o fato de operar com materiais fragmentários já elaborados, ao contrário, por exemplo, do engenheiro que, para

apropriação da língua pelos seus locutores, estruturar um presente relativo a um momento e a um lugar, até estabelecer um contrato com o outro (o interlocutor), numa rede de lugares e relações. Elementos como realizar, apropriar-se, inserir-se numa rede relacional, situar-se no tempo, fazem do enunciado e, secundariamente, do seu uso (alvo da pesquisa de Certau), um nó de circunstâncias. E essa conjunção, dada no ato de falar, que significa o uso da língua e uma operação sobre ela, manifesta-se também em outras práticas, sempre e quando esses usos envolvam o consumo (Certau, 1994: 97).<sup>4</sup>

Para Certau (1994:44), poder captar as práticas do cotidiano, seu contexto e sua “arte” de fazer, significa, além de conhecer as relações que essas práticas mantêm com um sistema, olhar também para as relações de forças que se efetuam no interior da rede dos consumidores, e estabelecer distinções entre margens de manobra permitidas aos usuários pelas conjunturas nas quais exercem a sua “arte”. Para tal empreendimento, o autor propõe pensar as práticas referentes a um campo de forças representado pelo esquema, constituído pelo par tática/estratégia (no sentido militar do termo).

A estratégia se explica basicamente pelo domínio da variável espacial e o controle da temporal. Esta condição permite autonomia da variabilidade das circunstâncias, em contraposição às táticas, que sempre dependem do terreno que lhes é imposto. O campo de forças, representado pela estratégia, detém também o domínio dos lugares pela visão que

---

dar execução ao seu trabalho, necessita da matéria prima”. (Nota dos tradutores do “Pensamento Selvagem”, Lévi-Strauss (LEVI-STRAUSS, 1976: 37).

<sup>4</sup> Pode-se considerar que o historiador francês Roger Chartier (1990) complementa os argumentos de Certau ao questionar a separação radical entre produção e consumo, como se fossem planos totalmente independentes de sua apropriação, seja esta realizada por um sujeito ou por um grupo de sujeitos. Tal separação, ao desconhecer ou desprezar o “consumidor” enquanto agente ativo na relação, geraria uma abordagem analítica com categorias despidas de historicidade. Também, embora o “consumo” cultural ou intelectual seja tomado como produção, evidentemente não fabrica nenhum objeto, porém, envolve representações que nunca são idênticas às que o produtor, o autor ou o artista, investiram na sua obra.

permite uma *prática panóptica*,<sup>5</sup> que transforma as forças estranhas em objetos passíveis de ser observados, medidos, controlados e, portanto, incluídos na visão. Neste sentido, enquanto a estratégia teria a possibilidade de permitir um lugar de poder, a tática, pela rapidez de seu movimento, teria a possibilidade de transformar essa mesma realidade (Certau, 1994: 99-102).

### **Práticas Sem Discurso**

Certau aplica o argumento acima descrito para analisar várias práticas de consumo, embora seja no estudo do caminhante (transeunte) onde encontra mais elementos para explicar sua visão. Este exemplo lhe permite confrontar a visibilidade de um modelo de “querer e poder” –materializado no planejamento urbanístico da cidade– e uma cidade “metafórica”, dada por uma mobilidade não visível do homem comum, do “errante” da cidade. Trata-se do confronto de duas lógicas espaciais, nas quais se podem detectar práticas estranhas ao espaço “geométrico” ou “geográfico”, “maneiras de fazer” que constroem essa outra espacialidade.

Para dar conta dessas maneiras de se apropriar do espaço normatizado das cidades, Certau (1994: 45) recorre a uma comparação baseada no trabalho de Deligny entre figuras desenhadas por jovens autistas, intituladas “linhas de erre”, e as práticas dos “consumidores desconhecidos” como práticas significantes. Trata-se, segundo Certau, de trajetórias “indeterminadas”, que são aparentemente desprovidas de sentido, porque não são coerentes com o espaço construído. Vemos, por um lado, que a categoria trajetória serve a Certau como alavanca estruturadora de seu argumento principal, com a qual ele pode pinçar as práticas (significantes) dos caminhantes dentro de uma realidade espacial normatizada.

---

<sup>5</sup> Conceito introduzido por Michel Foucault em seu livro “Vigiar e Punir” (1975).

Mas, por outro lado, pela natureza da categoria trajetória, como sendo uma representação delimitada em tempo e espaço, considera que ela termine por substituir “uma prática indissociável de momentos singulares e de “ocasiões” [ou seja], (não se pode remontar ao tempo primordial, não se pode voltar atrás e aproveitar uma ocasião perdida)”. Certau (1994: 98-9).<sup>6</sup>

Nessa seqüência argumentativa, Certau introduz o recurso técnico do relato, que é, para ele, a “língua das operações” dos praticantes. É assim que a emergência da memória, através da técnica do relato, dá forma ao lugar do não-lugar. O relato, diz, “abre um teatro de legitimidade para ações efetivas” e permite seguir as etapas da operatividade. Temos, assim, a idéia de espaço construído através das lembranças, do espaço vivido, que rompe com a idéia de continuidade, de um espaço material representado na ideação das normas urbanísticas e quantificado nas análises estatísticas.

Retomando o tema do confronto proposto por Certau entre o modelo urbanístico e sua transgressão (encarnada nas táticas), vemos que todo sistema que uniformiza, que conduz a ações previsíveis, leva também implicitamente à possibilidade da transgressão, e que, a título de análise, é mister descobrir como se materializam essas transgressões e como convivem, numa ordem dada, diferentes lógicas simbólicas. Uma vez mais, as coordenadas tempo/espaço dirigem a análise de Certau. As “trajetórias” –o tempo representado numa linha (espaço)– deixam escorregar a singularidade das práticas, enquanto que o “relato” tem a possibilidade de reconstituir o lugar.

Em todo caso, o que está por trás da proposta de Certau, tanto na explicitação do

---

<sup>6</sup> Segundo Certau (1994:98-9), “a trajetória se desenha, e o tempo ou o movimento se acha assim reduzido a uma linha totalizável pela vista”.



modelo, como na corporificação de seus exemplos práticos, são as categorias de tempo e espaço. Elas dão forma e estruturam todo o trabalho desse autor. A noção de apropriação – introduzida por Certau com base na análise da língua– lhe permite introduzir a idéia de referenciais culturais diferenciados. Entretanto, considera que esses referenciais não são suficientes para apreender as práticas analisadas, sendo necessário conhecer também as relações que as práticas têm com o campo de forças e as suas possibilidades de manobra em situações determinadas.

A idéia de tática/estratégia ocupa um lugar de destaque, não somente para pensar as práticas do cotidiano, como também para entender as práticas do próprio campo do saber. Este é o outro grande desafio que apresenta esse autor –a crítica epistemológica a formas teóricas utilizadas pelos que dispõem do espaço e do discurso e pelos quais manipulam a realidade–. E, no campo reservado por Certau para os praticantes da ciência, aparece Bourdieu, outro polêmico e emblemático pensador francês, com base no qual Certau, valendo-se de um dos conceitos que talvez mais identifiquem a proposta de Bourdieu –o de *habitus*– vai continuar modelando sua tese sobre a natureza das práticas culturais.

Certau questiona os procedimentos utilizados por Bourdieu para a construção de uma teoria da lógica das práticas, porque considera que existe uma ruptura entre a teoria construída e as práticas analisadas, algo não considerado suficientemente por Bourdieu. Segundo Certau, Bourdieu parte dos dados empíricos das comunidades Kabila e Bearnesa para formular seus postulados sobre a teoria das práticas. E vale-se da existência do campo etnológico como um lugar próprio para manipular a sua teoria, que lhe permite generalizar, nivelar discontinuidades e heterogeneidades criadas pelas práticas, por meio de

representações sinópticas (sintéticas) que exprimem o olhar de dominação do cientista.<sup>7</sup> Com esta observação, Certau não somente desqualificaria Bourdieu no que diz respeito à necessária ruptura epistemológica que este último postula, assim como tomaria distanciamento de todos aqueles que consideram ainda válido pensar que existe objetividade nas Ciências Humanas.

Para Certau, é através do conceito de “habitus” que Bourdieu pode explicar como as estruturas se objetivam (dependendo do caso analisado), embora criando uma mediação dada pela noção de “aquisição”, que exprimiria o elo necessário entre “as estruturas que a organizam e as “disposições” que ela produz”. Assim, pelo recurso às gêneses das práticas, conseguiria dar resposta à “interiorização das estruturas (pela aquisição) e a exteriorização do adquirido (ou habitus) em práticas”. Isso permitiria a Bourdieu um deslocamento entre seus estudos etnológicos e o lugar teórico de sua elaboração: a teoria sociológica. Um deslocamento que “remove o discurso para o habitus” esclarece Certau (1994: 126).<sup>8</sup>

Desde a perspectiva de Bourdieu – dar luz a uma lógica das práticas sempre a partir da revelação das estruturas objetivas presentes nelas – Certau argumenta que, dos três elementos necessários para a sua implementação – estruturas, situações (pelas quais se explicariam as diferenças) e práticas – somente as duas últimas podem ser observadas. A primeira somente se deduziria de representações sinópticas, de dados estatísticos, de modelos construídos na síntese da autoridade do cientista-autor.

---

<sup>7</sup>Para Certau, existiria na pesquisa tradicional uma dupla astúcia expressa tanto nos praticantes como em seus analistas. Seria através dos quadros sintéticos que “o cientista esconde a operação de afastamento e de poder” que lhe possibilita construir esses quadros, apesar de que, no fornecimento dos “dados” solicitados pelos pesquisadores, os praticantes omitam necessariamente “a diferença prática criada entre eles pelas operações que delas se servem (ou não), e assim colaborem, na produção dos quadros gerais que escondem ao observador, as suas táticas” (1994:121).

<sup>8</sup> O conceito de *habitus* também tem sido questionado por outros autores, pela sua indefinição ou pretensão de totalidade (Tamarit, 1992).

A contrapartida das críticas de Certau sobre Bourdieu seria, a meu ver, que Certau faz uma análise parcial de Bourdieu, aprofundando somente o conceito de *habitus*. Não existe a mesma análise rigorosa para o conceito de “campo” desse autor. O conceito de *habitus* não pode ser analisado de forma isolada, desligada da rede de conceitos que Bourdieu propõe, porque esse autor trabalha com conceitos relacionais. Porém, esta discussão é objeto de outro trabalho. Para fins do presente, o que nos interessa é o confronto entre as perspectivas reducionistas e não-reducionistas sobre as práticas culturais, embora a escolha de Certau em relação a Bourdieu não seja tão apropriada.

### **O ESPAÇO COMO PRÁTICA CULTURAL**

Existe uma tendência (muito comum entre diversos autores) de definir ou abordar o fenômeno estético a partir de seu oposto –a noção da técnica– considerada como um fenômeno necessário, limpo, ascético, econômico, útil. Em contrapartida, o fato estético é representado, conforme Mauss (1993), sob “forma de jogo, de redundância, de luxo.” Os fenômenos estéticos formam uma das maiores partes da atividade humana social e não simplesmente individual: “uma coisa é bela, um ato é belo, um verso é belo, desde que seja reconhecido como belo pela maior parte das pessoas de gosto”. E essa condição, para Mauss, é o que se denomina de “gramática da arte”.

Para Geertz (1994: 117-146), toda reflexão sobre arte que não seja simplesmente técnica ou uma mera espiritualização da técnica, busca situar a arte no contexto das outras expressões da iniciativa humana e no modelo de experiência que estas mantêm coletivamente. A definição de arte não é, em nenhuma sociedade, de caráter intra-estético. O problema, que apresenta o fenômeno estético, é o de como inseri-lo nas outras formas de

atividade social, como dar aos objetos de arte um significado cultural, sempre uma questão local. A condição de localidade do fenômeno artístico é um dilema para muitos dos antropólogos, que repercute fundamentalmente sobre o entendimento da prática artística e das formas adotadas para sua compreensão. Para a delimitação desse problema, Geertz propõe uma abordagem semiótica da arte. O fenômeno geral do impulso estético –na forma e técnica que seja concebido– é fruto de uma sensibilidade peculiar, em cuja formação participa o conjunto da vida. O pressuposto de Geertz afasta-se propositalmente do enfoque de que o poder estético seja uma enfatização dos prazeres da técnica artística: a relação formal dada entre “sons, imagens, vozes, temas ou gestos”. Também se afasta de uma visão funcionalista da arte, que argumenta serem as obras de arte mecanismos complexos para definirem relações, manterem normas e fortalecerem os valores sociais. Geertz propõe-se a contestar ambos os enfoques, o valor da técnica artística em si mesma e a visão instrumental da estética .

Com base no estudo de Robert Farish Thompson sobre os escultores Yoruba, Geertz tenta mostrar que, até um elemento como a *linha*, um objeto em princípio caracterizado como “transcultural e abstrato”, é empregado pelo grupo Yoruba de diversas formas e em níveis diferentes na sua vida cotidiana: em seu vocabulário coloquial, na idealização e construção de sua cultura material, e na identificação corporal. Para Geertz, o fazer dos escultores Yoruba daria elementos para argumentar que essa prática não procede de alguma noção cultural generalizada, que pudesse ser isolada como parte de uma estética nativa. Por outro lado, o objeto estético dentro da sociedade Yoruba (elemento não desprezível em termos da construção social) não assume o caráter determinante como os funcionalistas tentam argumentar. Na idéia do autor, a ausência do objeto estético não significaria,

tampouco, a desintegração da sociedade.

Geertz reforça a idéia de que a relação fundamental entre a arte e a vida coletiva não está dada por um plano instrumental e, sim, por um plano semiótico. Entretanto, como observa o próprio Geertz, sua tese sobre o fenômeno estético é criticada por ser, em princípio, válida somente para a arte “primitiva”. Na concepção de seus críticos, diz Geertz, as sociedades “primitivas” “entrecruzariam os domínios de sua experiência num conjunto amplo e irreflexivo”, em contraposição a culturas mais “desenvolvidas”, nas quais a arte já não surge nem participa do conjunto da vida e, sim, emerge como uma atividade diferenciada que responde a suas próprias necessidades.

Geertz vai refutar essa idéia sobre a arte, como prática dissociada nas sociedades consideradas “desenvolvidas”, fundamentando novamente a noção de “sensibilidade”, escolhendo (agora), para seu desenvolvimento, duas realidades artísticas de destaque, como são a pintura italiana do “Quattrocento” e a poesia “Islâmica”. Em relação a meu interesse de pesquisa, vou me referir somente à primeira.

Para modelar sua questão –como criar um núcleo de sensibilidade– Geertz se apóia, basicamente, no trabalho de Baxandall. Esse autor, a partir de uma análise da pintura do “Quattrocento”, desenvolve a idéia do que denomina “o olho da época”. A noção busca definir o tipo de aptidão que um público deve possuir ante a presença de estímulos-visuais complexos como eram as pinturas da época. O pressuposto de Baxandall reside no entendimento de que existe uma correspondência entre a pintura produzida e os tipos de técnicas interpretativas –modelos, categorias, inferências, analogias– usadas pela mente. Ou seja, dependendo das capacidades do espectador, da maior ou menor capacidade para

distinguir, por exemplo, formas ou relações de formas. Variável será também o grau de “atenção” dado ao quadro.<sup>9</sup>

A tese desse autor explicita que

*“parte do equipamento mental com o qual o homem ordena sua experiência visual é variável, e que, na maioria das vezes, é culturalmente relativo, no sentido de que está determinado pela sociedade que tem influenciado sua experiência. Entre essas variáveis, categorias com as quais classifica seus estímulos visuais, o conhecimento que usa para complementar o que lhe aporta a visão imediata e a atitude que adota ante o tipo de objeto artificial observado” (Baxandall, citado por Geertz, 1994:127).*

Voltando ao fio argumentativo de Geertz, o autor afirma que essas técnicas interpretativas, adequadas tanto para o espectador como para o pintor (referidas por Baxandall), não residem necessariamente numa sensibilidade especial da retina para captar o espaço focal, senão que elas emergem, se esboçam a partir da experiência geral, no caso, a experiência de viver a vida do “Quattrocento” e conceber as coisas à maneira desse período. O exemplo do “Quattrocento”, que representa um momento indiscutível de grande transcendência artística, interessa, em termos de estudo, tanto para Baxandall como para Geertz, o tipo de compreensão que tem a sociedade local, o lugar onde os espectadores fixam sua lente e o nível de interação criado entre o artista e o espectador. Também interessa o modo como se cria a sensibilidade necessária para sua compreensão, quando o produto estético é de razoável complexidade, dado tanto pelos significados embutidos na obra, como pelos recursos técnicos pictóricos utilizados pelo artista para conseguir os objetivos da idealização. A escolha da reflexão de Baxandall sobre a pintura do “Quattrocento” tenta mostrar o que já pontua Geertz: a sensibilidade se estabelece num

---

<sup>9</sup> No caso de um pintor, como Piero della Francesca na “Anunciação”, entende Baxandall que aquelas pessoas que possuam um leque maior de categorias para diferentes classes de vermelho e marrom, poderão ter também uma experiência melhor da obra. E inclusive a noção de “gosto”, conforme o mesmo Baxandall, reside precisamente nesse acordo (tácito) entre as discriminações que exige o quadro e as habilidades para discriminar da parte do espectador (1994:126-7).

movimento dialético entre o artista e seu destinatário:

*“Se observamos que Piero della Francesca tem uma tendência a uma pintura de cálculo, Fra Angélico a uma espécie de pintura predicada, Botticelli a uma espécie de pintura bailada, estamos observando não somente algo sobre os artistas, senão também algo sobre sua sociedade” . Baxandall citado por Geertz (1994:133)<sup>10</sup>*

Vemos que a identificação entre a idealização e a recepção do fenômeno estético é construída pela época. (Dada tanto pela sensibilidade do artista, que se expressa através do repertório temático utilizado –predicação religiosa, medição, danças cortesãs– dos recursos pictóricos utilizados –forma, cor, movimento, proporções– das categorias –representadas tanto na forma como no conteúdo da obra– expressas pelo pensamento social da época).

No pensamento de Geertz,

*“A capacidade, tão variável entre povos como entre indivíduos, para perceber o significado das pinturas (ou de poemas, melodias, edifícios, cerâmicas, dramas e estátuas) é, como todas as restantes capacidades humanas, um produto da experiência coletiva que a transcende amplamente, e em cujo contexto o verdadeiramente estranho seria concebido como se fosse anterior a essa experiência” (...). “A partir da participação no sistema geral das formas simbólicas que denominamos cultura, é possível a participação no sistema particular que denominamos arte, o qual é, de fato, um setor dessa” (...) “uma teoria da arte que desenhe a vida dos signos em sociedade, não poderá fazê-lo mediante um mundo inventado de dualidades, transformações, paralelismos e equivalências” (Geertz 1994: 144).*

Nessa reflexão sobre a arte como sistema cultural, Geertz já contestou críticas e pressupostos dos “outros”. Compartilhou também a visão de arte com “alguns”, mas resta agora sistematizar sua proposta para analisar o fenômeno estético, numa abordagem semiótica. Mesmo que as capacidades sensitivas para a compreensão do fenômeno estético sejam inatas, coloca Geertz, estas se encontram incorporadas na “existência real”, através da experiência de viver no meio de certos tipos de coisas, sobre as quais temos que atuar: escutar, manipular, refletir, enfrentar ou mesmo agir. Por isto, sublinha Geertz, “a arte e as atitudes para sua compreensão se fazem na mesma oficina” (1994:144).

Se uma aproximação à estética pode ser considerada semiótica –se ela se ocupa da significação dos signos– esclarece o autor, não pode ser uma ciência formal como a lógica ou a matemática. A harmonia, a prosódia, a composição, a sintaxe são fundamentais para expor a estrutura da obra. Entretanto, afirma Geertz, seu isolamento, a idéia de que os mecanismos da arte geram seu próprio sentido só representam “um vácuo virtuosismo da análise verbal” (Goodman citado por Geertz, 1994 : 144).

Segundo Geertz, para se ter uma semiótica da arte, há que se fazer uma etnografia do que denomina de “veículos de significado”. Conforme o autor, signos e símbolos desempenham um importante papel na vida de uma sociedade, condição que, por sua vez, lhes outorga validade. A título de meu trabalho, interessa destacar o que Geertz entende por “significado”: o significado é uso (...) provém do uso”. Portanto, a análise desses usos possibilita condições de conhecer alguma coisa geral sobre eles.

Entretanto, cabe ressaltar que, se a perspectiva semiótica esboçada exige uma análise exaustiva dos usos, não significa que se faça uma apologia a favor do método indutivo. Sua proposta é que se faça uma transferência da teoria semiótica, com base numa investigação dos signos em abstrato para uma análise destes em seu hábitat natural. Entendido, este último, como o mundo comum no qual “os homens observam, nomeiam, escutam e atuam”. Descarta também a idéia de que sua perspectiva não tenha em consideração a importância da forma, em todo caso, o que faz é mapear suas raízes (Geertz, 1994: 145).

A diferença radical de Geertz com os semiólogos é que a semiótica, no estudo da arte, deve renunciar a uma concepção dos signos como meio de comunicação, como um

---

<sup>10</sup> Os trechos desta obra aqui citados foram por mim traduzidos do espanhol.



código que deve ser decifrado (que significa a substituição de um código por outro que, por sua vez, é menos inteligível). Em contraposição, deve adotar uma concepção dos signos como modos de pensamento, como um idioma que deve ser interpretado, uma ciência que possa determinar o significado das coisas, em função da vida que as rodeia.

Algumas etnografias sobre sociedades indígenas no Brasil, por exemplo, a coletânea de Caiuby Novaes (1983), estudam a organização espacial do espaço doméstico, focalizando especificamente a habitação indígena. A etnografia de Gregor (1982), particularmente, sobre os índios Mehináku, que trabalha numa perspectiva próxima à escola interacionista-simbólica de psicologia social e os trabalhos de Goffman, ao descrever e encarar os Mehináku como atores sociais. A importância desse autor reside no entendimento que tem sobre a estreita relação entre o social e o espacial, relação essa realçada pela riqueza descritiva de sua etnografia sobre o espaço:

*“(...) embora os Mehináku não formulem de maneira consciente formulações precisas a respeito de relações entre espaço e cultura, elas estão implícitas nas plantas baixas de sua comunidade. Os desenhos revelam distinções espacialmente visíveis entre o reino do homem e a natureza, entre o público e o privado, o sagrado e o profano, os homens e as mulheres”.*

O uso do espaço entre os Mehináku, para o autor, pode ser visto “como uma metáfora que expressa a relação entre a natureza, os homens, a sociedade e os símbolos”. Portanto, segundo Gregor, “analisar o espaço e os planos é, também, uma maneira de descrever um povo e de resumir muito do que é significativo para ele” (1982:59).

\*\*\*

Assim, no que diz respeito à ocupação e representação do espaço, os atores sociais procuram diferenciar-se em mínimos detalhes. Podem parecer irrelevantes para o senso comum, mas, para um olhar antropológico, estão carregados de sentido e são portadores de

identidades sociais. Com referência ao conceito de cultura, recupera-se a idéia de que os indivíduos desempenham um papel importante como agentes de transformação e mudança social, sendo necessário estudo a partir de uma abordagem que assuma as suas representações, suas práticas e, particularmente, a sua apropriação do espaço, objetivando essa transformação. Na busca de interpretações plausíveis sobre o tipo de ação das práticas sociais no espaço, cabe também solicitar o saber vindo da Arquitetura, do Urbanismo e de disciplinas afins como a História Social, a História da Arte e da Psicologia Social, objetivo desenvolvido no capítulo seguinte.

## **CAPÍTULO II – MODELOS DE CONCEPÇÃO COLETIVA DO ESPAÇO SOCIAL**

### **INTRODUÇÃO**

Se no capítulo inicial o objetivo prioritário foi apresentar um panorama de diversos campos das Ciências Humanas que abordassem a temática sócio-espacial, mostrando caminhos alternativos de análise, neste capítulo, a intenção é refletir sobre campos disciplinares, como a Arquitetura e o Urbanismo, que têm o espaço (físico-social) como meio e fim de seu objeto. Trata-se de áreas que têm como eixo de trabalho o planejamento e a transformação do meio ambiente, saberes responsáveis pelo planejamento físico-espacial do território.

Assim, para desenvolver a problemática proposta, o estudo da construção espacial do cotidiano de um movimento social contemporâneo, como é o MST, a seguir apresentamos algumas perspectivas teóricas (semiologia, marxismo, liberalismo) e áreas disciplinares afins (Urbanismo, História Social, História da Arte, Psicologia Social) que, enfocando um mesmo período histórico, delimitam a estreita relação que se estabelece entre a visão de mundo dos ideólogos (planejadores do território, críticos dos planejadores, articuladores políticos) e as representações espaciais idealizadas e implementadas por esses ideólogos.

## OS PRIMÓRDIOS DO URBANISMO

Entre os urbanistas existe consenso de que os problemas atuais de nossas cidades podem e devem ser revisitados através da reflexão sobre a produção intelectual do século XIX. Mas, para situar essa discussão, cabe inicialmente enunciar algumas questões pertinentes ao próprio urbanismo, como disciplina que se auto-identifica como científica.

Choay, representante do debate dos arquitetos-urbanistas que analisam a possibilidade de aplicar a semiologia ao campo da Arquitetura e Urbanismo, em sua antologia sobre o Urbanismo (1979), coloca que, pelo fim do século XIX, a expansão da sociedade industrial dá origem a uma disciplina que se diferencia das artes urbanas anteriores por seu caráter reflexivo e crítico, e por sua pretensão científica. Para o Urbanismo, diz a autora, a pretensão de “universalidade” tem sido a tendência dominante, dando sempre como resultado uma concepção apriorística da realidade; ou seja, a elaboração de soluções baseadas na idéia de modelo ou esquema ideal. Choay sublinha que parte do insucesso do Urbanismo deve-se ao caráter abstrato de suas matrizes.

Para o estudo dos precursores do Urbanismo, Choay propõe agrupar, sob o conceito de “Pré-urbanismo”, todos aqueles pensadores que no decorrer do século XIX preocuparam-se com o problema da cidade, sempre pela ótica do questionamento social. Ela pretende encontrar referenciais que lhe permitam situar os problemas atuais do Urbanismo.

Benévolo, prestigiado estudioso da problemática da Arquitetura Moderna, em “As Origens da Urbanística Moderna” (1994), busca redefinir uma nova relação entre urbanística e política. O estudo retoma as primeiras experiências urbanísticas aplicadas ao

ambiente industrial, por considerar que é nesse período histórico que se decide o destino da cultura urbanística. A tese do autor sobre esta polêmica é que, para resolver os males da cidade industrial, as primeiras experiências urbanísticas polarizaram-se em dois casos extremos:

- 1) contrapondo-se à cidade existente, em novas formas de convivência ditadas exclusivamente pela teoria;
- 2) resolvendo problemas de forma singular, sem considerar o contexto nem ter uma visão global do novo “organismo citadino”.

Esta dinâmica, para o autor, coincide, em parte, com os primórdios do socialismo moderno. Porém, com Marx e Engels, ficam evidentes as contradições destas posições, e inicia-se uma ruptura entre o Urbanismo e as instâncias políticas. Para Benévolo, essa ruptura imprime uma marca na cultura urbanística, isolando-a do debate político e transformando-a numa técnica a serviço do poder constituído (Benévolo, 1994: 12-3).

Aymonino (1972, 1984), teórico da Arquitetura que analisa os problemas da cidade e os condicionamentos materiais que estão na base das formas arquitetônicas, em “Origenes y Desarrollo de la Ciudad Moderna” (1972), desenvolve a relação entre urbanística e teoria política, baseando-se nos enunciados da teoria socialista, contribuindo sobretudo para a compreensão do debate entre os utópicos e os socialistas científicos do século XIX. Aymonino, para aprofundar-se na análise da cidade contemporânea, opta por buscar o sentido etimológico do termo “cidade”, para mostrar as dificuldades pelas quais atravessa o próprio Urbanismo. O termo, em tempos passados, designava aglomerados humanos os habitats antigos, medievais e capitalistas dos primeiros períodos. Na atualidade, significa

remeter a velhas e caducas representações fenômenos novos e distintos entre si. Exemplos dessa distorção seriam, para Aymonino, a proliferação de nomes (tais como área metropolitana, cidade região, cidade território, território urbanizado, etc), para caracterizar âmbitos físicos e relações tidas como mais complexas entre os fenômenos estudados. Os motivos expostos explicariam, em parte, a volta às origens sobre a formação e o desenvolvimento dos fenômenos urbanos dos séculos XVIII e XIX, “em particular sobre a constituição da cidade industrial –entendida como a passagem da cidade mercantil-nobiliária à burguesa-capitalista” (Aymonino, 1972:16-7).

### **CENÁRIO DOS “PRÉ-URBANISTAS”**

Os pensadores do século XIX conceberam o planejamento espacial sempre ancorado a modelos sociais, criando um embricamento entre o modelo social e seu correspondente espacial. Essa condição, acredito, representa um caminho heurístico na abordagem de experiências contemporâneas. Mas quem foram esses precursores, e em que contexto social eles atuaram? O campo discursivo do movimento utópico inspirado pelo pensamento econômico e filosófico do século XVIII e começo do XIX (Rousseau, Adam Smith, Hegel) permeia diversos conceitos, tais como democracia, alienação, desigualdade de classes, segregação, lucro, que vão constituir o embasamento teórico desse movimento. Para situar tal contexto, é necessário fazer remissão a alguns fatos decisivos dos séculos XVIII e XIX, que fizeram parte das mudanças produzidas gradualmente pela revolução industrial nas cidades e no campo.

Num curto período de tempo, entre 1760 e 1790, o tempo de uma única geração, diz Benévolo, se concentram os progressos técnicos que tornam possível um aumento ilimitado

da produção industrial. Esse aumento atua como um grande atrativo para a migração de famílias da área rural, transferindo-se do campo para os bairros “compactos”, construídos nas proximidades das áreas de trabalho e dando lugar ao surgimento de novas cidades, como também ao inchamento de cidades antigas. O surgimento e a importância das mudanças nas cidades se dá em consonância com seu nível de industrialização (Grã-Bretanha é a primeira e, na Europa, seguem-se França e Alemanha). Mas a formação da cidade não é precisamente um processo que se inicia em sentido único. Conforme Aymonino, no processo de desintegração rural, devido às modificações da propriedade rural, a “mobilidade que está na origem do Urbanismo tem suas raízes no campo, antes de ser um fator de atração urbana” (Aymonino, 1972:20-22). Existem razões técnico-políticas (fundamentalmente na Inglaterra), de que, no início das grandes transformações, a indústria era mais rural que urbana. Nos dois séculos precedentes, a indústria traslada-se da cidade para o campo, em parte, segundo Aymonino, para fugir das restrições municipais e corporativas, como também por razões técnicas. Para ele, a formação da cidade industrial constitui-se no “instrumento fundamental de confirmação e desenvolvimento da primeira grande divisão social do trabalho: a separação entre cidade e campo, a partir do intercâmbio mercantil”.<sup>11</sup>

Se bem que a migração do campo para a cidade foi um dado decisivo na implosão demográfica das cidades, outras medidas também foram expressivas, como, por exemplo, a

---

<sup>11</sup> Sobre as possíveis alternativas da relação cidade x campo, em princípios do século XIX, se movimentou grande parte das teorias socialistas no que diz respeito à forma da sociedade futura. No entender de Aymonino, compreender esse processo (desde um juízo urbanístico) é estabelecer um patamar para teorizar ou aproximar-se de uma relação diferente entre cidade e campo. Este tema constitui, nas suas linhas gerais, o que poderia se definir como a possibilidade de uma contribuição urbanística (entendida como reflexo de uma nova ordem social do próprio socialismo científico) Aymonino (1972: 21).

diminuição da taxa de mortalidade, que ocasionou, por sua vez, um aumento na percentagem da população jovem pela queda da mortalidade infantil. Benévolo (1994:22) argumenta que o aumento do número de habitantes nas cidades, além de mudar sua distribuição territorial, produziu também um brusco desequilíbrio entre cidade e campo, sendo responsável por novas tensões. Somado a tudo isso, fruto desse desenvolvimento urbano, reestrutura-se uma nova rede de transportes que origina também o crescimento desmedido de algumas cidades. A profusão inesperada e ilimitada de transformações no meio urbano, diz esse autor, causa tanto o deslocamento dos lugares tradicionais de moradia como a mudança do modo de vida da população inglesa, e modifica (por sua vez), a utilização do solo e a própria paisagem. Com a revolução industrial, as transformações das cidades assumiram tal dimensão, que foram decisivas para dar a imagem de “desordem ambiental”. A nova natureza dos fenômenos, a velocidade das transformações sem precedentes –cidades que nascem e duplicam numa geração, iniciativas especulativas que se concretizam prontamente em estabelecimentos, estradas, canais e minas abertas em poucos anos na paisagem agreste (a nova presença), de altos fornos e chaminés “apontadas para o céu, ao lado das torres das catedrais”– configuram o quadro que o autor identifica como sendo de “desordem ambiental” (Benévolo, 1994: 22).

## **A PERCEPÇÃO AMBIENTAL**

*“A cidade antiga mudava assim tão lentamente que podia a qualquer momento considerar-se imutável por tempo indefinido. Conceber uma praça, um quarteirão ou uma cidade inteira significava impor-lhe, de uma vez para sempre, uma forma arquitetônica precisa, dotada de margens suficientes para absorver sem modificações os possíveis crescimentos futuros; por outras palavras, significava aplicar a uma realidade em movimento lentíssimo a maior aproximação possível de uma imagem de fato invariável” (Benévolo, 1994: 26).*

Para entender o cenário das novas propostas espaciais desse momento histórico



caracterizado por Benévolo como “desordem ambiental”, é preciso retroceder à formação do fenômeno arquitetônico do período. Ou seja, pelos elementos dissonantes do período (crescimento demográfico descontrolado das cidades, superdimensionamento da rede viária, nascimento de bolsões compactos de miséria, entre outros), vemos que a dimensão temporal (como dimensão constitutiva, junto à dimensão espacial, do fenômeno arquitetônico) distancia-se vertiginosamente da espacial. Produz-se uma ruptura na relação espaço-tempo –referente à percepção do fenômeno arquitetônico– do passado recente. Vemos assim que a percepção espacial do meio ambiente é construída em consonância com a temporalidade social de seu tempo. Formas idealizadas imutáveis, eternas, tidas como imagens invariáveis são características, por exemplo, do período que Benévolo retrata quando descreve a cidade antiga. O trecho supracitado é suficientemente expressivo para qualquer leigo que queira introduzir-se no universo da percepção espacial. Pela época a que nos remete serve para dar asas à nossa imaginação sobre as dificuldades perceptivas que devem ter sofrido os indivíduos da segunda metade do século XVIII e do século XIX, quando visualizavam as transformações da cidade no turbilhão da revolução industrial.

Choay (1979:4) caracteriza tais transformações da cidade industrial como o surgimento de uma nova ordem, e considera que “quando a cidade do XIX perfila sua forma própria, provoca um movimento novo de observação e reflexão que, a princípio, aparece de repente como um fenômeno exterior aos indivíduos a que diz respeito”. Segundo a autora, “estes encontram-se diante dela (a cidade) como diante de um fato natural, não-familiar, extraordinário, estranho”. A imagem de “desordem” atribuída às cidades industriais (por parte de seus contemporâneos) fora fruto da negação desse pressuposto. Para a autora, os precursores não entenderam a “nova ordem” da cidade industrial,

buscando, através de algumas imagens de cidade, resolver “as aflições de seus cidadãos”.<sup>12</sup>

Das colocações feitas acima sobre a cidade, a de Choay é expressiva para refletir sobre o tipo de processo de ruptura que se origina em situações de mudanças como as descritas. A de Benévolo é significativa como exemplo de tipologia, resultante de estreita correspondência entre o fenômeno arquitetônico em suas duas dimensões –espacial e temporal. A análise de Choay, observação sagaz sobre o contexto dos precursores, representa uma amostra do advento de uma nova ordem que é percebida como uma situação de desordem por seus contemporâneos. Ambas as situações podem ser elucidativas para pensar sobre a noção da percepção espacial (do ambiente construído), em relação ao grau de familiaridade ou estranhamento que se tenha do próprio ambiente referido.

Em todo caso, quando surgem situações novas, estas se apresentam como estranhas aos indivíduos envolvidos. Passa-se do reino da naturalização para o reino do estranhamento. Esse fato dá elementos para pensar sobre as características da percepção espacial em relação ao contexto social. Por um lado, o comportamento de “estranhamento” que sugere Choay ante o desconhecido num meio conhecido; por outro lado, a descrição de Benévolo sobre um olhar quase congelado sobre um espaço imperturbável. Portanto, é lícito afirmar que toda vez que ocorrem mudanças substantivas de diversas ordens (religiosas, políticas, econômicas, éticas, tecnológicas) que atingem direta ou indiretamente o tecido social, pode-se pressupor também desorientações (transformações) profundas na

---

<sup>12</sup> A tese da autora sobre o período é que o insucesso dos utopistas deve-se a que realizaram utopias entendidas para “lugar nenhum” (e) “por não dar uma forma prática ao questionamento da sociedade, a reflexão situa-se na dimensão da utopia (e) orienta-se nela segundo as duas direções fundamentais do tempo, o passado e o futuro, para tomar as formas da nostalgia ou do progressismo” (1979:7).

percepção, na organização e na vivência do espaço construído, seja urbano ou rural.

Com base nessa perspectiva distorcida de “desordem”, surge a criação de todo tipo de modelos de novas cidades (como já fora colocado) por parte do movimento utópico. Desenvolvem-se duas visões diferenciadas sobre o estudo da cidade: uma é inspirada por sentimentos humanitários e outra por pensadores políticos. Os representantes desta última (com exceção de Marx e Engels) recusam-se a considerar o nascimento de uma nova ordem urbana, fruto da revolução industrial e do desenvolvimento da economia capitalista. Essa atitude vai ser decisiva para a defesa do conceito de desordem (Choay 1979: 6).<sup>13</sup>

## UTOPIAS DO SÉCULO XIX

As propostas dos utopistas vão direcionar-se através de dois tipos de projeções espaciais, de imagens da cidade futura, que Choay chama de “modelos”<sup>14</sup>. Ainda que esses dois tipos de modelos espaciais tenham em comum a idiossincrasia de uma visão utópica da realidade, eles se diferenciam no que reivindicam como modo de vida a ser implementado nas cidades. Em grandes linhas, uns reivindicam sua fé no progresso da ciência e da técnica, outros sintetizam a nostalgia do passado (Choay, 1979: 6).

Para a primeira visão de cidade (intitulada por Choay de “progressista”), a meta é o futuro. Para eles, uma vez imbuídos do pensamento científico, tudo podia ser pensado e

---

<sup>13</sup> À pseudedesordem da cidade industrial, são propostos ordenamentos urbanos que, por não poder dar uma forma prática ao questionamento da sociedade, a reflexão se situa na dimensão da utopia (para precisar este conceito, Choay toma o conceito de K. Mannheim. *Idéologie et utopie*, Paris, 1956). Cf Choay, Mannheim opondo-se a Marx, insiste no caráter ativo da utopia em sua oposição ao status quo social e em seu papel desintegrador. “Consideramos utópicas todas as idéias circunstancialmente transcendentais (e não só as projeções de desejos) que têm, de uma forma qualquer, um efeito de transformação sobre a ordem histórico-social existente” (Mannheim, citado por Choay 1979:7).

<sup>14</sup> A noção de modelo utilizada por Choay é referente ao valor exemplar das construções propostas e seu caráter reprodutível.

planejado. A previsão contempla os mínimos detalhes, como na proposta de Charles Fourier, a “Falange”, ou a “Instituição para melhoramento do caráter”, de Owen, que pertencem também a essa concepção.

A segunda visão, intitulada “culturalismo”, que lamenta o “desaparecimento da antiga unidade *orgânica* da cidade, sob a pressão desintegradora da industrialização” (Choay 1979: 11), tem olhar para o passado –sendo a cidade medieval a musa inspiradora.

A importância dessas utopias do século XIX (como já foi mencionado) é a correspondência proposta entre modelos sociais e espaciais. O modelo “Progressista”<sup>15</sup> centraliza pensadores, como Owen, Fourier, Richardson, Cabet e Proudhon. Este modelo abrange um leque de propostas que vão desde os que defendem o conceito de habitação coletiva até os que argumentam a favor da casa individual. Mas a característica comum desses pensadores, no que diz respeito aos modelos de cidades concebidos, é que estes podem ser deduzidos *a priori* do local a ser implantado, porque a idéia de homem que postulam corresponde ao perfil de homem-tipo. Essa condição lhes permite conceber suas propostas fora de toda especificidade local. As variáveis referentes às características culturais de seus destinatários, características do espaço e tempo histórico, são prescindíveis.

Entre os utopistas destaca-se o socialista europeu Robert Owen (1771-1858), que, na sua trajetória, reúne a dupla condição de empregado de fábrica (a partir dos dez anos) e co-proprietário de uma fábrica de fiações de New Lanark, na Escócia (anos mais tarde). É nesta última posição social que põe em prática medidas de caráter social em sua própria

fábrica, tais como redução da jornada de trabalho, melhoramentos das casas dos operários e escolaridade obrigatória. Inspirado por idéias de trabalho e do pressuposto da maleabilidade do homem, transforma a educação em seu *leit motiv*, por considerar que é por meio dela que o homem pode dominar a máquina e explorar as possibilidades da revolução industrial.

Em 1816, cria um centro de assistência chamado “Instituição para a Formação do Caráter”, também para benefício de seus operários, mas que, em teoria, pretende seja aplicado massivamente (universalmente) em prol de melhorias sociais para a classe operária. Owen, a partir da educação, propõe envolver toda a vida da comunidade, completando o trabalho na oficina com o estudo e os tempos livres; atribuindo a cada função um espaço e um tempo determinado. O edifício criado é organizado para atender a todas as idades e sexos, em períodos diferentes e locais separados e/ou cumprindo usos mistos. Nele está tudo previsto: lugares de jogo, ensino, culto e aprendizado manual, como costurar e fazer malha, práticas artísticas e militares (para os jovens), ambientes climatizados, segundo o período do ano. O edifício contava também com capela e locais destinados para os adultos alfabetizarem-se, como também para divertimento.

Anos mais tarde, o próprio Owen considerava sua proposta digna de ser generalizada e a apresenta num inquérito parlamentar sobre a lei dos pobres, apresentando-a “como remédio universal para o problema contemporâneo da indigência”. Estabelece, assim, a premissa política da inevitável ação reformadora: “encontrar um emprego vantajoso para todos os trabalhadores, num sistema que permita continuar o progresso mecânico de modo ilimitado”. Nessa proposta, explicita os princípios norteadores que a

---

<sup>15</sup> Choay (1979) identifica estes autores pelo nome de “Progressistas”, por considerar que compartilham uma visão pela qual a ciência e a técnica são soberanas. O papel delas é possibilitar a relação entre os homens e o meio, e entre os próprios homens.

sustentam (tendo como alvo os trabalhadores e suas famílias) e o tipo de organização espacial de que esta necessita para sua implementação. Esse plano, permeado por questões de ordem moralista (como criar bons hábitos) e diretrizes educativas (ensino e formação profissional), tem como objetivo desenvolver o trabalho de forma que se obtenham os máximos benefícios para os trabalhadores e a própria sociedade. Considera que é necessário manter os trabalhadores “afastados das tentações inúteis”, conseguindo a unidade de “interesses e deveres” desses trabalhadores (Benévolo, 1994: 55-6).

Para consumir o objetivo, no que se refere à organização espacial, idealiza um estabelecimento-modelo, constituído por pequenas comunidades semi-rurais, formadas por grupos que oscilam entre 500 a 1500 pessoas, federadas entre si. Os “aldeamentos” concebidos por Owen são constituídos por agregados com anexos construídos em terrenos apropriados, de forma quadrada (paralelogramos), e que se reproduzem (o mesmo modelo) pelo território contíguo. Internamente lhes é destinado uma série de edifícios públicos que atendem a todas as atividades e necessidades básicas, sendo determinadas de antemão a localização e as características funcionais e construtivas de cada edifício. Por exemplo, o edifício central é destinado à cozinha pública do aldeamento, três dos lados periféricos são destinados às casas dos trabalhadores (sendo que as pessoas que pretendem se albergar nas ditas casas devem ser sobretudo casadas), os quartos, lado periférico, são destinados ao dormitório das crianças (isto quando seu número supera o limite de comodidades previsto por família, ou que já tenham mais de três anos). Entre outros locais previstos no plano, temos os alojamentos para os “vigilantes” das crianças, para a enfermaria, médico, sacerdote, hospedaria para visitantes. Em volta das casas (fora do paralelogramo), hortas e jardins. Separadas por zona arborizada, encontram-se as áreas destinadas aos trabalhos

mecânicos e produtivos, matadouros, estábulos, plantações, campos cultivados, pastagens, etc (Benévolo, 1994: 58-62).

O plano do aldeamento contempla, também, de forma detalhada, como devem ser divididas as tarefas na comunidade, dado isto por gênero e/ou idade. As mulheres têm como tarefa prioritária o cuidado de seus filhos e a limpeza das casas; em segundo lugar, o cultivo de suas hortas e a produção das verduras necessárias à mesa comum; em terceiro lugar, os trabalhos na indústria (adaptados às mulheres) que não excedam a cinco horas diárias; em quarto lugar, a responsabilidade da confecção da vestimenta dos membros da comunidade; em quinto lugar, o trabalho periódico, por turnos, na cozinha comum, no refeitório e nos dormitórios; e, quando são instruídas, devem compartilhar uma parte da educação das crianças na escola. Os rapazes mais velhos, ajudantes na horticultura e no trabalho industrial, os homens nos trabalhos agrícolas, na indústria ou em atividades úteis à comunidade (idem.).

O plano de Owen não se limita somente a estabelecer os critérios urbanísticos de cada um dos paralelogramos. Propõe também diversas formas de implantação e gerenciamento dos empreendimentos, para alertar as autoridades sobre a viabilidade de sua meta, objetivando alcançar a “harmonia perfeita” dessas comunidades. Para a criação das unidades produtivas, sugere que estas podem ser,

*“promovidas por um ou mais proprietários fundiários ou grandes capitalistas; por sociedades constituídas que disponham de fortes capitais para despender em fins filantrópicos e públicos; por autoridades locais que desejem subtrair-se ao encargo da taxa para a assistência dos pobres; ou então por associações de burgueses ou de trabalhadores do setor da agricultura, da indústria e do comércio, para se esquivarem aos males do presente sistema”. (Choay, 1978: 63)*

Esclarece, ainda, que as novas comunidades não representariam nenhum ônus para o governo, dado que “ficarão sujeitas ao governo central do país, pagarão os impostos em

moeda legal (enquanto comercializarão entre si na nova moeda-trabalho) e fornecerão soldados, em caso de guerra”. Como grande vantagem, complementa Owen, as ditas comunidades “não serão um encargo para a justiça do país, pois tendo alcançado uma harmonia perfeita poderão dispensar tribunais e prisões” (Owen, citado por Choay, 1979: 63).

Seu plano despertou interesse como também críticas de muitos economistas. Owen compara o seu paralelogramo a uma máquina,<sup>16</sup> comparação esta que fora motivo de ridiculização na sua época<sup>17</sup>. Todavia, para Benévolo, o verdadeiro motivo da crítica feita a Owen deve-se à negação, por parte deste, dos termos econômicos habituais (conforme Benévolo, 1994: 62).

Esta proposta consiste no primeiro plano urbanístico moderno desenvolvido em cada uma de suas partes, desde as premissas político-econômicas ao programa de construção e ao orçamento financeiro. O autor reivindica o plano de Owen por considerá-lo pioneiro em entrever os problemas organizativos impostos pelo progresso mecânico e por dar início à experiência urbanística moderna. Em contrapartida, sem tirar os méritos de Owen, considera que, no esforço de sua pregação, deixa à deriva “o problema da autoridade face à liberdade dos indivíduos singulares” (Benévolo, 1994: 63).

Assim como Robert Owen, Charles Fourier (1772-1837) concebe, também, uma proposta espacial para alcançar o estado de “harmonia universal”. Esse idealista do século

---

<sup>16</sup> “Se a invenção de tantas máquinas multiplicou o rendimento do trabalho em muitos campos, para vantagem imediata de alguns homens, piorando as condições de muitos outros, ESTA (SIC) máquina destina-se a multiplicar a eficiência física e o bem-estar de toda a sociedade de modo ilimitado, sem prejudicar ninguém, por mais rápida que seja a sua difusão” (Owen, citado por Benévolo, 1994: 62).

<sup>17</sup> “Peacock fez a caricatura de Owen com o nome de Sr. Toogood [“Demasiado Bom”], “o cooperativista ....que deseja dividir o mundo em quadrados, como um tabuleiro de xadrez, com uma comunidade em cada



XIX revela-se contra uma sociedade baseada na competição dos interesses individuais ou de classe e propõe, em contrapartida, uma reforma da sociedade de “modo a garantir a livre satisfação das tendências individuais, no respeito dos direitos e das prerrogativas dos demais” (Benévolo, 1994: 68).

Na teoria de Fourier, a realização da harmonia universal deve ocorrer gradualmente através de sete períodos históricos sucessivos: selvajaria, barbárie, patriarcado, civilização, garantismo, sociantismo e, em último lugar, o harmonismo, que é o grande principio natural da “Harmonia Universal”. À civilização<sup>18</sup>, sinônimo de desordem e anarquia, sucede o garantismo, que é a sexta fase da cidade caracterizada por uma ordem minuciosa e por um sistema de regras a título somente de transição, até a chegada do sétimo período, que é a fase da harmonia. Fourier determina que a sexta fase, a cidade da ordem, deve estar estruturada em três anéis concêntricos, separados entre si por cercas e plantações –mas sem interromper entre elas a visibilidade. No anel central deve-se localizar a cidade central; no segundo, o subúrbio e as grandes fabricas e, no terceiro, as avenidas e a periferia. Para cada zona é determinada a localização dos edifícios, suas características construtivas e estéticas, e as dimensões das ruas, calçadas, parques e jardins, tudo devidamente controlado por uma comissão de construtores.

Fourier sugere a criação de habitações coletivas, porque considera para o plano muito custosas (em razão dos isolamentos obrigatórios): regulador proposto, as casas pequenas –“Só os ricos poderiam dar-se esse prazer”. Mas também especula que, “nesse

---

um deles, e na qual tudo é produzido por uns para os outros, e uma grande máquina a vapor no meio, como uma criada para todo o serviço” (Benévolo, 1994: 62).

<sup>18</sup> Este período histórico, que é o próprio período de Fourier, somente poderá ser superado “por uma reestruturação radical da sociedade, que, para desenvolver a produção, liberta-se do pauperismo e realiza o

tipo de edifícios, (os usuários) seriam levados, sem querer, a tomar todas as medidas de economia coletiva, de onde nasceria logo a associação parcial” (Choay, 1979:70).

Para Fourier, a comuna-tipo ou falange é o elemento básico da sociedade. Esta comuna não pode utilizar os modelos construtivos existentes, porque não existe nenhuma semelhança entre os edifícios urbanos e/ou rurais da época:

*“os alojamentos, plantações e estábulos de uma tal sociedade devem diferir prodigiosamente de nossas aldeias ou cidades destinadas a famílias que não têm nenhuma relação societária e que operam contraditoriamente: em lugar desse caos de casinhas que rivalizam em sujeira e deformidade em nossas pequenas cidades, uma falange é construída como um edifício regular” (Fourier, citado por Choay, 1979: 2).*

Portanto, a idéia de Fourier era construir um protótipo experimental, de baixo custo, antes de chegar a um modelo reproduzível.

A partir da região central para a periferia, são planejadas as funções da comuna referentes ao nível acústico das atividades. As silenciosas, na região central, as ruidosas, concentradas numa das alas. Segundo Choay, com a idéia da associação na cidade garantista, Fourier busca a associação de todas as classes, operária ou burguesa, e até rica (Choay, 1979: 70).

Choay, referindo-se às propostas urbanas dos “Progressistas”, conclui que, em geral, estas se referem ao “bem-estar” físico, e que compartilham as seguintes características:

- 1) o espaço urbano deve ser “aberto” e interrompido por grandes espaços “verdes”, para assegurar a higiene, o lazer, a educação física do corpo, entre algumas das necessidades determinadas por esses pensadores;
- 2) o espaço deve ser funcional, traçado conforme uma exaustiva análise das

---

homem total, deverá pôr em prática a associação e a cooperação”. Cf. Choay, a imagem de homem total exerceu grande atração sobre Marx ( Choay, 1979: 68).

funções humanas: “Uma classificação rigorosa instala em locais distintos o habitat, o trabalho, a cultura e o lazer” (Choay, 1979:9);

- 3) deve existir austeridade na dimensão estética, dada pela coincidência entre a lógica e a beleza.

Entre os “Progressistas”, os conjuntos urbanos e os próprios edifícios são pensados como “protótipos” (modelo-padrão), por exemplo, os falanstérios de Fourier. Porém, entre os edifícios-padrão idealizados pelos “progressistas”, existem duas concepções contrastantes. Cabe distinguir, por um lado, a solução coletiva (que preconizam Fourier e os simpatizantes das formas de associação e de cooperação) e, por outro, a solução individual preconizada por Proudhon.<sup>19</sup> Mas, as duas concepções (coletivas e individuais) são tidas sempre como de natureza “universal” (Choay, 1979: 10). Proudhon, se bem que “não esteja isento de contradições e de temas “pequenos burgueses”, apresenta na sua obra elementos que remetem às idéias do urbanismo progressista: “necessidade de uma luta contra a nostalgia do passado para promover uma forma global de existência moderna; necessidade de uma racionalização do meio de comportamento; papel da indústria na nova cidade” (Choay, 1979: 95). A obra de Proudhon está dirigida ao questionamento da função da arte na cidade, em relação ao estado de necessidade do povo. Sensibilizado com o problema do alojamento do povo, considera que o excesso de obras de arte –monumentos, museus– tem como único fim manter o povo na indigência (Choay, 1979: 98).

São várias as críticas feitas a esses modelos. De um lado, as que entendem que as propostas urbanas carecem paradoxalmente de uma atmosfera urbana e que, na maioria dos

casos, “os bairros, ou comunas, ou falanges, auto-suficientes, são indefinidamente justapostos, sem que sua soma chegue a uma entidade de natureza diferente” (Choay,1979:10). De outro lado, se teoricamente as propostas destes pré-urbanistas têm como meta explicitada o ideal do bem-estar, contrapor-se aos efeitos negativos da cidade industrial, elas se apresentam “como sistemas limitadores e repressivos [sendo que] a limitação exerce-se, num primeiro nível, pela rigidez de um quadro espacial predeterminado” (idem), como nos exemplos de Owen e Fourier. Tanto Choay como Aymonino coincidem em que o conceito de cidade desagrega-se, à medida que se estimula o modelo de cidade-campo.

O outro modelo de cidade considerado por Choay como precursor do urbanismo atual, intitulado de “culturalista”, é representado por Ruskin, Morris, e Howard (o autor da cidade-jardim, fim de século). Esses pensadores criticam também as realizações da civilização industrial, mas invertem o pressuposto ideológico da idéia de progresso pelo de cultura.

Para Pevsner (1995: 4 -6), Morris é o verdadeiro profeta do século XX. “Morris foi o primeiro artista (...) a compreender até que ponto os fundamentos sociais da arte tinham-se tornado frágeis e decadentes já à época do renascimento e, sobretudo, na revolução industrial”. Apoiando-se na situação social da arte que via a sua volta, diz Pevsner, Morris denuncia os artistas por perderem o contato com a vida cotidiana, em contraposição à Idade Média, em cuja época o artista, era ao mesmo tempo, um artesão. Inspirado pelo artesanato gótico, define a arte como “a maneira de o homem exprimir o prazer que lhe vem do

---

<sup>19</sup> “casinha individual feita a meu modo, onde moro sozinho, no centro de um pequeno murado de um décimo de hectare, onde eu teria água, sombra, grama e silêncio” J. Proudhon, *Du principe de L'art et de sa destination sociale*, Paris, 1865 (citado por Choay, 1979: 8).

trabalho”. A verdadeira arte deve ser “feita pelo povo e para o povo, como uma bênção para quem a faz e para quem a desfruta”. Conforme Pevsner, esta definição de arte remete ao problema do domínio, mais vasto que o da Estética, da Ciência Social. Ele complementa que, para Morris, “é impossível dissociar a arte da moral, da política e da religião” (idem.).

O socialismo de Morris (e de Ruskin) não representa o modelo consagrado dos fins do século XIX, influenciado por Marx. Sua questão principal, então, diz Pevsner, radica-se no dilema de como se pode restabelecer um estado de coisas em que todo o trabalho “tenha utilidade “e seja, ao mesmo tempo, “agradável de fazer”. O referencial para a resolução deste dilema vai ser então o passado “da construção de catedrais, das corporações dos ofícios” (Pevsner, 1995: 6). A hipótese de Pevsner sobre Morris é que a crítica que faz da sociedade não corresponde à sua ação privada. Embora proclame o socialismo, Morris não se engaja nos momentos tidos como revolucionários. Ele opta pelo afastamento e se retira “cada vez mais para o seu mundo de poesia e de beleza” (1995:7).

A contradição que Pevsner vê nas idéias de Morris é que a defesa de uma arte “pelo povo e para o povo”, à medida que postula uma volta do artesanato, equivale a defender “a destruição de todos os inventos da civilização introduzidos durante o renascimento” (1995:7). Para Pevsner, numa época em que “todos os objetos do cotidiano são fabricados com a ajuda de máquinas, os produtos do artista-artesão só podem ser comprados por um reduzido círculo de pessoas”. Porém, diz Pevsner, se Morris desejou permanentemente a vinda da barbárie para a destruição das máquinas, em seus últimos discursos teria se tornado mais cauteloso, e até incoerente, sobretudo sobre o papel da admissão das máquinas, como conseguir que estas sejam meros instrumentos para alcançar melhores condições de vida (1995: 8).

Em termos urbanísticos, os culturalistas priorizam o agrupamento humano na cidade e defendem as particularidades e originalidades nos seres humanos. Nesse modelo, a preeminência das necessidades materiais desaparece diante das necessidades espirituais. Inspirados nas cidades medievais, preconizam a irregularidade e a assimetria que, no entender desses culturalistas, seriam a marca de uma ordem orgânica.<sup>20</sup> Para eles, a dimensão estética, na concepção da cidade, exerce o papel que exercia a higiene nos progressistas. Em matéria de construção, não idealizam protótipos (como nos exemplos anteriores dos progressistas) e postulam que cada construção deva manter sua especificidade.

Embora existam diferenças ideológicas substantivas entre os dois modelos, existem também proximidades. A forma de imaginar a cidade do futuro (em vez de ser pensada como processo, é sempre pensada como modelo) e “extraída [portanto] da temporalidade concreta (...) torna-se, no sentido etimológico, utópica, quer dizer, de lugar nenhum” (Choay, 1979: 14 -5).

## **SOCIALISTAS CIENTÍFICOS**

A posição de Engels (1820-1895) como a de Marx (1818-1883) é bem diferente da dos utopistas. Engels critica a cidade industrial (o caos urbano, a altíssima densidade populacional, o alojamento miserável dos operários, as condições mínimas de sobrevivência dos trabalhadores ingleses) e faz uma minuciosa descrição dos bairros ruins onde vive a classe operária,<sup>21</sup> mas não postula soluções “sociais” como as dadas pelos

---

<sup>20</sup> O filósofo alemão Oswald Spengler preanuncia o desaparecimento do “crescimento orgânico” das cidades antigas pelo advento do “amontoamento inorgânico” das cidades urbanas (in: Choay, 1979:343).

<sup>21</sup> As descrições das cidades inglesas de Engels são previsões antecipadas (um século antes) de nossas favelas e periferias suburbanas.

“progressistas”. Ele questiona e denuncia “o caráter paternalista e reacionário das soluções “sociais” dadas para a crise do alojamento, propostas (por exemplo) por Proudhon e seus discípulos, e alguns burgueses liberais” (Choay, 1979: 139).

Se os utopistas (Owen ou Fourier) detalham desde a largura da rua, a altura do edifício, até o tipo de planta a ser colocada nos jardins (objetivando alcançar a harmonia universal), Engels, considerando o problema do alojamento da classe trabalhadora, opta por soluções provisórias e pragmáticas, porque “o alojamento para ele”, diz Choay, “é tão-somente um aspecto parcial de um problema global de que não pode ser dissociado e que só a ação revolucionária permitirá resolver” (idem.).

Para Engels, o pensamento que inspira os modelos dos socialistas utópicos é semelhante ao dos capitalistas exploradores do proletariado. A questão do alojamento deve ser pensada em relação ao contexto econômico e político. Portanto, os modelos construídos *a priori* dos alojamentos são respostas tidas como inadequadas (1979:139). Engels enfatiza que a crise do alojamento não é exclusividade do proletariado, existe em todas as classes oprimidas. A única solução possível consiste em eliminar a exploração da classe trabalhadora pela classe dominante. A solução não pode ficar na oferta e na demanda nem depende de um equilíbrio econômico.

Por outro lado, a posição de Engels sobre a forma como uma revolução social resolveria a crise do alojamento dependeria não só das circunstâncias nas quais se produziria, “mas também de questões muito mais extensas, sendo uma das mais essenciais a supressão da oposição entre a cidade e o campo” (Choay, 1979: 144), considerando-se que os efeitos das cidades modernas só poderiam ser resolvidos com a abolição do modo de

produção capitalista.

Se para Engels a crise do alojamento não é só um problema do proletariado e sim dos oprimidos nas diferentes sociedades e épocas históricas, para Marx, a cidade é a história da luta de classes e a cidade industrial do século XIX é um momento dessa “dialética” (Choay, 1979: 147). Portanto, para Marx, o problema da cidade não é de “desordem”, mas faz parte da fase do próprio capitalismo.

Retomando as propostas dos utopistas, agora à luz dos socialistas científicos, Aymonino (1972: 21), baseando-se nas palavras de Engels sobre a oposição campo versus cidade, diz que, embora os utopistas (Owen e Fourier) defendam a eliminação do antagonismo dado entre cidade e campo como sendo a primeira e fundamental condição da supressão da velha divisão do trabalho em geral, é certo também que não se assumem como representantes dos interesses do proletariado. Assim como os iluministas, eles querem liberar não somente uma classe e, sim, a toda humanidade. Conforme o mesmo autor, as propostas operativas elaboradas por Fourier e Owen, em consonância com seu tempo histórico, denunciam as conseqüências negativas da cidade. “(...) mas as soluções espaciais alternativas que propõem se colocam fora da cidade, num sistema organizado que está inteiramente centrado na autonomia (econômica e arquitetônica) de organismos simples, elementares, capazes de assegurar uma vida equilibrada e completar um número reduzidíssimo de habitantes (de 1200 a 1600), tendo em si mesmos todos os níveis da produção, do sustento, da educação, do lazer e da cultura” (Aymonino, 1972: 22).<sup>22</sup> Assim, Aymonino conclui que tanto os falanstérios como os centros de cooperação e harmonia, uma vez alcançada sua máxima condição –prevista e por tanto planejada até nos detalhes–



admitem um ulterior desenvolvimento só na repetição em extensão do organismo elementar.

O questionamento de Aymonino a respeito das propostas dos utopistas é que, para negar as causas (a progressiva divisão social do trabalho) de efeitos históricos julgados negativos (a concentração e a especialização nos lugares físicos da cidade), eles propõem formas de produção totalmente primitivas, parecidas com as que “Marx descreve de comunidades hindus, onde o organismo simples, auto-suficiente, se reproduz de forma constante da mesma maneira, uma vez alcançada a dimensão ótima de uma produção baseada na necessidade e não na mercadoria” (idem).

Na compreensão de Aymonino, isso significa que “a dimensão de tais “fantasias” [referindo-se aos utopistas] se refaz em seus termos quantitativos e qualitativos, mais no campo que na cidade” (1972:22). O questionamento da inviabilidade desses modelos, por sua vez, ratifica que o conceito de auto-suficiência, incorporado nessas unidades construtivas, capazes de responder a mais de uma função (como a granja agrícola, com a presença de depósitos, equipamentos, residência para homens e estância de animais, etc), não pode servir de modelo construtivo na transformação da cidade industrial. Por isso, as fantasias dos utopistas podem ser utilizadas somente por comunidades tendentes a um comunismo primitivo –influindo numa experiência “democrática” sobre aquele período. Isto “porque propunham teoricamente o desaparecimento da grande cidade, como consequência dos modos de organização, também espaciais da sociedade, considerados mais avançados, enquanto pressupõem a abolição da divisão do trabalho e da exploração” . O terreno ideal dos experimentos desses utopistas termina sendo a América, mas sem

---

<sup>22</sup> os trechos desta obra aqui transcritos foram por mim traduzidos do espanhol.

sucesso. Fourier comprova que nenhum povo civilizado ou selvagem quer “adotar este regime monástico de comunidade de bens” (Aymonino, 1972: 22-24).<sup>23</sup>

Segundo Aymonino, a fantasia dos utopistas sobre as unidades auto-suficientes é incompatível ou antitética ao conceito da grande cidade. Isso porque essas unidades possuem um porte, um tamanho determinado, e a própria idéia de unidade auto-suficiente de produção e consumo faz com que não existam acréscimos. O crescimento populacional se resolve pela reprodução de novas unidades autônomas. Em outras palavras, a cidade nunca se realiza, o urbano nunca se realiza e tampouco aparece a complexidade da unidade da grande atividade industrial.

Os utópicos (humanistas) lutam contra a mudança da cidade industrial e tentam explicar a dicotomia campo versus cidade, mas terminam dando uma resposta fundamentalmente para o campo. Portanto, as propostas espaciais que idealizam não correspondem à realidade que pretendem dar forma e corrigir. Suas propostas urbanísticas são modelos efetivamente utópicos, meras representações ideais que, quando implementadas, não têm sucesso, não conseguindo dar conta dos problemas da sociedade industrial.

Se para combater os males da cidade se apóiam na ciência, idealizando modelos espaciais de caráter reproduzíveis, típicos em relação à categoria de um homem típico em consonância com o contexto (o famoso usuário que contesta De Certau (1994)), a leitura política que fazem do campo de forças da cidade industrial para a construção desses

---

<sup>23</sup> Conforme Aymonino, as propostas desses utopistas (em oposição à de Proudhon) são visualizadas por seus contemporâneos como soluções que “destroem as cidades, isolam as famílias sobre a terra como os ascetas da tebaida, outorgam a cada família uma pequena fazenda, para que a cultive e da qual deve prestar contas” (Aymonino, 1972: 24).

modelos termina sendo inadequada.

A outra corrente, encabeçada pelo socialismo científico, critica os utópicos, exatamente por considerar que suas propostas descolam-se da realidade que querem transformar. Embora coincidam com os primeiros na idéia de eliminação da “cidade grande” e pela supressão da divisão entre o campo e a cidade, essa corrente considera que os utópicos, como Fourier e Owen, não encarnam necessariamente a figura do proletariado –reivindicam a visão dos humanistas, lutam por uma humanidade genérica e não por uma classe. Os socialistas científicos consideram, como já foi aqui exposto, que as propostas dos socialistas utópicos são “fantasias” que se aproximam das estudadas por Marx, na Índia, como exemplo de comunismo primitivo.

Do ponto de vista do urbanismo, as propostas dos utópicos não se comportam como experiências plausíveis para a dinâmica da sociedade industrial, como veremos a seguir.

## **CIDADE SOCIALISTA**

Conforme Aymonino (1972: 60), as hipóteses do socialismo científico, por estarem ligadas à transformação geral da sociedade, somente encontram seu primeiro lugar de provas na experiência soviética entre os anos 20 e 30 do século XX. O autor ressalta que é nessa conjuntura que, pela primeira vez, se elabora uma relação diferente entre cidade e campo.

A premissa básica dos socialistas científicos, referente à dissolução da oposição campo versus cidade, será retomada pelos intelectuais russos (Preobrazenskij, Grupo

Bucharin, Strumilin, Bazarov),<sup>24</sup> que propõem diversas alternativas para encontrar uma solução tida como de “equilíbrio” para a dita relação.

Da relação campo versus cidade, a visão que predomina entre os dirigentes soviéticos, no que diz respeito ao modo de vida no campo, pode ser sintetizada pelo sentimento de “atraso” e “dispersão”. Isso por causa do pressuposto ideológico de que é precisamente no campo onde ainda continuam “as raízes do capitalismo”. Esta firme convicção motiva os dirigentes a implementar políticas que atuassem como catalisadores, para atingir o “modo de vida” da população do campo (1972: 61).

É assim que Lênin, em 1920, no que diz respeito à integração do binômio campo–cidade, toma a iniciativa de eletrificação do campo, para conseguir o desenvolvimento de sua produtividade e estabelecer uma conexão rápida com as cidades, na visão de que estas são as que deveriam transformar um “campo atrasado e disperso” (idem.).

Para Stalin, em 1928, é também prioritário dirigir o esforço da economia nacional, a fim de evitar a ruptura entre a “cidade socialista e o campo de pequena produção campesina” (idem.).

Entretanto, para Aymonino, as medidas adotadas pelo grupo político dirigente como por diversos especialistas (economistas, urbanistas e administradores), para o desenvolvimento do campo, não alcançaram os objetivos propostos.

Na mesma relação dada pelo binômio campo x cidade, no que se refere à cidade, o poder soviético (que previa a expropriação das residências dos proprietários capitalistas), procedeu ao assentamento, em grande escala, dos operários concentrados nas áreas

---

<sup>24</sup> Ver Aymonino – “Orígenes y desarrollo de la ciudad moderna” –GG, Barcelona, 1972

periféricas das cidades. Porém, se estas medidas foram decisivas para eliminar a segregação “subalterna” da cidade, não foram suficientes para acabar com a carência do alojamento nas cidades, com o agravante de que transformações radicais implementadas nas cidades soviéticas não foram fruto de conquistas e decisões locais e, sim, de medidas implementadas por meio de decretos “centrais” (1972: 64).

No que se refere ao urbanismo, as premissas ideológicas defendidas pelos dirigentes soviéticos tentam superar as contradições de classe e criar uma cidade distinta, resultando em diversas propostas de planejamento. Assim são concebidos novos modelos de cidades, reconstrução das existentes, e diversos projetos sobre temas urbanísticos (por exemplo, projetos de Centros Industriais). Uma dessas propostas urbanísticas foi a criação da “cidade linear”. Foi aplicada nos planos das cidades russas de Magnitogorsk e Estalingrado. A cidade linear foi concebida, basicamente, através de uma proposta espacial baseada numa distribuição paralela sobre o território, das diferentes atividades necessárias ao desenvolvimento das cidades: faixas paralelas destinadas ao transporte, às indústrias, às áreas verdes (contempladas com diversos equipamentos), às residências e zonas agrícolas. Pelo tipo de implantação das atividades no território, distribuídas de forma paralela, propiciavam entre si uma relação de caráter igualitário em todos os pontos de sua extensão. Esta concepção, conforme Aymonino, teve, como objetivo, “romper o caráter monocêntrico e hierárquico da cidade especulativa” (1972: 65). Porém, o ideal almejado de construir a cidade socialista não conseguiu concretizar-se, sobretudo por causa da não-materialização do objetivo inicial, que era o de criar novas relações entre cidade e campo.

Para estar em melhores condições de apreciar as políticas de planejamento territorial desenvolvidas pelos soviéticos, dirigidas à construção e/ ou reconstrução de suas cidades,

os escritos de Miljutin<sup>25</sup> são dados vitais para a compressão da fase inicial desse processo. O trabalho de Miljutin é revelador, fundamentalmente, em relação aos modos de vida idealizados para esses novos alojamentos, mas também ao tipo de proposta espacial concebida. No documento “O problema da construção das cidades socialistas”, Miljutin estudou os requisitos fundamentais para o bom desenvolvimento da construção das cidades na fase inicial do socialismo. Esse estudo, segundo o próprio Miljutin, fora feito sempre tendo por base os pressupostos extraídos da metodologia marxista, valendo-se das premissas ideológicas de Marx, Engels e Lênin, quanto aos temas abordados da problemática urbana.

## O IDEÁRIO DA CIDADE SOCIALISTA

Muitos foram os temas de estudo sobre os quais os planejadores socialistas deveriam debruçar-se. Um deles refere-se diretamente à polêmica travada entre os partidários da urbanização e os favoráveis à desurbanização das cidades.<sup>26</sup>

Para Miljutin, essa discussão, vinda do contexto da vanguarda européia, relacionava-se às cidades capitalistas, mas não às cidades socialistas onde a propriedade da terra já fora abolida. Portanto, nessa nova situação, não era mais necessário discutir sobre a conveniência ou não, “de explorar ao máximo áreas compreendidas no território urbano”, pelo fato de serem as melhores áreas “servidas pela rede de serviços públicos”. Para as cidades “socialistas”, nos moldes de Miljutin, não existiam mais áreas privilegiadas (Miljutin, citado por Aymonino, 1972: 293).

---

<sup>25</sup> Miljutin fora o urbanista da revolução soviética que ocupou o cargo de presidente da comissão governamental para a nova construção urbana (Ver Aymonino, 1972).

<sup>26</sup> Sobre a conveniência ou não de construir menor quantidade de centros urbanos, com concentração de indústrias e comércio, ou de ocupar o território de uma forma mais ampliada.

Nesse sentido, a problemática da urbanização versus desurbanização não lhe dizia respeito, por ser considerada meramente da cidade burguesa, e a missão mais importante para os soviéticos continuaria sendo a eliminação das diferenças existentes entre cidade e campo. E é nessa lógica que, para Miljutin, se desagrega o próprio conceito de cidade: “A cidade atual é o produto de uma sociedade mercantil e morrerá com ela, fundindo-se com um campo industrializado, socialista” (idem).

Desse quadro precedente, o ideal defendido é integrar a indústria e a agricultura, valendo-se do progresso científico e do trabalho coletivo que dê sustento à criação de um novo tipo de assentamento. Isto permitiu, por um lado, a eliminação do “isolamento, o abandono e o atraso do campo” e, por outro, o da superpopulação das cidades. Citando o pensamento de Engels sobre a questão do alojamento, Miljutin corrobora essa idéia:

*“É insensato esperar que se resolva o problema da habitação conservando intactas as imensas cidades atuais (...) somente uma distribuição o mais racional possível da população sobre todo o território nacional, somente uma estreita relação entre indústria e agricultura, além da inevitável difusão dos meios de comunicação (...), poderá arrancar a população agrícola do isolamento e do embotamento em que esta tem vegetado no curso dos milênios, quase sem interrupção” (Miljutin, in: Choay, 1972: 293).*

Miljutin ainda observa que a discussão não permeia o binômio urbanização versus desurbanização e, sim, as características que deveria apresentar esse novo assentamento, sob a firme convicção da implementação de um novo modo de vida. Sobre os princípios defendidos para a planificação urbanística dos novos assentamentos, fora determinado de que cada assentamento representaria um todo unitário, formado pela indústria, agricultura, transportes, energia, atividades administrativas, habitação, ensino e estudo. Cabe agora analisar quais os parâmetros relativos ao tipo de vida que os socialistas queriam criar.

## **A NOVA ORGANIZAÇÃO DA VIDA COTIDIANA**

No que diz respeito aos modos de vida idealizados pela revolução soviética —a

necessidade de criar uma nova organização socialista-coletiva— num período caracterizado pelos seus dirigentes como etapa de transição, os planejadores se defrontam, em sua ação, com a disjuntiva de decidir quais prioridades devem inicialmente ser desenvolvidas: o *conceito de família, de propriedade, e educação* serão três pilares básicos na construção dessa nova organização da vida cotidiana. Para conseguir o objetivo de criar uma nova sociedade socialista, ancorada nos diversos critérios ideológicos e metas de desenvolvimento econômico, a vida doméstica da sociedade russa será um dos alvos preferidos de intervenção: grande parte do esforço é dirigido à criação de mecanismos de liberação da *mulher* do trabalho doméstico, para conseguir assim a sua incorporação à produção nacional. Para alcançar essa meta na fase inicial do “socialismo”, Miljutin, citando as palavras do próprio Lênin, afirma:

*“A verdadeira emancipação feminina, o autêntico comunismo, começa somente no lugar e no momento em que começa a luta (conduzida pelo proletariado no poder) contra o pequeno trabalho doméstico, ou, melhor dito, pela completa transformação desse trabalho no âmbito de uma grande economia socialista” (Aymonino, 1972: 288).*

Miljutin manifesta-se a favor da criação de uma rede de serviços centralizados, que teria as seguintes vantagens: emancipação da mulher do trabalho doméstico; a redução e, em alguns casos, a eliminação da necessidade de atrair aos centros urbanos nova mão de obra; a redução da demanda de novas habitações; o aumento da produtividade do trabalho; a melhora do nível de vida da população trabalhadora; o aumento do nível cultural dos cidadãos (1972: 311).

Para implementar essas medidas, são criados diversos serviços de cunho social, como refeitórios coletivos, lavanderias mecanizadas e instituições educativas para a infância. Embora os refeitórios coletivos tivessem como objetivo a “gradual abolição do costume de cozinhar individualmente”, na etapa de transição foram previstas também



cozinhas auxiliares próximas às comunas residenciais, para gerenciar os produtos alimentícios e a produção de comida semipronta, com a finalidade de reduzir o custo alimentar e o tempo de trabalho. No caso do projeto das lavanderias mecanizadas, sempre com o propósito de liberar a mulher desse trabalho, previram até sistemas de máquinas pequenas para uso da roupa pessoal dos operários (Aymonino, 1972: 312 - 13).

Os serviços coletivos previstos, além de liberar a mulher das tarefas domésticas, como já foi mencionado, tinham como meta “acabar efetiva e radicalmente com as atuais relações familiares baseadas na propriedade”, criando, através desses serviços coletivos, “as premissas econômicas para a eliminação da família enquanto unidade econômica” (1972: 319).

Com isso, conseguir-se-ia também um novo relacionamento social, em cujo contexto “as relações íntimas entre as pessoas se converteriam num fato privado, estranho a qualquer vínculo econômico” (1972: 319). Cabe mencionar que esse relacionamento social almejado, nessa concepção de novo alojamento, significava romper com os modelos tradicionais “pequenos burgueses”, representados pelo “pequeno apartamento unifamiliar, em cujo âmbito todas as exigências da vida coletiva se satisfazem em torno do trabalho individual” (1972:289).

Nas transcrições seguintes, se ilustram as necessidades básicas contempladas pelos planejadores, para a construção da célula individual, como também o tipo de equipamento destinado a cada célula.

A célula individual, destinada a uma única pessoa, devia servir:

1. para dormir;

2. para ler, estudar, etc.;
3. para as distrações individuais;
4. para guardar os objetos de uso contínuo (roupa branca, vestidos, objetos de uso cotidiano, etc.);
5. para prover a higiene pessoal mais elementar.

Equipamento previsto para a célula individual<sup>27</sup>:

1. um lugar para dormir, prático o bastante para que de dia a cama pudesse ser embutida à parede ou converter-se em sofá;
2. uma escrivaninha provida de gavetas para os objetos que se utilizam no trabalho intelectual (cadernos, livros, papel, etc.);
3. duas ou três cadeiras ou poltronas;
4. uma mesa pequena;
5. um armário para os vestidos e a roupa branca (por exemplo, embutido);
6. um lavabo;
7. um pequeno armário embutido que pudesse conter os objetos para a higiene pessoal e um espelho.

Em relação aos novos critérios concebidos para o papel que devia cumprir a educação nesse processo, tido como de transição (junto às políticas implementadas para a transformação do cotidiano doméstico e ao novo papel destinado à mulher, acima mencionados), as premissas educativas tiveram um lugar de grande destaque no planejamento dos novos assentamentos. A importância dada à educação fora sustentada através de diversos princípios ideológicos, traduzidos em critérios educativos e tendo como referência os estabelecimentos modelos. Trata-se de medidas de caráter decisório na

---

<sup>27</sup> Os requisitos sobre o equipamento individual, prevêm a mínima mobília, tendendo, por um lado, a eliminar o estado de “escravidão” que o homem mantém com seus próprios objetos, por outro, a permitir a produção em série (embora esta produção deva ser de boa qualidade), para diminuir os custos econômicos (Aymonino, 1972: 319).

concepção do homem novo, e que descrevo a seguir:

- 1) destinar, nos novos assentamentos, áreas para escolas de ensino médio e superior, localizadas em zonas próximas à indústria e à agricultura, a oficinas administrativas ou equipamentos sanitários de modo tal, que possam “combinar-se trabalho e ensino” (conforme Engels, citado por Miljutin, in: Aymonino, 1972: 99). O objetivo dessa premissa, em particular, traduzia o ideal de “transformar o momento da produção em momento educativo” (Miljutin).
- 2) criar “uma relação dialética entre as diversas gerações fundadas no trabalho e na cultura, já que a influência educativa que hoje exerce a família deverá ser progressivamente substituída pela influência da coletividade” (1972: 300). Esta premissa, por sua vez, deveria contemplar as características próprias de “um longo processo e de um intenso trabalho educativo”, no qual se alicerçariam as bases para poder “chegar a substituir a influência dos pais sobre a prole pela influência de toda a coletividade”, [pois] “se trata de um problema que, em nenhum caso, pode ser resolvido mecanicamente”, nem pode ser empregada “qualquer forma de coação” (Aymonino, 1972: 312).

Para alcançar este princípio educativo (fundado no ideal de criar novos referenciais para a formação do ser coletivo), foram idealizadas instituições especiais que servissem de suporte à base material para a educação coletiva da infância. Esses estabelecimentos deveriam ser vinculados às habitações dos adultos, permitindo, assim, uma estreita relação entre as famílias e as instituições; condição necessária, para o reconhecimento progressivo destas últimas.

---

Algumas das medidas mencionadas, introduzidas pelos planejadores sociais, como, por exemplo, a criação de refeitórios coletivos, ou as bases materiais referentes a uma educação de caráter coletivo para a infância (subtraída dos pais), foram motivo, na época, de insistentes críticas (dentro e fora do marxismo), sendo as mais comuns, as que previam “a destruição do núcleo familiar tradicional, provocando (...) o desmembramento e, portanto, a dissolução total da família” (1972: 313). Na argumentação de Miljutin, porém, a criação de serviços coletivos tinha como meta, por um lado, o fim da escravidão da mulher, “fenômeno típico do mundo burguês” e, por outro, as propostas educativas dirigidas à educação coletiva da infância buscavam anular a influência que sobre ela sempre houvera exercido a classe dominante (1972: 313).

### **PREMISSAS IDEOLÓGICAS VERSUS ESPAÇO CONCEBIDO**

Das colocações precedentes, vemos que o que está em jogo, na organização do novo modo de vida soviético, é:

- 1) replanejar a dimensão do cotidiano (fundamentalmente redesenhar o papel da mulher), em benefício da grande “família”, representada pelo coletivo social;
- 2) construir um novo relacionamento social, em cujo âmbito o núcleo familiar tradicional, baseado na propriedade, desse lugar a relações íntimas, despidas de vínculos econômicos; e
- 3) idealizar habitações que permitissem livres e múltiplas interações sociais.

Nesse contexto, a célula habitacional fora projetada com base em critérios de versatilidade, estandardização da unidade, respeitando os critérios de qualidade referentes

ao tipo de equipamento e dimensões mínimas. As características arquitetônicas, o tipo de mobília projetado, dimensões e forma e o critério dominante, sempre estavam atrelados ao conceito de espaço funcional.

As características citadas, traduzidas arquitetonicamente, significavam que a célula residencial, unidade de medida calcada nas necessidades da família tradicional, passa a ser agora concebida (isto, feito de forma individual: uma para cada indivíduo) como a unidade mínima arquitetônica, como embrião social da nova sociedade. Ou seja, este último pressuposto, o ideal de um novo ser coletivo, a nível arquitetônico, é o que sustenta a concepção de uma unidade habitacional pensada para o indivíduo como unidade mínima indivisível, em vez da família como unidade-motor da vida social. E, dessa maneira, os equipamentos construtivos, dirigidos à infância, foram pensados de modo a favorecer melhor desempenho laboral da família (no processo de transição), em particular o da mulher, e como local de formação desse novo indivíduo: unidade de medida e parte estrutural da unidade maior formada pelo coletivo social. Liberada a mulher dos trabalhos domésticos, e a família, do cuidado dos filhos, a estrutura familiar deve desaparecer como mero resquício da “vida burguesa”. Portanto, é a partir do indivíduo, e não da família, que se pensam e se articulam as diferentes opções espaciais: as células habitacionais são pensadas individualmente e é desse novo patamar de habitação que o “indivíduo” pode fazer e desfazer as diversas combinações (inclusive as de parentesco). As células habitacionais, por opção individual, poderiam ser organizadas por grupos, podem possuir intercomunicação, respeitando gostos, opções e costumes de seus moradores.

## PROBLEMAS ESTÉTICOS E HIGIÊNICOS

O ideário de uma área residencial “socialista”, em termos construtivos, previa os edifícios seguintes: habitações, refeitórios, junto com alguns locais auxiliares, anexos de pequenas dimensões, destinados às atividades coletivas de lazer (biblioteca, sala de sinuca, jogo de xadrez), institutos para as crianças em idade pré-escolar, internato para crianças em idade escolar, círculo de bairro (casa da cultura e do divertimento), dotado de biblioteca de bairro, instalações esportivas, etc. (Miljutin, in: Aymonino, 1972: 315).

Por sua vez, a distribuição dos edifícios, no território do conjunto planejado, deveria contemplar a entrada do sol, ter luz natural, iluminação direta, sendo inadmissível qualquer tipo de local habitável (corredores, ou até banheiros, por exemplo), desprovido de iluminação direta. Esse conceito baseava-se em critérios de vida tidos como saudáveis e dignos para o trabalhador. Nas diretrizes previstas sobre o destino dos locais residenciais, foram os usos proibidos: albergar funções mistas, por razões, em grande medida, de limpeza e higiene, para evitar predadores domésticos, perigo de epidemias infantis, ou mesmo desastres, como incêndios e/ou deteriorações diferenciadas do edifício (1972: 318).

Embora as colocações precedentes deixem estabelecidas, de forma precisa, a ruptura com a família burguesa, com o conceito de propriedade até em mínimos detalhes, (como pode ser visto nos comentários citados, sobre o tipo de mobília que deveria ser projetada, criando, assim, o desprendimento progressivo dos moradores sobre seus “objetos domésticos”), existe, entretanto, uma preocupação muito acentuada em idealizar o que se entende por nível de conforto básico. Conceitos de higiene, limpeza, luminosidade e ventilação são valores muito almejados e recorrentes nas colocações de Miljutin, que

resultam em comentários até do seguinte teor: todas as formas de ornamentos nos edifícios projetados deveriam ser “suprimidas decididamente por sua característica de receptáculos de pó e fonte de infecção. Igualmente deveriam ser eliminados, nos muros exteriores, os painéis de ‘plementeria’ entre janelas, que somente servem para tirar a luz das habitações” (Aymonino, 1972 :321).

Se, por um lado, ao nível do discurso, se toma distância “crítica” em relação ao grau de conforto habitacional da época, de residências decoradas, segundo Miljutin, “com ‘trapos’ de diversos tipos, com os quais nossos burgueses tanto gostam de enfeitá-las (...) transformando-as num empoeirado depósito de trastes inúteis” (1972: 321), nem por isso se despreza um ideal estético (nem de conforto, como já fora mencionado), presente em vários trechos do texto. A construção da própria mobília da célula planejada inclui elementos estéticos, como, por exemplo, a importância dada à cor e ao reconhecimento dos recursos vindos da arquitetura moderna e das artes aplicadas. A intenção era conseguir um nível aceitável de “vida sadia e agradável”, traduzida em termos espaciais, à procura da “maior quantidade possível de luz, de ar, de alegria e de simplicidade”. Estas são, por sua vez, as qualidades a que deve aspirar “o arquiteto moderno” (1972: 321).

Cabe sublinhar destes escritos, no que diz respeito às novas construções planejadas, é que os fundamentos arquitetônicos utilizados para a construção da nova organização socialista, se por um lado questionam, de forma radical, o modo de vida tradicional da burguesia, por outro, não ficam de costas ao contexto arquitetônico de seu tempo e enquadram-se junto à vanguarda da arquitetura internacional. Tal é, por exemplo, o caso da standardização proposta, referente tanto ao projeto arquitetônico, como à construção desses mesmos edifícios. Ou às premissas sublinhadas por Miljutin, em relação às

características construtivas que os locais devem apresentar sobre iluminação, ventilação, ou mesmo sobre a aparência estética de suas construções, para mencionar algumas das características mais expressivas colocadas por esses planejadores. Arquitetos, como Le Corbusier<sup>28</sup> ou Gropius, de renome internacional do modernismo na arquitetura, foram figuras de destaque para os modelos urbanísticos e arquitetônicos da revolução. Tal o caso, por exemplo, da comuna do urbanista soviético Strumilin<sup>29</sup>, que é comparável à unidade de habitação de Le Corbusier.<sup>30</sup>

Por outro lado, a preocupação de Miljutin e de seus correligionários (sobre a necessidade de projetar e construir locais arejados, áreas habitacionais sem cruzamento com outro tipo de atividades, ou mesmo a concepção de cidades lineais em contraposição às cidades concêntricas tradicionais), expressam necessidades e premissas urbanas que remetem às exigências do contexto de fins do século XIX e início do XX.

Como bem precisa Choay (1979), quando caracteriza a cidade desse período e afirmando que, para os urbanistas representantes do modernismo, “a cidade do século XX precisa realizar (...) a revolução industrial, para a qual não basta empregar sistematicamente os materiais novos, aço e concreto, que permitem uma mudança de escala e de tipologia; é preciso, para obter a “eficácia” moderna, anexar os métodos de standardização e de mecanização da indústria”.

---

<sup>28</sup> A classificação das funções urbanas, multiplicação dos espaços verdes, criação de protótipos funcionais e racionalização do habitat coletivo, diz Choay, são os temas em torno dos quais se organiza a cidade corbuseriana, e todos, por sua vez, pertencem ao acervo comum dos arquitetos progressistas da mesma geração (Choay, 1979).

<sup>29</sup> Stanislav Gustavovitch Strumilin ocupou altos cargos oficiais na União Soviética, e deve-se a ele a criação de comunas-tipo e cidades-modelos, a título experimental, com a finalidade de criar, segundo Strumilin, condições coletivas de trabalho e de vida para a juventude trabalhadora que deseje viver ao modo comunista (Ver Choay, 1979).

<sup>30</sup> Por sua vez, “a unidade de habitação já aparece prefigurada durante os anos de 1920, nos projetos dos arquitetos soviéticos Ol e Ginsburg (apud, Choay, 1979).



A busca dessa “eficácia” moderna leva seus representantes na arquitetura e urbanismo, nucleados ao redor de vários movimentos contemporâneos de vanguarda,<sup>31</sup> a propor “uma nova concepção austera e racional da beleza”, que “procura extrair formas universais”, em concordância com “a proposta (do movimento) dos cubistas”.<sup>32</sup>

Para Choay, essa nova relação de universalidade com o objeto, no urbanismo, se traduz na concepção “do homem-tipo”, presente no movimento dos pré-urbanistas do século XIX, o homem concebido de forma idêntica em “todas as latitudes e no seio de todas as culturas” (Choay, 1979: 21).

Nesse contexto, o ideário da cidade se revela a “serviço da eficácia e da estética”. A preocupação com a eficácia manifesta-se antes de tudo na importância atribuída à questão da saúde e da higiene, ligada aos progressos contemporâneos da medicina e da fisiologia (premissa que também fazia parte do planejamento dos soviéticos). E a cidade industrializada, considerada “instrumento de trabalho”, deve ser cuidadosamente “classificada” [em cujo âmbito] “cada função (...) deve ocupar uma área especializada” (Choay, 1979: 21-2), tendo o componente estético, por sua vez, um valor tão importante quanto o da eficácia. Mas trata-se de uma estética com características despojadas de todo sentimentalismo, com reminiscências do passado. Para Le Corbusier e seus discípulos, a “geometria torna-se o ponto de encontro do belo e do verdadeiro: a arte é regida por uma lógica matemática” (Choay, 1979: 23). Para uma melhor compreensão desse período histórico analisado, no que diz respeito à concepção do habitat proposto pelos arquitetos

---

<sup>31</sup> Entre os representantes desses movimentos de vanguarda, se encontravam os arquitetos urbanistas soviéticos nucleados no grupo dos construtivistas (Choay, 1979: 20).

<sup>32</sup> A proposta dos cubistas buscava dar “uma imagem completa e desprovida ao mesmo tempo de tudo o que é momentâneo, acidental, retendo apenas o essencial, o durável” (D.Kahnweiler, Juan Gris, in: Choay, 1979:20).

urbanistas soviéticos, afinados com o movimento da vanguarda funcionalista, a reflexão a seguir sobre a arquitetura racionalista contribui com novos dados e argumentos.

## PERSPECTIVA CRÍTICA SOBRE O RACIONALISMO NA ARQUITETURA

Das críticas feitas ao movimento racionalista na arquitetura, a obra de Berndt, Lorenzer e Horn (1974) –fundamentalmente o artigo de Lorenzer– dão elementos para pensar o lugar da estética na construção do hábitat. Para esse autor, o movimento funcionalista na arquitetura tem uma visão reducionista da arquitetura e do urbanismo, que visa a um nível utilitário–instrumental tanto da arquitetura, como de propostas urbanísticas. No entendimento do autor, essa visão contribui negativamente, propiciando o afastamento do homem, em nossas sociedades (em nível emotivo), de seu entorno ambiental. Para essa temática, as colocações de Adorno (Lorenzer 1974: 50)<sup>33</sup> enriquecem essa tese. Adorno coloca que a “nudez funcional”<sup>34</sup>, proposta pela arquitetura funcionalista, revela uma postura unilateral por parte de seus autores e seguidores. Privilegiando o que é funcional (diz Adorno), é necessário que se respeite também a sua “antítese”, o antifuncional. Para Adorno, o funcional e o antifuncional não estão separados um do outro:

*“A funcionalidade sem um fim é a sublimação dos fins. O estético não existe em si, senão unicamente como campo de tensões destas sublimações; mas, por isso mesmo, não existe tampouco uma funcionalidade quimicamente pura, contraposta ao estético” (Adorno, in: Lorenzer, 1974: 50).*

Para Lorenzer, quando esta consciência se deteriora, ou seja, quando a arquitetura se submete ao império da “funcionalidade quimicamente pura”, a exigência estética torna-se inevitavelmente irracional”. E, a partir de uma perspectiva psicológica, segundo o autor, “a eliminação da antítese “funcional–antifuncional ou a–funcional” no processo da

<sup>33</sup> Os trechos de Adorno, extraídos da obra de Lorenzer (1974), foram por mim traduzidos do espanhol.

<sup>34</sup> “Nudez funcional” refere-se ao tipo de estética idealizada pela arquitetura funcionalista, uma arquitetura despojada (indistintamente, segundo Adorno) de toda ornamentação.

configuração do entorno (meio ambiente) é interpretada como uma dissociação entre a “faculdade racional” e a “fantasia”. Por um lado, diz Lorenzer, “temos a vida num mundo rigorosamente racionalizado; por outro, a proliferação de uma fantasia que tem perdido contato com a realidade e se reduziu ao “fantástico irreal” (1974: 53).

A perspectiva de Lorenzer e Adorno vai ao encontro das críticas feitas ao urbanismo por Choay, ao caráter abstrato de suas matrizes e à necessidade de formular perspectivas que focalizem mais o homem. Podem ser citados, como exemplo, os estudos feitos com base em enfoques ecológico-ambientais, de abordagens estruturalistas e/ou semióticas da cidade, como formas possíveis de aproximação.

Retomando o pressuposto enunciado no início deste capítulo sobre a estreita relação que se estabelece entre a visão de mundo dos ideólogos (planejadores do território, críticos dos planejadores, articuladores políticos) e as representações espaciais idealizadas e implementadas, tanto as propostas de Owen e Fourier que –embora socialistas, representam saídas reformistas, malhas corretoras de uma realidade “doente” que pretendem transformar– quanto as propostas ditas socialistas da experiência soviética –o próprio pensamento de Engels, um de seus mentores privilegiados do universo soviético– desenvolvem propostas que normatizam a ocupação do espaço social, desconhecendo as especificidades culturais das populações que pretendem atingir. O sujeito social, seja urbano ou rural, sempre se encontra, para Engels, no início da cultura política e, como tal, deve ser arrancado de suas próprias trevas para transformar-se num ser social. As medidas propostas para organizar o cotidiano e expressas por Miljutin são, ainda, uma obra de caráter referencial, em razão do esmero com que são lapidadas as diversas premissas. São elas: o papel da educação como elemento transformador da realidade, a dignidade da

habitação para o trabalhador (traduzida em diversas características que retratam um tipo de conforto básico), o ideal da junção entre saber e trabalho, para criar, no próprio processo, o “novo homem” almejado. Porém, tais premissas utilizadas, sempre pecam pelo mesmo viés: a negação do cultural. E não necessariamente do “saber culto” e, sim, da “cultura” como elemento decisivo, organizador desse social. Na perspectiva de Miljutin, que é, por sua vez, a leitura das idéias de Engels, Marx e Lenin, o “homem”, como foi dito anteriormente, ainda não teria conseguido sair de seu estágio inicial –o fantasmagórico mundo das trevas.

Por sua vez, nas propostas analisadas tanto dos utópicos quanto dos soviéticos, no que diz respeito à proposta social embutida na solução espacial, além da concepção de modelos padronizados, similares para realidades diversas, a finalidade sempre tende à mudança de hábitos de vida das populações alvo, reforçando, ainda mais, uma direção de cima para baixo que desconhece e despreza o valor do movimento inverso de toda ação social. Estes modelos descritos se referem a propostas e não a sua aplicação à realidade. Cabe agora analisar a dinâmica que se trava na construção social do espaço no cotidiano, num movimento contemporâneo no Brasil, como é o caso do MST, tema do capítulo seguinte.

## **SEGUNDA PARTE**

### **A CATEGORIA ESPACIAL NA CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO POLÍTICO PARA O CAMPO**

#### **CAPÍTULO III - O MOVIMENTO DOS SEM - TERRA (MST)**

##### **INTRODUÇÃO**

O objetivo deste capítulo é, em primeiro lugar, contextualizar as formas de luta no campo, no Brasil, nestas duas últimas décadas, dando especial destaque ao papel do MST. A seguir caracterizamos o MST e seu ideário, para, em continuação, apresentar algumas das principais análises sobre os conflitos internos nos assentamentos e como é considerada a categoria espacial. Esta discussão será a base para poder desenvolver, nos próximos capítulos, tal categoria na análise do MST, mostrando como é altamente relevante para entender as novas formas de luta pela reforma agrária, devido ao papel do espaço físico

como condição necessária para que se materialize o tipo de ação desenvolvido pelos sem-terra.

## **GÊNESE E CRESCIMENTO DO MST**

No início dos anos 80, numa conjuntura política marcada pelo avanço das lutas populares no Brasil e pela perda progressiva de legitimidade dos governos militares, os conflitos por terra adquirem maior visibilidade e força, trazendo à cena novamente o debate sobre a viabilidade e necessidade da reforma agrária no Brasil. Mas, como afirma Palmeira (1994), o tema da reforma agrária não saiu nunca da agenda do Estado. No processo de modernização do campo brasileiro aconteceu que, ao mesmo tempo em que o Estado criava uma fortíssima coalizão de interesses em torno do negócio da terra, as bases de sustentação dos grandes proprietários foram sendo erodidas pelas transformações que aconteceram no campo. Ditas transformações manifestaram-se tanto através da exclusão do homem do campo, como de sua inclusão. Por um lado, foi uma época onde se registraram expulsões em massa dos trabalhadores rurais das grandes propriedades e a exclusão de pequenos proprietários rurais, contribuindo assim, de maneira expressiva, com a migração do homem do campo para as áreas urbanas. Por outro lado, a confluência de um conjunto de condicionantes –como a criação de uma rede sindical no país, a emergência de movimentos sociais, a participação e o trabalho da Igreja Católica nas lutas pela terra– foram elementos cruciais na transformação das relações sociais no meio rural, em processo de modernização.

Em termos da viabilidade e efetivação das reivindicações populares, no que diz especificamente respeito à reforma agrária, embora o sindicalismo rural dos anos '70 tenha tido uma presença atuante sobre essa demanda, impulsionando inclusive solicitações de

desapropriação de áreas de conflito, foi somente a partir do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais (efetuado em 1979), que se reconhece publicamente a necessidade de realizar mobilizações e pressões de caráter massivo, para que essa reivindicação histórica pudesse ter condições de se tornar concretizável (Medeiros e Leite, 1999: 9).

A legitimação do conflito agrário surgiu do próprio Estado, assumindo-se este como árbitro, ao criar o Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento (MIRAD), e formular o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) (Giuliani & Castro, 1996). O próprio fato de entregar a um militar a direção do Ministério Extraordinário dos Assuntos Fundiários, criado em 1982, revela o teor de gravidade dos conflitos por terra, que “fazia com que eles fossem percebidos como questão ligada à segurança nacional” (Medeiros e Leite, 1999: 9). O processo de luta, desencadeado pelos setores populares, resultou na implementação de algumas medidas concretas vindas do Estado, de teor ainda muito ‘tímido’, segundo os analistas, como foram exemplo as desapropriações conjunturais de terra e a criação de assentamentos rurais implementados pelo governo federal e por governos estaduais.

As novas formas de luta, representadas por invasões e ocupações de terra e pela construção de acampamentos nas áreas ocupadas, se constituíram em ações de grande dramaticidade social, que geraram questionamentos não só aos governos militares, mas também às próprias práticas sindicais, e foram o marco dentro do qual surgiu o MST.

O MST é hoje “o maior movimento social popular organizado do Brasil e, possivelmente, da América Latina” (Gohn 2000:105). As origens do MST devem ser procuradas, como mencionamos, no surgimento das novas formas de organização e de luta

dos trabalhadores rurais, que aconteceram, particularmente, a partir de 1970, e no papel decisivo desempenhado por alguns dos agentes intervenientes e mediadores. Nesse sentido, seguramente o principal germe deve ser procurado nos desdobramentos que teve a mudança de concepção aplicada pela Igreja Católica à sua maneira de agir no campo, instrumentada, a partir de 1975, pela criação da Comissão Pastoral da Terra, a CPT, que veio a ser acompanhada pelo trabalho das Comissões Eclesiásticas de Base, as CEB's.

A mudança foi uma das conseqüências do Concílio Vaticano II, de 1964, com uma nova perspectiva, que enfatizava a prioridade da atuação da Igreja junto aos pobres, e que, no que diz particularmente respeito ao caso do Brasil, viu-se traduzida em uma visão ruralista, "segundo a qual a sociedade ideal seria a da reunião de várias comunidades de pequenos produtores" (Gohn 2000 a:143). A ampla receptividade da ação da Igreja Católica pelos trabalhadores rurais e despossuídos da terra, deve ser atribuída não apenas à uma nova postura evangelizadora na pregação, como também à participação direta de seus membros na proposta e efetivação de formas de organização para canalizar, através da luta política concreta, as reivindicações dos trabalhadores rurais.

Uma outra variável explicativa da receptividade à mensagem das pastorais deve-se a que os trabalhadores rurais encontraram na Igreja uma instituição que soube respeitar seu modo de raciocinar, resgatando sua cultura, seus valores e suas formas de expressão, sem tentar substituir os tradicionais laços de compadrio e amizade, de relação comunitária e solidariedade, cuja base de sustentação passa pela família, entendida como a unidade básica de produção no meio rural (Gohn, 2000 a:143/153).



Em termos gerais, pode-se dividir a história do MST em três períodos principais. O período inicial cobre os anos desde a criação em 1979 até 1985, caracterizado pela luta por terras dentro dos marcos abertos pela Reforma Agrária, sobretudo nos estados do sul. Fase de conflito entre CPT e MST por causas de pressão para passar à luta. Esse quadro de conflitos se aprofunda na medida que cresce a participação, dentro do MST, de militantes provenientes do PT, Partido dos Trabalhadores, e da CUT, Central Única dos Trabalhadores, que, progressivamente, “foram se apropriando do movimento e dando-lhe sentido” (Gohn, 2000 a:145). Essa mudança, na orientação do movimento, fica claramente sintetizada na caracterização feita por João Pedro Stédile, a propósito do primeiro encontro nacional convocado pela Coordenação Regional, acontecido em 1984, em Cascavel/PR: “fizemos esse encontro nacional em Cascavel -PR e aí sim, já com a marca bem de trabalhador mesmo, quer dizer, aquele ainda de Goiânia foi um encontro da CPT, para refletir sobre a luta pela terra. Esse aqui não, esse já foi das próprias lutas” (In: Mançano Fernandes, 1999:79).

O segundo período cobre os anos 1985 até 1988, onde o movimento adquire grande visibilidade na mídia a partir de que se estrutura a nível nacional com forte organização em vários outros estados, onde se produzem lutas e ocupações.

O terceiro período é o mais recente, iniciado em 1988, quando as alterações acontecidas no quadro político e institucional, a nível internacional, levam gradativamente o MST a redefinir sua própria estratégia, procurando orientar-se para um fortalecimento da produção nos assentamentos, mas deixando de lado a alternativa socialista. O lema básico desta etapa é ‘ocupar, resistir, produzir’ (Gohn, 2000 a, Mançano Fernandes, 1999). Passam a ser debatidas questões da estrutura para organizar a produção, do próprio modo de

produção e de como garantir maior poder de negociação para os trabalhadores rurais sem terra. Nesta etapa também destaca-se a relevância dada à educação, para garantir uma qualificação que permita aos acampados e assentados se reconhecerem na condição de cidadãos. Trata-se do programa pedagógico – educativo, implementado pelo movimento, através do Coletivo Nacional do Setor de Educação do MST, que evidenciara a projeção alcançada ao receber reconhecimento e apoio da comunidade internacional, através de premiação da UNICEF.

## **NOVOS ATORES SOCIAIS**

Os conflitos pela terra foram resultado de diferentes tipos de reivindicações, como também foram diversos os atores que deles participaram. Para Giuliani & Castro (1996:140), o caráter concentrador da modernização do campo brasileiro levou ao surgimento de um novo ator social, representado por diversas categorias de trabalhadores rurais, arrendatários, posseiros, pequenos proprietários, filhos de pequenos proprietários e demais excluídos do acesso à terra, que foram se identificando como 'sem-terra', e que deram lugar ao surgimento do MST.

Além dos atores-demandantes citados, existiu a participação crucial de forças mediadoras no processo, que atuaram como veiculadoras e/ou impulsionadoras dos conflitos. Entre algumas dessas forças atuantes, Medeiros e Leite (1999:13) identificam o caso, por exemplo, de antigas lideranças originárias das lutas por terra, ocorridas nos anos '50 e '60, no estado de Rio de Janeiro; a atuação da Igreja Católica nos estados de Sergipe e Mato Grosso; os sindicatos e organizações particulares dos seringueiros, no estado do Acre.

Ressaltam que, de todas essas forças mobilizadoras, a que ganhou maior visibilidade nesse processo foi o MST, especialmente nos estados de Rio Grande do Sul e São Paulo.

Medeiros e Leite esclarecem que o tipo de ação desenvolvida foi principalmente a de mobilizar trabalhadores expulsos da terra, para realizarem ocupações no intuito de pressionar a esfera governamental a intervir, quer seja mediante desapropriação, quer seja mediante compra. Segundo esses autores, quando ficaram esgotadas as possibilidades de resolução de antigos conflitos, é que a presença do MST torna-se dominante.

No que diz respeito às origens dos conflitos por terra, Medeiros e Leite (1999 a) especificam que tanto foram consequência de velhas reivindicações pela posse da terra, (como no caso dos posseiros), como de novos conflitos, originados por ocupações de terra efetuadas por antigos ‘bóias frias’ ou ex-assalariados permanentes; e até por ocupações de áreas efetuadas por populações de origem urbana. De todas as formas, os pesquisadores ressaltam que, embora exista uma pluralidade de situações e de diferentes atores registrados nessas experiências espalhadas pelo território nacional, pode-se considerar que há a presença de um ‘segmento social’ determinado, localizado nos assentamentos, que é quem dialoga “com o Estado e com a sociedade, de forma específica e direcionada, conseguindo, para além das marchas e contramarchas políticas, consolidar um acúmulo de experiências e conquistas inquestionáveis e, até certo ponto, irreversíveis” (Leite, 1999 a:154).

## **OS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA**

Atualmente os assentamentos, constituem uma realidade no espaço rural brasileiro. E sua história de lutas e conflitos sociais, com a respectiva repercussão na organização do espaço, “pode revelar a força dos grupos sociais em conflito”. Até Junho de 1999, havia

3.958 assentamentos com 475.801 famílias de assentados, numa área que totalizava 22.996.197 hectares (DATA LUTA/ UNESP/MST), embora estes números sejam modestos, se comparados com os 164.684.300 hectares (equivalentes a 43,9% da superfície agrícola do país, estimada em aproximadamente 360.000.000 hectares), correspondentes a 50.105 latifúndios, que equivaliam a menos de 1% do total de estabelecimentos existentes (Oliveira, 1991, in.: Mançano Fernandes, 1999:41). Isto não diminui a importância desses assentamentos como núcleos estratégicos no quadro das transformações pelas quais passam as estruturas agrárias brasileiras, desde os anos '60, devido a uma modernização de exclusão. Como afirmam Medeiros e Leite (1999 a:153), existiria no Brasil uma “realidade agrária ‘reformada’ nada desprezível, com um potencial de inserção –econômica, política e social– a ser explorada mais exaustivamente”.

Sobre os assentamentos da reforma agrária existe atualmente uma vasta bibliografia. Desde trabalhos acadêmicos –monografias, dissertações e teses– até resultados de pesquisas (algumas fruto de equipes interdisciplinares sobre a temática), que buscam abranger, nas suas investigações, as diversas realidades regionais. Em qualquer hipótese, o tema dos assentamentos reveste-se hoje de uma importância decisiva para compreender o estágio em que se encontra a reforma agrária dentro da política brasileira.

Medeiros e Leite (1999 a:156/8) referenciam alguns dos temas recorrentes que, no geral, privilegiam o recorte econômico: a organização interna dos assentamentos; as trajetórias e redes de relações dos assentados; as diferentes formas e efeitos da intervenção estatal; o processo de construção de novas identidades; ou, ainda, análises sobre o padrão tecnológico dos assentamentos em relação aos financiamentos e à estrutura do mercado. Os referidos autores introduzem uma nova perspectiva de análise, pouco trabalhada,

privilegiando agora o estudo dos impactos que causam os assentamentos nas regiões onde eles estão inseridos.

Giuliani & Castro (1996) fazem um histórico onde analisam a viabilidade e o desempenho econômico dos assentamentos, caracterizando que o retardamento por parte do Estado em manifestar interesse pela vida econômica dos assentamentos –fato que acontece somente no início dos '90– deve-se à convicção dominante de que essas novas estruturas não passariam de ser um ‘remendo’ social, sendo, portanto, pouco expressivo seu desenvolvimento econômico<sup>35</sup>. Entretanto, os autores consideram que as conclusões de uma pesquisa –embora esclarecem que seus resultados foram criticados– realizada pela FAO<sup>36</sup>, em 1992, sobre o desenvolvimento econômico dos assentamentos, abre o precedente para outorgar uma nova legitimidade ao processo, ao reconhecer nessas estruturas também a dimensão de entidades produtivas e não meramente políticas.

Romeiro et alii, citados por Medeiros e Leite (1999:156), baseados na mesma pesquisa da FAO, concluem que os assentamentos mostraram ser “eficazes promotores do desenvolvimento rural e da fixação do homem ao campo”. Se, por um lado, alguns registros mostraram baixa produtividade (de fato, este tema é controvertido), por outro lado, os assentamentos foram o veículo de um processo crescente de integração ao mercado de um vasto contingente de excluídos sociais. Para Medeiros e Leite (1999), os assentamentos geraram empregos e, de alguma maneira, aumentaram o nível de renda das famílias

---

<sup>35</sup> Depois de uma década de funcionamento dos assentamentos rurais, Giuliani & Castro (1996:142-3) dizem que os estudos sobre essa realidade teriam se concentrado mais nas questões políticas, dando maior ênfase à organização do movimento em suas diversas fases de luta, tendo sido negligenciadas outras dimensões, como, por exemplo, a cultural.

assentadas, com reflexos na economia municipal e regional. Ou seja, alteraram, em maior ou menor medida, as relações de poder local, provocando mudanças no espaço onde o assentamento se insere e na dinâmica das políticas públicas voltadas para eles.

Considerando a questão da legitimidade política, os assentamentos teriam fortalecido os movimentos de luta pela terra, dado que “constituíram-se em prova da eficácia das pressões intensas, em particular pelas novas formas adotadas, como são as ocupações de terra e os acampamentos” (Medeiros e Leite, 1999). Em termos institucionais, o Estado teve que se preparar –através de novos organismos e de novas leis e regulamentações– para lidar com essa nova realidade. Entretanto,

*“A criação dos assentamentos, por ser uma resposta conjuntural por parte de um Estado pressionado pelas mobilizações populares, teve a carência de um planejamento adequado que permitisse receber correta implementação. Questões básicas como ausência de mecanismos de apoio para sua efetiva instalação, ou de estudos que permitissem o conhecimento necessário para a implantação dos projetos no território (já que em termos de localização dos assentamentos, o que prevaleceu foi o critério da dispersão), foram elementos de caráter adverso, que terminaram por agir de forma negativa sobre as condições de produção, formas de sociabilidade e estabilidade dos projetos” (Medeiros e Leite, 1999:11).*

Os assentamentos e assentados representam categorias que não podem ser esvaziadas do processo vivenciado, “das trajetórias, nas quais entram a relação mediata e imediata com a terra, as conseqüências de processos de despejos e/ou expropriações não são apreendidas no levantamento censitário” (Bergamasco e Ferrante, 1998:112). Enfatizando a diversidade que apresentam os assentamentos –mutações, diferenças de visão, confronto de interesses, as autoras reafirmam a dificuldade de apreender a realidade dos assentamentos. Esta perspectiva vem ao encontro dos interesses desta pesquisa: a

---

<sup>36</sup> A pesquisa financiada pela FAO (1992), sobre uma amostra de assentamentos em todo o país, no intuito de traçar um perfil de seu funcionamento econômico e produtivo, concluiu que os assentamentos podem ser considerados viáveis economicamente. O valor da renda média de uma família assentada, pelas diversas estratégias implementadas, seria mais alto que a renda média de uma família de trabalhadores rurais na mesma região. (Giuliani & Castro, 1996: 141)

preocupação por apreender a dinâmica dos assentados no dia-a-dia dos assentamentos e acampamentos.

## **A ESTRUTURA DO MST**

No processo histórico de avanço do movimento, permeado por derrotas e vitórias e tendo que enfrentar sempre novos desafios, “o MST foi se transformando de acordo com a realidade da luta” (Mançano Fernandes,1999:82). Ou seja, o movimento foi alterando e adequando sua estrutura a novos requerimentos e à ampliação de sua influência. Na atualidade, a forma organizativa do MST está assim composta:

- 1- ‘Coordenação Nacional’, integrada por aproximadamente 90 pessoas; conta com 2 representantes em cada estado da União (segundo Gohn, 2000:117, atua em 22 estados), mais um representante eleito em cada Central de Cooperativas Estaduais, 2 membros eleitos por Setores Nacionais, e mais os membros da Direção Nacional;
- 2- ‘Direção Nacional’, integrada por 21 membros eleitos em Encontro Nacional;
- 3- ‘Coordenação Estadual’, coletivo eleito no Encontro estadual e composto por 7 ou até 15 membros, dependendo das condições e da realidade particular a cada estado da União;
- 4- ‘Coordenação Regional’, integrada por membros eleitos ou indicados nos Encontros Regionais;
- 5- ‘Coordenação de Assentamentos e Acampamentos’, integrada por militantes provenientes de vários Setores, como produção, saúde, educação, comunicação,

frente de massa, finanças, etc. Seus membros participam da Coordenação Regional.

Mançano Fernandes (1999) faz uma distinção entre a 'forma organizativa', registrada, e a 'estrutura' do movimento, cujas diferentes instâncias hierárquicas são assim apresentadas: Congresso Nacional, Encontro Nacional, Coordenação Nacional, Direção Nacional e Secretaria Nacional, Setores Nacionais, num total de 9, correspondentes a Relações Internacionais, Secretaria Nacional, Sistema Cooperativista dos Assentados, Frente de Massa, Educação, Formação, Comunicação, Finanças e Projetos. De acordo com Mançano Fernandes (1999: 83), "em nenhuma das instâncias existem cargos tipo: chefes, presidentes, diretores, etc. Os dois graus da hierarquia são coordenadores e membros".

## **O IDEÁRIO DO MST**

O MST é identificado, dentro e fora de Brasil, tanto como um movimento social que luta pela reforma agrária, como pelo tipo das ações que desenvolve para conseguir seus objetivos, com ocupações massivas de terra e acampamentos em lugares públicos (disputando os lugares simbólicos do poder), com enfrentamentos e desenlaces trágicos de muitas de suas ações.

Há uma simbologia que acompanha estas ações do MST, envolvendo ferramentas de trabalho (foices, enxadas, facões, travestidas de armamento bélico pela mídia, dependendo sempre do meio de comunicação que divulga ditas ações), bandeiras, vestimentas (portando símbolos do MST), cantos de alegorias (à luta, à história, à terra, à



vida), abrigos provisórios (barracas cobertas de lona plástica, construídas em acampamentos que visam à terra, ou acampamentos nos espaços públicos da cidade).

Na construção do ethos do MST, a produção simbólica (retratada tanto nos diversos momentos de ritualização, como na encenação espacial de muitas de suas ações) ocupa um lugar de grande destaque. Seu ideário, encarnado nos símbolos de luta, na participação coletiva, nos elementos religiosos presentes, na exaltação dos valores e símbolos nacionais, faz parte da comemoração de todas suas datas, como de seu próprio acionar, seja este de caráter organizativo (eventos de caráter local, regional ou nacional, como reuniões, assembléias, congressos), de caráter festivo ou ações que visem à luta e resistência, como são as ocupações de terra e/ou de áreas públicas para pressionar órgãos governamentais. Nas datas festivas, datas dolorosas, datas de luta, sempre está presente um repertório artístico representado por todos esses símbolos (roupas, cantos, poesias, cores, gestos, bandeiras, palavras de ordem).

Traduzir o ideário do MST sobre a construção social do espaço implica tecer uma trama de fios através de diversos planos, que podem sintetizar-se em questões que dizem respeito especificamente ao território físico, ao universo político, como aos valores que defende e implementa o movimento. Em termos da cosmologia do MST, essas três dimensões estão sempre presentes e articuladas.

## A TRANSMUTAÇÃO DOS VALORES

*“Águia! Você nunca deixou de ser águia! Você pertence ao céu e não à terra. Mostre agora que você é de fato uma águia. Abra seus olhos. Beba o sol nascente. Estenda suas asas. Erga-se sobre você mesma e ganhe as alturas. Águia, voe!” (in: Leonardo Boff, 1997:68)*

O objetivo estratégico assumido explicitamente pelos representantes do MST é a “opção pelo Homem”, pela formação de um novo ser, pelo privilegiamento do resgate da

dimensão humana em detrimento da lógica perversa do capitalismo. Bogo, um dos sistematizadores deste ideário do MST, assim explica esta orientação:

*“O capitalismo destruiu os valores humanos e passa a ver as pessoas como objetos descartáveis que servem apenas para gerar lucro. Precisamos desenvolver valores para quebrar esta lógica perversa e estabelecer relações de solidariedade entre as pessoas” (Bogo, 1999:117).*

São vários os valores que o MST reivindica na sua proposta política – a solidariedade, o companheirismo, o trabalho, a cooperação, o estudo, a preservação, a beleza, entre outros – sendo que eles devem ser desenvolvidos segundo as circunstâncias específicas de cada local, “procurando melhorar o nível de organização das pessoas na elevação da consciência moral e ética” (Bogo, 1999:94). Os valores do MST antecipam um ideal de homem a ser modelado, que deve ser um novo homem livre e criativo, privilegiando a dimensão da vida humana em detrimento do homem enquanto instrumento mecânico. Ressaltando a importância da cultura para o resgate desta dimensão humana, Bogo recupera a visão de Boff sobre cultura, entendida como “o conjunto de práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um Estado de coexistência social”. A educação seria o caminho para isto. Bogo sintetiza e complementa essa visão dizendo que “cultura são os elementos que constituem e vão constituindo a própria história, tanto individual quanto comunitária, através de um processo educativo” e, nessa perspectiva, a história é a “atividade dos seres humanos que se organizam para alcançar seus objetivos” (Bogo, 1999:50).

A concepção de cultura, adjetivada pela prática educativa, permite, entre outras coisas, decidir tanto quanto deve ser desenvolvido e eliminado da vida social. Segundo Boff, citado por Bogo (idem) – deve-se “eliminar desvios (e) aperfeiçoar aspectos positivos”. Mas a preocupação de Bogo não se reduz meramente ao entendimento do que

seja cultura ou história de per si, mas, como foi colocado, para orientar a reflexão e o trabalho político dos dirigentes da organização (agentes considerados de transformação da realidade), que são os que estão em contato direto com a base social do MST. Na sua visão, não basta organizar o povo, há que contemplar sua cultura, porque,

*“tanto os elementos e meios que vão sendo arranjados para se fazer a luta fazem parte da cultura, quanto a forma de andar, vestir, cantar, alimentar-se, armar lonas para morar por uma noite à beira das estradas, nas longas marchas desenvolvidas”* (Bogo, 1999: 50).

Estes fazeres são parte das diversas dimensões da vida humana, constituintes e constituídos pelo acionar político. Em princípio, toda prática é considerada consciente, e o subjacente, que não emerge de forma tão visível à superfície, como são crenças, superstições, valores “desviantes” como, por exemplo, o individualismo, é possível ser transformado pelo acionar “consciente”, desenvolvido através da via educativa.

Para um melhor entendimento da proposta do MST, cabe também esclarecer a noção de “realidade” enunciada por Bogo, enquanto desmistificação necessária da dicotomia entre as condições objetivas vs. subjetivas da realidade:

*“...as condições objetivas da realidade não são somente o desenvolvimento das forças materiais; mesmo os elementos subjetivos (organização, consciência, valores) se tornam elementos objetivos, pois estes precisam fazer-se concretos para que a transformação aconteça”.*

As realidades, em geral relegadas, como “a religião, a arte, a língua, os costumes, etc.,” deveriam ser contempladas “na esfera da realidade social e política”, fazendo parte dos objetivos políticos da organização, porque fazem parte da “vida objetiva da sociedade e constituem a consciência social de um povo” (Bogo, 1999:51). Pelas suas colocações, não existiria indivisibilidade das diferentes dimensões da vida humana, sendo que todas elas fazem parte do fazer político.

Para viabilizar e implementar os valores e princípios reivindicados pelo MST, recorre-se a duas noções que pertencem à própria matriz ideológica da organização: a de consciência –do marxismo– e a de celebração –da teologia cristã– ambos pilares do nascimento e crescimento do MST. A primeira, a da consciência, remete aos diferentes estágios da mesma, desde a formação da consciência social até a formação da consciência política. No dia-a-dia dos assentamentos é onde se desenvolve a consciência social. A segunda – o estágio que pertence ao surgimento do novo ser – desenvolve-se em todas as ações do MST, mas como estágio superior da consciência social. Esta última visão, o surgimento do novo ser, pressupõe dita transformação na prática. Isto explicaria o privilegiamento do MST pela prática.

A segunda noção, a da celebração da vida, encarnada na mística que pratica o MST, expressa a comunhão da história vivida, dos valores compartilhados e representa, por sua vez, os ideais a conseguir – os motivos para continuar lutando. Por isso, a expressão mais significativa do MST sobre a mística seja a idéia de que é necessário “viver a mística”. Este tema será tratado oportunamente no capítulo seguinte.

Através da prática educativa pode-se desenvolver e implementar valores que transformem velhas relações e abriguem novas relações de solidariedade e de companheirismo. Somente nessas circunstâncias seria possível lutar pelos objetivos estratégicos, dar continuidade à luta empreendida e concretizar a construção de uma sociedade socialista.

## O IDEÁRIO DO MST PARA OS ASSENTAMENTOS

Os assentamentos, no ideário do MST, representam pontos nevrálgicos de caráter estratégico para a continuidade da própria luta. Seria precisamente no cotidiano dos assentamentos onde deveriam ser implementadas as fases contempladas na proposta ideológica do MST: transformar o estágio da “consciência social” em “consciência política”. Seria também nos assentamentos onde o MST deveria defrontar-se com a diferença entre os assentados a nível local, estadual e regional, como organização que é de caráter nacional.

Talvez o grande dilema a ser resolvido na proposta ideológica do MST seja como mediatizar na prática seu objetivo estratégico: o de construir um novo “homem”. Ou seja, como dar continuidade à construção de uma identidade política (criada para e na luta por terra) do “sem-terra” no cotidiano dos assentamentos.

Na utopia do MST incentiva-se a transformação do sem-terra, significando que há que (re)criar um novo sem-terra, um tipo ideal de sem-terra. Mas, conforme posto anteriormente, este ideal gera conflitos que atravessam o cotidiano nos assentamentos.

Entretanto, junto com a existência de critérios como estes, que predeterminam e rigidizam o acionar do MST, colocando-o, às vezes, como um movimento muito radical, ou mesmo pouco tolerante com a diversidade de sua própria base social, o MST também pode ser considerado como uma organização política que está em permanente construção. Isto poderia ser observado nos cursos de formação para seus militantes, para a juventude, encontros de avaliação interna, implementação de novas experiências entre os sem-terra,

onde se procuraria identificar problemas decorrentes das propostas básicas e tentar reverter os mesmos através de desenvolver o que se identifica como “desafios”.

Mas será dentro dos assentamentos (locais estratégicos para o desenvolvimento dos novos valores) que o MST vai defrontar-se com as maiores dificuldades enquanto visualização de suas ações como radicais e /ou autoritárias. E, nos documentos do MST sobre cooperação, depreende-se o teor e a preocupação com o andamento dos assentamentos e os conflitos entre os interesses coletivos e individuais.

### **A Cooperação No MST**

Os GC (grupos coletivos), as CPAs (Cooperativas de Produção Agropecuária) junto com formas cooperativas, como o mutirão, puxirão, troca de serviço, núcleos de produção, associações, grupos semicoletivos, entre outras, estariam entre as diversas formas de cooperação utilizadas nos assentamentos. Para o MST, a forma seria uma questão secundária; o que importa é o ato de cooperar. Entretanto, para o próprio MST, os GC e as CPAs seriam consideradas formas mais complexas e de maior nível de consciência de seus participantes. Isto porque, nesses tipos de organização, os sem-terra dispor-se-iam a organizar o processo de produção de forma coletiva. No caso específico da formação dos grupos coletivos, não se exigiria um número determinado de participantes, podendo funcionar sem necessidade de legalização. Todos os investimentos feitos em meios de produção são feitos coletivamente e estariam sob controle do coletivo. A divisão social do trabalho e toda a mão de obra do grupo está submetida ao planejamento feito pelo coletivo. Os grupos são organizados por setores de produção e o planejamento da produção é decidido pelo coletivo de sócios (prévia elaboração de um plano centralizado), discutido

por todos os membros e decidido em assembléia. Neste tipo de grupos de produção coletivizada, as moradias, em geral, constroem-se em agrovilas. Para o MST, embora a informalidade e não legalização dos grupos, seria esta uma experiência prática para aspirar à constituição da formação de Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs) (Caderno de Cooperação Agrícola Nº5,1997: 65).

A diferença das CPAs (implantadas a partir de 1989) em relação aos grupos coletivos, confirma que as CPAs devem ser registradas como empresa cooperativista, regidas pela legislação cooperativista brasileira. Segundo o MST, para sua constituição, deve respeitar-se que a terra fique sob controle do coletivo; permitir a liberação de quadros; que sua localização seja feita numa área estratégica; e que possua um plano estratégico de desenvolvimento. Mesmo que a terra permanecesse sob controle do coletivo, existiria uma pequena parcela destinada à produção de “subsistência mínima” de cada associado. A cooperativa tem capital social e este é subdividido em quotas-partes, que vão sendo integralizadas na conta de cada associado. A cooperativa controla de outra forma a parte do capital acumulado, que se torna investimentos considerados pela legislação de fundos indivisíveis; neste caso, tornam-se patrimônio social e não podem ser divididos em caso de dissolução. A CPA organiza também o trabalho em setores, a partir da divisão do trabalho. Igualmente no caso dos grupos coletivos, as casas organizam-se em agrovilas (Caderno de Cooperação Agrícola, Nº 5,1997: 71).

A transformação exigida ao sem-terra no ideário, de fato, pressupõe um tipo ideal de sem-terra. Ou seja, encarna uma grande e grave contradição, qual seja, a de que a idéia de tipo ideal implica a condição de homogeneidade do sem-terra. Portanto, um dos grandes

problemas é dar-se conta da heterogeneidade do sem-terra, ou perder exatamente o local político de maior importância para o MST: os assentamentos analisados a seguir.

### **A Organização Interna dos Assentamentos**

No que diz respeito à organização interna dos assentamentos, diversos autores (Medeiros e Leite,1999; Giuliani & Castro, 1996; Navarro, Moraes e Menezes,1999; e Romano,1994) coincidem em afirmar que as pesquisas que têm privilegiado o recorte organizacional revelam heterogeneidade entre os assentados e diferenciação interna entre as visões dos mediadores e assentados. Particularmente Medeiros e Leite (1999:158) ressaltam que esse recorte de pesquisa tem contribuído “para romper com uma tendência, marcada por um certo romantismo e fortemente influenciada pela imagem que os grupos procuram passar deles mesmos, que é a de um certo comunitarismo no plano interno, negando-se as tensões inerentes aos processos sociais”.

Navarro, Moares e Menezes (1999) explicitam que o estudo da organização interna dos assentamentos tem - se mostrado altamente produtivo e de caráter obrigatório, porque a dinâmica interna dos assentamentos –e fundamentalmente dos assentamentos onde o MST atua– tem revelado complexos processos de integração, desintegração, acomodação e rearranjo dos grupos sociais. O estudo desses processos teria mostrado não somente o jogo de forças internas dentro dos assentamentos, como também a influência do contexto e das instituições locais e nacionais. Para os referidos autores, a questão mais polêmica de ser contemplada seriam as “tensões e indefinições entre as diferentes propostas de organização da produção e sua relação com as trajetórias das famílias” (1999: 53).



Romano (1994:250/1), a partir de pesquisas que focalizam os processos de organização no interior dos assentamentos (Zimmermann, 1994; Bergamasco 1994; e Pantoja Franco, 1994), sistematiza alguns pontos cruciais: a) a significatividade das lealdades primordiais na delimitação dos grupos e na organização interna do assentamento; b) a questão de poder como problema central dos assentamentos e a abordagem destes enquanto campo de luta, um espaço social específico marcado pelo conflito; c) a temporalidade específica dos assentamentos com os problemas da delimitação dos estados da trajetória do assentamento e a questão das continuidades e discontinuidades nas relações sociais; d) relativização da oposição *coletivismo-individualismo* como par fundante da forma de pensar os assentamentos; e e) a complexidade das relações dos mediadores, que se expressa também no conflito de valores básicos, como é o caso de igualitarismo-hierarquia. Para o autor (1994:251), os critérios étnicos, de parentesco, religiosos, etc, funcionariam como princípios orientadores da conduta de mundo dos atores, agregando interesses e organizando a conduta em torno das lealdades primordiais, sendo elas as que demarcariam e delimitariam os grupos sociais no assentamento.

Conceituado o assentamento como um espaço social marcado pelo conflito, como um campo de lutas em torno da distribuição desigual de diferentes tipos de capital, Romano propõe recuperar a multiplicidade de formas que a questão do poder assume nos assentamentos, como também visualizar o conflito –e não o equilíbrio– como o estado ‘natural’ das relações sociais nos assentamentos. Para o pesquisador, a noção de equilíbrio, ou seja, o pressuposto da ausência de conflitos nos assentamentos, “pode vir a ser uma característica de um estado almejado, mas na concretude da trajetória dos assentamentos seria um resultado particular, restrito e conjuntural” (Romano, 1999:252). No

planejamento –quando ele existe– dos assentamentos, o normal é pensá-los sob a concepção de que o que prima é o estado de equilíbrio. E essa mesma situação aconteceria também na versão progressista sobre os assentamentos, quando estes são visualizados como o lugar “da idealização da ‘harmonia’ da comunidade dos excluídos”. Esta concepção significa uma inversão da realidade, porque implica que o conflito seja um estado que não ultrapassa um momento ocasional. Deveria ser pressuposto básico no planejamento dos assentamentos a visão de que o conflito –interno e externo– faz parte da vida do assentamento, superando tanto uma visão burocrática do empreendimento como “a vontade política marcada pelo equilíbrio” (Romano, 1999:253).

Entre as questões polêmicas que permeiam a dinâmica interna dos assentamentos e que se projetam nas próprias elaborações da comunidade acadêmica, consta a utilização de categorias analíticas constituídas pelo par coletivo-individual. Esse par, que reveste com caráter dicotômico as maneiras de pensar e organizar a realidade dos assentamentos, faria parte de uma “avaliação apriorística diferencial –na qual as formas coletivas são tidas como ‘superiores’” (Romano, 1999:255). Baseando-se fundamentalmente no trabalho de Zimmermann, Romano considera que uma tal polarização é quase sempre apresentada “operando enquanto mote, enquanto mecanismo de legitimação/deslegitimação de grupos em função da competição política entre mediadores ou entre grupos de base”. Portanto, elas pertencem a um discurso produzido originariamente pelos mediadores, como parte de um discurso performático, que procura prescrever a realidade por meio de uma aparente descrição neutra da mesma, mas que, paradoxalmente, passa a ser utilizada pelos atores para legitimar a realidade, apesar de aparentar descrevê-la. Por outro lado, como menciona Romano, também deveria ser questionado o evolucionismo que está implícito nos

argumentos que colocam como necessária a passagem de formas de produção individual, consideradas como inferiores e limitadas, para formas associativas e coletivas de organização da produção.

Outro tema importante destacado por Romano é referente ao tipo de relação que se estabelece entre os vários atores que fazem parte do processo. Entre os mediadores, no geral, tal relação seria de disputa pelo poder da representação e, entre os mediadores e os assentados, seria fundamentalmente de conflito a nível de dois tipos de valores. Por um lado, a presença de uma reivindicação comum ao grupo de assentados e à maioria dos camponeses sem terra, de passar a ser colonos, implicando valores, como autonomia e auto-suficiência na organização de suas trajetórias. Por outro lado, a proposta –e necessidade política– do MST, do assentamento vir a ser um exemplo de viabilidade econômica, sobretudo com uma organização coletiva da produção. Esta proposta entra em confronto com os valores dos sem - terra, para os que seria estranho tomar como critério absoluto para todas as atividades dentro do assentamento a determinação de retribuição, a partir do volume de trabalho despendido. Esta tensão estrutural entre as duas visões defendidas por mediadores e assentados, e a forma em que se negociam as diferenças seria decisiva para determinar o caráter dos processos de organização interna dos assentamentos nos diferentes estados.

Navarro, Menezes e Moraes (1999), a partir de pesquisas realizadas no Rio Grande do Sul (que privilegiaram o estudo da organização da produção nos assentamentos onde o MST é mediador), também argumentam que a proposta de produção do MST pecaria por priorizar a ação coletiva, em detrimento das iniciativas familiares, apresentando uma distinção valorativa entre essas duas formas, escolhendo como superior a forma coletiva.

Ao transformar, a partir de 1988, essa proposta em diretriz oficial, as lideranças do MST entraram em confronto tanto com a realidade da produção agrícola e suas particularidades, quanto com as características sócio-culturais dos assentados, assim como com a dinâmica própria da vida rural e também com as dificuldades macroeconômicas impostas à atividade produtiva agropecuária na presente década. A disseminação dos conflitos nos assentamentos influenciou uma mudança no agir do próprio MST, no Rio Grande do Sul, que teria se inclinado a adotar posturas mais pragmáticas, ao invés de impulsionar a coletivização, inicialmente pretendida para os assentamentos. As CPA's<sup>37</sup> poderiam ser caracterizadas como outra forma de organização da produção, que combina a iniciativa familiar individualizada com diferentes níveis de associação e ajuda mútua. Entretanto, Navarro et alii. consideram que as propostas produzidas e implementadas até agora não teriam criado situações radicalmente inovadoras em relação às usualmente enfrentadas por agricultores familiares pauperizados. A regra geral nos assentamentos seria dar uma "sobrevida temporária às famílias que perderam a terra e voltaram a ter acesso a um pedaço de chão".

A estratégia coletivista teria sido uma das causas de desistência nos assentamentos estudados por Navarro et alii., por envolver um sistema de remuneração por hora, combinado ao alto índice de mecanização que, mesmo envolvendo um grande número de atividades improdutivas, tem que gerar renda para um amplo contingente de mão-de-obra ociosa. A isto se somaria a excessiva hierarquização das atividades, que deixa em segundo plano os cultivos de subsistência familiar e prioriza o trabalho coletivo voltado para o

---

<sup>37</sup> As Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), implantadas como experiências de cooperação no MST, a partir de 1989, diferenciam-se de um grupo de produção coletivizado ou de uma associação, por ter que ser registradas como empresas cooperativistas e regidas pela legislação cooperativa brasileira (Caderno de Formação Nº 21-CONCRAB-MST).

mercado. Neste sentido, como Romano, estes autores identificam entre os assentados uma busca da autonomia, que seria parte do imaginário de querer se transformar em colono autônomo e não em subordinar-se às diretivas coletivas do MST.

Outro indicador relevante para entender os conflitos dentro dos assentamentos é que os assentados tendem a manter a convivência e identidade entre os que tem a mesma origem geográfica, relações de amizade, vizinhança ou parentesco estabelecidos com anterioridade ou mesmo já no assentamento. Em particular, nos assentamentos localizados nos estados do sul, como observam Navarro et alii. (1999), a tendência seria dada pela variável étnica, que diferencia os que são de 'origem' e os 'brasileiros' ou 'caboclos'. Esta variável é importante, porque marcou historicamente a trajetória e inserção econômica destes grupos sociais, sendo que os de 'origem' tenderam a usufruir melhores oportunidades de acesso à propriedade da terra. Dentro dos assentamentos, a condição de pertencer ao grupo dos de 'origem' possibilitaria maior familiaridade com as práticas de gerenciamento, tal como administrar o lote, realizar o exercício da autonomia e do controle sobre as formas de organização da produção e de seus resultados, estar mais expostos ao manejo de técnicas modernas de produção, ter familiaridade com alternativas de obtenção de renda extra, conhecimento de trâmites burocráticos do mercado e maior escolaridade.

No caso dos 'brasileiros', faltaria tal experiência, por tratar-se de um grupo mais excluído socialmente; o que se manifestaria inclusive no diferente nível de expectativas de vida nos assentamentos. Dada a precariedade do padrão de vida anterior, contar com um lugar permanente para morar e a garantia de alimentação básica para toda a família, seriam suficientes. Desta maneira, prefeririam priorizar a construção da casa de alvenaria em detrimento de outros investimentos da produção, à diferença dos assentados de 'origem',

para os que os referenciais trazidos do padrão de vida anterior lhes permitiria priorizar investimentos na produção.

A importância da questão étnica em Santa Catarina foi analisada por Renk (1997), que identifica dois agrupamentos ou correntes migratórias principais que se estabeleceram na região oeste do Estado de Santa Catarina, durante a segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX. De um lado, estariam os identificados como 'caboclos', autodenominados 'brasileiros', que ficaram instalados em 'fazendas de criar'; e, do outro, os 'colonos de origem', mormente migrantes de origem européia, provenientes do Rio Grande do Sul. No processo de ocupação territorial do oeste catarinense, os 'colonos de origem', principalmente de etnia italiana, ocuparam as posições dominantes da estrutura social, assumindo não apenas as atividades de lavoura e comércio, como também a industrialização da erva mate, principal produto da região. Enquanto os colonos passaram a ser produtores familiares, os caboclos permaneceram fundamentalmente limitados a atividades extrativistas e a ser trabalhadores rurais sem terra. O MST, no estado, teria um forte componente deste último setor, mas também contando com significativo número de colonos descapitalizados.

Após analisar dois assentamentos do estado de Rio de Janeiro, Giuliani e Castro (1996) consideram a relação entre o individual e o coletivo como um dos aspectos mais emblemáticos, que poderia ser considerado comum à maioria dos assentamentos. Particularmente focalizam nos limites e nas tensões da ação dos indivíduos no interior desses projetos e dos conflitos potenciais entre estratégias coletivas inspiradas na luta pela terra ou nos programas do Estado, ou outras formas anteriores de organização, inspiradas na posse da terra. Os projetos de assentamentos promovidos pelo Estado oscilam entre uma

política que classificam de 'pacote fechado', onde tudo é decidido sem diálogo prévio com as entidades representativas dos solicitantes; ou quando, simplesmente, se distribui a terra e considera-se que já estão dadas as condições para o normal desenvolvimento econômico. Em ambos os casos, o Estado sempre trata com os assentados num plano coletivo, e isto significa recriar uma idéia de produtor rural, na qual prevalece a uniformidade dada pelo local. Ou seja, acentua-se uma uniformidade dada pela própria estrutura do assentamento. Essa última observação reforçaria a idéia de que a política de reforma agrária tende a desconsiderar os significados das diferenças internas entre os assentados.

Na avaliação de Medeiros e Leite (1999:14), "Apesar de toda a rigidez da experiência das Cooperativas de Produção Agrícola, particularmente significativas no Rio Grande do Sul, emerge dos assentamentos um perfil de agricultura predominantemente familiar, mas ancorada em formas associativas, porém, muitas delas articuladas em torno de pequenos grupos, ligados entre si por identidades de local de origem ou mesmo de vinculação política, onde o pertencimento e fidelidade ou não a movimentos ganham destaque". Embora a precariedade constatada, existiriam resultados significativos em termos de renda e condições de vida. Ou seja, em quase todos os casos analisados existem tentativas de superar obstáculos relacionados à produção e comercialização através de formas associativas.

A partir das diversas análises aqui apresentadas sobre as relações sociais e dos conflitos de valores dentro dos assentamentos, pode-se afirmar que um dos temas mais sensíveis e polêmicos sobre o cotidiano dos assentamentos seja o referente às tensões entre as diferentes propostas de organização da produção e as trajetórias das famílias.

## O CONCEITO DE “COLETIVO” NO ASSENTAMENTO PUTINGA (MATOS COSTA)

As expectativas e os valores dos assentados, assim como os conflitos que se originam pelo confronto de visões diferenciadas a respeito da gestão dos assentamentos, foram também analisados por Castells (1990) e por Paulilo e Castells (1992), num assentamento do oeste de Santa Catarina, município de Matos Costa. O assentamento estava constituído, em 1989, por 220 famílias de assentados, diferenciados por grupos considerados totalmente coletivos, semicoletivos e individuais, no que diz respeito ao tipo básico da produção. Tal classificação não é meramente técnica e, sim, também ideológica (Paulilo, 1996:140). O conflito entre os coletivos e os individuais responderia, em muitos casos, a uma classificação feita mais por oposição que de acordo com características intrínsecas.

Na época da pesquisa, em 1989, pela constatação de fortes indicadores de padronização e radicalização no discurso dos assentados (fundamentalmente das lideranças dos grupos coletivos dentro do assentamento), fora privilegiado o estudo dos grupos coletivos como fio condutor, partindo do pressuposto de que esses representavam a expressão e o referencial permanente do processo em gestação dentro do assentamento (Castells, 1990).

O estudo do discurso do ‘coletivo’, como ferramenta de análise, permitiu procurar, num discurso comum entre os integrantes dos grupos coletivos e os mediadores do movimento (em relação ao resto do assentamento), os significados diversos do ‘coletivo’, embutidos no próprio discurso.



Cabe esclarecer que a experiência dos grupos coletivos do assentamento de 'Putinga' inicia-se em termos de trabalho coletivo já na fase de discussão, planificação e organização das ocupações de terra. As famílias sem terra se nuclearam para trabalhar de forma comunitária e assim terem, juntos, uma vida melhor. As roças coletivas com vistas à arrecadação de fundos para custear o deslocamento dos dirigentes do MST na etapa anterior às ocupações, é uma mostra de tal prática, da mesma forma que as roças coletivas no acampamento para a subsistência do grupo, foram uma experiência antecipada dos assentamentos.

Uma premissa do MST foi impulsionar a formação de grupos coletivos constituídos por famílias conhecidas, que viessem a adotar e consolidar a prática comunitária. E esta foi também premissa da 'nova igreja' no campo, através da proposta e implementação dos roçados comunitários, conforme coloca Regina Novaes (1984), no caso da Paraíba. Este seria um dos motivos pelos quais os sem - terra chegam à fase do assentamento persistindo na proposta de grupos coletivos. Entretanto, outros assentados se organizam em diferentes formas, que vão do assentado totalmente individual, passando por individuais na posse da terra e trabalho da lavoura, mas com máquinas de propriedade e uso coletivo, a individuais, com colheitas feitas na forma de mutirões entre vizinhos próximos, até novos grupos coletivos organizados no próprio assentamento.

Nesse contexto, perguntava-se pelo significado da formação dos grupos coletivos que procuravam maneiras diferentes de agir. O trabalho coletivo anterior (as roças coletivas), correspondia a uma etapa, cuja reivindicação fundamental era a posse da terra, um objetivo concreto. Nas discussões internas sobre os direitos dos sem - terra se apresentava a terra não como doação, mas como um direito do trabalhador rural. O trabalho

coletivo, para a grande maioria, é decorrente de seu próprio cotidiano: a implantação do acampamento caracterizado pela localização das barracas muito próximas, a discussão diária, o ofício religioso, a espera juntos para serem cadastrados e receberem um lote. Estes fatos representam uma situação de instabilidade, porém, também de passagem. Nesse marco é que se desenvolvem os trabalhos coletivos, permanecendo ainda forte o sentimento religioso. Uma vez instalados nos assentamentos, o trabalho coletivo toma outros rumos. Como já foi explanado, é o momento da diversidade e de novas experiências; para muitos, o sentimento de que agora acabou a vida de arrendatário, mudando a toda hora, e começa a de estar num local definitivo, o que também implica mais segurança.

As reivindicações, os objetivos dos grupos coletivos que se organizam dentro do assentamento não se referem somente à forma que deve tomar a produção coletiva para satisfazer suas necessidades básicas, mas abraçam um projeto que diz conter a semente de uma nova sociedade, para o qual se exige a manutenção e o permanente polimento da organização, paralelamente à formação de seus integrantes individualmente como futuras lideranças, tanto no plano político, como em todos os planos que sejam necessários para o desenvolvimento do grupo. No plano político, a compreensão de sua situação de explorado, das reivindicações da classe, da conquista de seus direitos serão pilares na sua formação. A necessidade da organização e da formação de lideranças será uma constante no fazer dos grupos, e todo o resto é visto como consequência.

No discurso dos integrantes dos grupos coletivos, tudo se explica pela consciência; esta é o termômetro do coletivo. Pelo depoimento de várias lideranças entrevistadas, podia-se considerar que a grande maioria delas tinha adquirido um estatuto de homem 'público',

dados pela oportunidade de participar, de conhecer o exercício e contratempos do poder, da discussão e organização, de deixarem de ser passivos para transformarem-se em ativos.

Portanto, para esse segmento de assentados, no presente, desaparece o cotidiano individual. As decisões do cotidiano também são coletivas. Os grupos estavam organizados por setores de trabalho, com uma coordenação formada por integrantes apontados e escolhidos pela maioria do grupo. E essa coordenação tinha as funções quase de uma direção, facilitando decisões, quando necessário, e uma ação mais rápida. Os grupos funcionavam com regulamentos que previam e programavam a ação do grupo, no que diz respeito ao coletivo e ao individual. Por outro lado, como também já fora colocado, estes tinham uma coordenação político-organizativa que exigia que aqueles que fossem escolhidos como lideranças fossem liberados, quando necessário, para o benefício do grupo. Este acionar trazia, como consequência (em longos períodos de atividades), a diminuição da força de trabalho. A solução encontrada foi a constituição de grupos maiores, que pudessem dar conta das necessidades enunciadas e até decorrentes desta constituição, tais como: maior quantidade de famílias, o estabelecimento de regras e de controles, a divisão dos lucros para garantir a subsistência, trazendo maior quantidade de conflitos em nível doméstico.

Entre as vivências de alguns grupos coletivos, pode-se observar que estava acontecendo, no momento da pesquisa, a coletivização do cotidiano. Experiências inovadoras, para os participantes, e planos futuros, onde tudo passava pelo crivo do coletivo. Isto também se observava no plano econômico: ranchos comuns, salário padrão ou por quantidade de filhos, critérios acerca do uso do dinheiro, que condiciona as necessidades familiares à prioridade do social, até planos no uso do território que

determinara a construção de agrovilas para garantir uma melhor e maior participação dos integrantes no projeto global. O depoimento seguinte é ilustrativo do posicionamento do coletivo em relação ao individual, expressado em nível do cotidiano familiar:

*“Se a gente trabalha em termos de uma família só, prá que comprá as coisas individual, sabe que esse individualzinho que tem aí é só prá matá a cabeça da gente e fazé que a gente não valorize o trabalho coletivo”. (Depoimento de integrante de coletivo, ‘Putinga’, 1989)*

Vemos, então, que as ‘famílias’ sintetizam-se em ‘a família’, e não necessariamente por seus laços de parentesco. O individual no projeto não tem valor. E as mulheres que não eram liderança representavam, nesse espaço coletivo, uma ameaça ao sucesso do grupo. As mulheres, segundo os homens, teriam manifestado um comportamento passivo, em parte em relação ao tipo de produção inicial de desmatamento da área, tarefa considerada ‘dura’ para elas. Assim, as mulheres teriam ficado isoladas, cuidando fundamentalmente das tarefas do cotidiano familiar, resultando em comportamentos mais conservadores e também menos politizados (os quais eram manifestados, em menor frequência, por parte das mulheres, nas reuniões do grupo). Mas, a partir de outras análises sobre os processos de transição dos acampamentos para os assentamentos coletivos, têm sido observado como muda o papel das mulheres. Enquanto mantêm uma participação ativa nos acampamentos, as lideranças do movimento tendem a marginalizar seu papel, uma vez nos assentamentos, voltando a assumir tarefas convencionalmente identificadas como femininas (Guivant, 2001). Apesar do discurso igualitário, as discriminações de gênero se acentuariam quando num contexto mais definitivo.

A aplicação em investimentos de recursos, provindos de financiamentos governamentais para a capitalização, era principalmente dirigida à compra de maquinarias, o que limitava e determinava o comportamento econômico familiar, postergando as

necessidades e desejos dos integrantes do núcleo familiar. Este era um ponto de tensão potencialmente gerador de ruptura interna do grupo.

O estudo deste assentamento coletivo revelou a existência de respostas padronizadas, que remetiam, por um lado, ao trabalho de doutrinação do MST, à adoção de um projeto que se manifestava no discurso, e à necessidade de criar uma identidade que sustentasse a mudança. Também expressava um processo contraditório, porque a padronização não corresponderia um processo de grande flexibilidade como a encontrada no próprio assentamento. Em um curto período de tempo –durante três anos– existiu uma alta rotatividade por parte dos assentados na participação das diferentes instâncias da estrutura do assentamento. Isto mostrava que a padronização, se bem pode ser instrumental e transitória no processo, também corre o risco de ser limitadora e coercitiva.

Essa padronização, simbolizada num discurso coerente e sólido, envolve radicalização, sintetizada em ‘nós e os outros’, mas referente, no caso, ao interior do próprio assentamento. Há uma tendência ao isolamento dos grupos coletivos, dado que a reação dos ‘outros’ manifesta-se através de boicotes nas assembléias gerais da associação, nas críticas à rigidez dos estatutos, ao comportamento do grupo nas desistências ocasionais de seus integrantes, que ‘não levam nada’, na preocupação de um crescimento dos grupos coletivos que redunde em exploração futura do resto dos assentados. Internamente, essa radicalização envolve as famílias, que também se dicotomizam em ‘nós’ e os ‘outros’, em particular em relação às mulheres.

O ‘coletivo’, entendido por seus integrantes como o burilamento de ‘uma nova sociedade’, implica, na prática, a construção de uma nova lógica que, no meu entender,

compromete o individual. Essa concepção do coletivo acaba comprometendo a construção das redes sociais no assentamento.

Todavia, foi detectada a existência de um tecido social emergente, de consenso, dentro do assentamento, materializado em nível grupal nas assembléias gerais da associação, na participação por parte de seus associados (que, na época da pesquisa, representavam quase 90% da totalidade dos assentados dos diversos departamentos com que contava a associação: apicultura, caminhões, mercado, etc). Este tecido social foi construído no espaço da igreja (que continuava reunindo assentados de diferentes experiências), nas reuniões entre as mulheres, e na escola, que nucleava pais ao redor de tarefas comunitárias. Essa construção foi tecida também através do trabalho voluntário em regime de mutirão (*pixirum*), quando eram requeridas tarefas para a comunidade, tais como a construção da sede central da associação, sem esquecer pontos de encontro característicos, como o botequim, situado no próprio mercado comunitário. Inclusive, o trabalho dos professores do assentamento, bem como dos ministros de igreja, desenvolviam e fortificavam redes que não falavam necessariamente de tal polarização. Portanto, na prática, junto à polarização do 'coletivo' x 'individual', emergia também uma rede social.

## **A CATEGORIA ESPACIAL NA LUTA DOS TRABALHADORES RURAIS**

Há um tema, especialmente significativo nos marcos desta tese, trazido por Mançano Fernandes (1999), que diz respeito à 'construção de espaços' por parte dos trabalhadores rurais ligados ao MST. O autor define, inicialmente, como 'espaço político', aquele que surge nos anos '60 com as primeiras CEBs, dentro das quais começa a ser exercida uma reflexão sistemática sobre o contexto no qual os camponeses estavam

inseridos. E, neste sentido, a posse da terra, além de ser o objetivo reivindicatório central e o meio de produção e sobrevivência primário na sua condição de trabalhadores rurais, representava também o suporte material essencial a partir do qual podiam começar a construir e consolidar uma identidade e efetivar o exercício da cidadania.

Manzano Fernandes insinua uma distinção entre os conceitos de ‘espacialização’ e ‘territorialização’. O primeiro é utilizado de forma bastante indiferenciada, pouco precisa, seja com a conotação de ‘espaço social’ ou de ‘espaço político’, ou ainda lhe atribuindo o entendimento literal associado ao termo de ‘espaço físico’. Entretanto, prioriza claramente as duas primeiras acepções, colocando uma terceira, a conquista do espaço físico, como uma consequência que se torna possível pelo agir coletivo das lutas dentro dos âmbitos do social e do político. Isto se verifica claramente em um trecho onde se propõe explicitar a abrangência que dá ao conceito, ao afirmar que o MST, definido como ‘sujeito coletivo’,

*“se espacializa pela sua práxis, por meio da (re) produção de suas experiências de luta. Este processo é desenvolvido pelo trabalho, pela ação criativa, reconstruindo o espaço da socialização política. Espacializar, portanto, é conquistar novos espaços, novos lugares, novas experiências, desenvolver novas formas de luta e, conseqüentemente, novas conquistas, transformando a realidade, lutando pelo futuro. Espacializar é registrar no espaço social um processo de luta. É o multidimensionamento do espaço de socialização política. É ‘escrever’ no espaço por intermédio de ações concretas como manifestações, passeatas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, negociações, ocupações e re-ocupações de terras, etc.” (Manzano Fernandes, 1999:136).*

No trabalho deste geógrafo há uma singela conceituação do conteúdo que propõe para o termo ‘territorialização’, como consequência da luta política pela terra, materializada nas ocupações, “que os trabalhadores organizados no MST conquistam a fração do território e, dessa forma, desenvolvem o processo de territorialização do MST” (idem). Ou seja, com a territorialização, inicia-se uma outra etapa do processo, onde as áreas ocupadas deixam de ser a ‘terra prometida’ para se converter na ‘terra definitiva’.

A territorialização implica a fixação a um espaço físico concreto, determinado, e o início da construção dos elementos que permitem dar corporeidade e visibilidade continuada ao movimento, só possível a partir de contar com o suporte referencial de um mesmo lugar físico, estável, inamovível. Trata-se de uma visibilidade dada já não apenas por bandeiras, bonés e foices; mas pelas lonas dos acampamentos, inicialmente, e pela arquitetura e pelas instalações das agrovilas, num segundo momento.

A categoria espacial utilizada como formas de desenvolver novas abordagens para analisar as mudanças que estão acontecendo no meio rural tem sido destacada também por Bergamasco et alii. (1997:7). Na busca de dar conta da diversidade que apresentam os assentamentos (mutação, confronto de visões, de interesses) e na convicção de que é necessário desenvolver novas abordagens que dêem conta dessa complexidade, optam por uma abordagem multidisciplinar. Dentro dessa perspectiva, implementam, em assentamentos do Estado de São Paulo, o método “terroir”<sup>38</sup>. Tal enfoque considera o assentamento brasileiro como “uma unidade espacial geograficamente bem delimitada e representativa dos diversos problemas concernentes às experiências de instalação de coletividades rurais no Brasil”. O estudo consiste em uma revisão dos modos tradicionais de ocupação do território pelas populações rurais brasileiras, no intuito de diferenciar especificidades por região e examinar relações possíveis com os assentamentos (sendo sua maior preocupação referente à dinâmica das famílias rurais e suas relações com o espaço). O método utilizado visa compreender a maneira como as estruturas elaboradas (plano

---

<sup>38</sup> O método “terroir”, proposto pelos geógrafos Gilles Sautter e Paul Pelissier, nos anos 60, objetiva o conhecimento integral de pequenos espaços rurais africanos, através de um conjunto de mapas, sendo a dimensão espacial um elemento fundamental de pesquisa (Bergamasco et alii, 1997:7)



fundiário inicial) se modificam, na medida em que o assentamento se constrói. Isto é realizado para entender a organização do espaço local, como também os laços que se estabelecem entre seus moradores. Foi realizado um mapeamento histórico das diferentes estratégias de ocupação do meio ambiente rural brasileiro: habitat tradicional (em nível nacional), referente tanto a sua implantação como a sua exploração por parte das comunidades rurais –ocupação dos sitiantes, da frente pioneira, da implantação de agrovilas– destacando dos diferentes exemplos referenciados a classe e o grau de sociabilidade (vizinhança e parentesco). Isto se daria pelo nível de isolamento das famílias no território (maior ou menor dispersão de seu habitat) e pelas tipologias reconhecidas dos modos de organização do espaço rural. Para a implementação deste método, faz-se necessário um exaustivo levantamento cartográfico com diferentes tipos de informação do assentamento, como, por exemplo, elementos naturais, elementos permanentes, de exploração, etc.

A implementação de tal método, numa seqüência prevista pelo projeto, permite obter, entre outros resultados, o registro do movimento dos assentados dentro da unidade delimitada, em conseqüência, por exemplo, de motivos familiares, de vizinhança, de trabalho, de alianças, assim como de brigas e conflitos, ou por empreendimentos coletivos, como é o caso das agrovilas. Da mesma forma, os autores fornecem elementos sobre tendências de organização do ambiente rural (avaliar projetos e planejamentos dos técnicos, em síntese), contribuindo, a meu ver, na construção do que se entende hoje por “ruralidade”. Cabe, no entanto, esclarecer que, embora exaustivo pela quantidade e qualidade de informação que se pode obter, em tempos diferentes de pesquisa, permitindo registrar e comparar realidades, tanto do assentamento como dos assentados em particular,

o método não consegue aprofundar os motivos dos atores sociais. E, ao exigir uma diversidade de equipamentos, equipes técnicas e de apoio, recursos financeiros, treinamento e direcionamento de pesquisa de grandes projetos como, por exemplo, os de barragens, só pode ser implementado através de convênios e parcerias e a participação de duas ou mais instituições.

\*\*\*

Nos trabalhos referidos e nos analisados no item anterior, existe consenso sobre questões que considero relevantes para a análise dos objetivos deste trabalho. Por um lado, sobre os rumos que toma a procura de legitimidade social e política do MST, através de conquistas não somente de terra, mas também de poder de negociação com o governo. Por outro lado, sobre as características dos assentamentos: a sua heterogeneidade, a complexa identidade dos assentados, a variável espacial como definidora de uma comunidade rural, e as oportunas incursões em novas metodologias, ou novas opções epistemológicas, para dar conta de tal complexidade. É preciso ainda fazer algumas colocações sobre os trabalhos apresentados, fundamentalmente aqueles que, de alguma forma, privilegiam a temática que desenvolve a organização interna dos assentamentos, dada a importância que ela tem para o estudo da espacialização interna de assentamentos e, prioritariamente, os núcleos comunitários de grupos coletivos.

Mas permanece o desafio colocado por Bergamasco e Ferreira (1998), no sentido de visualizar novas leituras sobre questões não tidas tão “objetivas”, tais como as que se deduzem do censo da Reforma Agrária. Nesta linha, o trabalho sobre novas sociabilidades, no campo de Comerford (1999), é um exemplo, porque analisa, através das falas das

lideranças rurais nos diversos espaços de negociação, novas facetas sobre as trajetórias dos atores (no caso, sobre as lideranças rurais do MST). Também destaco o trabalho de Alencar Chaves (2000) sobre o estudo de eventos performáticos na esfera pública, desenvolvidos pelo MST, como foi a Marcha Nacional Dos Sem –Terra, em 1997, tema analisado também por Ghon (2000), focalizando o tratamento dado pela mídia a esses fatos.

Medeiros e Leite (1999), ao privilegiar o impacto dos assentamentos nas regiões onde estes estão inseridos, contribuem significativamente para entender como e onde os atores do processo, assentados e assentados lideranças, mediadores (MST, Igreja, ONGs), jogam e jogam-se em novos campos de negociação e conquistas parciais que redundam no crescimento e desempenho dos assentamentos. Trata-se de questões que o próprio MST vem trabalhando (Bogo, 1999; Caderno de Formação, Nº 21), indicando que suas reflexões apoiam-se em muitas das questões que os analistas já tem registrado, mostrando um *feedback* do campo discursivo.

## **CAPÍTULO IV –OS PROCESSOS DE IMPLEMENTAÇÃO DE MODELOS IDEAIS DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO**

### **INTRODUÇÃO**

No capítulo anterior foi ressaltada a importância que toma a categoria espacial na formação e no desenvolvimento do MST, como também foram destacadas abordagens que privilegiam esta categoria para analisar o processo de luta pela terra. Neste capítulo, o interesse prioritário analisa os modelos espaciais considerados decisivos para a implementação da estratégia ideológica do MST, qual seja, a de incentivar a continuidade da luta e desenvolver em cada um destes âmbitos as condições para a transformação da consciência social em consciência política dos sem-terra. Para o trabalho de campo foram selecionadas formas espaciais consideradas modelos ideais de ocupação e organização do território. Os modelos espaciais escolhidos, classificados como temporários e definitivos, pertencem a diferentes momentos do processo da luta pela terra, como também a diferentes estratégias desenvolvidas pelo MST. Os primeiros, representados pelos acampamentos, são modelos espaciais de natureza provisória de ocupação do território.<sup>39</sup> Este tipo de ocupação, enquanto modelo espacial desenvolvido pelo MST, é uma forma espacial consolidada que o movimento aplica a nível nacional. Os sem-terra, na condição de acampados, além de viver na incerteza do tempo que venha a durar a vida no acampamento, legalmente são meros

---

<sup>39</sup> Para uma referência à diferenciação entre ocupação de terra e acampamento, ver Caldart(2000: 107-111).

aspirantes a uma vaga da próxima categoria social, a de assentado (uma vez cadastrados pelo INCRA nos próprios acampamentos).

O segundo modelo selecionado corresponde à fase de ocupação da terra já legalmente ocupada, agora de forma definitiva, nas formas conhecidas por assentamentos da reforma agrária. No modelo de ocupação definitiva, traços culturais dos sem-terra que ficaram adormecidos ou meramente enunciados através de diversas inscrições sociais no período extraordinário do acampamento, ressurgem na volta ao cotidiano do assentamento. Surgem também novas formas espaciais de espaço público, que se traduzem em sinais de mudança dos sem-terra, ao nível da percepção, concepção e implementação espacial do assentamento. É nesta etapa legal onde os sem-terra, agora assentados, escolhem a forma como vão ocupar e produzir nos assentamentos.

Depois de uma análise dos acampamentos, passei à caracterização das agrovilas provisórias e definitivas. Deter-me-ei numa análise das primeiras, dada a sua similitude com os acampamentos. Posteriormente serão analisadas as agrovilas definitivas, contrapondo as características dos modelos planejados a nível informal das agrovilas provisórias com os modelos de planejamentos formais das definitivas.

## **ENTRE OS ESPAÇOS TRANSITÓRIOS E OS DEFINITIVOS**

Como foi comentado diversas vezes, neste trabalho, já desde o início da vida nos acampamentos, os sem-terra discutem sobre as formas que vão escolher na nova fase dos assentamentos. Quando os assentados escolhem formas coletivas de produção, seja através de nuclear-se em grupos coletivos (GC) ou em cooperativas de produção agropecuária (CPAs), as formas que o MST e o próprio Estado (embora por motivos diferenciados) incentivam as moradias é a construção de agrovilas. Trata-se de formas de ocupar o

território que, por definição, implicam na proximidade das casas dos assentados. Mas não são condição tida como obrigatória para os assentados, em regime de coletivos, nem excludente para os que trabalham de forma individual. A escolha por agrovilas é uma decisão consciente entre os assentados.

Na pesquisa foram analisados os modelos de agrovilas de grupos coletivos (GC) e de Cooperativas Agropecuárias de Produção (CPAs), localizados em Santa Catarina, privilegiando a organização espacial do território, a concepção e delimitação dos espaços públicos e privados, as habitações dos sem-terra, como usos e significados dados por eles a esses espaços.

Assim, o interesse pelo estudo dos modelos espaciais concebidos e implementados pelo MST em acampamentos e assentamentos deve-se a que a materialização dessas formas espaciais representa um campo fértil para análise de modelos espaciais ancorados em ideologias políticas. Em termos de pesquisa científica, as experiências são consideradas, desde tal perspectiva, da maior relevância, justamente pela possibilidade de entrar em contato com uma realidade que está sendo ainda construída. Nela é possível analisar, no espaço, a ideologia do MST e/ou assessores, junto à vivência dos participantes da experiência (sem-terra acampados e/ou assentados).

A ideologia do MST para os acampamentos defende um modelo de vida igualitária, onde os sem-terra participariam voluntariamente de uma organização coletiva da vida cotidiana. No caso das agrovilas, o MST também conceberia esses modelos espaciais nos moldes de uma vida igualitária e coletiva. Entretanto, as experiências nos assentamentos revestem-se de nuances diferentes das atuais nos acampamentos. A escolha dos sem-terra por viver em regime de coletivos não teria o caráter instrumental ou transitório que pode ter para alguns dos sem-terra o modelo coletivo do acampamento, abandonado por eles uma

vez assentados. Assumir o modelo dos coletivos, num assentamento, pode ser interpretado como uma forma de acreditar e tentar experimentar a proposta ideológica do MST: a transformação da sociedade e a formação de um novo ser. Portanto, para o desenvolvimento desta tese, as agrovilas foram identificadas como uma forma de concepção espacial que pressuporia “idealmente” a correspondência ideológica entre a cosmologia do MST e a visão de mundo do sem-terra assentado.

As agrovilas foram classificadas, por sua vez, a partir de sua tipologia construtiva, em provisórias e definitivas. A tipologia provisória guarda analogia ainda com os acampamentos, mas como fase de outra etapa, a da legalidade, por combinar moradias feitas com material não duradouro, reproduzindo as construções dos acampamentos. Esta opção entre os assentados responderia basicamente às seguintes razões: primeiro, os recursos destinados à construção da moradia e dos locais comunitários (posto de saúde, escola, centro comunitário, etc.) têm sido sempre de valores insignificantes; segundo, na discussão dos grupos coletivos sobre as prioridades nos assentamentos, o “social” tem sido adiado muitas vezes em prol do investimento na produção coletiva.

Em termos do interesse da pesquisa, a escolha da provisoriedade ainda na etapa dos assentamentos resulta paradoxal. O ideal de moradia dos usuários das habitações populares das periferias, em áreas urbanas e suburbanas, e mesmo no meio rural, que analisei em outras pesquisas, tende a ser principalmente a de materiais que permitam seu acabamento de forma mais definitiva possível. Isto não exclui que, na prática, muitas dessas casas permaneçam durante longos períodos como construções inacabadas, ou mesmo, parte delas sirva como depósito de material de construção (estocado para futuros acréscimos). O que se destaca entre os assentados é a decisão coletiva de continuar morando em habitações, em

geral, precárias, desconfortáveis e insalubres, por prazos indefinidos, apesar de contar com a opção de construir moradias mais acabadas.

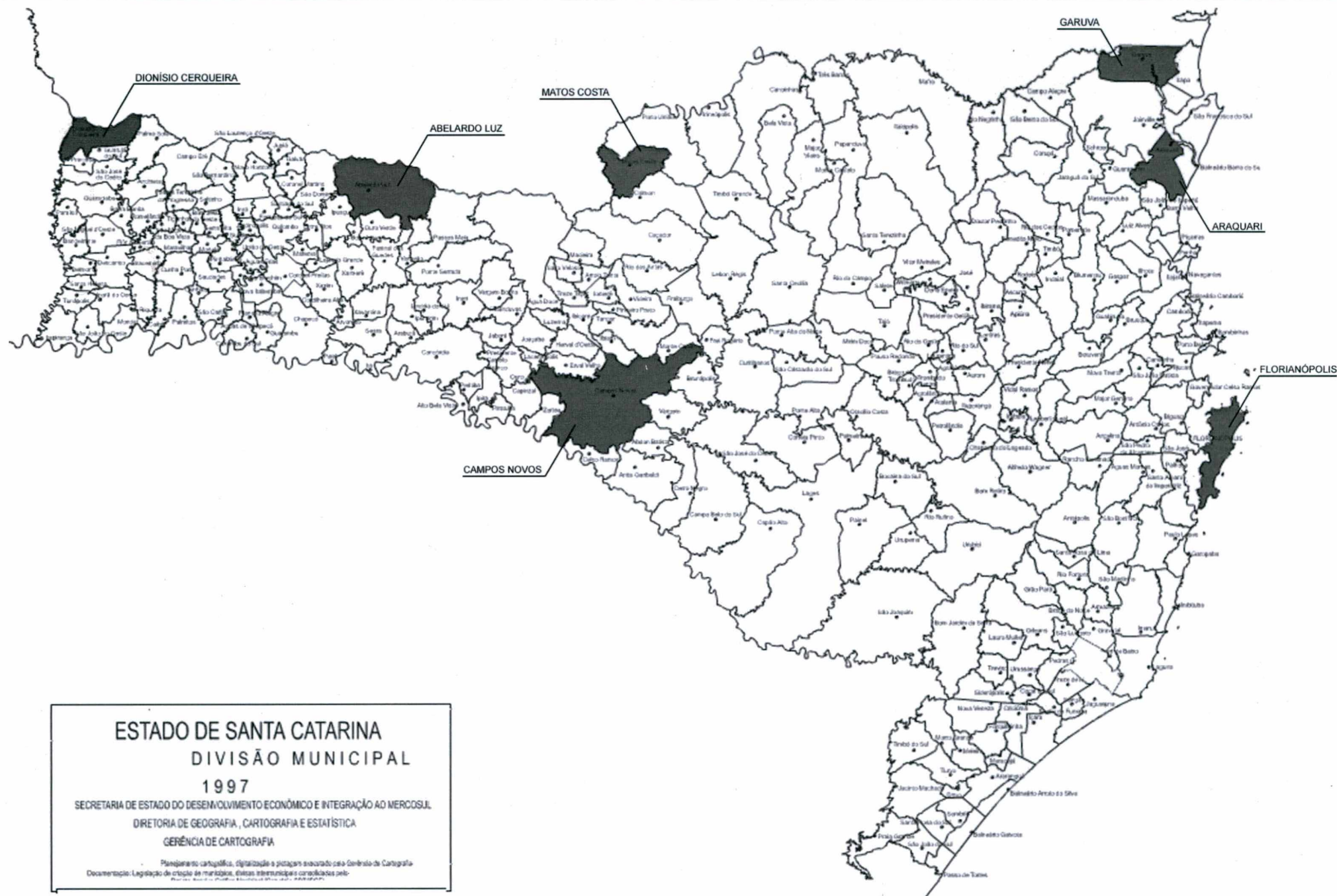
As agrovilas provisórias e definitivas apresentam outra diferença, que diz respeito ao tipo de concepção dessas construções. A provisória é um tipo de construção concebida, no geral, pelos próprios assentados. Em contrapartida, nas agrovilas definitivas, existe intervenção de outros agentes (técnicos, agrônomos, engenheiros, arquitetos, lideranças do meio urbano). Isto significa que, na concepção espacial dos modelos definitivos, além da visão dos assentados, existem visões diferenciadas sobre o que deveria ser o cotidiano dos sem-terra, a partir de determinadas formas de organização do espaço. Isto nos possibilitará, a seguir, analisar transferências de modelos espaciais do meio urbano para o meio rural.

As agrovilas provisórias visitadas foram as dos grupos coletivos dos seguintes assentamentos: Assentamento Coletivo “Justino Dranszevski”, no município de Araquari, e Assentamento Coletivo “Conquista no Litoral”, no município de Garuva (atualmente ambas as agrovilas são de construção definitiva). As agrovilas de tipologia definitiva pertencem a duas CPAs; a COPAGRO (Cooperativa de Produção Agropecuária 30 de Outubro) localizada no Assentamento 30 de outubro, município de Campos Novos, e COPRANOVA (Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Sociedade Ltda.) situada no Assentamento Volta Grande, em Abelardo Luz.

A lógica utilizada na descrição etnográfica destas formas espaciais de ocupação do território foi a de introduzir o leitor no tema a partir de um foco exterior aos espaços analisados, que vai se afinilando até centrar-se nos pontos espaciais de menor visibilidade. Para conseguir este objetivo, os passos foram: 1) apresentar a primeira configuração visual da realidade espacial ainda desconhecida; 2) fazer uma leitura da organização espacial da



# LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS



## ESTADO DE SANTA CATARINA DIVISÃO MUNICIPAL 1997

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INTEGRAÇÃO AO MERCOSUL

DIRETORIA DE GEOGRAFIA, CARTOGRAFIA E ESTATÍSTICA

CERÊNCIA DE CARTOGRAFIA

Planejamento cartográfico, digitalização e plotagem executado pela Gerência de Cartografia  
Documentação: Legislação de criação de municípios, deslinhas intermunicipais consolidadas pelo  
Plano de Reorganização Municipal do Estado de Santa Catarina (1997)

vida pública da vila; 3) identificar os elos espaciais entre o universo público e privado destes espaços. 4) descrever os interiores do mundo privado.

## **OS ACAMPAMENTOS**

Na condição de novas formas de luta pela terra, dentro do projeto político do MST, os acampamentos fazem parte de um processo maior. Constituem-se em elos de uma estratégia de luta pela reforma agrária defendida e implementada pelo MST. Desta maneira, há acampamentos que visam à conquista da terra no meio rural, e outros que disputam o espaço do acesso à terra em acampamentos de caráter político, pressionando órgãos públicos nas cidades. Os primeiros podem oscilar entre centenas ou milhares de pessoas. Muitos deles são localizados no próprio território onde foram feitas as ocupações de terra, à beira de uma estrada, ou em uma área onde são deslocadas as famílias depois de um despejo (Caldart, 2000:114).

Os acampamentos são os locais onde o MST emprega táticas de resistência e conscientização dos sem-terra. Estes acampamentos representam o lugar onde os sem-terra entram em contato com um cotidiano tido como “extraordinário”, que os afasta transitória ou definitivamente do lugar de procedência que lhes dava referências e os identificava enquanto membros ou excluídos de uma coletividade. A vida no acampamento os força a resolver necessidades primárias (construir seu abrigo e dar conta de sua sobrevivência), e representa, inclusive, um momento de novas experiências (ensaios de vida comunitária), onde são depositados os anseios de uma vida melhor. Constituídos por uma população de características heterogêneas (fruto de procedência e trajetórias de vida diferenciadas), em termos de expectativas pessoais, a estada nos acampamentos, para muitos dos acampados, representa um caminho possível para ter um pedaço de terra e realizar seu projeto de,

enfim, tornar-se “colono” nos assentamentos (Zimmermann,1994; Romano,1994; Renk, 1997; Seyferth, 1974,1990; e Casella,1992).

Os modelos de acampamentos no meio rural, na dimensão sócio-espacial, respondem a um determinado tipo de ocupação e organização do território, com formas particulares de sociabilidade entre seus participantes. Há formas de vida “latentes” referentes ao do espaço individual dos sem-terra acampados, junto com estilos de vida no espaço público do acampamento. Mas, se a inserção nos acampamentos da grande maioria dos sem-terra responde, inicialmente, a um agir de caráter circunstancial, com o objetivo de curto alcance, conseguir um pedaço de terra, pelas características do processo como um todo, este deixa marcas substantivas nos participantes. Muitas destas podem ser visualizadas posteriormente no cotidiano dos assentamentos analisados. Para muitos deles, a passagem pelo acampamento é um momento crucial, motivo de orgulho nos relatos, onde as lembranças do acampamento transformam-se em marcas na identidade do acampado e, fundamentalmente, em novas formas de contar sua história pessoal.

Nos acampamentos localizados em áreas públicas (praças ou locais centrais das cidades, pontos urbanos onde se congregam os edifícios representativos do poder, a terra da “cidadania”), a prática dos sem-terra envolve também uma teatralização da política.

Este tipo de prática política do MST, de implementar os valores de sua cosmologia através de diversos modos expressivos, será desenvolvido no capítulo seguinte. A organização social implementada pelo MST dentro de um acampamento no meio rural e a leitura do acampamento, desde a ótica espacial, são temas a seguir tratados.

## A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DOS ACAMPAMENTOS

A organização interna de um acampamento, conforme Caldart (2000:115), começa com a formação dos chamados núcleos de base<sup>40</sup>. Estes são constituídos de dez a trinta famílias (segundo um critério inicial de proximidade no território), tomando geralmente como referência o município de procedência dos acampados. Através dos núcleos também é organizada a divisão das tarefas necessárias para garantir a vida diária do acampamento, realizar as discussões e os estudos necessários para determinar o rumo da luta, bem como definir os futuros responsáveis pelas tarefas do acampamento. Os responsáveis escolhidos passam a integrar equipes de trabalho e a se reunirem regularmente, com o objetivo de planejar e avaliar suas atividades. A organização social do acampamento é composta também por uma coordenação geral do acampamento, cuja responsabilidade principal é dar unidade à atuação de todas as equipes, bem como encaminhar o processo de negociação e de relacionamento com o conjunto da sociedade local ou mais amplamente. Porém, o fórum máximo de tomada das decisões sobre os rumos do acampamento é a assembléia geral das famílias acampadas.

Analisando a estrutura dos acampamentos, esta é delineada através de várias instâncias (núcleos de base, equipes de trabalhos, coordenação geral do acampamento e da assembléia), e por critérios sobre a formação, as funções e os alcances preestabelecidos sobre as diferentes instâncias. Os núcleos de base e a assembléia geral têm, como premissa básica, ser constituídos por famílias. Além desse pré-requisito, tem sido estudado, a nível do planejamento espacial, o critério que diz que as famílias que pertençam ao mesmo núcleo ocupem também a mesma área no território. Este critério recomenda, por sua vez,

---

<sup>40</sup> CALDART, Roseli S. *Pedagogia do Movimento Sem - Terra*. ed. Vozes, Petropolis, RJ, 2000.

que seja respeitado na constituição dos núcleos, o mesmo município de procedência. Tudo indica que as orientações elaboradas, para assentar os sem-terra no território, sejam dirigidas a resgatar um primeiro grau de sociabilidade entre os acampados, e também de uma história comum e recente, inclusive, da época de discussão prévia às ocupações de terra. Isto facilitaria, nos acampamentos, a criação de laços mais fortes e duradouros entre os acampados. No que diz respeito ao tamanho estimado pelo MST para a composição dos núcleos de base integrados por famílias, poderia cogitar-se que o mesmo responda a uma questão de ordem operativa, para uma maior agilidade na hora das discussões. Já o critério sobre a proximidade entre as barracas (ingrediente físico que diz especificamente sobre o tipo de implantação das barracas no território), Caldart (2000:116) argumenta que a orientação prevê quebrar o isolamento característico do camponês.

Considerando esta organização do acampamento – constituída por instâncias de caráter deliberativo e executivo (núcleos de base, equipes de trabalho e coordenação geral) e por um fórum máximo (assembléia geral) – as famílias dos sem-terra, a partir de que assumam a identidade de “acampados”, participam e circulam pelas diferentes instâncias, têm o direito à discussão e tomada de decisões. Porém, isto se dá sempre através do canal correspondente, seja o núcleo de base ou a assembléia. Em síntese, a família, como unidade básica do acampamento, atua sempre como parte de uma “instância” dentro da estrutura mais ampla.

De uma perspectiva educativa e tomando como referencial a organização anteriormente descrita, Caldart argumenta que o acampamento representaria um grande espaço de socialização, onde os acampados seriam co-autores da experiência. Passariam “um tempo significativo de suas vidas em uma coletividade, cujas regras e jeito de funcionar, embora tão diferente da sua experiência anterior, foram eles mesmos que

ajudaram a constituir” (Caldart, 2000:116). Segundo a autora, esta experiência educativa vivenciada nos acampamentos permitiria aos sem-terra a passagem do que se poderia chamar de “uma ética do indivíduo a uma ética comunitária, que, depois, poderá se desdobrar em uma ética coletiva” (como parte da consolidação do aprendizado), em algumas situações de assentamentos, ou instâncias do movimento. O aprendizado referenciado não seria feito pela “imposição” e, sim, pela “necessidade”. Essa forma, considerada como um aprendizado não autoritário, poderia ser observada no cotidiano dos sem-terra, conforme a autora, a partir de um dos valores que o MST considera estruturante da ética comunitária: o valor da solidariedade. Este valor seria vivenciado pelos acampados através do critério utilizado na localização das barracas: o da maior proximidade entre elas. Isto, em termos práticos, teria uma qualidade educativa, porque exigiria de cada acampado considerar, por exemplo, que o que pode acontecer a uma das barracas (por exemplo, a destruição de uma delas pelas inclemências da natureza), pode vir a acontecer com a sua.

Assim, seria no próprio habitat que os acampados experimentariam a necessidade da cooperação e da solidariedade. A solidariedade buscada daria o fundamento de uma ética comunitária. Deste ponto de vista, a solidariedade estaria encarnada numa forma particular de planejar e usar o território, que pressupõe a ruptura de uma das características tradicionais atribuída às condições de vida do camponês: a do isolamento materializado nas formas dispersas de ocupar o território no meio rural.

Consoante exposto no capítulo II, a preocupação em combater o individualismo do camponês, atribuído à condição de isolamento no território, e sublinhado como um dos seus “vícios”, esteve presente, por exemplo, na experiência soviética. Esta ótica tem sido motivo de destaque em documentos do MST, quando estes elencam os “vícios” a serem combatidos nos acampamentos e assentamentos dos sem-terra (Caderno de Formação, Nº

11). A partir de dados levantados por mim em uma visita a um acampamento, analisarei a construção do espaço, tendo como referencial o modelo descrito.

### **ACAMPAMENTO EM ARAQUARI**

Já tem sido bastante difundida a idéia, especialmente nos meios de comunicação, de que os acampamentos do MST são altamente organizados, em termos de distribuição de tarefas e divisão do trabalho. Mas, apesar disto, podemos dizer que permanece a imagem de que a provisoriedade e precariedade, tratando-se de moradias, corresponderia a uma desorganização espacial. Um dos argumentos centrais, a ser desenvolvidos a seguir, é que nos acampamentos existem diversas lógicas espaciais, que organizam, delimitam, classificam, valorizam áreas internas. Os recortes espaciais correspondem, em muitos casos, à procura de traduzir, dentro da provisoriedade e precariedade, os padrões de expectativas dos sem-terra no referente a como deverá ser a moradia definitiva, assim como devem ser as relações sociais privadas e públicas.

Será analisado o acampamento no município de Araquari, litoral norte do estado de Santa Catarina (vizinho próximo do assentamento coletivo "Justino Draszevski").

#### **Delimitação Territorial**

Visualizo este acampamento fundamentalmente como uma área militarizada. Há uma forte presença de indicadores de segurança na entrada do acampamento: cerca de segurança perimetral e acesso único, porteira fazendo servindo de barreira de segurança, guarita na frente do acampamento com pessoal de vigilância permanente. Desde o posto de comando descrito (tal como na entrada de um quartel militar) podiam ser controladas todas as saídas e entradas de estranhos ou sem-terras provenientes de fora do acampamento, que não cumprissem as regras éticas comportamentais internas do acampamento, como, por

exemplo, entrar no acampamento em estado alcoolizado, condição considerada perturbadora para o convívio social entre os acampados.

Esta delimitação espacial implica numa concepção e organização do território de tipo singular, que pode-se denominar “intramuros”, que não somente se encontra nos acampamentos de sem-terra. Pode ser também visualizada em duas formas presentes no contexto atual das metrópoles brasileiras: as favelas e os condomínios fechados. As favelas são constituídas por segmentos de classes populares. No caso dos condomínios fechados, em geral, são formados por setores de alto poder aquisitivo. No exemplo das favelas, o tipo de delimitação exterior é dado por duas forças sociais que atuam dentro e fora do território: forças externas que atuam como demarcadoras do cerco de “segregação”, típico em nossas cidades, e forças internas dentro das favelas, que atuam no sentido de tornar intransponíveis as muralhas deste tipo de assentamento humano. Pela delimitação “amuralhada” e pela presença de redes de poder dentro delas, as favelas são percebidas tanto como áreas “liberadas” pelos seus ocupantes, como áreas “perigosas”, dignas de segregação e maior controle pelas forças externas. Portanto, a linha divisória ao redor delas é permanentemente tencionada por essas duas forças sociais que respondem a duas visões espaciais sobre o que venha a ser o território urbano.

Quanto aos condomínios fechados, construídos nas grandes metrópoles contemporâneas, o espaço intramuros é restritivo ao grupo que o habita. Os condomínios fechados são criados, em grande medida, para afastar-se justamente desses novos habitantes que moram nos locais “perigosos” das cidades. Os condomínios, além de serem uma ótima fonte de investimento para o mercado imobiliário (adornado pela mídia com símbolos das novas formas do conforto, da segurança e de contato com uma natureza “domesticada”) em termos de lógica espacial, são territórios resguardados através de fortes e modernos



sistemas de segurança. Remodelações do sistema viário para o aceso, desde as grandes vias rápidas de circulação a esse tipo de empreendimento comercial, são planejadas de uma forma que implica a apropriação particular do “espaço público” de nossas cidades. Nessa lógica espacial dos condomínios fechados, o espaço “público” interior (limitado aos condôminos, pessoal de serviço e visitantes) não é necessariamente equivalente a um espaço cívico da cidade, porque só entra quem passa pelo controle da segurança.

A similitude entre os assentamentos e estes outros dois espaços não fica restrita à lógica da segurança. Existem outras características desses espaços intramuros, segregados pelos “outros” (no caso das favelas) ou segregados “dos outros” (no exemplo dos condomínios fechados) que os tornam também semelhantes: os moradores desses espaços participam voluntariamente ou são coagidos pelas regras estabelecidas dentro de seus próprios limites. Ou seja, a condição de intramuros direciona e pré-determina o estilo de vida de seus ocupantes.

Nos acampamentos dos sem-terra, o modelo espacial e as regras, a serem respeitadas internamente, são criadas a partir da cosmologia do MST. Como já conferido, isto se dá através da organização social que predetermina a organização espacial, incentivando a vivência de experiências comunitárias entre os participantes do acampamento. Dentro da lógica do MST, famílias inteiras – crianças, mulheres grávidas, pessoas idosas – aquartelam-se dentro dos acampamentos, defendendo o território e resistindo a todo tipo de sacrifícios e necessidades físicas, inclusive, às vezes, até passar fome. Estas seriam ações direcionadas a pressionar o Estado e que buscam reforçar imagens de uma população sofrida e excluída de todo e qualquer tipo de direito social. Internamente, estas experiências dos acampados, vivenciando na própria “pele” a luta política pela reivindicação de terra, reforçam a convicção da necessidade de apoiar a

proposta do MST, em termos organizacionais, de sua identidade coletiva e de sua capacidade de resistir às condições de vida limite.

### **Planejamento Interno**

No planejamento espacial do acampamento, dois eixos cartesianos de circulação organizam a vida do acampado. A largura dessas vias permite a passagem de carros ou caminhões e também a circulação dos pedestres do acampamento. Desde a guarita do acampamento, situada numa das extremas desses eixos, é possível tanto uma rápida visualização do acampamento no sentido longitudinal, como uma rápida mobilização através dessa mesma via de entrada. Nas áreas delimitadas por essas duas estradas, existia uma organização compacta do território. Era resultado da proximidade das construções. Este tipo de localização das barracas no território facilitava (segundo depoimentos de acampados) a circulação da segurança interna do acampamento nos períodos noturnos.

O cruzamento desses dois eixos circulatórios que determinava o ponto central do território era a área de maior visibilidade do acampamento e o lugar de maior uso e circulação dos sem-terra, portanto, um ponto nevrálgico da vida interna do acampamento. O espaço caracterizava o local de maior sociabilidade “pública” do acampamento. Nesta região congregavam-se as construções que iriam servir de apoio logístico ao acampamento: subsistência (barraca de provisões), primeiros socorros (barraca da enfermaria), educação (sala de aula em construção), discussão política (casa de uma das lideranças escolhida para as reuniões), abastecimento (cantina destinada à venda de alimentos de primeira necessidade e bebidas não alcoólicas), etc. Também, neste ponto de maior fluência e visibilidade, flamejava a bandeira do MST (Ver fig. 2 e 3).



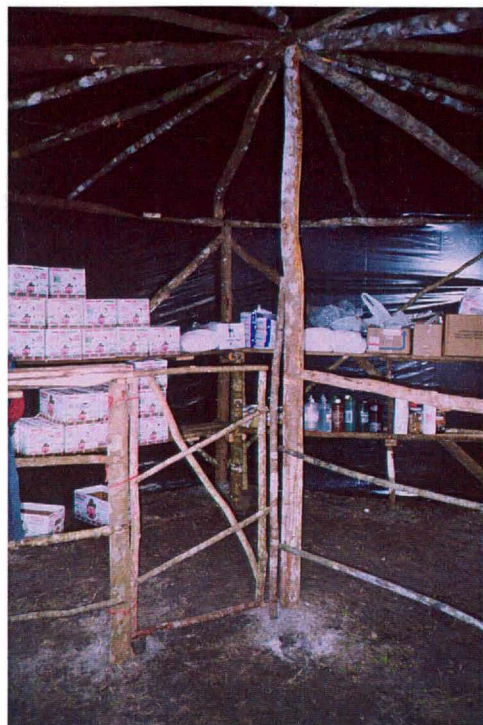
*Eixos principais de circulação*

Nas áreas perimetrais do acampamento, localizavam-se os banheiros, divididos por grupos de famílias. As construções feitas pelos homens do grupo de famílias e a limpeza dos banheiros era realizada pelas mulheres. Existiam queixas de algumas destas mulheres sobre o mantimento da limpeza das “casinhas”.<sup>41</sup> Estes locais de uso privado, mas compartilhados coletivamente pelo grupo de famílias, tornavam-se pontos conflituos, pela existência de diferentes visões sobre a noção de limpeza. O privado por necessidade vira público, mas continua a ser de uso privado por natureza. Em seu uso público por necessidade, transferem-se os valores do “privado” para o “público”. Este tipo de limites ambíguos de certos locais ou situações do acampamento constitui-se em potencial de conflitos. Nestas áreas perimetrais encontravam-se também os locais de tratamento do lixo doméstico e hortas coletivas. Entre a malha circulatória principal e áreas destinadas às barracas, em espaços do território ainda vazios (que faziam às vezes de pátios internos da malha construída) concentravam-se grupos de crianças de diversas idades, dedicados a jogos infantis (Ver fig. 4 e 5).

Como uma larga avenida, que lembra os acampamentos militares, os eixos principais de circulação, de maiores proporções que os caminhos secundários localizados entre fundos de barracas, concentravam o fluxo diário dos acampados. De suas barracas, espaços domésticos e privados, podiam observar e participar deste fluxo, a partir das bocas de saída que se abriam em direção às ruas. Naqueles eixos de circulação, mulheres que, vindas de vários lados do acampamento, passam carregando trouxas de roupa, para lavar à beira de um córrego que cruzava a área. Ao mesmo tempo, na estrada, partia uma família

---

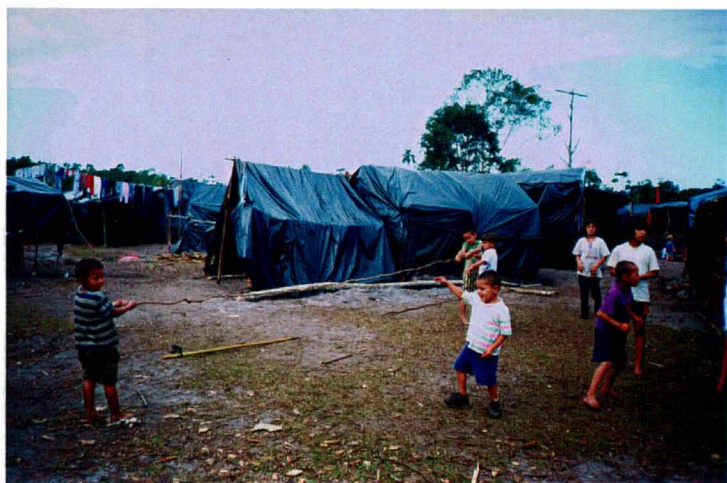
<sup>41</sup> A “casinha” tem sido, e ainda continua a ser para muitos camponeses, o sistema tradicional de banheiro fora da casa. Consiste na construção de uma fossa que deve estar localizada a 15 m da entrada ou poço de água, e a 10 m de distância da casa. Por cima dela se constrói uma “casinha” e se coloca uma privada. Os



*Posto de Enfermaria*



*Hortas Coletivas*



*Pátios Internos de Jogo*

de sem-terra desistentes da vida do acampamento, com um caminhão de mudança, para retornar ao lugar de procedência, olhados com tristeza pelos que ficavam. Eles comentavam que a desistência do acampamento era um retrocesso na vida de um sem-terra. Lideranças e religiosos passavam em cada barraca convidando para reuniões que seriam realizadas no acampamento. Os acampados deslocavam-se por essas mesmas estradas, carregando materiais improvisados, para as melhorias dentro das barracas ou construção de novas moradias e locais de uso coletivo, para resistir ao período da vida ao acampamento de uma forma “planejada e digna”.

De diversos pontos do acampamento podia visualizar-se a fumaça das chaminés das cozinhas das barracas, anunciando o café, o chimarrão e a fornada do pão. As mantas estendidas à espera do sol, depois de dias chuvosos, pareciam fazer parte de um grande mercado persa colorido.

### **Mediações Entre o Público e o Privado**

O espaço público descrito contrasta com o espaço privado correspondente à área interna das barracas. Entre estes dois âmbitos há um terceiro espaço que se poderia designar de mediador. Nos mesmos eixos descritos, onde havia grande movimentação pública, encontravam-se tais espaços de mediação, abertos ou semi-abertos, constituindo e ampliando espacialmente a unidade doméstica para seus moradores. Estes espaços de mediação são regidos, em geral, por características de gênero, parentesco ou procedência. Externamente às barracas, mulheres, parentes, amigos e conterrâneos criam a sociabilidade informal do acampamento.

---

extensionistas rurais tendem a recomendar que a casinha seja lavada semanalmente e que na fossa se coloque cal ou cinza para evitar o mau cheiro.

As mulheres, por exemplo, improvisam um espaço de sociabilidade no entorno imediato a uma de suas barracas (Ver fig. 6), integrando-se através de uma roda de chimarrão.<sup>42</sup> Esta área de encontro informal ficava delimitada no plano vertical traseiro, pela janela da cozinha da barraca e, no plano horizontal superior, pelo varal que cruza o espaço aéreo da área de trabalho do grupo familiar. Externamente, a área era limitada pela vala construída na beirada da avenida principal do acampamento. Embora fosse este um local de tipo provisório, pela sua localização e organização (tocos de madeira e recipientes de plástico que faziam as vezes de assentos, proximidade à cozinha da barraca e varais no local), lembrava os pátios e as cozinhas localizadas nas áreas de “fundo” das casas de periferia. Existe, nestes espaços mediadores, uma transferência do valor estético funcional da ocupação do espaço definitivo.

A condição de provisoriedade dos locais do acampamento não “desordena” o mapeamento social dos acampados. Como numa cerimônia ritualística muito repetida e internalizada entre seus participantes, o encontro informal das mulheres aparentadas é uma apropriação do espaço demarcado como privativo durante o tempo que durará o acampamento. O novo lugar transforma-se num local familiar em dois sentidos: um, pelos referenciais que organizam e limitam esse espaço (área de trabalho doméstico e proximidade à cozinha); outro, pelos integrantes que usam o lugar e a forma como ele é usado.

O encontro de sociabilidade dos homens não era realizado a céu aberto e, sim, na varanda de uma barraca. Muda o gênero e também a organização e o uso do local (Ver fig. 7). A prolongação da lona sobre o espaço que se abre para a rua e o arranjo desta área com o fogão de lenha no centro, bancos de madeira colocados nas extremas (construídos in situ

---

<sup>42</sup> Bebida típica da região feita à base da erva mate.

pelo dono da barraca), constituem um local de encontro informal entre o espaço público da rua e o espaço interno da barraca. O espaço era visível desde fora, porém, era área privativa da barraca. Era habitada somente por um homem, como representante de seu núcleo familiar, seguindo uma estratégia utilizada por muitos sem-terra para garantir a vaga, esperando as negociações positivas com o INCRA, e poupar o resto do núcleo familiar das dificuldades da vida no acampamento, fundamentalmente, crianças pequenas. Também o acampamento é considerado por estes sem-terra como um lugar “sujo” e “insalubre”. Porém, este tipo de estratégia não é bem visto pelas lideranças nem pelos sem-terra mais engajados na proposta do MST, que propõem o desafio seja adotado pela família como um todo. O espaço, portanto, nem sempre é romantizado pelos acampados, sendo sua percepção motivo de conflitos e desconfianças entre os acampados e entre estes e as lideranças.

A sociabilidade informal nestes locais, no espaço semipúblico da barraca, pode ser também retratada noutro exemplo. Vizinhas próximas (Ver fig.8) conversavam em pé em locais tidos como liminares. Isto é percebido pela posição da dona de casa localizada na soleira da porta da barraca (limite simbólico entre o interior privativo, não visível da barraca, e o espaço semipúblico do território doméstico). A localização relativa das mulheres no espaço da barraca delimita o tipo de relação social estabelecida. As amigas vizinhas (porém estranhas) localizam-se do lado de fora da barraca, mas dentro do território doméstico (debaixo da lona/varanda). No mesmo local, do lado de fora, esperam os calçados dos donos da barraca. Este costume poderia ser considerado um indicador que revela meramente uma preocupação de limpeza por parte do sem-terra, dono de casa ou visitante ocasional (manter limpo o interior da barraca), mas por estudos realizados





*Recanto das Mulheres - Espera em Família*

06



*A centralidade do fogo no encontro masculino*

07



*Conversa informal desde a soleira da porta da barraca*

08

anteriormente na região de Santa Catarina; esse hábito atua como delimitador dos diversos espaços sociais do cotidiano (Castells, 1987).

### **Barraca de Sem –Terra**

Atualmente, a barraca tem sido um objeto de uso fundamentalmente ligado à atividade turística.<sup>43</sup> Grupos de jovens, famílias, etc, com barracas de turismo, têm experimentado, em diversos lugares do planeta, a vida ao ar livre, desfrutando do descanso, do lazer e da natureza. A barraca transformou-se num equipamento indispensável de novas formas de turismo. O uso da barraca também tem sido e ainda é um equipamento indispensável para uso militar e científico. Nas suas diversas formas, funções e materiais, invadiram o mercado com uma sofisticação cada vez maior do equipamento disponível. Hoje encontram-se desde barracas que, pelo seu tamanho e comodidade, reproduzem o mesmo estilo de vida das casas permanentes de seus usuários, para serem localizadas em campings arborizados e com todo tipo de equipamento e infra-estrutura, até barracas de reduzidas dimensões e muito leves, que servem meramente para pernoitar em qualquer lugar do caminho, podendo ser transportadas nas costas dos peregrinos no transcurso de longas caminhadas.

As barracas utilizadas pelos sem-terra, contrariamente às de uso turístico ou profissional, não são um produto que se encontre disponível no mercado. Elas são construídas in situ. Na sua aparência visual têm mais similaridade com barracas de trabalhadores braçais, construídas nas beiradas dos caminhos, para realizarem tarefas de curto período, e sem nenhuma similaridade com as barracas com fins de lazer. Na

---

<sup>43</sup> Na literatura técnica sobre sistemas construtivos, num livro como é o de Neufert (1944: 120), que foi um referencial clássico de várias gerações de arquitetos, a barraca (tenda de lona) é considerada uma construção de jardim. Desde esta perspectiva, ela pode ser uma tenda de duas lonas, tenda de oficial (de oito lonas e dois frontões), tenda retangular e grande tenda. (Neufert.)

experiência dos sem-terra existe uma grande diversidade de soluções construtivas para as barracas. Diferentes formas e dimensões de barracas são encontradas, dependendo da necessidade e criatividade dos acampados. Mas a ocasião e o lugar onde são construídas são fundamentais, em termos das características, do conteúdo e dos significados atribuídos às barracas. São construídas em diferentes momentos do processo da luta pela terra: ocupações, acampamentos rurais e urbanos e assentamentos provisórios. As barracas do acampamento, embora apresentem grande similaridade em seu aspecto externo (dado pela mesma forma estrutural da tenda de campanha, constituída por duas quedas e cobertas pelo mesmo material de lona impermeável de cor preta, em geral) apresentam grande variedade na sua organização interna e no uso dado a este espaço.

As barracas construídas na região sul têm por estrutura primária um sistema de pontaletes de madeira (de espécies nativas, retiradas do lugar e utilizadas também como lenha) fincados na terra, que servem como pilar para suportar a estrutura secundária (cobertura). Esta é constituída por terças e caibros da mesma madeira e de seções similares às da estrutura primária. A estrutura terciária que fecha o teto e as laterais da barraca é constituída pela mesma madeira ou mesmo por canas de bambu, que, nos dias muito quentes, arrolando-se a lona plástica, serve como forma de ventilação natural. Na própria lona são feitas as aberturas que fazem as vezes de esquadrias, permitindo ventilação e luminosidade dentro da barraca.

Na cobertura das barracas utiliza-se uma lona plástica, geralmente de cor preta, material utilizado basicamente em construção civil e em agricultura. Fazendo as vezes de uma pele, a lona plástica envolve o teto, as paredes e o piso, para impedir a umidade que entra pelo chão. A estrutura das paredes é constituída por elementos verticais (pilares pontaletes) e elementos horizontais de arriostamento. Entre os espaços dessa malha, nos

espaços vagos dos elementos verticais, aparecem as aberturas, quando se recorta a lona. O sistema de vedação mostra uma grande criatividade pela reciclagem de elementos simples, como o uso de pregos, restos de “chinelos-de-dedo”, etc. Perimetralmente, em volta às barracas, são construídas valas para canalizar a água da chuva, impedindo que se inundem, e sobre ditas valas colocam-se pequenas pontes de madeira, nas portas das barracas, para aceder seca e limpamente ao seu interior. Isto mostra a inventividade e consciência do sem-terra de que tudo é possível aproveitar-se, nada se desperdiça, pelo contrário, tudo é sujeito a novos e criativos usos. (Ver fig. 9; 10 e 11)

Nem todas as barracas são feitas em condições apressadas, nem tampouco para durar dias ou somente algumas semanas. Há construções feitas para proteger e dar abrigo aos sem-terra por um longo período, como é o caso dos assentamentos “provisórios”, onde os assentados continuam ainda “sob a lona”, como costumam eles dizer, e as barracas apresentam soluções arquitetônicas sofisticadas (tema que será posteriormente retomado). Nessas construções, de características cada vez menos provisórias, pertencendo a famílias constituídas por casais já não tão jovens (ou pelo menos não recém – casados e que possuem mobiliário de suas antigas moradias) são construídos até sótãos, onde é guardada parte da mudança.

### **Cozinhas em Acampamento**

No acampamento de Araquari observei basicamente três tipos de cozinha: 1) fora de “casa”, construída sob uma cobertura de lona separada espacialmente da barraca principal, onde se alojam os quartos e a sala da família (Ver fig. 12); 2) dentro das barracas, fazendo parte da sala. Em algumas barracas foi encontrada a típica duplicidade dos dois tipos de cozimento dos alimentos, o fogão a lenha e o fogão a gás (Ver fig. 13); e 3) sob a mesma



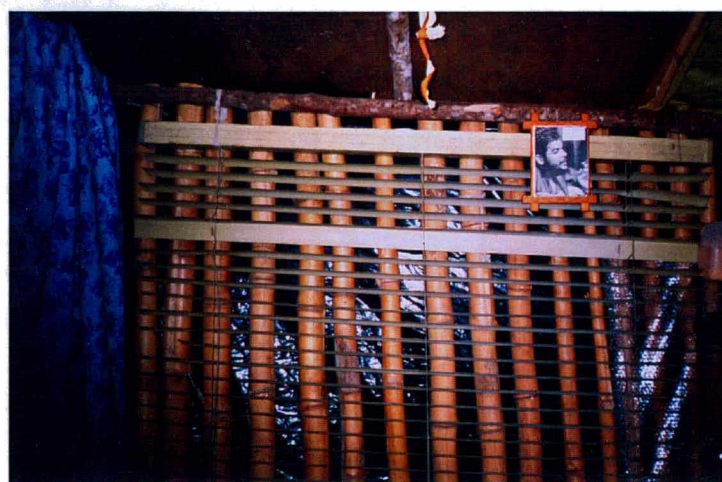
*Estrutura da futura varanda*

09



*Acondicionamento natural da cozinha externa*

10



*Estrutura de taipa para ventilação interna da barraca*

11

cobertura da barraca, localizada na área semi-aberta, ficando, às vezes, separada por um corredor paralelo à região destinada aos locais de dormir e estar, ou também na própria área semi-aberta contígua à parede fechada da barraca. (Ver fig. 14)

O modelo de cozinha “dentro de casa” fora encontrado também em assentamentos visitados nos municípios de Dionísio Cerqueira, Matos Costa, Abelardo Luz e Campos Novos, como em “sítios” pertencentes a alemães localizados na serra catarinense – todos lugares de clima frio, onde o fogão a lenha ou cozinha econômica fazem as vezes de aquecedor permanente da morada, de secadora de roupa, em dias úmidos ou chuvosos, e de cozinha propriamente dita, para preparar comidas tradicionais, que levam horas “a fio” para seu cozimento.

O fogão a lenha, registrado em todas as situações de cozinhas descritas do acampamento de Araquari, fora também observado no Assentamento Provisório “Justino Draszevski”, em Araquari, e no assentamento “Conquista no Litoral”, no município vizinho de Garuva (entre assentados procedentes também de áreas rurais de regiões frias). Já o modelo da cozinha fora de casa, “suja” e “informal”, complementado por outra cozinha, dentro de casa, “limpa” e “formal”, fora encontrado nos bairros da periferia de Florianópolis (Santa Catarina), em casas populares, com moradores oriundos de áreas rurais. Nestas circunstâncias, o modelo de cozinha (suja e informal x limpa e formal) fazia parte de um ideário social dentro da própria casa. Nela existiam áreas claramente delimitadas socialmente, pela localização (maior ou menor proximidade à entrada principal da casa), pelo tipo de arranjo dado aos locais (mais ou menos formal), como pelo acesso social permitido a estranhos, amigos e/ou familiares.

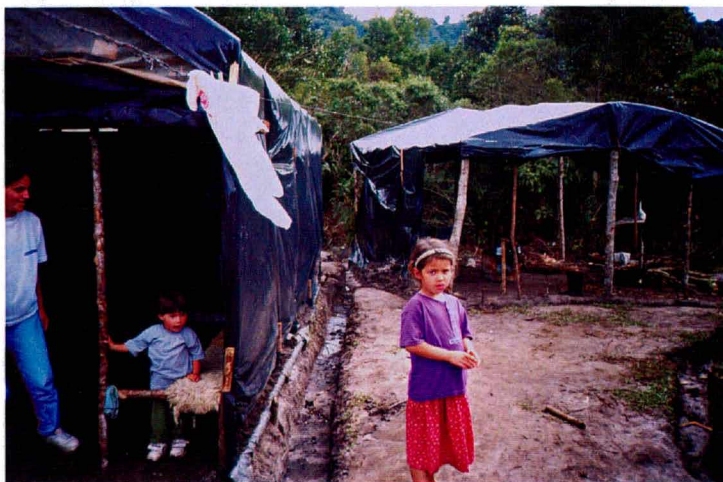
Em todas as barracas, exceto quando o local destinado à cozinha fica localizado do lado de fora delas, sai a chaminé do fogão a lenha ou salamandra, que mantém no fundo do

fogão o mesmo tubo de chapa de 10 cm, utilizado tradicionalmente nas casas rurais. O tubo sai horizontalmente com o joelho que vai para cima, ficando a chaminé suficientemente afastada da parede da barraca, para não haver risco de incêndios. (Ver fig.15)

### **Interiores da Barraca**

Embora a barraca do sem-terra, dada a sua aparência externa, possa ser vista como uma habitação padronizada, existe grande diversidade no arranjo de seus interiores, que pode revelar, entre outras coisas, o grau de aceitação da experiência “acampamento” por parte do acampado, quanto as formas de pensar esse habitat “provisório” na hora de construir a sua barraca.

Algumas dessas diferenças entre os sem-terra manifestavam, inclusive, o grau de entendimento e compromisso com a experiência do acampamento. Ouvei queixas de acampados de que as lideranças não estavam cumprindo suas promessas, o que nos pareceu a reprodução de uma expectativa clientelística. Estes acampados não se identificavam com a conquista da terra através do ideário de solidariedade, valor essencial do MST. Os insatisfeitos não mostravam nenhum capricho na organização e no arranjo interno de suas barracas e reclamavam da precariedade do acampamento, que dificultava o cuidado de suas crianças, e da imprevisibilidade da vida no acampamento. Quando nas famílias de acampados há crianças pequenas, há também maior exigência de ordem na barraca, dificultado quando não existem formas adequadas para sua organização, como é, por exemplo, a inexistência de armários ou prateleiras feitas dentro da barraca, para a organização da roupa. A percepção de que estes acampados mantinham um padrão não ideal foi notada entre os acampados que faziam as vezes de ‘cicerone’, direcionando ao



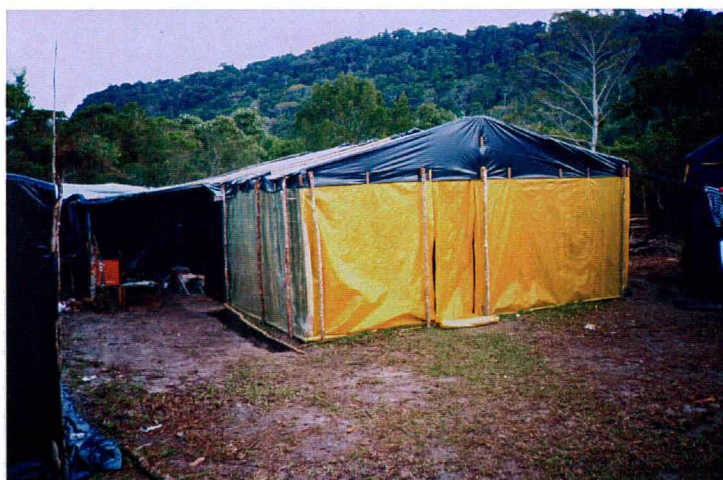
*Duplicidade: Limpo x Sujo*

12



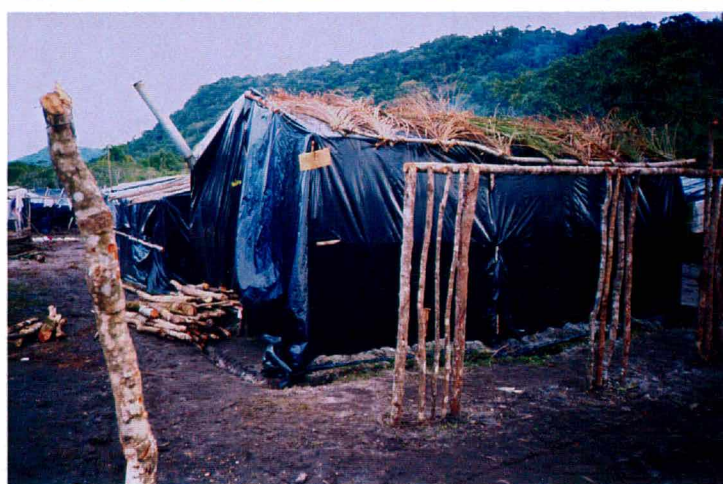
*Interna: O ritual do pão não é interrompido na barraca do acampamento*

13



*Semi-Interna: Locais de sociabilidade*

14



*Terminações*

15

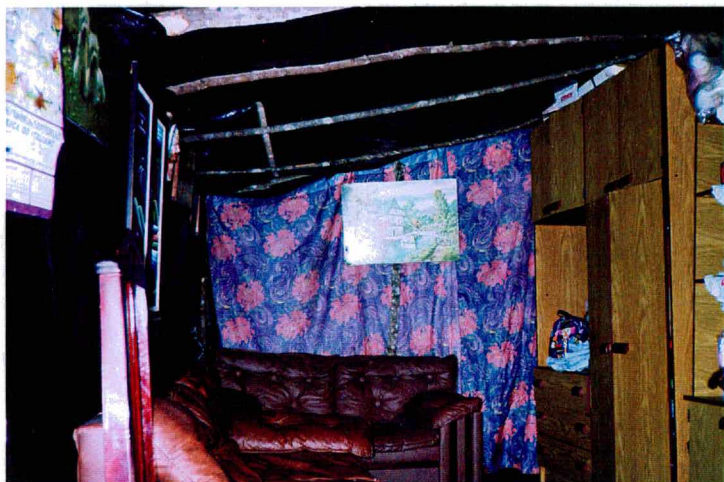


'estrangeiro' as regiões tidas como "normais" dentro do acampamento, representada pelo exemplo de barracas e famílias bem organizadas, e excluindo estas mais desorganizadas.

Algumas das diferenças encontradas no interior das barracas relacionavam-se com o tamanho da família e com a quantidade de mobília que a família acampada carregava consigo. Estilos e formas de se alimentarem bem como a forma de se preparar o alimento, revelavam-se pelo interior da barraca. Temos assim interiores pertencentes a casais jovens, com famílias pequenas, que reconstituem a tradicional sala de visita mobiliada, com jogo de sofá, quadros característicos de imagens religiosas, paisagens pintadas, estampas partidárias, calendários políticos, todo tipo de arranjo pendurado na parede de lona da barraca; (Ver fig.16) e locais polivalentes, constituídos por sala-quarto-cozinha, cheios de móveis; salas- varandas (construídas entre o privado e o entorno imediato à barraca) com mobília rústica, feita no acampamento (Ver fig.17) e até áreas que juntam a produção e a criação do alimento. Este era exemplo de um galinheiro feito sob a cobertura do telhado da barraca, em continuação de seu corpo principal, uma amostra da reconstrução do habitat camponês no pequeno espaço de terra temporário. (Ver fig.18)

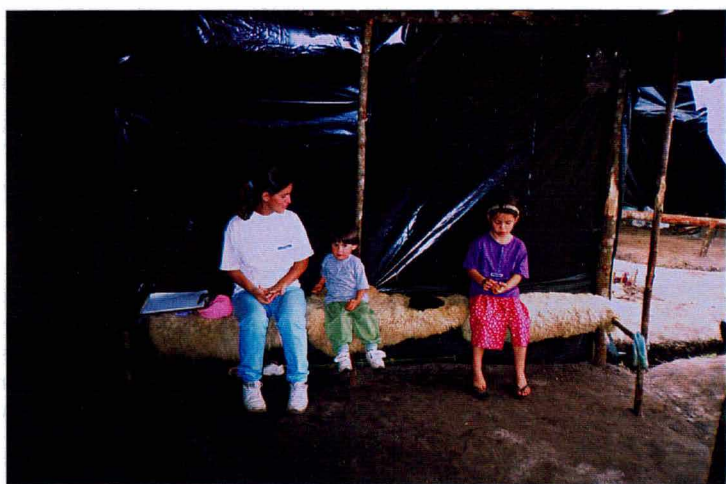
\*\*\*

A lógica espacial do acampamento, como visto, inicialmente impacta pela sua militarização, que corresponde com a organização social proposta pelo MST. À medida que vamos entrando no acampamento, emergem lógicas espaciais diversas, entre as barracas e dentro delas. Tais lógicas expressam alta criatividade, que permite aos sem-terra a reconstituição de um cotidiano com rotinas de sobrevivência dentro de condições de alta transitoriedade e precariedade de recursos.



*Sala-Cozinha Tradicional*

16



*Sala-Varanda Rústica*

17



*Sala-Cozinha - "As galinhas num cantinho da barraca"*

18

## AGROVILAS PROVISÓRIAS

Nos grupos coletivos dos sem-terra, a construção definitiva das casas tem sido, às vezes, adiada por uma decisão do grupo, que tem preferido inicialmente investir diretamente na produção e continuar morando em barracas. O investimento na construção da moradia, para os sem-terra representa um rubro custoso na hora de se fixar nos assentamentos. As cotas de orçamento governamental, destinadas à habitação dos sem-terra, têm sido simbólicas.

Mas a opção por uma moradia provisória implica optar por continuar um cotidiano sem o conforto que pode dar uma casa, ainda que com uma estrutura precária, na medida que protege contra as intempéries climáticas e garante níveis maiores de privacidade dos vizinhos do que uma barraca. Este sacrifício justifica-se, para muitos sem-terra, como um avanço na sua conscientização política, que poderá ser medido pelos anos vividos em barraca, e que garante para eles a dignidade de ser militantes do MST.

No estado de Santa Catarina, tive oportunidade de visitar algumas experiências de assentamentos provisórios (o assentamento “Conquista No Litoral”, no município de Garuva, e o assentamento “Justino Draszevski”, no município de Araquari)<sup>44</sup>. Também ouvi relatos de assentados de outros assentamentos coletivos que, na época de pesquisa, já moravam em casas definitivas. Estes exemplos de assentamentos coletivos provisórios, por opção, muito me motivaram a refletir sobre quais seriam as características desse habitat que não pertencia mais ao modelo de acampamento. Quais seriam as vantagens e desvantagens deste modelo de improvisação da vida, quando o cotidiano não responde mais a uma etapa de resistência e defesa de um território (como no caso das ocupações e acampamentos)

---

<sup>44</sup> Atualmente, em ambos os assentamentos, já foram construídas as casas de material definitivas.

nem a uma estratégia de teatralização utilizada pelo MST (por exemplo, os acampamentos em áreas públicas)?. Quais seriam as diferenças em relação aos modelos espaciais dos acampamentos na nova condição de assentamento “coletivo”, que pressupõe um novo grau de entendimento político do sem-terra?. E quais seriam as diferenças ou similitudes entre estes assentamentos provisórios e os comunitários coletivos de construções definitivas?

### **AGROVILA EM GARUVA/SC – O “SOCIAL” ADIADO**

Em maio de 1999, acompanhei uma viagem planejada por jovens universitários de diversos departamentos da Universidade Federal de Santa Catarina, para conhecer um assentamento da reforma agrária. O escolhido foi “Conquista No Litoral”<sup>45</sup>, próximo à cidade de Joinville, em direção norte, e muito próximo do município de Araquari, em direção sul, onde localiza-se o acampamento e assentamento “Justino Draszevski”, que visitei em setembro de 1998. O assentamento “Conquista No Litoral” foi criado legalmente, em dezembro de 1997, mas os sem-terra estavam na área há quatro anos. (Ver mapa de SC)

Depois de três horas de viagem, num dia feriado, e com muitas expectativas de minha parte para conhecer o assentamento, pelas notícias sobre o grau de organização desses agricultores, fomos recebidos, ainda na estrada, por um representante dos assentados. A partir desse encontro, o assentado, de meia idade, tez branca e rosada, textura forte, bem alinhado e embandeirado com o boné de cor vermelha do MST, atuou como guia através de uma paisagem de mata atlântica. Depois de um curto percurso,

---

<sup>45</sup> O nome dado a este assentamento pelos sem-terra (a maioria deles são do oeste catarinense e inclusive alguns são oriundos do Rio de Grande do Sul) poderia ser pensado como uma forma identificatória, com experiências de assentamentos coletivos mais antigos no estado, que tiveram sucesso, como é, por exemplo, o caso de “Conquista na Fronteira”. Ou pode indicar também a ousadia dos sem-terra de avançar, de colonizar áreas além de seus territórios nativos. Tanto a idéia de fronteira como de litoral apontam os extremos do estado de Santa Catarina, e dão justamente a idéia de avançada, de colonização no sentido positivo do termo.

apareceram, numa das clareiras do caminho, as primeiras barracas do assentamento, ponto final de destino.

O assentamento era composto por quinze famílias, morando numa agrovila<sup>46</sup>. Das quinze famílias, treze faziam parte de um coletivo e duas trabalhavam de forma individual. As origens geográficas dos assentados eram de diversas regiões de Santa Catarina, e também do Rio Grande do Sul, de origem italiana, aparentadas por laços de sangue com assentados de outros coletivos distribuídos pelo Estado. Das diversas experiências de assentamentos existentes no estado (formas produtivas coletivas e não coletivas), os assentados de Garuva lembravam histórias e contavam histórias. Isto revela um sistema de informação atualizado permanentemente pela participação periódica dos assentados em diversas atividades desenvolvidas pelo MST. Aqui incluo desde encontros de confraternização organizados entre assentamentos (como são os campeonatos esportivos) até a utilização de novas tecnologias de informática dentro dos assentamentos (uma atividade destinada, em geral, aos jovens assentados). Existia também outra rede de comunicação informal dada pela presença marcante de laços de família entre os assentados, com parentela distribuída pelos assentamentos do interior, que, através de visitas esporádicas, atualizavam e comparavam suas próprias experiências.

Estes assentados, até conseguirem instalar-se definitivamente em Garuva, percorreram um longo trajeto por diferentes municípios do estado (Campo Eré, Campo Grande, onde foram despejados; Abelardo Luz, onde participaram de uma reocupação) e realizaram um grande esforço para conseguirem reverter a imagem de “bichos baderneiros”

---

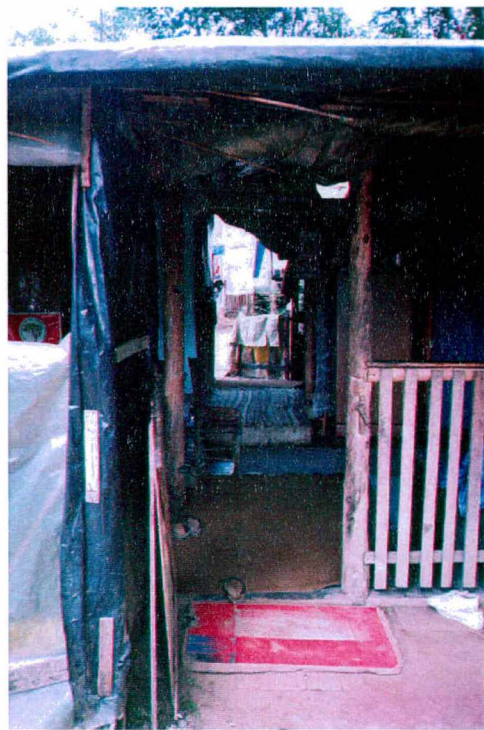
<sup>46</sup> Esta quantidade de famílias do assentamento representa o número limite de famílias acampadas numa mesma área, que compõe um núcleo de base da estrutura organizativa dos acampamentos.

entre a população local do município e conquistarem o reconhecimento almejado e necessário da população local.

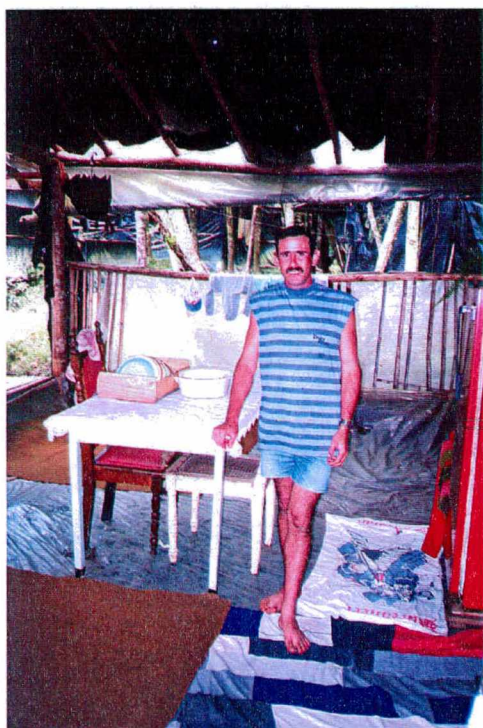
### **Festa no Assentamento**

No assentamento “Conquista no Litoral” havia muita movimentação, devido aos preparativos da confraternização que estava sendo realizada entre os universitários e os assentados. As portas das barracas (frente e fundos das barracas), assim como as aberturas que faziam as vezes de janelas, encontravam-se abertas e seus interiores em perfeita arrumação. (Ver fig.19, 20 e 21) A condição de frente x fundo das portas das barracas não está dada necessariamente pela oposição física dessas portas numa única direcionalidade e, sim, pelas funções e usos sociais que em volta delas se desenvolvem. Inclusive, dependendo de seu tamanho e planejamento espacial, em algumas barracas existe uma única porta. Depois de uma hora no local, já estávamos todos reunidos (assentados locais e de Araquari, assentados de Abelardo Luz (que estavam hospedados no assentamento), e nós (visitantes ocasionais), numa grande roda de apresentações. No barracão, com chimarrão circulando, num clima caloroso e descontraído, foram feitas as apresentações de todos os participantes (inclusive a dos convidados). (Ver fig. 22)

Cabe ressaltar que embora a festa fosse preparada para os de fora, os de dentro também faziam a própria festa. Percebia-se isto pela presença de outros assentados de locais próximos, pelos encontros entre casais jovens de assentados, bem como pelas conversas em voz alta e descontraídas, no local. O pessoal de casa (vestindo camisetas com desenhos alusivos a eventos políticos realizados sobre a reforma agrária) e, fundamentalmente, os homens usando o boné vermelho –marca característica do MST– relataram o tipo de atividade produtiva que desenvolviam e a responsabilidade político-



Regras de etiqueta: abertura de porta da frente x porta dos fundos



Casa em dia de festa



Festa no assentamento

organizativa que ocupavam dentro do assentamento. (O costume de exibir publicamente a propaganda política dos eventos realizados pelo MST através da indumentária já faz parte do cotidiano dos sem – terra, assim como os arranjos feitos nas suas casas através dos cartazes de propaganda colados ou pendurados nas paredes.) Os relatos sobre as atividades do assentamento foram feitos mesclados por histórias de vida dos últimos anos, inflamados pela emoção, com sinais de muito orgulho de suas trajetórias: história de ocupações, despejos, prisões, de sonhos depositados nos projetos atuais do assentamento sempre ressaltando o que tinham até agora conseguido. As pessoas de mais idade contribuíam (com maior informação) no depoimento dos mais jovens. As crianças participavam escutando e brincando ao redor. Terminado este encontro planejado, através de prévia acomodação de mesas no mesmo local da reunião, foi servido o almoço preparado pelas mulheres e pelos homens do assentamento. Após do almoço, ao som de música alta e conversa generalizada, os convidados integraram-se entre os assentados participando, inclusive, de jogos de mesa. Outros começaram a visita (guiados pelo pessoal mais velho) pelas instalações do assentamento: área destinada à construção de novas moradias (de material, algumas estruturas já estavam em pé), área de plantios, locais destinados a açudes, etc.

Além da produção para a subsistência, os assentados dedicavam-se à produção de mudas de hortaliças (apelidando o local da “maternidade” do assentamento) para comercializar, plantação de bananeiras e apicultura. Como novidade, neste assentamento (em regime de mutirão) os assentados estavam construindo a nova agrovila. O assentamento tinha a particularidade de ter um canteiro de obra de produção de tijolos maciços de solo – cimento. Esta experiência construtiva pertencia a um projeto considerado inédito, realizada primeiramente na construção da agrovila vizinha, no município de



Araquari. Das atividades referidas pelos assentados, uma das mais destacadas foi o mutirão das novas construções.

### **Mutirão em Assentamento**

Conforme os assentados de Garuva, esta experiência para a construção de casas populares em agrovilas se deslocaria para o município de Abelardo Luz/SC. O mutirão funciona ainda como escola profissionalizante. Assentados de fora do assentamento, de volta para seus lugares de origem, se transformam em oficiantes e instrutores de novas experiências construtivas. Entre o pessoal que integrava o mutirão havia assentados locais, do assentamento vizinho de Araquari, e assentados do “oeste” do município de Abelardo Luz. Segundo um dos assentados, os participantes eram todos do oeste e “vem para aprender, não levam canudo, é um aprendizado prático”.

A condição destes sem -terra, de serem hospedados nos assentamentos no período que dura o mutirão da construção, representa, em termos de vivência, a possibilidade de participar do cotidiano do assentamento hospedeiro. Esta experiência pode vir futuramente a ser utilizada como parâmetro na formação e atuação dos assentados. Na prática, estas experiências atuam como “escolas móveis profissionalizantes”, propagadoras de novas experiências coletivas na solução de problemas dos assentamentos. Assim, na vida de muitos sem-terra, que moram no interior do estado, onde o horizonte fecha-se ao redor de seu município e municípios vizinhos, estas experiências atuariam, de fato, como uma prática que permitiria, a princípio, ampliar o horizonte dos sem-terra e desenvolver um distanciamento crítico de suas realidades locais. Também é uma prática que corresponde aos desafios elencados pelo MST em seus documentos sobre as atividades desenvolvidas

nos assentamentos: escola para adultos, impulsionar os jovens, criar mutirões inter-assentamentos, entre outros (Bogo, 1998; Caderno de Cooperação Agrícola, Nº5, 1997).

As observações seguintes apontam alguns elementos sobre tais experiências de socialização e profissionalização, fundamentalmente em relação a possíveis mudanças na visão de mundo dos sem-terra (fruto de maior abertura de seus referenciais). Nos relatos, existe acentuado grau de precisão que essa população guarda dos nomes dos locais onde acamparam, das datas das ocupações e /ou dos despejos, do tempo de estadia nos locais, e das histórias que foram mais marcantes de cada um dos episódios vivenciados. Poderia pressupor-se que novos referenciais estão sendo incorporados e fazem parte da história atual dos sem -terra. Cabe se perguntar se esses novos referenciais contemplam, também, na configuração atual do novo cotidiano, novas formas de percepção e implementação deste mesmo espaço. A etnografia espacial da vila feita em continuação é parte desta última preocupação.

### **Organização Espacial da Vila**

A estrada geral que levava ao assentamento era limitada na sua margem direita, por um morro com baixa declividade e vegetação nativa. Na margem esquerda acompanhava uma superfície plana de terreno onde fora construída a agrovila provisória, protegida e envolvida pela vegetação do lugar. Áreas fechadas e clareiras discretas, abertas na mata, faziam parte e eram marco da paisagem do próprio assentamento.

Na mesma estrada, do lado direito, encontrava-se um canteiro de obra e um barracão para alojamento do pessoal de diferentes assentamentos, que estavam construindo a nova agrovila (casas de material) em regime de mutirão. Continuando pela mesma via, erguiam-

se as construções das futuras casas. No fim da estrada apareciam os abrigos de hortaliças “maternidade”, as plantações de bananeiras e os açudes destinados à produção.

Desta visão inicial do assentamento, alguns pontos espaciais despertaram-me maior interesse de análise, permitindo uma primeira configuração mental da proposta do modo de vida do assentamento.

A área ocupada pela vila provisória destinada à vida comunitária dos assentados, estava estruturada espacialmente ao redor de um espaço central (a céu aberto) que organizava a vida do assentamento, podendo ser considerado a praça pública do conjunto.

### **Delimitações do Espaço Público**

Em contraposição à organização espacial do acampamento de Araquari, delimitado perimetralmente por cerca, guarita e porteira de único acesso, neste assentamento não existia uma delimitação exterior formal ao conjunto construído. De qualquer ponto do caminho principal era possível penetrar no conjunto habitacional da vila provisória. Mas a praça central (pela sua localização no conjunto do núcleo comunitário e pelo tipo de construções abrindo em volta dela) direcionava os usos do assentamento por parte dos sem-terra e os de fora, atuando como mapa de orientação mental sobre a organização social da vila.

A partir desse espaço central, tracejando-se (virtualmente) dois eixos perpendiculares, podia-se considerar que um deles atuava como organizador da vida pública dos assentados e o outro era o ordenador da vida privada do assentamento. O eixo espacial tido como público (perpendicular à estrada principal de chegada ao assentamento) estava estruturado pelo acesso formal à praça e delimitado nas suas laterais por diferentes locais da agrovila.

Na configuração desse mesmo espaço, o limite de sua lateral esquerda era dado por uma construção contínua de barraca (área privativa dos assentados) que pertencia à fachada pública da construção, abrindo de frente ao espaço central. (Ver fig. 24) Em seus fundos, os limites eram dados pela estrutura de um barracão de grande porte, aberto a esse espaço. De uma posição central ao pátio visualizava-se, na fachada do barracão, a bandeira do MST, hasteada num dos paus da estrutura do telhado, realçando ainda mais a identificação deste espaço como local público-político deste assentamento. (Ver fig. 25)

Na outra lateral, a partir de um dos cantos do barracão, a delimitação estava dada por arvoredos e uma nova linha de fachada de barracas, mas de menor dimensão que a do lado esquerdo que permitia, assim, a visualização das novas construções. Nesse canto da praça, algumas espécies nativas de maior porte erguiam-se através da estrutura do telhado. Esta solução construtiva utilizada (a de contornar as árvores existentes), além de ser uma amostra, em princípio, de respeito ao meio ambiente por parte dos assentados (orientados pelo IBAMA, que fez a vistoria do local antes de ser ocupado), representa uma solução técnica que expressa uma forma arquitetônica de interação com o entorno imediato. Esta forma é pensada também em termos de conforto ambiental do espaço construído (para aqueles que a adotam), representando um recurso natural de usufruir planos de sombra para conseguir proteção das construções. Por outro lado, incorporar assim a natureza constitui um elemento de alto valor estético na configuração da paisagem construída. Esta preocupação e respeito à natureza e embelezamento dos assentamentos faz parte das premissas formuladas pelo MST. Entretanto, a idéia de embelezamento, que se depreende dos documentos do MST, talvez seja dirigida mais para os externos ao movimento que para os de dentro, na procura de criar uma imagem positiva do trabalho do MST.



22 e 23 - Roda de Discussão - O Senado do Assentamento



Público x Privado - Fachada principal ao pátio central da Vila

### **Usos e Funções dos Locais Públicos**

Entre os diversos locais na praça central, o primeiro deles, localizado à esquerda do acesso principal, era ocupado pela secretaria informatizada do assentamento: o gerenciamento do 'público' na organização espacial da vila. Pela sua localização nesse espaço formal, poderia aspirar a cumprir a função de posto de controle do assentamento. Mas, desta vez, essa inscrição hierárquica do território (dada em relação ao controle e à segurança visualizada anteriormente no outro acampamento de Araquari) é transformada pelos assentados em posto de administração interna do assentamento e local de comunicação informatizado com o exterior.

No espaço interno do barracão (lugar escolhido para a reunião), outra bandeira do MST desdobrava-se frontalmente ao pátio central e acesso principal ao assentamento. Pelos objetos e pela forma de acondicionamento - máquinas e ferramentas de trabalho - tudo indicava que o uso do barracão em dias normais era destinado ao trabalho. Mas, pelos bancos de madeira cumpridos e mesas de cavalete utilizados na hora da confraternização, ele servia também como local das reuniões internas. O barracão, portanto, caracterizava-se como um local de uso polivalente de discussão político-organizativa e local de trabalho do coletivo da vila. (Ver fig. 22 e 23)

### **Malha Espacial do Espaço Público**

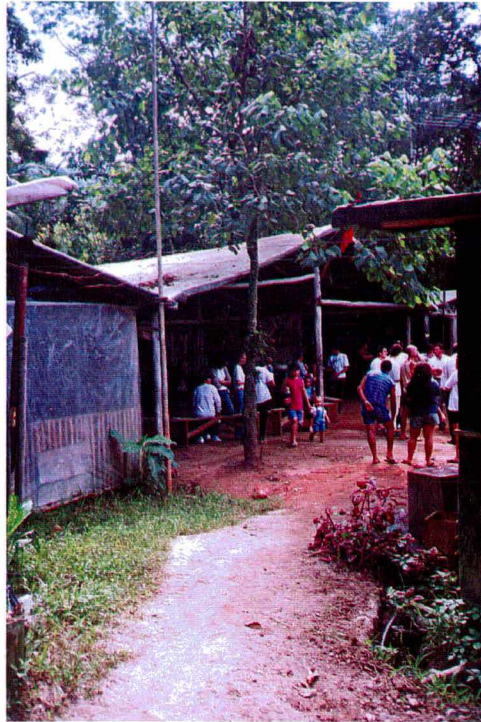
No mesmo assentamento, no sentido perpendicular ao espaço de sua praça central, nasciam e convergiam ruas secundárias que ligavam o espaço privado das barracas com esse espaço público. O conjunto urbanístico da vila, configurado por esse espaço central e pelos caminhos a ele convergente, apresentava, em seu traçado, ausência de linearidade cartesiana. Complementava-se por novos espaços públicos de menores dimensões e formas

irregulares, delimitados por jardins gramados das barracas adjacentes, por áreas caracterizadas de trabalho de algumas das barracas (tanques de lavar roupa e varais) e varandas frontais e laterais de outras barracas (que se abriam ao espaço da rua). Os ajardinamentos (além de proteger as barracas da lama em períodos de chuva) atuavam como cercas vivas dos espaços ocupados por esses abrigos e como delimitações formais orientadoras de trilhas de passagem dos próprios assentados. (Ver fig. 25 e 26)

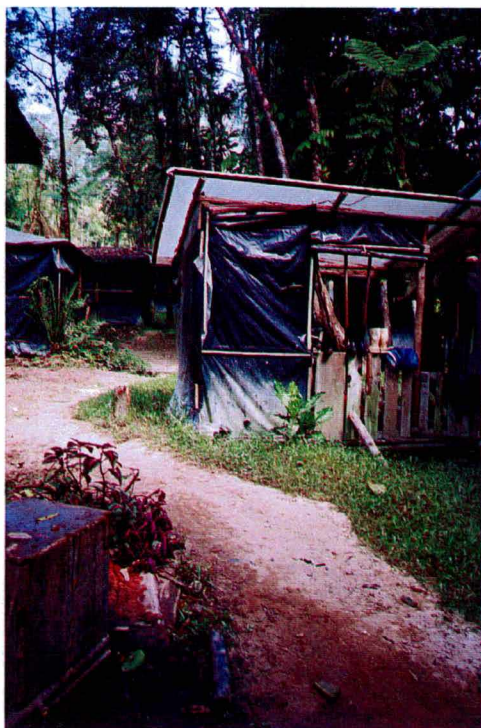
A localização centralizada e dominante da praça, convergência dos braços secundários, servia denexo entre as moradias e o lugar comum de uso polivalente para o conjunto dos assentados. Proporcionava proximidade razoável entre as barracas e construções maiores, contato permanente entre os assentados nos percursos diários de seus trajetos. Esta concepção espacial da vila refletia um modo de vida que contemplava o contato face a face entre todos seus integrantes (crianças, homens e mulheres do coletivo e famílias individuais) no dia-a-dia do assentamento. Assim, neste espaço central, os assentados comportavam-se como numa tradicional grande cozinha familiar, onde os integrantes da casa, de modo informal, estão sempre circulando e ‘cochichando’. sem necessidade de ser convidados.

### **O Paradoxo da Barraca**

O grau de refinamento conseguido no exterior e interior de algumas das barracas tornava paradoxal a natureza provisória do protótipo da barraca dos sem-terra, descrita nos acampamentos. Em algumas dessas formas espaciais criadas pelos assentados, podiam perceber-se proporções ‘áureas’ impressas nas suas formas arquitetônicas. (Ver fig. 27) Assim, cada barraca distinguia-se do conjunto por diversas soluções arquitetônicas adotadas, estética de seus interiores e localização diferenciada na trama urbanística. Cada uma tornava-se única e soberana na vila.



*Convergências ao espaço cívico do Assentamento*



*Traçado urbanístico da Vila*



A trama pública apresentava também a seguinte particularidade: do universo privado das barracas, construídas nas divisas do barracão, chegava-se diretamente a este espaço coletivo polivalente. As fachadas e os acesos principais de algumas das barracas abriam-se diretamente para a praça. Em outras, a solução tecnológica utilizada permitia, desde os interiores, ter contato visual com pátios secundários, destinados a lugares de circulação, passeio e jogo de crianças. Nestes espaços públicos do assentamento, floresciam situações que alternavam entre o caráter intimista do espaço privado de seus moradores e os espaços públicos do coletivo.

As habitações construídas nos assentamentos provisórios tanto de Garuva como de Araquari respondiam a diversas propostas arquitetônicas, tamanho e grau de conforto entre elas. Em geral exibiam um grau de refinamento nas soluções adotadas, que mostravam tanto a criatividade construtiva como o estilo estético dos assentados. Muitas barracas apresentavam, nas frentes de suas fachadas e/ou laterais, “guarda – corpo” ou peitoril contínuo, mais o menos à altura do metro. Esta solução arquitetônica fazia as vezes de ante-sala ou varanda da construção, mediação entre a região mais íntima do abrigo e a rua do assentamento. Neste tipo de local -que faz as vezes de ante-sala na barraca- eram usados vários tipos de lona de proteção (lonas plásticas transparentes ou de cores brilhantes, como amarela) o que permitia uma entrada maior da luz natural, proteção em dias frios e chuvosos e maior ventilação em dias quentes, quando arrolada na viga superior lateral da barraca. Na dimensão estética, esta solução resultava numa alta luminosidade que se refletia, por sua vez, nas áreas externas ao seu redor. Num desses locais iluminados, as crianças faziam as tarefas escolares. Quando usada também na cobertura de algumas dessas barracas, conseguia-se ainda maior efeito plástico para estes mesmos locais. (Ver fig. 28 e 29)

Assentamento "Conquista no Litoral", Garuva/SC (1999) - fig. 27  
Assentamento "Justino Draszveski", Araquari/SC (1998) - fig. 28 e 29



*Proporções áureas*

27



28



*28 e 29 - Varandas: mediação entre o mundo público e privado*

29

Este recurso arquitetônico, dependendo do local, permitia diversas situações de uso social. Quando o local faz as vezes de sala-varanda, entre a região mais íntima da casa e o exterior, existe a possibilidade de permitir a entrada dos estranhos ao núcleo familiar, mas resguardando a região de maior intimidade da família. Estes locais descritos guardam grande similitude espacial com as varandas tradicionais, utilizadas nas casas definitivas de outros assentamentos e casas de agricultores no interior do Estado. Porém, existe uma diferença -que considero seja fruto da própria tecnologia utilizada: a necessidade do maior fechamento interno para proteger-se das inclemências do clima. À diferença das casas de material ou madeira, as divisórias na barraca sempre são de lona plástica, dificultando um fechamento hermético.

Esta solução arquitetônica utilizada no litoral catarinense é uma forma construtiva, que merece ser analisada à luz dos modelos espaciais das varandas das casas definitivas. Nestes exemplos, as portas de acesso às varandas, feitas na mesma altura e estilo do resto da divisória, deixam sempre visíveis a cena social que nelas está acontecendo. Pela solução arquitetônica utilizada das varandas, que permitem boa visibilidade desde o exterior, elas terminam sendo áreas sujeitas ao controle visual. Porém, em termos de boa vizinhança, seriam um sinal de sociabilidade da família que nela habita. Este tipo de varanda foi usado em casas de madeira no assentamento de Dioniso Cerqueira e em algumas do assentamento de Matos Costa. A solução arquitetônica de sociabilidade apresenta, ainda, uma inscrição social sobre uma nova definição de limites entre o público e privado. Isto se deduz pela localização e característica da porta principal. Nestes exemplos de casas definitivas, a porta localizada entre o interior propriamente da casa e a varanda não é feita por uma divisória de lona nem de treliça. É uma porta inteira e opaca. Muda o material e muda o contrato



Assentamento "Conquista na Fronteira"



O tempo de sociabilidade: a prosa do lado de fora da varanda



Família no patamar liminar: dentro x fora / limpo x sujo

social, isto é, os limites públicos x privados são mais claramente demarcados. (Ver fig. 30; 31 e 32)

Esta solução não é exclusiva do meio rural. A varanda, o lugar de estar, de repouso, de visitas, já fez parte do repertório das casas urbanas brasileiras, quando os arranha céus estavam surgindo. A varanda aparece de forma esparsa na paisagem das comunidades pobres de Florianópolis, muitas delas habitadas exatamente pelos migrantes rurais. Nestas circunstâncias, a varanda é usada enquanto solução arquitetônica.

### **AGROVILAS DEFINITIVAS**

Como fora colocado no início deste capítulo, as agrovilas de tipologia definitiva visitadas pertenciam a duas CPAs: a COPAGRO (Cooperativa de Produção Agropecuária 30 de Outubro) localizada no Assentamento 30 de outubro, município de Campos Novos, e COPRANOVA (Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Sociedade Ltda.) situada no Assentamento Volta Grande, em Abelardo Luz. Ressaltei também que o estudo das agrovilas definitivas permite analisar a visão/intervenção de outros agentes, além da visão dos assentados. Também destaquei anteriormente o interesse prioritário de estudar as agrovilas por considerar que expressavam, no ideário do MST, um nível superior de consciência a ser alcançado pelo assentado: a passagem de uma consciência social para uma consciência política.

A escolha da agrovila em Campos Novos foi devido a que os assentados contavam com uma experiência de vários anos em barracas.<sup>47</sup> Esta situação oportunizava, a partir de

---

<sup>47</sup> Cazella (1992) faz uma exaustiva análise dos conflitos originários das formas cooperadas de produção entre os camponeses sem-terra, no Assentamento 30 de Outubro, em Campos Novos/SC na

seus depoimentos e vivências atuais, ver refletida, na organização espacial da agrovila, as novas ou velhas experiências num processo social em plena gestação. Aqui podia ser observado como se articulava a construção do habitat provisório e definitivo.

O assentamento 30 de outubro de Campos Novos, onde está localizada a agrovila COPAGRO, apresentava também a particularidade de que fora sujeito ao planejamento de um Projeto de Desenvolvimento Técnico Econômico e Social, concebido como “Projeto Piloto”, para depois ser implementado nos outros assentamentos do estado de Santa Catarina.<sup>48</sup> Este Projeto incluía diversos aspectos, entre eles, como devia ser organizada a agrovila. Em novembro de 1988, é criado o Assentamento 30 de Outubro através da Portaria MIRAD/ Nº1.489, com uma área total de 2.118,81 hectares. Nessa área foram assentadas 97, famílias oriundas de diversos municípios do Estado e com níveis de organização diferenciados. Embora os autores do Projeto tivessem como meta constituir uma associação única, com personalidade jurídica, que congregasse todas as famílias assentadas, a experiência entre os assentados foi altamente conflitiva e a experiência foi de curta duração. Das famílias assentadas, além das que desistiram do projeto, houve transferências de famílias para outros assentamentos e/ou reagrupamentos, dentro dos

---

Dissertação de mestrado – “Assentamentos Rurais e Cooperação Agrícola: Políticas Conflitantes. O caso do assentamento 30 de Outubro-SC”.

<sup>48</sup> O Projeto de Desenvolvimento Técnico, Econômico e Social do Projeto de Assentamento 30 de Outubro foi elaborado por uma equipe interdisciplinar e interinstitucional composta por técnicos do ITERN, INCRA/SC, ACARESC e Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Irrigação de Santa Catarina, sob a coordenação Técnica de um especialista do PNUD/FAO, a pedido da Superintendência Estadual do INCRA no Estado de Santa Catarina, que tomou a iniciativa deste Projeto.

limites físicos do próprio assentamento. Das divisões e rearranjos citados, trinta e três famílias (sendo vinte nove delas originárias do MST) agruparam-se e fundaram, em 1991, a COPAGRO.

Se no início do projeto do INCRA, o assentamento foi pensado como uma empresa coletiva de 97 famílias de sem-terra, passados treze anos, nos limites físicos do assentamento, existem, desde uma CPA, grupos coletivos, grupos de famílias e assentados individuais, para mencionar algumas das transformações que houve em relação ao Projeto Piloto, que acabou perdendo força dentro dos quadros técnicos do INCRA.

Pode-se ver, assim, como o cotidiano do assentamento acabou impondo outra dinâmica organizativa, diferente da esperada pelos técnicos –ainda que tenham tentado trabalhar de forma participativa, em certas fases do Projeto. A forte heterogeneidade entre os assentados passa a ser um desafio para este tipo de planejamento, que acaba sendo formulado em modelos que tendem a homogeneizar o universo dos assentados. Algo equivalente pode-se ser colocado sobre as relações entre as propostas das lideranças do MST e as formas como os assentados acabam interpretando e recriando seus espaços, a partir de suas múltiplas, e nem sempre convergentes, necessidades, expectativas e histórias.

A agrovila, como forma particular de ocupar o território rural, implica, para os assentados, que suas futuras casas sejam localizadas umas próximas às outras. Já as dimensões do lote e o tipo de implantação da casa dentro do lote são decisões a serem discutidas em geral entre assentados e assessores. Mas, por definição, as casas devem ser construídas próximas e num núcleo comum.

Para o MST, como já foi visto no terceiro capítulo e na análise dos acampamentos, neste capítulo, a proximidade dos assentados, no cotidiano espacial, representa uma prioridade ideológica e estratégica: desenvolver a solidariedade, o espírito comunitário, a

possibilidade de planejar o trabalho coletivo. Portanto, a noção de proximidade ideologicamente está fundada na idéia de facilitar a formação política do militante. Para o MST, esta formação política dos assentados trará uma nova compreensão social, que vai permitir nos assentamentos, por exemplo, a liberação de alguns assentados para realizar outras tarefas fora dos assentamentos, além das produtivas. Nesta lógica, onde o ser individual deve ceder lugar ao coletivo, os assentados poderão ter condições de participar de cursos de formação e capacitação, inclusive engrossar as fileiras das mobilizações organizadas pelo MST, em qualquer evento político. Isto permite que a ausência dos assentados, durante os períodos em que ocorrem tais eventos, não implique em nenhum tipo de perda produtiva para o coletivo.

A relevância para o MST da proximidade espacial contempla, além do seu papel ideológico, também questões práticas organizativas. Por exemplo, possibilita reunir os assentados com maior facilidade e rapidez diante de necessidades administrativas ou políticas quando isto é requerido. Permite ainda melhores facilidades para a mulher agricultora, o acesso a creches, podendo deixar suas crianças ao cuidado de outras mães preparadas para tal atividade e liberando-as para trabalhar na produção. Outras vantagens também se somam à proposta de construções próximas, tais como, melhor aproveitamento dos recursos na construção de equipamentos comunitários (escolas, postos de saúde, etc.). Estes são alguns dos pontos levantados pelo MST para que os assentados - coletivos e não coletivos- optem por viver em agrovilas. A análise seguinte tenta traduzir, na análise espacial, os princípios elencados pelo MST e os critérios dos técnicos (engenheiros, topógrafos, agrônomos, arquitetos) no que diz respeito ao planejamento e à execução das agrovilas.



## AGROVILA EM CAMPOS NOVOS

A chegada, no início do outono, na agrovila COPAGRO (uma época do ano em que as cores da paisagem montanhosa ficam sob uma gama de múltiplas cores, deixando a região muito bonita) foi desoladora. O local parecia muito pouco aconchegante<sup>49</sup>. Por ter visitado outros assentamentos nestes últimos dez anos (embora em locais e circunstâncias diferentes), a perspectiva estética- arquitetônica não era nova para mim e tampouco tinha um único modelo de assentamento como referencial. Na minha memória visual, eu guardava ainda muito recentes as duas situações que mais me marcaram como imagem agradável de assentamentos. A primeira dessas experiências fora em 1991, em Dionísio Cerqueira, no assentamento “Conquista na Fronteira”. Nesta agrovila, as casas eram de madeira, com varandas nas suas frentes. Estavam localizadas de forma alternada no terreno, ao longo de um caminho sinuoso de terra, numa área arborizada, e muitas delas estavam marcadas pelas copas dessas mesmas árvores. Nesta agrovila, a *urbanidade* de seu planejamento espacial, dada pela condição de proximidade entre suas casas (critério predeterminado nos acampamentos dos sem-terra e sugerido nos documentos do MST para as agrovilas) era concebida da seguinte forma: o conjunto habitacional respeitava as árvores do lugar que tinham papel dominante na paisagem e faziam parte da configuração do planejamento espacial. A implantação das casas no terreno era feita através de uma proximidade relativa entre elas, de sorte que de nenhuma delas se tivesse a sensação de invasão da casa vizinha. Pelo contrário, de cada varanda se tinha a visualização das outras no terreno, e até de mais de uma de suas fachadas. As casas não tinham nenhum tipo de divisas construídas entre elas, sinalizando limite real ou virtual, enquanto delimitador da

“propriedade” individual. Os limites mais próximos eram a cerca da área da agrovila com o exterior do caminho de terra de chegada do asfalto. Na localização das casas no terreno, havia-se respeitado seus níveis naturais e as casas foram sempre localizadas nos pontos mais altos da área. As características citadas faziam com que o conjunto habitacional construído neste assentamento se harmonizasse com o ambiente natural. A condicionante da *urbanidade vs. proximidade*, desejada para as comunidades dos sem-terra pelo MST, não afetara sua imagem rural. A roupa, chapéus de palhas e cuias de chimarrão, próprios do cotidiano dos camponeses da região sul de Brasil, entravam em perfeita harmonia neste conjunto construído. (Ver fig. 30; 31 e 32)

A outra experiência marcante, até a época da pesquisa em Campos Novos, foi a visita ao assentamento de Araquari, em 1998 ( que era ainda provisório nessa época ), localizado próximo à BR-101, num caminho de terra secundária. Este assentamento, constituído por dez famílias, tinha a particularidade de que havia sido feito um planejamento espacial da vila, onde as barracas estavam localizadas muito próximas entre si, em relação ao assentamento anteriormente descrito de Dionisio Cerqueira. As barracas tinham unicamente uma entrada, que se abria diretamente para canteiros de flores. Estes eram os que tracejavam os caminhos exteriores delimitando o espaço público do conjunto. Do interior de cada barraca, primeiro, visualizavam-se os canteiros floridos. O terreno do núcleo comunitário era plano e de reduzidas dimensões. Isto impedia uma localização mais distanciada entre as barracas dos sem - terra, diferentemente da situação espacial criada em Dionisio Cerqueira. Mas, apesar de a privacidade entre as famílias, nestas circunstâncias, ficar ameaçada (isto quando a única forma contemplada para conseguir privacidade é a

---

<sup>49</sup> Em outra oportunidade, conversando com uma pesquisadora que já tinha visitado, no mesmo período, a agrovila, sua impressão também foi a de que este era um assentamento muito triste.

baseada na distância) em Araquari, o conceito de privacidade, na prática espacial, tinha diferentes soluções, como já foi sublinhado na análise dos locais semi-públicos das varandas.

Outra forma em que se expressava a idéia de privacidade estava sintetizada na concepção espacial usada pelos assentados: “a partir da porta da barraca, esse canteiro já é público”, segundo uma assentada entrevistada em Araquari, em julho de 1998. Nestas circunstâncias, a noção de privacidade, no uso, era restrita aos limites internos da barraca, não apresentando conflitos evidentes de privacidade no entorno exterior imediato.

O coração da agrovila de Araquari, formado pelas barracas dos sem-terra, era delimitado em seus quatro cantos respectivamente, pela cerca exterior com o caminho de chegada ao assentamento, pelo paredão verde do morro que contornava e fazia parte da área e nas outras duas laterais. Numa delas havia um barracão onde os assentados trabalhavam em tarefas coletivas, guardavam maquinaria e ferramentas de trabalho e, na outra (que coincidia com o caminho de entrada ao assentamento) havia uma plantação coletiva de mudas de flores e hortaliças. A imagem, no conjunto, para o recém – chegado, era a de uma floricultura com moradias. (Ver fig. 28 e 29) Embora o tamanho reduzido da área destinada ao núcleo comunitário (diferente do núcleo de Dionisio Cerqueira), a forma de pensar o planejamento do conjunto da agrovila, o modo de conceber e implantar as construções, resultara num espaço de grande beleza e harmonia.

Esta agrovila, que tanto me impressionara pela sua beleza, fora também a que me despertara diversos questionamentos: os critérios explicitados por alguns de seus membros sobre os modos de vida concebidos para o cotidiano nos assentamentos (que já relatei no item sobre as agrovilas provisórias). Por outro lado, foi também nestas circunstâncias de pesquisa que tive a confirmação de que não existia consciência sistematizada dos atores

sobre as novas formas espaciais que eles estavam criando. Quando consultados sobre o planejamento do núcleo existente, a única resposta fora: “isto foi o único não planejado”. (Assentado de Araquari, julho de 1998)<sup>50</sup>

### **A Padronização Chega Aos Assentamentos**

Em Campos Novos, a sensação inicial de desconhecimento que tive da agrovila foi por defrontar-me com um conjunto habitacional urbanizado (modelo BNH) num assentamento da reforma agrária no oeste catarinense. (Ver fig. 34; 35 e 36) Este conjunto, localizado à beira de uma estrada intermunicipal (BR-470) podia ser visto por qualquer transeunte de carro ou ônibus que fizesse esse trajeto. A visão que se tinha, desde a estrada, era uma seqüência das telhas da cobertura do conjunto, que não deixava dúvidas sobre o tipo de construção: a de um conjunto habitacional, das tradicionais construções de casas populares existentes em qualquer ponto do território brasileiro; um lugar comum, ou melhor, lugar nenhum, como os espaços descritos por Marc Augé (1998), os novos encontros e desencontros dos aeroportos em qualquer ponto do planeta. No filme nacional *Central do Brasil*, de grande sucesso dentro e fora do Brasil, uma das cenas do desfecho do filme acontece num destes típicos modelos padronizados. O local está situado a milhares de kms da vila COPAGRO: muda o local geográfico, mudam os atores, mudam os costumes, mas o modelo continua o mesmo. Assim, se não existiam dúvidas para nenhum transeunte sobre a tipologia dessa construção, existiam dúvidas para identificar o conjunto enquanto núcleo habitacional de um assentamento da reforma agrária. Somente numa velocidade menor, ou detendo-se na estrada, é que se poderia ver a placa do assentamento dentro da área.

---

<sup>50</sup> No início do ano 1999, a construção das casas definitivas da agrovila do Assentamento Justino Draszevski encontravam-se em fase de acabamento. (Ver fig. 33)



## MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST

Após 11 anos, nascendo e sobrevivendo embaixo de lonas, nossas crianças vão sentir, em breve, o que é viver numa casa.

Para que isto aconteça só faltam as instalações elétrica e sanitária.

Caso você queira nos ajudar, deixe sua doação na recepção, assinando o livro de APOIO.

Os assentados agradecem!

*Assentamento Justino Draszewski  
Araquari/SC - Fevereiro/1999*



*Contato: (047) 452 0096 (Justino)*

*Conta Bancária: 105-102-4*

CORTESIA: **OFICINA**



*Conjunto Residencial da Agrovila COPAGRO "30 de Outubro"*

34

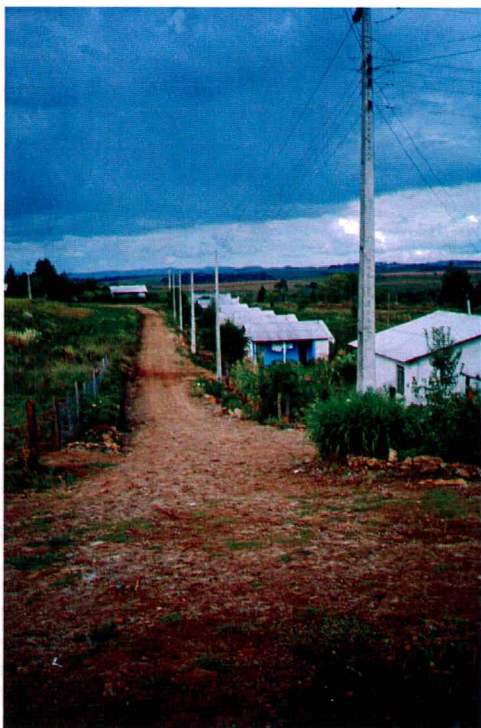
---



*Respeitando a linearidade do plano, casas afundadas do nível 0,00 da rua*

35

---



*Ponto de fuga ao infinito*

36

---

Somado à primeira estranheza de encontrar-me com uma agrovila modelo padronizado (ao gosto das periferias urbanas), a aparência do conjunto não era muito boa. As casas eram acinzentadas (ainda sem pintura, mantinham a cor do reboco exterior) e havia muito mato crescido na rua central do conjunto. Os caminhos exteriores estavam empoeirados (a seca na região durava quase um mês e já estavam com dificuldade de água). E estas imagens de padronização e estado de abandono da rua, para uma recém – chegada, eram as que deixavam o local com este aspecto desolador. Tive que superar o desencanto de minhas lembranças anteriores sobre assentamentos e foi necessário começar a viver e sentir os ares da agrovila, para tentar compreender o porquê daquela situação.

### **Organização Espacial da Agrovila**

O conjunto da agrovila COPAGRO era formado por trinta casas de material. A prefeitura de Campos Novos doou os blocos de cimento e os assentados compraram o resto. Tal conjunto estava planejado ao redor de uma rua que mudava sua importância em largura, cota de nível, tipo de fluxo, cada vez que se deslocava, em forma de cotovelo, a 90 graus. Vindo da estrada intermunicipal, pela entrada principal desta agrovila (antes de entrar na rua do conjunto propriamente dito) na rua de entrada, se formara um espaço para manobra através do próprio uso. Neste ponto, a partir da esquerda, havia um campo de futebol improvisado –muito movimentado no domingo à tarde– uma quadra para jogo de bocha e uma cantina que ainda estava em construção, deslocada do Centro Comunitário, consistia num rancho feito com pedaços de madeira velha, ainda com restos de pintura. À direita, estava o Centro Comunitário que pertencia a todos os assentados do assentamento 30 de outubro, com os vidros das portas quebrados.

A rua principal do conjunto, no primeiro trecho, era de mão dupla, com um desnível entre as duas faixas e um canteiro central. Na lateral onde a rua era mais alta, havia uma seqüência de onze casas. No lado da rua, que estava num nível mais baixo, iniciava-se outra seqüência de seis casas, até o ponto onde esta rua fazia seu primeiro cotovelo. Na continuidade, sobre a mesma lateral da rua, localizavam-se outras sete casas. Nesse encontro espacial das duas ruas, localizava-se também a escola de primeiro grau. A rua voltava a fazer seu segundo cotovelo, dando lugar às novas e últimas construções, sempre sobre a mesma lateral. Numa destas casas, situada na parte alta e central do conjunto, estava localizada a secretaria administrativa da agrovila.

Nem todas as casas do conjunto estavam habitadas e esperavam-se novos assentados, que seriam transferidos para a COPAGRO. Nesta agrovila, na época da pesquisa, havia um conflito instalado entre assentados. As tratativas de resolução seriam feitas através da transferência das famílias dissidentes para outros assentamentos.<sup>51</sup>

A concepção espacial desta agrovila, que tinha como geração uma quadra em zig-zag, delimitada numa das pontas pelo Centro Comunitário, de costas para o conjunto habitacional e, na outra ponta, pela construção da escola, que servia praticamente de vértice do conjunto das casas, cumpria à risca o princípio sempre destacado pelos técnicos (do campo e da cidade) e agora também pelos assentados: quanto mais as construções sejam feitas em linha reta e com a menor distância entre elas, menores serão os custos para as instalações futuras de eletricidade, água e fossa central, neste caso. Neste tipo de ocupação territorial, concebida em quadras, respeitando os ângulos retos e desrespeitando as cotas de

---

<sup>51</sup> As desistências de assentados, transferências entre assentamentos ou mudanças de categoria (de individual para alguma forma de coletivo, ou vice-versa) dentro do assentamento, não foram nem são situações exclusivas deste assentamento.



níveis do terreno natural, seis casas da vila ficaram abaixo do nível da rua com os contratempos do que isto acarreta: maior quantidade de pó, riscos de umidade e estar escondida parte das fachadas e das varandas das casas. (Ver fig.33) Assim mesmo na COPAGRO (como no assentamento 30 de outubro) muitos dos assentados haviam pintado a parede da fachada principal de suas casas. Se na quadra do planejamento espacial as casas podem ficar escondidas ou ser numeradas na sua padronização, seus donos fazem questão de mostrar que a casa tem dono e tem individualidade. (Ver fig. 36 a 38)<sup>52</sup>

### **O cotidiano da agrovila**

A vida na agrovila começava cedo. Os trabalhadores (homens e mulheres) partiam da estrada principal frente à sede da cooperativa, em trator, para a lavoura, às seis e quarenta e cinco da manhã e retornavam para suas casas às 18 horas. Há quatro km de distância, passavam o dia todo classificando o fumo, fazendo as refeições na cozinha comunitária, e alguns homens, inclusive, pernoitavam no lugar, para, após o dia de trabalho, pescar no rio durante a noite. Lá também era o local onde os cachorros faziam companhia, e as galinhas, que faziam parte da subsistência do coletivo, eram admitidas.

Na divisão das tarefas do coletivo, em diferentes horários do dia, alguns assentados cuidavam das vacas e dos porcos do outro lado da agrovila, que fica dividida em duas partes pela estrada intermunicipal. Os que ficavam no núcleo da agrovila tinham também suas atividades rotineiras. Os trabalhadores administrativos (técnico agrícola, agrônoma, veterinária) começavam às sete da manhã, na sede da cooperativa, a planejar as atividades do assentamento, inclusive, visitas de outras unidades do assentamento. As crianças do

---

<sup>52</sup> A presença da cor na pintura das frentes de casas, como meio de identificação do usuário, é um recurso muito utilizado nos conjuntos populares da periferia: “a de cor azul é a minha” (proprietário de casa geminada na periferia de Florianópolis). Nas casas geminadas, uma única fachada sintetiza duas residências. (Castells, 1987)



37



37 e 38 - A cor como identificação do público: a fachada principal (quando possível) sempre é pintada

38

primeiro grau se movimentavam ao redor da escola junto à professora, que vinha todo dia da sede do município. As crianças de mais idade tomavam o ônibus que pertencia ao município, até a escola de segundo grau, fora do assentamento. Terminada esta rotina, reinava novamente o silêncio na agrovila. Não se escutava o som de rádio, somente o canto dos galos, e via-se a fumaça de algumas chaminés. Ocasionalmente via-se algum movimento de carro; vez por outra, surgia um carro do município, procurando os técnicos da agrovila.

No horário vespertino, na volta do trabalho, havia o maior movimento na agrovila. Mas, ao cair da tarde, sem a iluminação das ruas ainda não ligada, as janelas das casas fechavam-se e o lugar ficava solitário. Além das atividades relatadas, o conjunto não tinha qualquer outro tipo de movimento.

Mas se as ruas principais do traçado da agrovila ficavam desertas, isto não acontecia com as trilhas e os caminhos dos fundos das casas do coletivo. (Ver fig. 39 e 40) Como dois mundos dissociados, formal x informal, neste último havia vida. Por estes caminhos e atalhos, cruzavam homens e mulheres assentadas, que iam ou voltavam da sede do município. Pelas portas dos fundos das casas vizinhas, os assentados se comunicavam. Havia assentados trabalhando nas roças de subsistência nos fundos de lote. Janelas abertas das frentes das casas mostravam sinais da limpeza matinal. Em outras casas, nos varais das varandas, apareciam roupas lavadas de criança pequena.

### **O público da agrovila**

Se no dia-a-dia os moradores não respeitavam o traçado linear do planejamento, deslocando-se por trilhas e atalhos dos fundos das casas e dos terrenos de fundos da agrovila, existiam ocasiões onde o traçado público da vila tomava outra feição. No Centro



*A vida informal da vila: o caminho dos fundos*



*O ordenamento do plano quebrado por atalhos e caminhos informais do dia-a-dia*

Comunitário, que pertencia ao assentamento, o último evento festivo realizado fora dois anos atrás, por ocasião do dia das mães. No salão do Centro Comunitário, ainda sem reboco, com as portas enferrujadas e os vidros quebrados, quase uma terra de ninguém, se realizava o ofício religioso da missa. Entre homens, mulheres e crianças, a comunidade de fiéis girava em torno de cinquenta pessoas. Num dia de semana, às 14 horas, durante o período de duas horas, os fiéis eram preparados para a Páscoa, assim como o catecismo era ensinado para as crianças que fariam a primeira eucaristia (aquelas crianças que tenham a idade da “compreensão”, segundo o padre). Apesar da seca que afligia o assentamento, as mesmas pessoas que eu tinha entrevistado ou cruzado no período da manhã, com roupas de trabalho, assistiam à reunião religiosa, vestidos com roupas de passeio, bem arrumados: as meninas com enfeites no cabelo. Um encontro social, numa tarde empoeirada, em Campos Novos. Na frente do salão, numa mesa que fazia as vezes de altar, o santo padroeiro, velas e, numa lata que cumpre a função de vaso, um arranjo floral, feito por uma assentada do coletivo, para enfeitar a cerimônia religiosa.

Na parte detrás do salão, o Centro Comunitário; na entrada principal do salão, acomodavam-se principalmente os homens. No resto do local, estavam as mulheres e a criançada do assentamento. Alguns comentam as lideranças ausentes, com críticas sobre a falta de participação. Todo o pessoal participava dos cantos e das rezas. Uma assentada de um dos lotes individuais (ex-coletiva), catequista das crianças do assentamento, organizava previamente as crianças e adolescentes que iriam ler os salmos destacados do dia. O sermão era sobre o tema privilegiado pela Campanha da Fraternidade, nesse ano, que versava sobre o desemprego. Pelas colocações do padre, tudo indicava que a formação política dos assentados continuava no culto. O padre, no discurso central sobre o valor da solidariedade, colocou a situação nacional “cada minuto, um desempregado no Brasil....e a

vida desmorona”. Todo o sermão enfatizava a valorização do homem como “pessoa humana”. A reflexão versava sobre o trabalho, mas ressaltando que não deveria visar à acumulação. Na hora da eucaristia, a grande maioria dos assentados comungava. Terminada a missa, os participantes, formando grupos, se cumprimentam, conversam, mostrando que todos se conhecem. Quando da saída, algumas das mulheres dos lotes individuais, antes de retornar para suas casas, param nas casas das mulheres do coletivo. Isto indicava, mais uma vez, a existência de vínculos comuns (parentesco, participação em grupos da Pastoral da Terra e Pastoral da Saúde) entre os assentados do “30 de outubro”.

Nesse acontecimento social, a rua do conjunto COOPRANOVA, situação urbana de um novo rural para quase todos os entrevistados (nenhum deles tinha morado anteriormente numa situação tida como urbana) antes com aparência desolada, tomava características de um espaço de sociabilidade pública no meio rural. O objetivo destes conjuntos de criar uma vida comunitária, através da proximidade entre suas casas, nesta agrovila se dá através de outras formas, muito além da prevista pela proximidade de lotes. A escola, o culto, o futebol, as parcerias na produção, as visitas entre assentados (individuais, ex-coletivos e coletivos), casamentos entre integrantes de formas diferenciadas de produção. Também por causa de doenças, ocasião em que era procurada a assentada responsável pela Pastoral da Saúde. A forma de interação menos usada era exatamente entre vizinhos de divisa de lote. Quando isto acontecia, era principalmente nas casas que pertenciam a pessoas de um mesmo grupo familiar (morando na mesma agrovila) e a comunicação era feita pelos caminhos dos fundos.

## **Os locais de mediação entre o público e o privado**

Entre as ruas que tanto me desolaram na chegada ao bairro a as casas propriamente ditas da agrovila, existiam jardins dentro do lote dos assentados que competiam entre si pela beleza. Causou-me estranheza não percebê-los imediatamente ou, talvez, ficaram em segundo plano na minha percepção. Refletindo sobre esta situação, concluí que, na minha visão, o espaço público da agrovila (delimitadora do espaço privado nesta agrovila) havia invadido o privado. O espaço público da agrovila era feio, descuidado, nada aconchegante, e o privado não conseguia emergir para o observador. Porém, dentro das divisas privadas, existiam belos jardins, que coroavam com flores desde a entrada dos lotes. (Ver fig.41) Os jardins continuavam cercando as casas e, progressivamente, confundiam-se com ervas medicinais, árvores frutíferas, hortaliças, dando sinais de enraizamento no lugar, de prazer e orgulho da conquista (pelos assentados). Mas também falavam da peculiar contribuição das mulheres na imagem do assentamento. Elas eram as que tomavam conta das folhagens, que não terminavam no jardim, mas avançavam nas varandas das casas, praticamente tomando conta delas. Numa destas varandas fui surpreendida pelo relato - visão de sua moradora, que apresento a seguir. (Ver fig.42 e 43)

### **A Beleza Do Sagrado –Da Varanda Que Virou Altar**

Na casa desta assentada, assim como no resto das casas da agrovila de Campos Novos, o lote individual estava muito bem organizado. Convidada pela dona de casa a sentar-me na varanda, defrontei-me com o arranjo floral que enfeitara anteriormente o altar no Centro Comunitário. A partir deste descobrimento e minha curiosidade, o tema das varandas (que já foi neste texto motivo de comentários referidos a varias agrovilas e, inclusive, ao próprio acampamento –destacando o uso social e grau de sociabilidade dado



*O uso das varandas*



*A beleza do jardim como divisória dos universos - público e privado*



*O caráter sagrado da varanda*



pelos seus moradores), naquelas circunstâncias, este local como que se transformou no local sagrado onde se encontra a eucaristia. Naquela bela varanda, segundo a assentada, poderiam ser oficiadas missas, sendo o altar entre as suas folhagens e os fieis sendo colocados do lado de fora, em frente ao altar. Numa varanda de uma casa padronizada, que poderia estar em qualquer bairro da periferia de Brasil, a assentada idealizava o ato da consagração através da comunhão entre o corpo traduzido em casa e a beleza da natureza que espelhava a Deus.

### **Interiores No Meio Rural**

Os interiores das casas da agrovila COPAGRO, em Campos Novos, não se diferenciavam em nada do resto dos interiores visitados nos outros assentamentos. Inclusive nem dos interiores das barracas do acampamento (aquelas que reproduziam o modelo convencional da sala). Em todos os interiores visitados, encontrei sempre uma configuração estética muito abundante e planejada, como no uso de cor, cortinas, plantas, toalhas de mesa, quadros, luzes e enfeites natalinos (que continuam até depois da comemoração destas festas). Os interiores altamente produzidos, variam, segundo a ocasião, como sala de TV ou sala de música. Ou nas horas onde a dona do local é a assentada, quando a máquina de fazer massa toma posição. Pode ser o salão de cabeleireiro, improvisado, que deixa renovadas as assentadas. Entretanto, o que visualizei em vários destes interiores, fora, por um lado, a nova trilogia das casas do meio rural: imagens de santos, imagens familiares e imagens políticas. Nesta nova trilogia, de sangue, de igreja e partidária, não existiam maiores conflitos: todos os elementos faziam parte da forte e presente estética destes interiores. Por outro lado, deve-se considerar o domínio espacial na hora do arranjo estético. Não bastassem as imagens e os quadros pendurados nas paredes, jogos de móveis

inclinados, toalhinhas nas prateleiras, havia em vários destes interiores arranjos feitos, em geral, por vasos de flores revestidos por papel ou tecido, que estavam colocados no meio das salas, como esculturas portáteis, que organizavam espacialmente o interior. Demonstra que existe, na hora de imaginar, fazer, e montar os interiores, um alto prazer estético com domínio espacial por parte dos assentados. (Ver fig. 44 a 47 e 62 a 64)

Esta constatação sobre o prazer estético nos interiores, nas varandas, nos jardins, nos officios religiosos (no caso da agrovila COPAGRO, em Campos Novos) mostram que o desleixo e desaconchego do exterior tinham conotações além do maior ou menor interesse pela beleza, cuidado ou ligação dos assentados com o lugar. O contraste entre interiores e exteriores significava um paradoxo. Mas este paradoxo, dado através da constatação da estética dos interiores, terminou por confirmar que existia um conflito entre os assentados, que estava sendo expressado pelo aspecto do espaço público desleixado da agrovila.

## **AGROVILA EM ABELARDO LUZ**

Se na agrovila definitiva de Campos Novos muito me impressionara o tipo de conjunto habitacional construído, como a imagem desoladora de seu espaço público, contrariamente, nesta agrovila, o espaço público era de grande destaque. Esta agrovila, construída ao longo de uma única rua de terra, tinha, na parte alta, no centro da agrovila, um campo de futebol com cantina, que era ponto de atração dos assentamentos vizinhos e local escolhido para jogos, pelo tratamento e cuidado da área. (Ver fig. 48 a 60)







*Os locais institucionais: A sede da vila*

48



49



*49 e 50 - Conjunto residencial da Agrovila  
"COPRANOVA"*

50



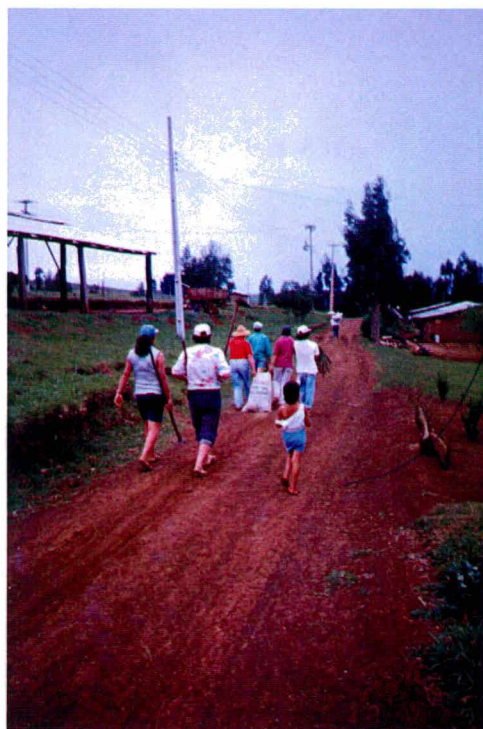
*A horta coletiva*



*A divisão da fartura*



*O coletivo das mulheres*



*A volta da roça*



55

55 e 56 - O mercado público da vila

56



Os espaços virtuais: creche no gramado do Assentamento

57



## **Espaços Emergentes Do Coletivo**

Se o aspecto público desta agrovila não mostrava conflitos espaciais evidentes, entretanto, revelava-se, por exemplo, como não tinha vez, no modelo espacial da agrovila, a emergência de espaços para as atividades do coletivo das mulheres (grupo de mulheres que dedicam-se a realizar, de forma conjunta, atividades produtivas específicas, como, cuidado de horta, ordenha do gado de leite, alimentação dos animais, etc.). (Ver fig. 51 a 53) O coletivo feminino rotinizava, num espaço aberto e improvisado, no centro da agrovila, a partilha dos produtos, cada uma chegando com o resultado do dia de trabalhos. (Ver fig. 52; 55 e 56) No assentamento faltava um local construído especialmente para realizar esta atividade tão central para as mulheres. Além de este fato poder estar relacionado com as dificuldades de reconhecimento da contribuição produtiva das mulheres, como já tem sido apontado em algumas pesquisas sobre a perspectiva de gênero nos assentamentos, também expõe como o planejamento da agrovila não permite a legitimação de espaços emergentes. Os espaços planejados são os dominantes formalmente: a estrebaria, a pocilga, o paiol, a sede da cooperativa, a horta coletiva, a roça das mulheres, os açudes, etc.

Também o desenho desta mesma agrovila feito por uma criança assentada de nove anos, a meu pedido, que denominei “Agrovila na versão de Débora”, e mostra as mudanças que estão ocorrendo a nível da percepção. Débora desenha sua agrovila através de uma seqüência lineal das casas no território, onde estas são identificadas só com os nomes das mulheres, como se, para o olhar de uma menina, fossem elas as únicas moradoras na agrovila, com o domínio doméstico. (Ver fig. 61)



*A cantina do Assentamento*

58

---



*Campo de futebol: orgulho da vila*

59

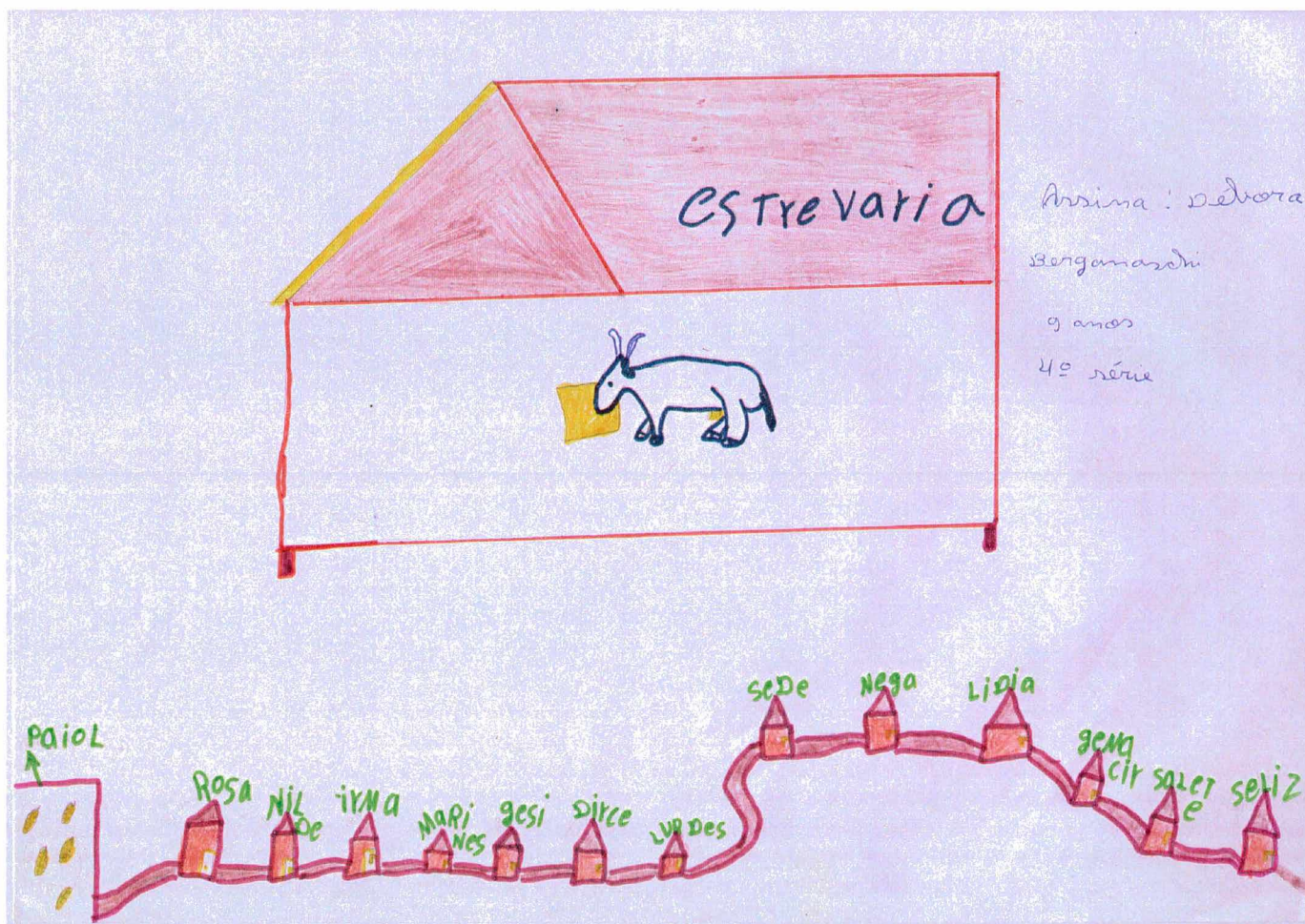
---



*Futebol feminino*

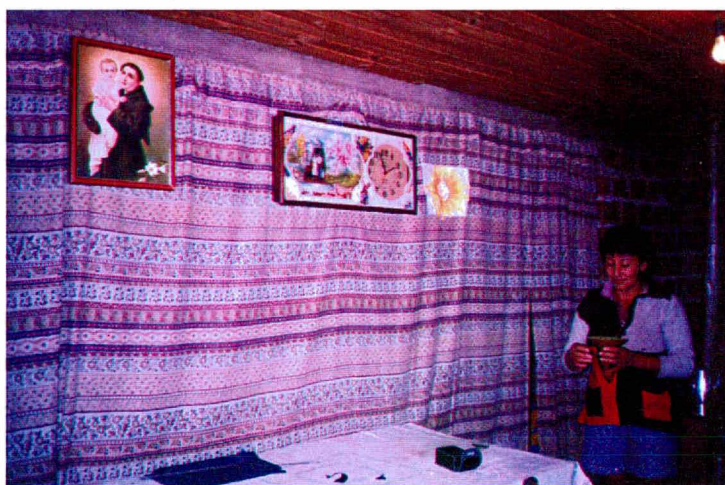
60

---





62



63



62, 63 e 64 - A Nova Trilogia do Universo Privado:  
Família de sangue, família de igreja e família política 64

COPRANOVA (Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Sociedade Ltda), Abelardo Luz/SC (1999) - fig. 65  
Assentamento 30 de Outubro - Campos Novos/SC (1999) - fig. 66



65



65 e 66 - A Nova Trilogia do Universo Privado:  
Família de sangue, família de igreja e família política 66

## A Ruptura Da Harmonia

Na área pública desta mesma agrovila, outro “coletivo” tampouco encontrava seu espaço, mas, neste caso, trata-se de uma realidade que pode incomodar a alguns membros da cooperativa e a outros não. Este dilema tem sido e continua a ser um ponto nevrálgico de conflito em vários assentamentos. Estou me referindo às galinhas, que são incluídas no planejamento da área produtiva nas cooperativas e já estavam integradas, como estratégia de subsistência, para muitos dos acampados –até chegando a estar localizado o galinheiro dentro da barraca. (Ver fig. 18) As galinhas não só são o melhor prato de comida para as visitas; são, sobretudo, motivo seguro de discussão nas reuniões dos grupos coletivos nos assentamentos, porque sua criação pode fugir dos moldes do planejamento. As galinhas são atípicas, porque são criadas de forma individual, mas andam soltas no assentamento, podendo destruir jardins, hortas. (Ver fig. 69) No habitat do assentamento, as galinhas estão numa área liminar –são parte dos traços que pertenciam às rotinas do trabalhador rural, mas que devem ser renegociados dentro de um coletivo. A possibilidade de criar as famosas galinhas de forma individual, dentro do coletivo, pode nem ser permitido, como em Campos Novos. Um conflito equivalente pode surgir em relação à liberdade de dispor, quando se quiser, das hortaliças da horta do coletivo. Como se determina e impõe quando se deseja ou quanto se necessita para o prato planejado, sem ter que esperar a hora da partilha? Estes detalhes básicos e cotidianos são motivo de discórdia de difícil negociação e resolução e contrapõem-se com o que observei entre os assentados individuais, tanto em Abelardo Luz quanto em Campos Novos. Nestes casos, galinhas e porcos, além de servir como alimento, integram-se harmoniosamente no cotidiano e fazem parte do processo de socialização entre os filhos dos assentados individuais. (Ver fig. 67 e 68)

*Assentamento Volta Grande - Abelardo Luz/SC (1999) - fig. 67*

*Assentamento 30 de Outubro - Campos Novos/SC (1999) - fig. 68*

*COPRANOVA (Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Sociedade Ltda), Abelardo Luz/SC, (1999) - fig. 69*



*O cotidiano das galinhas entre os individuais*

67



*Os porcos no aprendizado da infância (modo de vida dos individuais)*

68



*O dilema das galinhas nas terras do coletivo*

69

## CAPÍTULO V - O ESPAÇO PÚBLICO

### INTRODUÇÃO

O espaço enquanto dimensão semântica é sempre alvo de distintas apropriações e re-apropriações de significados sociais. Enquanto construção social, o espaço tem a capacidade de refletir e de recriar as visões de mundo das diferentes coletividades que procuram ocupá-lo, dotando-o de significados. Mas, assim sendo, esta dimensão está sujeita a ser disputada por distintas lógicas que se superpõem, representando também um espaço de poder para obter o reconhecimento, a legitimação, de uma visão de mundo.

A semantização do espaço, no caso do MST, traduz a necessidade de uma coletividade emergente, que precisa do reconhecimento e legitimação num espaço que é de disputa de significados. O movimento precisa contar sua própria história, dar-lhe novos usos ao espaço, novos significados, criar novas espacialidades. Precisa realizar a reapropriação de um espaço institucionalizado com outra lógica, precisa realizar a transformação do espaço de representação. Neste intuito, o MST sacraliza a política e define práticas próprias de espacialização.

Nesta perspectiva, a visualização da representação do espaço construído pelo MST é crucial para compreendê-lo, não só enquanto movimento político que luta por direitos imediatos, mas também um movimento utópico, cujos fundamentos refletem suas duas



heranças, a marxista e a cristã. Esta última, na trilha da Igreja inovadora, que se anuncia na década de sessenta pela sua “opção pelos pobres” e sua exigência de construção de uma ordem social diferente, sintetizada, através da Teologia da Libertação, que tenta compreender a fé a partir da práxis histórica dos pobres e oprimidos. Ambas as tradições, se fundem numa síntese metodológica (uma prática política pedagógica que se constitui numa reflexão crítica, a partir da práxis histórica e sobre ela) e mística (a utopia animadora do compromisso de solidariedade para com os pobres, indissociável de uma atitude face ao mistério, vivida em profundidade).<sup>53</sup>

Metodologia e mística são percebidas como sendo partes de uma mesma síntese, de uma mesma representação. Compreendendo a prática política pedagógica como uma relação dialética que se efetua entre o nível da reflexão e da ação, ambas as dimensões estariam constantemente se realimentando, e isto traduz a forma de o MST se representar através da sua mística e se realizar como um movimento que está em constante transformação. Falando no sentido da mística, Boff (1999), um dos intelectuais orgânicos do MST, esclarece que “a palavra mística é adjetivo de mistério, que quer dizer perceber o caráter escondido, não comunicado, de uma realidade ou de uma intenção, não possui um conteúdo teórico, mas está ligada à experiência religiosa, nos ritos de iniciação. A pessoa é levada a experimentar, através de celebrações, cânticos, danças, dramatizações e realização de gestos rituais uma revelação ou uma iluminação conservada por um grupo determinado e fechado”. Por outro lado, este autor sustenta que, “Pertence ao mistério ser conhecido. Mas pertence também ao mistério continuar mistério no conhecimento. Aqui está o

---

<sup>53</sup> Do ponto de vista da metodologia, Gutierrez (1981:293) comenta: “É uma reflexão crítica a partir da práxis histórica e sobre ela. Em confronto com a palavra do Senhor, vivida e aceita na fé, uma fé que nos chega através de múltiplas e, às vezes, ambíguas mediações históricas, mas que refazemos dia após dia. É

paradoxo do mistério. Ele não é o limite da razão. Ao contrário. É o ilimitado da razão. Por mais que conheçamos uma realidade, jamais se esgota nossa capacidade de conhecê-la mais e melhor. Sempre podemos conhecê-la mais e mais. E isso indefinidamente” (Boff, 1999:23-26).

Esta concepção de mística será reveladora para nós dos fundamentos de representação que o MST faz de si mesmo. Por um lado, o de uma atitude de abertura constante para a dimensão da vida, a paixão por conhecer o sentido do mistério, que será da sua essência nunca se esgotar, e a vivência mística, que, por ser experiência de celebração, vivência simbolicamente os valores da “revelação”, confirmando-os para o grupo. Ainda seguindo Boff, chama a atenção sobre o caráter essencialmente comunitário do ritual festivo da celebração onde “o mundo se transfigura, pois tudo vira símbolo e sacramento. Sem a celebração que vem acompanhada de festa, de música, de beleza estética, de purificação dos corpos e da mente (a festa só é festa quando preparada e esperada), o mistério corre o risco de se transformar numa fórmula, a mística, numa evanescente elevação da psique” (Boff, 1999:43). Esta perspectiva lembra o conceito de “*communitas*”, em Turner, onde, num momento de excepcionalidade, se confirmam os valores comunitários, vivendo simbolicamente o que, na realidade concreta, nem sempre se realiza.

Neste contexto de reflexões, a representação do espaço é fecunda para traduzir estes fundamentos que estão na base da cosmologia do MST, e através da descrição etnográfica dos seus rituais da mística e sua forma de situar-se no espaço, pretendemos capturar, um momento deste movimento, que, por sua própria auto-definição, não pretende esgotar-se

---

muito mais um esforço para colocar o trabalho teológico no complexo e fecundo contexto da relação teoria - prática”.

numa única forma, afinal, deveria traduzir a multiplicidade de enfoques emanados da própria práxis do povo. Assim, a construção do espaço público do MST se pretende, por princípio, eminentemente dinâmico e múltiplo, por traduzir a própria criatividade popular. Segundo Stedile numa entrevista à Revista Caros Amigos (Ano IV, junho, 2000:37), sustenta que no MST, além de uma unidade política básica “contra o latifúndio, contra a pobreza no campo, que o único jeito de resolver esse problema é organizar o povo, e que todo mundo concorda com isso. Agora, como cada um interpreta isso depende de onde ele esteja, da região dele, pode falar o que quiser”.

## A RITUALIZAÇÃO DOS VALORES DO MST

*“As chamadas artes cênicas, que se apresentam no teatro, remontam às origens da humanidade. Desde nossas origens, o teatro foi utilizado como arte e cultura entre os povos para repassar conhecimentos, fábulas, histórias, de geração em geração. Para ridiculizar nossos erros, para entretenimento com suas comédias e musicais. As artes cênicas sempre foram um patrimônio popular, em que sempre o povo se envolvia, podia encenar, participar. É uma arte essencialmente popular e por isso perdura de geração em geração. Devemos estimular o Teatro entre os alunos, entre as crianças e os adultos. O Teatro nos ensina, nos aproxima, nos faz refletir sobre nós mesmos. Viva o Teatro!” (In: Calendário Histórico Dos Trabalhadores, Setor de Educação / Formação 3-edição-janeiro de 1999, ed. Peres-SP)*

Os valores do MST são implementados no espaço público através de diversos modos de expressão, criados pelas lideranças e pelos sem-terra, apreendidos em cada luta, em cada ação, em cada encontro organizado ou auspiciado pelo movimento. A música, através de seus versos e sua musicalidade “contagiosa”, descreve as lutas e batalhas ganhas, materializando verbalmente, por um lado, a história do próprio movimento e também profetizando o caminho a seguir. Também destacam-se as cores presentes

utilizadas nas roupas dos sem-terra e nos estandartes e símbolos do MST, a barraca de lona preta, reconstruída em toda e qualquer ação política do MST -símbolo máximo do modo de vida do sem-terra; as teatralizações desenvolvidas nas suas reivindicações populares, nas caminhadas, na posta em cena da representação da mística (em seus encontros políticos). Todas estas expressões fazem parte da construção da identidade pública do MST e de seus membros.

As seguintes imagens de algumas dessas expressões revelam a idiossincrasia das práticas realizadas em encontros populares específicos, que visam tanto à formação política da base social do MST, como a uma maior visibilidade social de seus valores. Nestas práticas se conjugam elementos da cultura local –personagens históricos regionais, vestimentas típicas, cores e frutas da região, músicas e músicos das comunidades– fazendo parte dos conteúdos políticos desses encontros. Os elementos culturais, associados aos conteúdos políticos, fazem parte do repertório das representações teatrais encenadas pelos participantes. Vivencia-se, dessa forma, a dimensão lúdica da política. (Ver fig. 70 a72 )

A prática da teatralização, pensada enquanto mediação estética do ideário do MST, está presente tanto na fase interna da organização, como na sua fase pública. Esta estratégia utilizada pelo MST como veículo de comunicação interna e externamente à organização –caminhadas, acampamentos, cortejos, assembléias, místicas– que extravasam a comunicação discursiva, adotando outras formas expressivas, como a estética, a música, a poesia, a representação teatral, e que se vestem de uma roupagem que diz da identidade expressiva criada pelo MST –cores, símbolos, músicas, tecidos, folhagens, roupas– são formas expressivas que podem ser lidas, também, no fazer da própria estratégia utilizada, quando é a vez da configuração espacial dos locais onde acontece a ação.

*Encontro das mulheres. Fotos cedidas pelo MST/Chapecó/SC (1999)*



*Encenação: O culto aos mártires da luta pela terra* 70



*Encenação: A encarnação das figuras populares* 71



*Encenação: A religiosidade militante* 72

Dependendo de quais sejam esses espaços de atuação, a teatralização reveste-se de conteúdos e táticas diversas que exprimem, entre outras coisas, o nível de consciência de seus participantes –consciência social versus consciência política– nos termos que fala Bogo. Este tipo de correspondência, dado entre a configuração espacial e a luta política, pode ser bem ilustrado a partir de formas espaciais, como são, por exemplo, os acampamentos dos sem-terra localizados em áreas públicas, locais centrais das cidades, onde se congregam os edifícios representativos do poder e são transformados em espaços de luta pela cidadania. Nestes lugares, o sem - terra passa a ser também ator político, e sua teatralização faz parte do conteúdo da negociação. Essa forma de acampamento representa uma prática onde a encenação principal consiste na recriação do mundo doméstico em praça pública, transgredindo-se a ordem instituída, pela inversão dos valores de representação dos espaços públicos da cidade. Na reprodução formal, de maneira cenográfica, dos acampamentos dos sem-terra do meio rural, recriam-se, em cada ação, a gênese do MST –a imagem visual dos acampamentos rurais, “cidades de lona preta” - segundo identificação dada pela mídia– e atuam como formas transgressoras de um espaço público, transformando o significado original do espaço instituído numa área “liberada” do MST.

Entre outros espaços significativos de representação desenvolvidos pelo MST, a nível interno da organização, encontram-se também as representações teatrais da mística. Esta, junto com outros princípios elencados pela organização, representaria o suporte que teria possibilitado o crescimento social, a unidade política e a construção do MST como movimento social e nacional: “Da soma de nossas origens com o que aprendemos da experiência dos outros foi possível aplicar no MST um processo organizativo que

procurava aplicar” os seguintes princípios: vinculação permanente com as massas; lutas de massa; divisão de tarefas; direção coletiva; disciplina; formação de quadros e, “por último, sempre procuramos desenvolver a mística” (Cadernos, Nº 25:33).

Para o MST, a mística não deve ser entendida, “e logo” praticada, como uma forma “alienada”, mas como uma liturgia. O objetivo da mística é motivar, animar e conscientizar sua base, através de símbolos e valores que sintetizem e evoquem que é necessário lutar por uma sociedade diferente que seja mais justa e fraterna (Cadernos, Nº 25:33).

Nos eventos organizados pelo MST, existe uma configuração estética que goza de uma grande visibilidade. Ela é dirigida tanto para seus integrantes como para os observadores de fora e é sempre, além da mera teatralização, uma prática com objetivos duplamente direcionados. De acordo com o colocado anteriormente, estas estratégias, inclusive as diversas formas de teatralização, buscam construir a identidade dos sem-terra através dos símbolos compartilhados nos momentos de luta, ocupação e resistência. Trata-se de símbolos vivenciados pelos sem-terra em diferentes momentos e oportunidades, mas que necessitam fazer parte da memória coletiva dos assentados, ser apropriados pelos sem-terra, recriando e contextualizando permanentemente seus significados, dando, assim, continuidade à luta. Por outro lado, os símbolos são usados também pelo movimento como prática educativa para a formação da consciência política e do ser nacional.

A mística –configuração estética de caráter interativo– é um dos eventos performáticos, criado e recriado em cada encontro de que o MST participa, que consiste numa montagem cenográfica alusiva ao tema escolhido para a ocasião, com a participação de atores militantes do movimento. A mística, segundo os dirigentes, não pode nunca ser

deixada ao “espontaneísmo”. Os atores interagem junto à cenografia montada, convocando a participação do público através de discursos alusivos ao tema, músicas e gestos conhecidos pelos participantes do encontro. Tudo evoca a repetição de um ritual muito conhecido e familiarizado que, da conjunção dos sucessivos passos, consegue-se o sentido pleno da “mística” anunciada pelos organizadores.

### **FRAGMENTOS DE PESQUISA – “QUADRO 1”**

27 de Maio de 1999, encontro da Terceira Semana da Sociabilidade nas dependências da CNBB - Regional Sul IV, Florianópolis, SC. Primeira observação de uma prática de “mística” realizada por integrantes do MST.

#### **Contexto da Mística**

O encontro auspiciado pela CNBB reunia representantes de diversas entidades atuantes em comunidades de base de Florianópolis, Grande Florianópolis, e de alguns municípios do Estado de Santa Catarina, representantes e observadores de instituições locais e também representantes de movimentos sociais a nível nacional, como é o caso do MST que, na ocasião, estava representado por lideranças integrantes da direção nacional e lideranças da direção estadual de SC.

A sala era de pequenas dimensões e de forma retangular, com janelas numa de suas laterais, que a tornava muito luminosa e tinha dois tipos de acesso. Um deles comunicava-se com um espaço central ajardinado do prédio, e o outro, localizado no mesmo alinhamento do primeiro, comunicava-se através de um corredor com a região interna do prédio.



As paredes cegas da sala serviam de marco para cartazes sobre diversas atividades organizadas pela igreja. Num cavalete localizado no ângulo formado por duas paredes cegas –a central frontal, e a lateral direita (parede que ordenava o acesso interno pelo qual acederam os participantes)– destacava-se uma imagem bíblica, realçada pela sua situação singular no local. A condição de frontalidade da parede central estava dada pelo sentido oposto desta ao acesso principal, como pela organização espacial da mobília. Cadeiras viradas para essa direção, diante da mesa central (adornada esta, pela presença de um vaso grande de folhagens verdes) e um quadro de trabalho pendurado nessa parede central.

### **Esquema da Configuração Espacial da Mística**

#### **“Vamos Fazer a Mística”**

Com um público estimado de trinta pessoas, número expressivo para o tamanho da sala, o padre responsável, localizado no ângulo onde se encontrava o cavalete, fez uma breve introdução sobre os objetivos do encontro e anunciou a “mística” que seria desenvolvida. Anunciada a mística, como num passe de mágica, duas mulheres de idades diferentes dirigiram-se à frente, colocando-se em cada uma das laterais opostas da sala, na região central, intercalando-se num recitado a duas vozes. As duas mulheres discursaram sobre o significado dos 500 anos do “descobrimento” do Brasil. Dois homens da platéia também se dirigiram ao quadro da frente e tiraram um cartaz (enrolado atrás de uma tela de projeções), estendendo-o no chão, diante da mesa central, no espaço delimitado pelas duas mulheres e a primeira fila de cadeiras. Era uma figura de Brasil, que tinha pintado, dentro de suas fronteiras, na região norte, um grande pé de cor preta com a bandeira dos Estados Unidos da América.

Num segundo passe de mágica, três movimentos ritualísticos foram realizados: numa explícita ação simbólica de repúdio, foi colocado sobre o desenho do pé de cor preta e a bandeira estrangeira, o vaso de folhagem que enfeitava anteriormente a mesa. Já na região sul do Brasil, foi colocado uma grande cesta, cheia de hortaliças frescas e brilhantes, vindas da porta lateral da sala que dava ao pátio ajardinado. Um dos participantes da mística, acompanhando-se de violão, cantou músicas da organização. Em continuação à cerimônia, mas fazendo parte ainda dela, ao som de música mecânica, fora entoado o hino brasileiro. Todos os participantes presentes cantaram e ficaram em pé. Finalizada a música, foi dado o grito, por duas vezes consecutivas, de “Viva Brasil”. Desenvolvida a mística, começou a palestra sobre a conjuntura nacional, proferida por uma liderança nacional do MST.

Finalizado o encontro, e muito impressionada pela mística, me aproximei a uma das participantes, liderança da direção estadual do MST, para conhecer um pouco mais as características da mística. Esta prática, segundo a informante, seria de caráter corriqueiro nos encontros do MST. E, no que diz respeito, à organização da mística, inclusive a elaboração do texto recitado, haviam sido planejados na noite anterior pela liderança. Cabe destacar que, antes do início do evento, tinha observado a cesta de hortaliças que estava no pátio. (Depois fiquei sabendo que as hortaliças foram colhidas num dos assentamentos do litoral catarinense), associando-a ao mero abastecimento interno da CNBB. Nunca imaginei o destino “real” dessa mensagem simbólica.

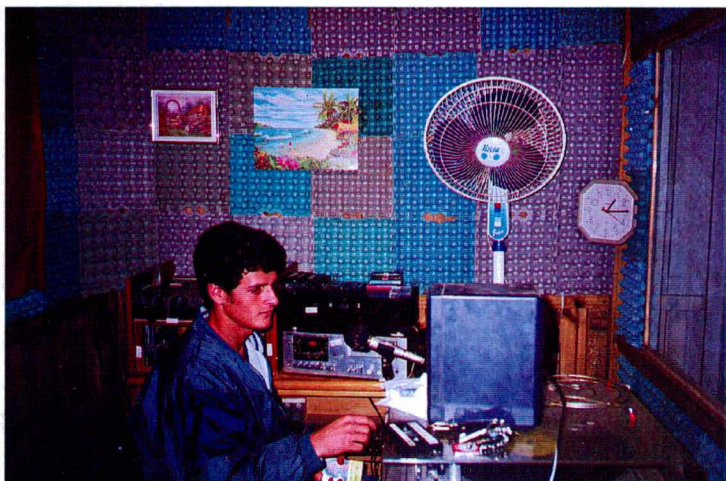
## FRAGMENTOS DE PESQUISA – “QUADRO 2”

Setembro de 1999, localidade de 25 de Maio, município de Abelardo Luz, SC. Assembléia na Cooperativa de Comercialização Regional do MST, COOPERJUS, destinada à discussão e aprovação do relatório anual por parte de seus associados, reunidos em assembléia extraordinária. Escolha de nova diretoria pelos associados presentes e comemoração dos 15 anos do nascimento do MST, ocorrido em Janeiro de 1984.

### Contexto da Mística

A sede da Cooperativa COOPERJUS, localizada no rádio central da comunidade 25 de Maio, no município de Abelardo Luz, faz parte de um área planejada pelo INCRA, destinada à criação do núcleo urbanizado (hoje ainda muito incipiente). Este núcleo concentra a Cooperativa, uma emissora de rádio popular pertencente ao MST, um posto de saúde da prefeitura, uma escola municipal, dois mercados de primeira necessidade e linhas de ônibus que fazem o trajeto diário entre o município de Abelardo Luz – assentamentos – escola de 25 de Maio, além da presença de algumas casas dispersas pela redondeza. A emissora radiofônica do MST – “Radio Livre” – é o canal de comunicação diária dos assentados. (Ver fig. 73 e 74 )

Cada dia, ao amanhecer, “Radio Livre” participa ao vivo das atividades cotidianas nas casas dos assentados. Transmite notícias alegóricas à data do dia, intercaladas com músicas populares, muitas delas, criações de integrantes ou simpatizantes do MST. Algumas das músicas que podem ser ouvidas durante o preparo diário dos alimentos, ou limpeza matinal dos cômodos das casas rurais, pertencem ao patrimônio musical do MST,



como é o exemplo da estrofe seguinte (música ouvida também em quase todos os eventos de que já participei do MST),

(...)  
*Este é o nosso País  
 esta é a nossa bandeira  
 é por amor a esta Pátria-Brasil  
 que a gente segue em fileira.*

(...)  
 Música intitulada "Ordem e progresso", de autoria de Zé Pinto.

Portanto, pela rádio comunitária podem-se escutar tanto as músicas que evocam o sentimento da identidade nacional, como notícias locais sobre diversos eventos: encontros esportivos, recados para aniversariantes, cancelamento de atividades programadas em função das condições climáticas da região, todo tipo de curso oferecido para os assentados dentro e fora dos assentamentos, listas de nomes de assentados para convocação de atividades comunitárias. Dessa longa variedade de anúncios, este último tipo de divulgação (nomes de assentados pela rádio), motivo de conversa entre os integrantes do núcleo doméstico, é bastante significativo. Se considerado o fato que quase todas as casas da redondeza participam das mesmas mensagens pela rádio, e que as distâncias entre os assentamentos, como entre as casas dos assentamentos não são muito próximas (sobretudo quando os assentamentos não são do tipo coletivo, onde as casas se localizam muito próximas ao redor de um núcleo comunitário central), a divulgação do nome do assentado, ou o nome de algum compadre cria uma rede de informação, que faz as vezes de comunicação informal entre a população assentada. Por outro lado, escutar seu próprio nome na rádio popular, em princípio, pelo alvoroço que cria no universo doméstico, é motivo de orgulho para o assentado. Já para o MST, criar rádios comunitárias é importante para "(...) articular os assentados e politizá-los, através de programas diários, procurando fazê-los entender o momento conjuntural importante que vivemos", que, segundo a mesma

fonte, muitos deles nem se dão conta da situação. E, a partir desse patamar, “procurar atingir as cidades (...)”. (Cadernos Nº 25:40). A assembléia da COOPERJUS, convocada para o horário vespertino, foi amplamente divulgada para seus associados pela “Rádio Livre” da comunidade.

### **Local da Mística**

Na entrada principal da sede da Cooperativa, os participantes (chegando alguns de condução própria, de carona ou ônibus local) concentram-se (desde cedo) em roda de conhecidos, entrecruzando cumprimentos, olhares e comentários. A comissão organizadora, reunida fora do local (numa sala contígua ao mercado da cooperativa) acerta os últimos preparativos da rendição de contas.

O salão da cooperativa, de dimensões e altura respeitável, acondicionado com cadeiras e bancos enfileirados em três setores, separados entre si por corredores de circulação, começa a ser ocupado por grupos sentados, grupos encostados nas paredes laterais do salão, grupos em movimento, preparando o evento. Na parte central posterior do salão, numa mesa colocada na lateral, exibem-se produtos comercializados pela Cooperativa. Revestindo os fundos dessa mesma região do salão, encontra-se um grande cartaz e a equipe de música com alto – falantes. Na faixa delimitada entre a primeira fileira de cadeiras e o espaço de circulação dos organizadores (apresentadores, palestrantes, cantores), uma figura desenhada no chão: a figura do território brasileiro. O contorno fronteiro do território desenhado, a partir de duas linhas paralelas, uma interna, formada por grãos, outra externa, formada por folhas. O espaço, constituído por uma camada escura de terra e, em seu interior, inscrita a data comemorativa dos 15 anos do MST, feita com os

mesmos grãos usados no limite externo. Embora o piso do salão seja de coloração escura, o contraste entre o verde das folhas e o laranja amarelado dos grãos consegue realçar a simbologia. Nas laterais do salão, pendurados no teto, exibem-se faixas e bandeiras alusivas. (Ver fig. 75)

O público participante é composto de homens, mulheres e algumas crianças, sendo que prevalece o setor masculino. Entre o público presente encontram-se os técnicos agrícolas, em geral agrônomos jovens –mulheres e homens– que, embora muitos deles vestidos com as roupas que usam nos assentamentos, destacam-se na “aparência” do resto dos assentados. Os assentados participantes vestem, em geral, roupas bem alinhadas, de acordo à ocasião.

Ao encontro comparecem, além dos associados, lideranças estaduais reconhecidas. Todos os participantes se conhecem. Antes do início formal da assembléia, os “estrangeiros”, logo identificados, são chamados a apresentar-se ante o público geral que, uma vez esclarecidas suas possíveis intenções, são bem recebidos para a ocasião. O evento, a princípio, de prestação de contas, é cercado de uma atmosfera de desconfiança inicial e de possíveis acusações por parte dos agricultores associados. No decorrer da assembléia, isto será publicamente discutido e, a princípio, esclarecido (embora seja palpável o sentimento de desconforto, por parte de alguns membros da diretoria, por entender que não existe reconhecimento do esforço realizado na gestão).

## **Esquema da Configuração Espacial da Mística**

### **“Vamos Fazer a Mística”**

Neste exemplo, a mística já é pré-anunciada para os participantes pela figura desenhada no piso, feita com antecedência. Em seu desenvolvimento, o tema central é a comemoração dos 15 anos do MST, feita através de uma reflexão discursiva, por seus oradores, ancorada no tema da dependência nacional. As inovações, nesta ocasião, em relação à mística feita na CNBB, são o público presente (agricultores dos assentamentos locais), a não religiosidade do lugar (inexistência de qualquer imagem religiosa) e a organização da seqüência da mística que, entre outras coisas, não conta com o clima de “surpresa” da mística anterior.

Nesta nova observação, pela ausência do clima de surpresa inicial que caracterizara a observação anterior, pode-se pressupor que a visualização prévia (dos elementos formais da mística por parte dos assentados) seja devido aos elementos formais dessa prática –os símbolos utilizados na mística– que não representam mais motivo de “enunciação”. Entendido isto no sentido de reflexão, meditação, transformação de valores almejados. Poderia dizer-se também que, ao menos no que diz respeito a esses símbolos, possam estes ter sido naturalizados pelos próprios assentados no decorrer da vivência de outras encenações. Se internalizados, a surpresa, em princípio, torna-se um elemento secundário. Entretanto, há que considerar, como já fora colocado, a diferença de contexto existente entre o público da assembléia da COOPERJUS e o público do evento da CNBB. Neste último, a base social está constituída por mediadores –padres, religiosas, professores, lideranças de assentamentos, representantes de comunidades de base, etc– em



contraposição ao contexto da Cooperativa, onde a base social majoritária é formada por assentados. Em todo caso, com ou sem “surpresa”, é necessário analisar alguns dos elementos que dizem dessa prática, enquanto prática mística do MST.

## SEQÜÊNCIA DA MÍSTICA

Retomando o evento do Quadro II: a primeira etapa formal da mística faz parte da cenografia do local, em seu conjunto. A figura de Brasil que vai servir de suporte principal da mística (figura presente também no Quadro I) é apresentada junto com os cartazes pendurados no teto, com a exposição dos produtos comercializados da Cooperativa, com a música de animação. (Esta tarefa, junto ao resto das apresentações, fica a cargo dos responsáveis pela “Rádio Livre”.) A figura central da mística, nesta ocasião, faz parte da decoração geral.

Na segunda etapa, iniciação formal da mística, acompanhada de músicas, com a participação de atores (assentados), que vão redesenhando a figura, até esse momento, de caráter “estática”. E, nessa ritualização, a figura desenhada no chão corporifica-se com frutos colhidos da terra e produtos comercializados pela Cooperativa, através da mão dos assentados, que deslizam em movimento circular em volta das fronteiras “brasileiras” da figura inicial. (Ver fig.76 e 77 )

Desta forma, a figura, de sua condição de elemento secundário, dado isto, entre outras coisas, pela condição de plano horizontal localizado no chão –plano inferior à altura da visão do observador– transforma-se paulatinamente numa imagem dinâmica, corporizada pela presença dos agricultores circulando ao seu redor, e pela própria transformação da imagem inicial, agora composta por novos elementos significantes, dada



75



76

75, 76 e 77 - Encenação da "Mística" na COOPERJUS

77

pelos frutos da terra e os produtos da Cooperativa. Recria-se a imagem de um Brasil produtor, de um Brasil de fartura, distribuída por todo o território nacional. Além disso, a composição estética da mística, por ser construída com diferentes mãos, pode dar lugar à percepção de um dos valores básicos do MST, o esforço do trabalho “coletivo” de todos aqueles que acreditam na utopia do novo ser.

É assim que esta prática realizada sempre no início e na abertura dos encontros políticos do MST, passa a ser um ato costumeiro, naturalizado para os integrantes do movimento. Um proceder obrigatório na vida pública do MST. Como parte do planejamento, a encenação é seguida de palestra de lideranças reconhecidas do MST, que são as responsáveis políticas das análises de conjunturas. (No caso da assembléia da COOPERJUS, a palestra foi feita por uma liderança da direção estadual e suas colocações foram depois comentadas informalmente em encontros reduzidos dos assentamentos.)

## **ELEMENTOS COMUNS DA MÍSTICA**

O desenvolvimento coletivo da mística, encenado pela ação seqüencial de seus atores (veiculado, inclusive, através do próprio corpo do ator, identificado por distintivos do MST) é também um dos elementos comuns aos dois quadros analisados. Se na encenação da mística sempre está presente a representação do “coletivo”, que faz parte do imaginário do ideal de “homem novo”, o lugar de maior destaque, a nível expressivo, é encontrado, talvez, nas poesias da música do MST, como bem ilustram algumas das estrofes seguintes:

*“Somos milhões de companheiros e companheiras buscando a libertação da terra, de homens e mulheres em um país onde a terra vale ouro e os seres humanos, alguns gramas de chumbo moldados em balas que fazem sangrar o destino do nosso povo sofredor!*

*Na arte de resistir às tentativas de destruição dos nossos sonhos, trincheiras da criatividade se revela a rebeldia dos poetas e dos cantores filhos da terra e da esperança no palco imaginário para onde marcham as colunas dos grandes guerreiros e lutadores sem terra”.*

(...)

*“Na poesia do cantador se misturam o desejo da terra de homens na grande sinfonia da esperança que aponta o horizonte e o longe fica perto quando se caminha adiante.*

*As cordas movem paixões. O sentimento, as pulsações e o sonho de vencer, os corações.*

*Cantar pois é mais que um prazer quando as vozes brotam de forças em movimento que ao som de suave de belas melodias elevam foices e facões rompendo cercas, retirando morões para ver nascer o novo dia.*

*Assim a terra se converte em causa, a liberdade se converte em sonho, o grito forte se converte em guerra e o povo todo segue um só caminho na trilha estreita plantando futuro”.*

*(...) que o som dos nossos hinos anime nossas consciências e que a luta redima nossa pobreza, que o amanhecer nos encontre sorridentes, festejando a nossa liberdade”.*

(“Terra sertaneja” de Ademar Bogo)

A música, no desenvolvimento da mística, ocupa um lugar de caráter tão relevante quanto a configuração estética e a delimitação espacial do local. E é através dela que, acompanhada de gestos alusivos ao seu conteúdo, se produz a interação desejada entre os que teatralizam e os que assistem à mística. Assim, a música atua como desfecho da mística, conseguindo a unidade entre seus integrantes de palco e platéia. Tanto no Quadro I, como no Quadro II, o desfecho é do mesmo tipo.

Se nas duas místicas observadas existem diferenças de contexto, dadas pela base social, características físicas do local, objetivos específicos do encontro, existem também elementos comuns, que se repetem; por exemplo, a existência sempre de uma figura central (a figura do território brasileiro), que se constitui como suporte principal da

representação simbólica da mística. Esse caráter de figura – símbolo é construído em cada encenação, através de objetos e atos rituais que representam valores essenciais para o MST. Trata-se do contorno físico do território brasileiro como representação de nação. A terra é a base dessa representação, da qual se colhem os frutos, o fazer coletivo da mística como construção desse Brasil.

### **OS SABERES FORMAIS E INFORMAIS DA LITURGIA**

No desenvolvimento das místicas do MST, é necessário criar o espaço de representação do espetáculo. Decidir as formas de sua delimitação espacial, como as técnicas de sua configuração estética, através do uso de planos verticais e horizontais (bandeiras, estandartes, figuras), de materiais diversos na construção de suas alegorias (produtos naturais –hortaliças, grãos e folhagens diversos– produtos artificiais), de diversos recursos plásticos (cores, músicas, poesias, fantasias, discursos) entre alguns dos elementos requeridos para sua implementação. Dessa forma, os lugares da liturgia são criados pelos próprios atores.

Esta prática, considerada como encenação dos valores do MST, é um tipo de representação que conjuga, em seu acionar, diversos elementos do teatro tradicional, do teatro de rua, como da liturgia cristã. O espaço arquitetônico do teatro tradicional está formado pela presença de palco (lugar de representação) e platéia (lugar dos espectadores). As formas arquitetônicas do teatro, como a tecnologia utilizada, dependerão da concepção arquitetônica que tenham os projetistas sobre as características do espetáculo. Mas o edifício – teatro, enquanto forma arquitetônica construída, preexiste ao espetáculo. No teatro de rua, inversamente, é na própria ação que se criam os espaços de representação. Os

lugares podem ser praças, ruas, áreas abertas. Os limites espaciais estarão de acordo com às necessidades do espetáculo, como das possibilidades do lugar. Na arquitetura religiosa, como no teatro, os espaços são rigorosamente definidos. Pode haver hierarquias de altares (maior-menor), dependendo do ato litúrgico realizado, pode haver diferentes tipos de naves, como de alturas ou estilos que representem movimentos arquitetônicos, mas no espaço arquitetônico da igreja, o altar continua a ser um lugar central, predeterminado, o lugar sagrado da celebração.

O espaço de representação do MST conserva o caráter de centralidade do teatro formal e da liturgia cristã. A figura-suporte (a representação do território brasileiro) sintetiza, simbolicamente, o palco do teatro, o lugar sagrado da igreja. Do teatro de rua conservam a prática da improvisação do espaço e, fundamentalmente, a capacidade de resignificar os espaços por novos usos dados pelos “passes de mágica” já citados, quando se trata de observadores ainda não naturalizados com a mística.

A representação (a cargo de atores militantes engajados no MST), que coloca em cena o texto político do MST, prevê, na sua teatralização, a participação ativa do público presente, para o desfecho da atuação, como símbolo da identificação coletiva entre os atores e seu público. Nas duas místicas presenciadas, tanto os atores como os observadores participaram, através de cantos e de gestos alusivos, porque, para o MST, não basta cantar o hino,

*“é importante que se divulgue, não somente a letra, mas também os gestos junto aos assentados, nas escolas, acampamentos, etc, para que todos assimilem e saibam interpretar o hino, para que tenha sua representatividade como símbolo respeitado. Deve-se, sempre, em ocasiões internas, explicar o significado do hino e porque fazemos tais gestos, como a posição de sentido, ficar em pé, punho erguido quando cantamos”. (Cadernos Nº 25:46)*

Ou seja, a prática da mística, para sua execução (prática que, segundo o MST, não pode ser feita de forma espontaneísta) exige, por parte de seus organizadores, o conhecimento formal ou informal, de diversas ações que dizem dessa prática: elaboração do texto didático, domínio do espaço da atuação –delimitação espacial do local que pressupõe criar e montar cenografias– planejamento dos tempos da mística – tempos de entradas e saídas de seus participantes em cena, recitados, movimentos, acompanhamentos musicais. E que, dependendo da esfera pública onde a mística seja realizada, será também o grau de sua complexidade e grandeza. Por exemplo, a mística realizada no 4º Congresso Nacional do MST, no Distrito Federal de Brasília, em Agosto de 2000, num evento político realizado a cada cinco anos e que, nessa oportunidade, congregou onze mil participantes –entre agricultores sem terra, representações estrangeiras, sindicatos e entidades que prestam apoio ao MST. Tal encenação, pelo que as imagens revelam, aproximou-se das demonstrações de aberturas de jogos olímpicos, como mostra a fotografia da Revista Caros Amigos Especial –MST- (Outubro, 2000:37).

Da leitura visual da cenografia planejada do encontro, pode-se dizer que, na hora de sua ideação, foram contemplados diversos saberes formais e informais, que dizem dos efeitos do universo visual em relação ao mundo da política. A vestimenta usada pelos participantes da liturgia –chapéu e camiseta vermelha do MST– com a figura suporte da mística (encarnada na representação do território brasileiro, representado na cor “ouro”) entra em sintonia com as cores usadas pela vestimenta dos sem - terra espectadores e com as cores das bandeiras e dos estandartes do MST, presentes no local. Pela propagação da cor (efeito visual que se gera a partir do ponto central do espetáculo –localizado na figura– suporte– propaga-se, envolvendo os atores da mística, e estende-se até juntar-se às cores da

platéia) consegue-se a ampliação do próprio campo visual da liturgia. Na ampliação do campo visual, cria-se, também, a imagem de força e unidade do MST, a idéia-visual de uma estrutura monolítica. Estas mesmas representações de força e unidade, além de ser motivos recorrentes da mística, aparecem também nos desenhos das crianças do MST, feitos a partir de um concurso nacional de redações e desenhos, realizado pelo MST, em 1988 (Desenhando o Brasil. MST- SP, fevereiro de 1999).

Se, pelas características descritas da mística –encenação de caráter formal, sistemática, caracterizada fundamentalmente por seu caprichoso arranjo plástico, musical e poético– esta pode ser considerada uma prática de alto impacto expressivo para o observador (seja este de dentro ou fora das fileiras do MST), já a teatralização do MST está presente em diversas esferas de sua atuação.<sup>54</sup> Esta forma de atuação do MST que incentiva, por um lado, a recuperação e o desenvolvimento da dimensão sensível na formação do “novo homem”, como uma das formas encontradas para a liberação do homem de sua atadura meramente instrumental, por outro lado, atua propositadamente como metodologia educativa de implementação de valores na convicção de que, “desde nossas origens, o teatro foi utilizado como arte e cultura entre os povos para repassar conhecimentos, fábulas, histórias, de geração em geração” (Caderno Nº 25).

A teatralização converte-se num instrumento, num meio educativo de transformação através de práticas lúdicas. Os conteúdos ideológicos falam de dependência vs. soberania, de lutadores populares, de heróis populares, de datas marcantes do próprio processo, e se revestem de práticas que exigem criatividade, que exigem expressividade artística. Se os

---

<sup>54</sup> Sobre a temática de novas formas desenvolvidas e apropriadas pelos movimentos no campo, ver o trabalho de Comeford (1999), referente à ritualização das falas entre dirigentes camponeses.



conteúdos, crus e enxutos da dependência e exploração são teatralizados, haveria que se analisar, entretanto, o que isso significam como prática a ser vivenciada, a ser internalizada, versus naturalizada, no cotidiano dos sem - terra.

Entretanto, para o estudo das formas de representação empregadas pelo MST, no que diz respeito tanto ao repertório simbólico utilizado como às formas de sua implementação, é preciso remeter-se a uma das matrizes ideológicas do movimento, representado pelo trabalho pastoral no Brasil da Igreja Católica e da Igreja Luterana também, de grande contribuição na formação do próprio MST. Através da igreja “progressista”, implementa-se uma nova pedagogia, que busca o desenvolvimento de novos ideais religiosos. Ou seja, tanto a igreja como o MST, utilizam-se de novas formas de comunicação, onde a variável espacial, além de ser decisiva, reveste-se de novas características.

## **A ORIGEM RELIGIOSA DA MÍSTICA**

A Igreja Católica, Pós-Concílio Vaticano II (1965) e Pós – III, a Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín, em 1968 (sem adesão da maioria do clero), assume-se como uma igreja que opta pelos “pobres e oprimidos”. Nessa visão, a igreja é constituída pelos representantes de sua instituição, como pelos próprios leigos tidos na categoria de leigos “conscientes”.

Segundo o Pe. João Bosco Schio, do Rio Grande Do Sul (1985), seus ideais abrangem o cristão como o não – cristão, reconhecendo a “presença de Deus, em todas as coisas boas em si”. Esta vertente denominada de “Igreja Progressista”, que se reivindica como ecumênica, pluralista e secularizada, segundo o presbítero, prega, pela verdade, o

bem comum e a fraternidade em Cristo. E nessa nova visão vai redimensionar-se em termos de valor político, procurando ser um serviço eficiente na organização da sociedade, na convicção de organizar a sociedade a partir dos trabalhadores, por considerar que são eles os “protagonistas” da história (Caderno Nº 25).

Para implementar esses princípios junto ao povo, a igreja “progressista” desenvolve uma nova metodologia, de caráter operativo, que, entre os objetivos elencados, contempla a organização de mobilizações de massa. Este princípio metodológico, um dos caminhos encontrados pela igreja para conseguir que o povo experimente sua própria “força da classe unida”, é aplicado, por exemplo, nas Romarias da Terra, mobilizações que devem ter o caráter de uma celebração de fé, feitas de forma dinâmica para os romeiros, considerados “co-criadores” da celebração, em contraposição ao “estilo das romarias antigas, onde se ia para um lugar mítico, comportando-se passivamente e até de modo alienante e paternalisticamente” (Paiva, 1985:194-5).

Assim, retomando o objetivo inicial, no que diz respeito ao papel que a igreja tem desempenhado na construção da mística e do próprio repertório estético do MST, é necessário resgatar alguns dos fatos históricos que relatam as formas ritualísticas empregadas pela igreja –romarias, missas, grupos de reflexão– onde é recriada a celebração da fé, sob os novos princípios defendidos. Os trechos escolhidos de diversos autores sobre a atuação da igreja nas lutas populares no campo, ilustram essa prática vivenciada pelos camponeses.

Na Paraíba, Novaes (1985) focaliza o papel que a igreja tem desempenhado nas lutas pela terra e relata uma das atuações desenvolvidas e mediadas pela igreja, a partir de

conflitos locais. Segundo ela, a organização do movimento que fora enquadrado como um “movimento simbólico em prol da não violência”,

*“ (...) constava de uma marcha silenciosa dos agricultores e religiosos pelos roçados da fazenda, tocando o gado para o cercado. Os bispos, mulheres, crianças e adultos empunhavam talos de jurema e carrapateira, improvisando cruzeiros. D. José muniu-se de uma vara de marmelo, mas ele mesmo fez questão de argumentar que “aquilo era apenas um símbolo, pois não bateu em nenhuma rês”.*

Para esta pesquisadora, o acionar dos religiosos,

*“apelando pela não – violência, pedindo fé e esperança aos trabalhadores, utilizando símbolos religiosos improvisados e rezando com os agricultores, os bispos criaram um acontecimento político em Alagamar”* (Novaes, in: Paiva, 1985:219).

Outro trecho significativo, analisando agora um conflito dos posseiros de Camocim, na Paraíba (ocasionado pela resistência desses à derrubada de uma escola localizada na área) relata que

*“Os agricultores decidem acampar na praça, em João Pessoa, como forma de pressionar os poderes instituídos para a desapropriação das terras e para pedir segurança pessoal. Eles passam grande parte da noite rezando e cantando hinos religiosos, que se misturam com músicas populares, como Asa Branca e Assum Preto”* (Correio da Paraíba, 16/12/81, citado por Novaes, in: Paiva, 1985:224).

Novaes coloca, por sua vez, que embora existisse negociação entre as partes envolvidas do conflito, o bispo faz a seguinte declaração:

*“Se os agricultores de Camocim ainda estiverem em vigília permanente em frente do palácio do governo, o que não é meu desejo, irei celebrar a missa do galo na praça de João Pessoa, por que foi num lugar assim que Cristo nasceu”* (1985:224).

No Rio Grande do Sul, através do relato do Pe. João Bosco Schio (Paiva, 1985), que teve uma participação ativa nas lutas populares no Alto Uruguai, Ronda Alta, vemos como os novos princípios defendidos pela igreja são implementados. Por exemplo, o da

metodologia horizontal, que implica no desenvolvimento de uma prática onde “tudo deve vir de baixo para cima e ser sistematizado e aprofundado a partir da práxis”, ou a proposta de uma igreja ecumênica, pluralista e secularizada, que fora materializado, por exemplo, na mobilização da Romaria da Terra, realizada no Rio Grande do Sul. Conforme o presbítero, é através de novas formas de celebração da Fé e utilização da simbologia cristã no acionar político junto ao povo (cultos, celebrações e grupos de reflexão), que se discute e aprofunda a realidade vivida pelo povo e as saídas possíveis para sua solução. Como foi, por exemplo, a experiência realizada nos acampamentos onde os agricultores “se organizaram no estilo de pequenas comunidades de Fé” (grupos de reflexão de famílias, com uma Equipe Central, denominada de Comissão Central, que refletia a partir dos “problemas e das necessidades” (dos agricultores), “procurando ver o que a Fé (Bíblia-Deus) dizia a respeito, as possíveis saídas, e o que eles podiam fazer” (Paiva, 1985:200).

Em Santa Catarina, Flores et alii, (1996) analisam a primeira Romaria da Terra, ocorrida em 1986, num contexto social em que, conforme os autores, expiravam os contratos de arrendamentos, deixando centenas de famílias desalojadas e sem trabalho, somando-se às já pauperizadas pelas transformações da estrutura agrária, no extremo oeste catarinense. A liturgia analisada, segundo eles, fora organizada no gênero da via-sacra, onde se encenavam peças, representando

*“episódios da luta do Contestado, das lutas atuais pela terra e rituais que re-atualizavam o mito da redenção, a utopia da mudança das condições de vida dos trabalhadores do campo.”* (1996:209).

Este tipo de mobilização, na interpretação dos autores, representa uma prática político-pedagógica usada pela CPT, entidade religiosa que, através do imaginário, da

história e religião, busca a conscientização dos trabalhadores, nutrindo-se de um “saber milenar, no uso de imagens, rituais, oralidades, teatro, canto, reza, para os ensinamentos de suas mensagens.” (1996:209). E a primeira romaria da terra, entendida como texto “verbal e visual”, que deve ser lido pelos espectadores, dizem os autores, teria sido composta pelas seguintes partes:

*“ (...) a celebração da fé e da promessa de um novo mundo (que) evolui para a percepção do mundo real e presente a ser negado; alcança o momento da superação e por fim realiza a síntese na utopia da festa de confraternização e na comunhão que se realiza na missa” (1996:210).*

Assim, para Flores et alii, a formação política dos agricultores, desenvolvida pela CPT, é feita a partir “do discurso da divinização da terra, apontando para uma abordagem política de posse e uso da terra” (1996:210). Utilizando-se de uma ação pedagógica que se desenvolve através de diversos mecanismos de comunicação: jornais, cartazes, músicas, cerimônias religiosas, “recorrendo enfaticamente ao recurso poderoso das imagens.” (1996:212).

Nos exemplos citados, vemos que a atuação da igreja –direcionada ao desenvolvimento da consciência dos trabalhadores– utilizando-se de diversos recursos pedagógicos, traduzidos em suas práticas e atos simbólicos, incentivou e legitimou a luta dos trabalhadores do campo, disputando o espaço público instituído. As Romarias da Terra, celebrações e/ou acampamentos em praças públicas, buscam dar visibilidade aos conflitos sociais do campo e criam fatos políticos atuando como instrumentos políticos de caráter educativo na formação política dos trabalhadores, sacralizando, assim, o próprio fazer político.

As formas utilizadas pelo MST nos eventos políticos (místicas, caminhadas, acampamentos em locais públicos) representam também, como no caso da igreja, recursos pedagógicos para a formação dos sem - terra. Valendo-se das tradições locais e dos símbolos compartilhados pelos sem - terra, na montagem de suas atuações, utilizam-se dos mesmos veículos de comunicação: o recurso da imagem, da música, poesia, de metáforas bíblicas. Ou seja, tanto a prática ritualística do MST, como os elementos que compõem a prática, não são alheios ao imaginário de sua base social, sendo que a imagem ocupa um lugar de destaque, como bem foi colocado por Flores et alii (1996) quando analisam o papel pedagógico da Teologia da Libertação, através da leitura feita sobre a primeira Romaria da Terra em SC. Autores trabalhados no primeiro capítulo contribuem para melhor compreensão da importância dos recursos expressivos, utilizados tanto pelo MST como pela própria Teologia da Libertação, na construção de novos comportamentos.

### **A DIMENSÃO HEURÍSTICA DA IMAGEM**

Como já fora colocado, a partir da perspectiva dos paradigmas de Kuhn (1978), no que diz respeito à dinâmica da ciência em relação à importância da dimensão perceptual no processo de conhecimento de seus participantes, é possível delimitar questões que se resolvem no campo perceptual- sensorial: como a identidade e o sentimento de pertinência da comunidade envolvida, refletidos nas próprias percepções, configurações e apropriações do espaço. Por outro lado, através da noção de mapa mental, considerada como estrutura-guia da percepção, Hochberg (1993) mostra a importância que cumpre a percepção na dinâmica do conhecimento, quando ele diz que o ato de perceber uma configuração significa discernir o princípio, a partir do qual se ordenam seus elementos, e que, na

ausência do mapa mental, somente se terão imagens momentâneas, descontínuas e desorganizadas.

Tanto a igreja como o MST, ao nível de pressupostos e práticas operativas, contemplam e propiciam os mapas cognitivos na conscientização dos trabalhadores do campo, como foi anteriormente ilustrado, mas cabe agora refletir, a partir da ótica da lógica do espaço, sobre os novos comportamentos políticos implementados especificamente pelo MST, no universo público. Para tal objetivo, primeiro vou alinhar algumas questões (trabalhadas no capítulo I) que dizem da prática dos que detém o planejamento do espaço (entendido este como o espaço de representação) e depois introduzir uma reflexão sobre as formas que adota esse mesmo espaço, quando se trata da análise do acionar de novos movimentos políticos. As análises de Lévy & Segaud (1983) e de Certau (1994) retratam o primeiro objetivo. Canevacci (1990) e Bettanini (1982) exemplificam o segundo.

## **O ESPAÇO DE REPRESENTAÇÃO**

Na análise sobre desconstrução do espaço, efetuada por Lévy & Segaud (1983), as autoras iniciam fazendo uma classificação do espaço, que é visto sob duas racionalidades: de um lado, a simbólica, e de outro, a representação; a última sendo entendida como o espaço de “representação” característico de Ocidente.

Segundo elas, o espaço de representação, esquema mental na consciência do Ocidente, manifesta-se através da impressão de similitude e de homogeneização que, por meio de mapas e planos de ordenamento, transforma o território em quadrilha, e onde cada um de seus pontos, entre si equivalentes, não consegue ter uma tradução direta dentro do espaço real. Nesta perspectiva, visualizar o espaço como “práticas dentro do espaço”, isto é,

como espaço qualificado e também “o espaço como prática”, isto é, como espaço de representação, permite mostrar tanto a diversidade dos procedimentos a que dá lugar a representação, quanto a diversidade de maneiras desenvolvidas pelas sociedades para se posicionarem no espaço, em função de suas particulares visões de mundo.

Por outro lado, visualizar as diferentes formas de conceber o espaço lhes permite também distinguir as duas formas de representação que estão sempre presentes no território: aquelas que respondem a um “código apreendido”, tal o caso do geógrafo, do arquiteto, ou do topógrafo; e as que fazem representações do espaço através de formas que são mais “topológicas que científicas”.

Certau complementa essa visão sobre o espaço de representação quando diz que se trata do confronto entre duas lógicas espaciais, as quais podem ser detectadas no espaço das cidades, quando manifestadas através de práticas estranhas ao espaço “geométrico” ou “geográfico”: elas ficam materializadas nas “maneiras de fazer” de seus caminhantes que, no próprio agir, constroem essa outra espacialidade.

Verifica-se que a visão de Certau pressupõe que exista, por parte dos usuários do espaço, uma idéia de “apropriação” desse espaço –tido como objeto de representação de um “código apreendido”, segundo a interpretação da autora– que se traduz na superposição de lógicas, de usos diferenciados, efetivados sobre e dentro do espaço disciplinado do poder instituído.

À luz dessas duas racionalidades, a simbólica e a de representação, e pensando agora no espaço da teatralização e nas formas expressivas utilizadas pelo MST e pela



Teologia da Libertação, cabe perguntar-se qual é o lugar que podem ocupar tais práticas dentro de alguma dessas duas racionalidades.

Nesse sentido, as análises feitas por Canevacci (1990) e Bettanini (1982) a respeito do comportamento dos movimentos políticos, no que diz respeito à disputa do espaço com o poder instituído, podem também trazer uma contribuição para essa reflexão.

### **O ESPAÇO DE REPRESENTAÇÃO VS. MOVIMENTOS POLÍTICOS**

Canevacci, antropólogo italiano estudioso da cultura visual no mundo contemporâneo, faz uma análise de novos modos de produção da “mass media”, nos modelos utilizados pelos movimentos políticos de oposição, a partir dos anos 60. Mostra como a meta de caráter libertário e emancipador dessas organizações requer, em seu acionar, a criação de novos modos de comunicação verbal e extraverbal, como contraposição aos velhos moldes comunicacionais do sistema instituído.

Canevacci argumenta que é preciso tomar distância teórica entre posturas que defendem o resgate, para as “classes subalternas”, dos códigos da comunicação detidos pelas classes hegemônicas, porque tais posturas consideram que participar da ‘essência’ desses códigos permitiria enobrecer essas classes. Segundo ele, tais posturas pecam por conter um certo “reformismo semiótico”, porque partem do pressuposto tácito de que a capacidade de codificação das classes populares não superaria, por si mesmas, “um grosseiro estado de natureza”.

Mesmo que o autor considere que o resgate dos códigos de comunicação seja em si um objetivo “louvável”, adverte que isso pressupõe também adotar a “indistinta e neutral

metodologia funcionalista do próprio código, ignorando ou menosprezando os aspectos rígidos, próprios de toda codificação”. Além disso, observa que essas posturas pecam também ao esquecer o processo vivenciado pelas novas formas de comunicação desses sujeitos sociais, que é um processo localizado entre a passagem de um código a outro da comunicação. Para o autor, tal omissão despreza a análise do momento de “criatividade antecipadora” das práticas, caracterizado por um desprendimento das condições existentes, quando o “velho sistema se desgastou e o novo ainda não se afirmou” (Canevacci, 1988:182).

Nesses termos, os novos modelos de comunicação, inventados pelos novos sujeitos sociais, estariam localizados numa variada categoria de lugares, sendo exemplo disso as assembleias políticas, os cortejos, slogans, as faixas, dentre outros; e onde cada um ficaria caracterizado pela maior ou menor criatividade e pelo entusiasmo de seus praticantes.

Descrevendo alguns desses modelos, como, por exemplo, o das assembleias, caracteriza que é nessas situações onde começa

*“a difundir-se um código mimético de novo tipo ...(lugar onde)...as técnicas miméticas adquiridas nas relações familiares, amigáveis, audiovisuais, encontram um novo modelo comportamental de referência, que produz uma linguagem autônoma e, em geral, um novo universo simbólico forte’. Inflexões, interações, metáforas, expressões alusivas ou explícitas, ou mesmo canônicas, se reproduzem mimeticamente no interior da assembleia, bem como a maneira de vestir, de gritar, de gesticular, de cuidar do próprio corpo publiciza diferenças, comunica uma identidade própria em relação à ‘normalidade’ dos outros. (Canevacci, 1990:186).*

Considerando essas colocações, pode-se cogitar que seria no acionar dos movimentos sociais contemporâneos em que estaria sendo construída a identidade dos novos sujeitos sociais. Tal o caso do MST, que apresenta grande similitude com o relato feito por Canevacci sobre os novos comportamentos.

Porém, ao se referir aos movimentos por ele analisados, o autor conclui que, apesar dos intentos realizados pelos movimentos de oposição de criar uma comunicação alternativa, não conseguiram ultrapassar o plano da “vivência”, ao invés de atingir o plano da “legitimação”.

A noção de legitimação, pensada enquanto nível de reconhecimento, de visibilidade conseguida e de espaços conquistados pelos novos movimentos políticos, pode ser também vista através das análises de Bettanini, no que diz respeito a conceituações feitas especificamente sobre o próprio espaço de representação.

### **O ESPAÇO ‘DESSACRALIZADO – SACRALIZADO’ DA LITURGIA**

Para Bettanini, a possibilidade de materializar espaços de representação requereu como passo prévio fazer a geometrização da natureza, tarefa realizada por Galileu, porque foi o momento em que o espaço não necessitou mais se diferenciar entre território sagrado e território tabu, já que a aplicação do princípio de mensuração uniforme o tornou neutro. Porém, o autor adverte que a condição de neutralidade está dada somente em nível da aparência, porque essa nova concepção homogênea do espaço, qualificada como secular, apresenta intencionalidades diferentes, não deixando “de reproduzir formas arquetípicas de espacialização” (Bettanini, 1982:94).

Em termos equivalentes ao que era o espaço mítico e o espaço sagrado, portanto, o espaço de representação é um lugar ao qual se outorga o privilégio de albergar a cristalização, através de formas materiais, dos valores e ideários desacralizados, característicos das organizações sociais modernas. Formas que assumem usualmente a

condição de monumentos, convertidos em referenciais responsáveis para que valores e ideários possam “transmitir-se por herança” (1982:96).

Uma tal condição se daria

*“quando as objetivações da ordem histórica institucional devem ser transmitidas a uma nova geração, quando o caráter de evidência das instituições não pode ser conservado por meio das lembranças e dos hábitos dos indivíduos. A unidade da história e da biografia é rompida: para restaurá-la, e tornar assim inteligíveis ambos os aspectos, são necessárias ‘explicações’ e justificações dos elementos salientes da tradição institucional. (Berger & Luckmann, 1969, citado por Bettanini, 1982:97).*

Mas, para a construção de um novo espaço de representação, com novas dimensões de significados, se faz necessária a existência prévia de uma “dimensão coletiva ligada a uma exigência de fundamentações (e) refundamentações de valores” (1982:96).

Bettanini recupera, para caracterizar esse tipo de situações, ponderações feitas por Alberoni e Durkheim, a respeito de processos revolucionários, nos quais se faz presente um estado de “statu nascenti” da sociedade, ou seja, sociedades nas quais coexiste uma organização formal, obsoleta, mas que ainda detém o poder, e uma outra nova força social, que o reivindica.

As novas coletividades do “statu nascenti” estão caracterizadas, segundo Durkheim,

*“ por períodos de criação ou de renovação... (que)... são justamente aqueles em que, influenciados por circunstâncias diversas, os homens são mais induzidos a se aproximar mais intimamente, e em que as reuniões e as assembléias são mais freqüentadas, as relações são mais cultivadas, as trocas de idéias, mais ativas (Durkheim, Sociologia e Filosofia, citado por Bettanini, 1982:98).*

Trata-se de períodos de criação, durante os quais se realiza uma ressemantização do espaço da “quotidianidade”, simbolizado nesse estágio através de um espaço que ainda não necessita de monumentos, porque

*“seu espaço de representação é a estrada percorrida pela nova coletividade emergente, a praça, a ressemantização dos edifícios ocupados pelo velho poder decadente. O significado do espaço –um espaço ocupado, não construído- da sociedade no statu nascenti é um significado alterado numa operação de reaproximação, juntamente com o espaço, de seu significado originário que havia sido perdido. Perdido, porque institucionalizado, participava de um universo simbólico institucional, naturalizado: era vivido, ‘habitado’, como algo óbvio. O espaço de representação, próprio da sociedade no statu nascenti, é portanto reapropriação... (porque)... é a partir da institucionalização desta nova ordem que o espaço se objetiva em novas construções. (Bettanini, 1982:99).*

A reivindicação coletiva desses momentos de excepcionalidade, que disputam o espaço do poder formal para institucionalizar uma nova ordem, necessita, para afirmar sua concretude, de práticas que se tornem rotineiras, porque é através da própria periodicidade dessas práticas que será capaz de resignificar o lugar público ocupado pelo espaço de representação, dado que

*“ estes ideais desapareceriam rapidamente se não fossem vivificados periodicamente. E para este fim, servem as festas, as cerimônias públicas –religiosas ou leigas– as predicções de toda espécie, tanto da igreja como da escola, as representações dramáticas, as manifestações artísticas, tudo aquilo que pode aproximar os homens e fazê-los comungar na mesma vida intelectual e moral. Elas representam uma espécie de renascimento, parcial e enfraquecido, da efervescência das épocas criadoras”*

Embora mais adiante pondere que

*“ estes meios possuem somente uma ação temporária: por um certo tempo o ideal readquire o frescor e a vida da atualidade, aproxima-se de novo do real, mas não demora em se diferenciar novamente dele. (Durkheim, Sociologia e Filosofia, citado por Bettanini, 1982:99).*

A noção de ressemantização do espaço, presente tanto no discurso de Bettanini quanto no de Canevacci e Certau, pressupõe que exista uma “apropriação” do espaço formal, do espaço instituído. Na forma que essa noção é utilizada pelos referidos autores, seja de maneira explícita ou subentendida, vai ao encontro das práticas que foram anteriormente retratadas sobre o trabalho da igreja progressista, no que diz respeito à “sacralização” da política, assim como das práticas de espacialização utilizadas pelo próprio MST.

A noção de “apropriação” do espaço, quando a temática colocada em discussão diz respeito à construção social do espaço, converte-se numa questão central, para poder

entender a dinâmica que se origina das diversas formas de interação dos atores envolvidos dentro do próprio espaço construído. Essa noção implica dar novos usos, atribuir novos significados aos já existentes, enfim, criar novas espacialidades (tal como as analisadas por Certau, ao fazer referência aos errantes das cidades, ou por Canevacci, ao analisar os novos comportamentos dos movimentos políticos). A correspondência conceitual, no caso de Bettanini, verifica-se quando o autor analisa os momentos de excepcionalidade, só que, ao invés de utilizar a noção de apropriação, vale-se da de “reapropriação” do espaço. Embora os dois termos sejam muito próximos, considero importante destacar a acepção dada por Bettanini à idéia de “reapropriação”.

A noção de “reapropriação” do espaço, pelo que se depreende das colocações de Bettanini, adjetiva fundamentalmente uma nova legitimação do espaço de representação. Ou seja, não significa somente que exista mudança nos significados, seja isto dado por usos ou apropriações diferenciadas de um mesmo espaço, por superposição de lógicas espaciais, ou pela utilização de referenciais espaciais alheios ao espaço pré-concebido das cidades, tal como é colocado por Certau e Segaud. Sua noção de “reapropriação” implica na transformação e ocupação do próprio espaço de representação, isto é, disputar o espaço do poder.

Quando Bettanini analisa o espaço de representação sob a condição de “statu nascenti”, destaca que o que é questionado e pelo qual se luta, é pela ocupação física do próprio espaço de representação, como lugar que detém o poder.

Considero que essa diferença entre o uso das noções de apropriação ou de reapropriação do espaço, que foi aqui exemplificada, em relação aos movimentos políticos,

é, a meu ver, decisiva, porque a noção de reapropriação pressupõe que, para conseguir efetivar a “legitimidade” almejada por um determinado movimento político, deve acontecer uma transformação, ou construção, de seu próprio espaço de representação.

Em outros termos, significa que a *quotidianidade* do espaço da fase inicial de uma sociedade em “statu nascenti”, que se traduz nas festas, nas cerimônias, nos ritos de todo tipo que descreve Durkheim, aponta logo como condição necessária, para que esses novos ideais não se diluam –dentre outros motivos pela sua própria condição de excepcionalidade– a reivindicação por espaços específicos, que sejam a representação da chegada dessa “nova ordem”. “Nova ordem”, que implica no desejo de estabilidade, de encontrar seus próprios novos pontos de referência num mundo em mudança.

A dinâmica relatada sobre as sociedades em “statu nascenti” pode ser assimilada à análise que Canevacci faz dos momentos considerados de maior “criatividade antecipadora” de seus praticantes, onde os atores participam e são, ao mesmo tempo, co-autores do ato criativo, numa dimensão onde ainda as fronteiras permanecem muito difusas, sem atingir o grau de legitimidade esperado. Neste capítulo, fora destacado como o MST, à semelhança de outras experiências políticas a nível nacional e mundial, vale-se do espaço público, através de novos modos performáticos do acionar político, para criar maior visibilidade, implementar seus valores e disputar os espaços institucionalizados de poder político. O teatro, a música, a estética, a indumentária são formas táticas utilizadas por estes novos sujeitos políticos para quebrar a ordem do espaço institucional. Nos espaços de representação do poder, os sem-terra constroem acampamentos que recriam espaço doméstico e o rural. Em cada teatralização reapropria-se o espaço público

institucionalizado, dando-lhe nova significação ao espaço de representação, tal como analisam Lévy & Segaud e também De Certau.

## CONCLUSÕES

Nesta tese, procuramos apresentar uma perspectiva interdisciplinar sobre a dimensão espacial no MST, tanto como forma de entender este movimento, sob uma ótica pouco desenvolvida academicamente, quanto como caminho para contribuir com o debate teórico, diante de tal perspectiva, para as ciências humanas. Desta maneira, o trabalho de campo foi realizado sem objetivos de generalização sobre o MST, mas para iluminar, em determinadas experiências concretas em Santa Catarina, o espaço que entrelaça, de diversas formas, o ideário político do MST com o cotidiano dos sem-terra. Entre os eixos que destacamos incluem-se, fundamentalmente, os referentes à proposta do MST para a organização dos acampamentos e assentamentos, como é implementada a partir das orientações do MST e como estas diretrizes são reapropriadas pelos sem-terra.

No decorrer da tese foi argumentado como a categoria espaço tem relevância central na estratégia político-ideológica do MST, porque é : 1) suporte físico da própria experiência do movimento, através da organização e das ocupações de terra, da criação dos habitats específicos nos acampamentos e assentamentos; 2) fator que influencia o processo de transformação da identidade social dos trabalhadores rurais sem-terra; 3) meio de garantir a luta pela terra, através da extrapolação do contexto rural (onde se realizam as invasões e



ocupações) para o urbano, dando visibilidade a suas ações ou/e implementar seus valores, através de eventos políticos, como os acampamentos criados em áreas públicas, marchas, atravessando cidades, e 4) possibilitador de identidades coletivas, através da combinação de tradições e criatividade nas teatralizações feitas em diversos tipos de evento, envolvendo música, inscrições nos corpos, etc.

As formas de ocupação do território rural escolhidas para o estudo da dimensão espacial foram aquelas concebidas e implementadas pelo MST nos acampamentos e nas agrovilas construídas em assentamentos. Estas formas foram classificadas, respectivamente, como modelos temporários e definitivos, considerados tipos ideais na sua organização social e no planejamento espacial. Para ambos os modelos, o MST tem propostas espaciais que fazem parte de sua estratégia política e que tem como alvo máximo a transformação do ser humano. Na consecução deste objetivo estratégico, o MST incentiva, a partir da experiência nos acampamentos, a solidariedade cotidiana, o espírito de comunidade de identidades e as formas consideradas ideais para organizar a produção e construir as moradias, futuramente, nos assentamentos. Estes deverão caracterizar-se por formas coletivas de trabalhar na produção e de construir as casas dos assentados em núcleos comunitários (denominados agrovilas). Os modelos de organização do espaço, para garantir a organização social coletiva, tanto nos acampamentos quanto nos assentamentos, têm como elemento chave a valorização da proximidade entre as barracas dos acampados ou das casas dos assentados.

Este alvo estratégico do MST, que pressupõe a transformação do ser humano através de modelos socio-espaciais, está também presente em outros movimentos sociais, como analisamos no capítulo II. As cidades utópicas, concebidas no século XIX, propunham alcançar o estado de harmonia universal, através de modelos espaciais, como os

falanstérios propostos por Fourier. Tais propostas espaciais foram duramente criticadas como saídas reformistas pelos socialistas científicos. Formularam uma das matrizes principais que orientaram os planejadores da experiência soviética no século XX para pensar o problema habitacional. Através de planejamentos territoriais, aqueles pretendiam a eliminação da distância entre os modos de vida do campo e da cidade. O objetivo implicava sobretudo a transformação do modo de vida do camponês que, segundo avaliação da época, devido ao contexto histórico, pela sua dispersão no território, continuava sendo individualista, atrasado, arcaico e, portanto, um empecilho para o avanço da revolução.

Também analisei os paralelos com o movimento moderno na arquitetura e o urbanismo, que acompanhou os planejadores russos nas premissas para conceber as construções. A este movimento, cabe lembrar, deve-se o nascimento e proliferação da concepção de muitos dos modelos construtivos que ainda se aplicam nas metrópoles do século XX. Um exemplo está dado pelos modelos de conjuntos habitacionais (que foram referenciados no capítulo IV), como formas padronizadas para resolver a vida de grandes contingentes populacionais. Trata-se de modelos seriados, destinados a albergar também usuários que se pressupõem padronizados, algo equivalente ao observado em relação às cidades utópicas.

Frente à pergunta sobre a proximidade do MST com estes modelos seriados, analisei como o MST pressupõe, por sua vez, um sem-terra ideal, homogeneizado, nas propostas de acampamentos e agrovilas construídas para moradia dos assentados. Trata-se de modelos que podem ser considerados propostas ideais normatizadoras da vida social, em que a categoria espacial cumpre uma função crucial.

O modelo nos acampamentos pode ser observado na centralidade dos equipamentos comuns, como parte da materialização do coletivo; na construção da cerca perimetral da defesa/militarização, que é também símbolo de terra liberada, a ser defendida, e a garantia;

na proximidade entre as barracas, como meio de quebrar o isolacionismo, um dos vícios dos sem-terra a ser combatido; na manutenção dos vínculos familiares na distribuição interna, como forma inicial de incentivar laços de sociabilidade que devem alimentar o sentimento de comunidade e, por sua vez, o da identidade coletiva.

O acampamento passa assim a constituir-se num protótipo, uma espécie de fórmula reproduzível a nível nacional, que deve permitir a vivência comunitária de cotidianos de lutas, de objetivos e de aprendizagem. O acampamento passa também a ser modelo de laboratório social, de formação política, de aprendizado permanente dos valores que o MST defende, para um outro tipo de sociedade. Mas, o caráter peculiar desta forma padronizada aplica-se à condições de alta excepcionalidade, precariedade, provisoriedade e transitoriedade.

As agrovilas definitivas são formas de cooperação consideradas pelo MST como superiores. Numa das duas experiências analisadas, observamos que o ideário da transformação do homem, pensado também através da proximidade no território vs. solidariedade, paradoxalmente, deu lugar a uma transferência lineal de um modelo de conjunto habitacional urbano. Os assentados foram co-autores da experiência espacial, ao menos no que diz respeito à discussão sobre as medidas dos lotes onde seriam localizadas as casas, e à aparência externa das casas -que foram construídas iguais, para não criar diferenças entre eles, contrariamente aos interiores, onde poderiam ter liberdade individual. Mas este modelo de conjuntos habitacionais resulta em agressão ao modo de vida dos assentados e à própria paisagem deste meio rural.

A outra agrovila definitiva, construída linearmente no território, onde os assentados também foram co-autores (nos mesmos itens citados anteriormente), registrei, através das fotografias, referências de espaços emergentes, nos quais pode ser visto como o

modelo espacial não abriga, por não reconhecer a sua possibilidade, novas formas coletivas de usar o território, novas percepções dos assentados em relação a como construir seu habitat.

A beleza, a ordem, o ajardinamento nos assentamentos seria um dos caminhos incentivados pelo MST para conseguir desenvolver o homem em todas suas dimensões e não somente a nível produtivo. O resgate da estética seria uma amostra a mais da abrangência e das constantes preocupações do MST, enquanto movimento social que supera as reivindicações por direitos e postula uma cosmologia de mundo. Entretanto, não fica suficientemente claro como o MST entende o sentimento de beleza, de criatividade, que propõe desenvolver. A dimensão espacial, a estética, a beleza constituem e fazem parte do sistema cultural, como fora visto no capítulo I, através de Geertz. Ao ser parte da cultura, a estética, portanto, além do prazer que ela propicia de per si, expressa significados, segundo usos e contextos.

A estética faz parte do cotidiano de acampados e assentados, desde formas e preocupação em enfeitar suas casas, como fora registrado nas fotos tanto de colonos e brasileiros acampados e assentados, de criar altares domésticos através de imagens, velas, toalhas e flores, de criar e cuidar de seus jardins (fundamentalmente os colonos, mas também costume de muitos brasileiros), preparar festas de padroeiros com arranjos de igreja, tapetes de flores e pó coloridos, organizar estações da peregrinação, em todos estes tipos de situações, a estética faz parte da vida do assentado. Em contraposição a este evidente prazer estético dos camponeses assentados, a estética, considerada como sistema cultural produtor de significados, atua como demarcador de universos conflitivos, tal como foi mostrado em Campos Novos. Paradoxalmente, o que era público e sinônimo de

coletivo, era esteticamente agressivo, a partir da divisa com a rua pública, mas, na área restritiva ao assentado, emanava prazer e beleza em todos os cantos.

Tanto nos acampamentos quanto nos assentamentos descrevi as novas lógicas espaciais, que demonstram como os modelos são reapropriados de forma altamente criativa, desenvolvida pelos acampados e assentados. Eles configuram um universo heterogêneo, tanto em termos de origem geográfica, quanto de histórias de vida, expectativas, necessidades e também senso estético. A relevância destas visões e percepções diferenciadas sobre o habitat é a de serem nós potenciais de conflito entre o coletivo e o individual, entre o público e o privado, entre a homogeneidade e a heterogeneidade, estimulando a emergência de novos espaços. Desta maneira, o espaço se revela como o locus de negociações e conflitos, tácitos ou explícitos, entre o ideário do MST e o cotidiano dos sem-terra. Particularmente isto foi enfatizado na emergência de novas percepções do espaço entre os assentados provisórios, as quais não são reconhecidas nem valorizadas no processo durante o qual não só lideranças do MST, mas também outros mediadores, como técnicos do INCRA, passam a assessorar a formação das agrovilas definitivas.

O modo performático de fazer política, registrado na atuação do MST, através da descrição dos eventos das místicas, no capítulo V (para o nascimento e a consolidação de um corpo social que dê identidade aos sem-terra) é uma forma de extrapolar os limites físicos dos assentamentos e das áreas regionais e representa um recurso político muito usado pelo movimento. Estas novas formas de fazer política, experimentadas e reproduzidas em todos os estados onde o MST tem atuação, permitem dar maior visibilidade ao plano nacional. Mas a unidade buscada pelo MST no espaço público, a nível nacional, criando uma imagem única e monolítica baseada nos símbolos públicos do

movimento, nas cores, bandeiras, discursos, acampamentos em áreas públicas, todas formas de grande riqueza expressiva deste movimento, não reproduz a diversidade e emergência de novos comportamentos também políticos, porém, no espaço do cotidiano de seus assentamentos. Muito além de camponeses arcaicos, atrasados, ou outro tipo de vícios a combater, existe uma permanente reflexividade por parte destes atores sociais, que configura ambigüidade, tensão, entre, por um lado, como separam a totalidade envolvente do movimento (os assentados participam da vida pública do movimento e o reconhecem como força política que os representa fora dos assentamentos) de seus próprios interesses locais; e, por outro lado, como se distanciam do movimento, através das novas formas de conceber este espaço rural.

Esta tensão também a encontramos na evocação ritualística e performática concebida pelo MST, enquanto prática fundamental para o nascimento e a consolidação de um corpo social que dê identidade aos sem-terra. Esta prática, como parte constitutiva de um movimento que extrapola os limites físicos dos assentamentos e das próprias características regionais, é um recurso de caráter político usado pelo movimento. De fato, indícios tácticos de grande potencialidade da estratégia do movimento, mas que não sintetiza, a meu ver, o elemento substantivo do processo: como dar conta dos novos comportamentos detectados no cotidiano dos assentamentos, considerados, nesta análise, como parte de uma cultura emergente. Os sem-terra não são reprodutores passivos de ordens, diretrizes, valores e condutas dirigidas de cima para baixo. Nas ocupações de terra, na construção de acampamentos, nas mobilizações na arena pública, nos eventos políticos e religiosos, existe uma permanente reformulação e criatividade que revela, junto com a reprodução de mística, música e rituais diversos, a emergência de novos comportamentos, de novos discursos (apropriações conceituais discursivas -inimagináveis até então), que

penetram o espaço. Se os espaços privados, em seus aspectos formais, em geral, permanecem imutáveis, também apresentam mudanças em termos de usos, como são o exemplo das reuniões organizativas sobre o planejamento das cooperativas nas casas dos assentados. Aqui o coletivo entra no mundo privado. Ou também pode ser observado na própria estética, como fora registrado em fotografias, onde a nova configuração é resultado da combinação dos temas historicamente significativos para esta população – como são as imagens religiosas e os quadros de família– com os símbolos políticos, que passam a fazer parte do prazer estético dos assentados. No que diz respeito à emergência dos espaços públicos, estes são recriados por elementos novos, muito além das elaborações teóricas previstas pelos assessores do planejamento espacial.

Para os utopistas, o modelo espacial era o caminho para mitigar os problemas acarretados pela cidade industrial e, através da transformação espacial, poderia se chegar à sonhada Harmonia. Para os planejadores russos, através da ruptura do isolamento do camponês, com proximidade no território, poderia se construir uma nova consciência. Todavia, analisei como os planejadores russos estavam imbuídos das idéias dominantes da cultura urbanística da época, representada pelo movimento modernista. Um de seus maiores mentores, o arquiteto urbanista Le Corbusier, pensou, criou e defendeu a necessidade de um novo habitat para o século XX, que sintetizara na idéia da casa-máquina. Aqui identifiquei a concepção de um habitat padronizado, despido de inscrições de seus atores. Nos estudos feitos sobre estas experiências, demonstra-se como acabam sendo transformadas pelas inscrições sociais que quiseram asfixiá-las.

No caso do MST, os modelos espaciais permitiriam realizar o mito da transformação do ser humano. Mas no cotidiano dos acampamentos e assentamentos estudados, observei a rica criatividade dos sem-terra para construir seu habitat, fugindo de

modelos homogeneizantes. Porém, dá-se aqui uma tensão relevante, porque os novos espaços emergentes, ainda que possam envolver conflitos e negociações diversas, podem significar tanto o distanciamento quanto o reforço, através de caminhos imprevistos, do ideário do MST, num processo dinâmico de construção de identidades sociais, na procura de seu habitat digno.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDER, C. et. Alli. "Viviendas Generadas por Patterns". In: LEWIS, D. *El crecimiento de las Ciudades*. Barcelona: Gustavo Gili, 1974.
- ARANTES, Otilia. *O Lugar da Arquitetura depois dos Modernos*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Studio Nobel, 1993.
- ARDENER Shirley (org). *Women and Space. Ground Rules and Social Maps*. Oxford: Berg Publishers, 1993
- ARIES, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- ARIES, Philippe e CHARTIER, Roger (orgs.). *História da Vida Privada. Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Schwarcz Ltda, 1991.
- ARISTIZÁVAL, Margarita. El festival del Currulao. In: Maria Lucía Sotomayor. *Modernidad, Identidad y desarrollo. Construcción de sociedad y re-creación cultural en contextos de modernización*. Instituto Colombiano de Antropología Ministério de Cultura Colciencias. Bogotá: Maria Lucía Sotomayor, 1998.
- AUGÉ, Marc. *Los no lugares. Espacios del Anonimato*. Barcelona: Gedisa, 1998.
- AYMONINO, Carlo. *Orígenes y Desarrollo de la Ciudad moderna*. Barcelona: Gustavo Gili, 1972.
- *O Significado Das Cidades*. Lisboa: Presença Ltda, 1984.
- BACHELARD, Gaston. *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- BARDET, Gaston. *O Urbanismo*. Campinas, SP: Papirus, 1990.
- BAUMAN, Richard. *Folklore, Cultural Performances, and Popular Entertainments*. Oxford University Press, Inc. New York, 1992.
- BAVARESCO, Pedro Ântonio. *Assentamento Annoni Fase IV (RS): Uma Análise de seu desempenho sócio-econômico*. Inst. de Ciências Humanas e Sociais, UFRRJ, Rio de Janeiro, 1998 (mimeog).
- BELLUCCI, Alberto G. *Breve História de La Arquitetura*. Buenos Aires: Claridad, 1989.
- BENEDICTIS, Ruth. *O Crisântemo e a Espada*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- BENEVOLO, Leonardo. *As Origens Da Urbanística Moderna*. Lisboa: Presença, 1994.

- BENJAMIN, Cesar (et alii). *A Opção Brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- BENTMANN, Reinhard & MULLER Michael. *La Villa Como Arquitectura del Poder*. Barcelona: Barral, 1975.
- BERGAMASCO S., & FERRANTE VERA L. Silveira Botta. "Assentamentos Rurais na região Sudeste: Uma análise a partir do I censo da Reforma Agrária", in: *O Agronegócio Brasileiro: Desafios e Perspectivas*. Danilo R. D. Aguiar e J.B. Pinho, 1998.
- BERGAMASCO, S., BLANC-PAMARD, Ch., CHONCHOL, M.E. *Por um atlas dos assentamentos brasileiros: espaços de pesquisa*. Rio de Janeiro: DL/Brasil, 1997.
- BERGAMASCO, S. e NORDER L. A. *O que são Assentamentos Rurais*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BERGER Peter I. e LUCKMANN Thomas. *A Construção Social da Realidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1973.
- BERNDT H., HORN K., LORENZER A<sup>a</sup>. *La arquitetura como ideologia*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- BETTANINI, Tonino. *Espaço e Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BLOEMER Neusa M. *Itinerâncias e migrações: a reprodução social de pequenos produtores e as hidroelétricas*. Tese de doutorado, USP, São Paulo, 1996 (mimeog).
- BOFF, Leonardo. *Saber Cuidar. Ética do Humano – Compaixão pela Terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- \_\_\_ *A águia e a galinha. Uma metáfora da condição humana*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BOGO, Ademar. *Lições da Luta Pela Terra*. Salvador: Memorial Das Letras, 1999.
- \_\_\_ *A vez dos Valores*. Caderno de Formação N<sup>o</sup>26. 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- \_\_\_ *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- \_\_\_ *La Distinction*. Paris: Minuit, 1979.
- \_\_\_ *As Regras da Arte. Gênese e Estrutura do Campo Literário*. São Paulo: Schwarcz, 1996.
- BRUNER, Edward M. (org.). *Text, Play, and Story. The construction and reconstruction of self and society*. Ed. Waveland, Press, Inc. Illinois, 1988.
- CAIUBY NOVAES, Sylvia. *Habitacões Indígenas*. Nobel: da Universidade de São Paulo, 1983.

- CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CANEPARO, Karin. C. Luta Política e Rituais: A “Mística” do MST. Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais/UFSC/Florianópolis, 2001 (mimeog.).
- CANEVACCI, Massimo. *Antropologia da Comunicação visual*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CARSTEN Janet & HUGH-JONES, Stephen. *About de house. Lévi-Strauss and beyond*. Cambridge University Press 1995.
- CASELLA, Antônio, A. *Assentamentos Rurais e Cooperação agrícola: Políticas Conflitantes. O Caso do Assentamento 30 de outubro-SC*. Dissertação de mestrado apresentada ao CPDA/ UFRRJ, Rio de Janeiro, 1992 (mimeog.).
- CASTEL, Robert (et alii). *Espacios de Poder*. Madrid: Endymion, 1991.
- CASTELLS, Alicia N. G. de. *Os Hábitos não Esquecidos: a Recriação da Casa COHAB nas Mãos do Povo*. Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em Ciências Sociais Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 1987 (mimeog.).
- \_\_\_ *Sem -Terra: O Coletivo no Cotidiano*. Trabalho Apresentado no 3 Encontro Regional do PIPSA/SUL. Porto Alegre, 1990.
- \_\_\_ *Vida cotidiana sob a lente do pesquisador: o valor heurístico da imagem*. Antropologia em Primeira Mão. UFSC, dezembro de 1999.
- CASTELLS, A N. G. de e PAULILO, M. I. S. *Subsistence, autophagy and ecology*. Rev. Ciência e Cultura: Journal of the Brazilian Association for the Advancement of Sciencia. São Paulo: SBPC, 43 (4): 270/271, 1991.
- \_\_\_ *Assentamentos: permanência ou mudança?*. Trabalho apresentado na 45 Reunião Anual da SBPC. Recife, 1993 (mimeog.).
- CASTRO, Elisa Guaraná de & GIULIANI Gian M. “Recriando espaços sociais: uma análise de dois assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro” In: *Estudos.Sociedade e Agricultura*. Revista semestral, Rio de Janeiro, julho 1996, Nº 6.
- CERTAU, M. de. *A Invenção do Cotidiano. Artes de Fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- CHARTIER, R. *Entre Práticas e Representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- CHAVES, Christine de Alencar. *A Marcha Nacional dos Sem-Terra*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

- CHERMAYEFF, Serge & ALEXANDER, Christofer. *Comunidad y Privacidad. Hacia una Nueva Arquitectura Humanista*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1975.
- CHOAY, Françoise. *O Urbanismo. Utopias e Realidades. Uma Antologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- CLIFFORD, James. *Dilemas de la Cultura. Antropologia, Literatura y Arte en la perspectiva posmoderna*. Barcelona: Gedisa, 1995.
- COLLIER, John & COLLIER Malcon. *Visual Anthropology. Photography as a Research method*, University of New Press, 1992.
- COMERFORD, John Cunha. *Fazendo a Luta*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- CORONA & LEMOS. *Dicionário da Arquitetura Brasileira*. São Paulo, Edart, 1972.
- DEREK, Gregory and URRY, John (org). *Social Relations and Spatial Structures*. NY: Martin's Press, 1985.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- DURHAN, Eunice R. *A Caminho Da Cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- \_\_\_ "A construção da Cidadania", *Novos estudos CEBRAP*. São Paulo, Nº 10. pp. 24-30, outubro de 1984.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Espacialização e Territorialização da Luta pela terra: A formação do MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra no Estado de São Paulo*, dissertação de mestrado, USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Departamento de Geografia, São Paulo, 1994 (mimeog.).
- \_\_\_ *Gênese e Desenvolvimento do MST*. São Paulo: Peres, 1998.
- \_\_\_ *MST, formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- \_\_\_ Movimento Social Como Categoria Geografica. In: *Terra Livre*, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, Nº 15, pp.59-87, 2000
- FERREIRA DOS SANTOS, Carlos Nelson. Rio de Janeiro, o que transforma e o que é transformado. In: *Desenho Urbano I*. São Paulo: Projeto, 1984.
- FLORES, M. B. et.alii. Imagem e Pedagogia, da Cruz de Cedro Renasce Uma Cidade Santa. *Rev. Bras. de Hist.* São Paulo. v. 16, Nº 31 e 32, pp.207-224, 1996
- FOUCAULT, Michel. *Surveiller et Punir*. Paris, Gallimard, 1975.
- FREYRE, Gilberto L. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1989.
- GAVIRIA, Mario. *Campo, Urbe y Espacio del Ocio*. Madrid: Siglo XXI de España, 1971.

- GEDDES, Patrick. *Cidades em Evolução*. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- GEERTZ, Clifford. El Arte Como Sistema Cultural. In: *Conocimiento Local*. Barcelona: Paidós, 1994.
- \_\_\_ *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- \_\_\_ *El Antropólogo Como Autor*. Barcelona: Paidós, 1989.
- GIDDENS, Anthony. *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GIEDION, Sigfried. *La Arquitectura Fenomeno de Transición. (Las tres edades del Espacio en Arquitectura)*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1969.
- \_\_\_ *Espacio, Tiempo y Arquitectura. (El Futuro de una nueva tradición)*. Madrid: Dossat, 1978.
- GODARD, Olivier. (199-), La Relation Interdisciplinaire: problèmes et Stratégies. In: *Entre nature et société, les Passeurs de Frontières*.
- GODINHO, Paula. A Celebração como Mecanismo de reiteração de Uma Cultura Resistente: O Caso do Couço. (1958-1962). In: *Etnográfica. Revista Semestral de Antropologia*. Do Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE). Vol.IV-Nº1: CELTA, Lisboa (pp. 129-153), Maio 2000.
- GOFFMAN Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- GOHN, Maria da Glória. *Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania*. São Paulo: Cortez, 2000.
- \_\_\_ *Mídia, terceiro setor e MST*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GORGEN, Frei Sérgio A. *O Massacre Da Fazenda Santa Elmira*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- GOTTDIENER, Mark. *A Produção Social Do Espaço Urbano*. São Paulo: Universidade de SP, 1993.
- GREGOR, Thomas. *Mehináku: O drama da vida diária em uma aldeia no Alto Xingu*. São Paulo: Nacional, 1982.
- GREGORY Derek & URRY John. *Social Relations and Spatial Structures*. N. Y. : St. Martin's, 1985.
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- GUATTARI, Félix. *Caosmose. Um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: 34, 1992.

- GUIVANT, Julia. Encontros e desencontros da sociologia rural com a sustentabilidade agrícola. Uma revisão temática". In: *Boletim de Informações Bibliográficas -Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS)*, Nº 38, 1994, pp. 51-78.
- GUIVANT, Julia. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável, *Cadernos de Ciência e Tecnologia, EMBRAPA*, vol.14 , Nº 3, set/dez.1997, pp. 412-447.
- GUIVANT, Julia. *Gender and land rights in Brazil*. Working Paper. Genebra, Suíza: UNRISD Publications, 2001. 65 pp.
- GUSS, David, M. "Indianness" and The Construction of Ethnicity in the Day of the Monkey. *Latin American Studies Center Series Nº9*. Joseph T. New England Council of Latin American Studies, 1996.
- GUTIERREZ, G. *A Força Histórica dos Pobres*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- HALL, Edward. *A Dimensão Oculta*. Rio de Janeiro, 1981.
- HARVEY, Davis. *The Condition of Postmodernity and Enquiry into the Origin of Cultural Change*. Oxford: Brasil Black Well Ltda., 1989.
- HELLER, Agnes. *Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona: Peninsula, historia, ciencia, sociedad, 1994.
- HEREDIA, Beatriz M.A de. *A morada da vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HOCHBERG, J. La representación de objetos y personas. In: *Arte, Percepción y realidad*. E.H.Gombrich, J.Hochberg y M. Black. Barcelona: Paidós Comunicación,1993.
- HOLSTON, James. *A Cidade Modernista. Uma Crítica de Brasília e sua Utopia*.São Paulo: Companhia Das Letras, Schwarcz Ltda., 1993.
- INGLEHART, Ronald. *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. New Jersey, Princeton University Press, 1990.
- JACOBS, Jane. *Muerte y Vida de las Grandes Ciudades*. Madrid: Península, 1973.
- JENCKS, C. & BAIRD, G. *El Significado en Arquitectura*. Madrid: H. Blume, 1975.
- KLEBA, John B. *A cooperação agrícola em assentamentos da Reforma Agrária no Estado de Santa Catarina*. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGSP/UFSC. Florianópolis: 1992 (mimeog.).
- KUHN, T. *Segundos Pensamentos Sobre Paradigmas*. Madrid: TECNOS, 1978.
- LACAZE, Jean-Paul. *Os Métodos do Urbanismo*. Campinas, SP: Papyrus, 1993.

- LANGDON, E. Jean. Performance e preocupações Pós-Modernas em Antropologia. *Antropologia em Primeira Mão*. UFSC, Florianópolis: Programa De Pós Graduação em Antropologia Social, 1996.
- LANGER, Susanne. *Los Problemas del Arte*. Buenos Aires: Infinito, 1966.
- LEDRUT, R. *Sociologia Urbana*. Rio de Janeiro: Forense, 1971.
- LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.
- LEFF, Enrique. *La interdisciplinarietà en las relaciones población-ambiente. Hacia un paradigma de demografía ambiental*. pp.27-48 In: Izazola, H. &, 1993.
- LE GOFF, Jacques. *Por Amor às Cidades. Conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: UNESP, 1998.
- LÉVI-STRAUSS Claude. *O Pensamento selvagem*. São Paulo: Nacional, 1976.
- LÉVY, Françoise & SEGAUD Marion. *Antropologie de L'espace*. Paris: Centre Georges Pompidou CCI, 1983.
- LEWIS, D. *El crecimiento de las Ciudades*. Barcelona: Gustavo Gili, 1974.
- LISBOA, Teresa, Kleba. *A Luta dos Sem Terra no Oeste Catarinense*. Fpolis: UFSC, 1988.
- LORENZER, Alfred. Urbanismo: Funcionalismo y Montaje Social? La Función Sociopsicológica de la Arquitectura, In: *La arquitetura como ideologia*. Berndt (et alii). Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.
- MAC ALOON, John, J. La Pitada Olímpica: Puerto Rico, International Sport, and the Constitution of Politics. In: Edward M. Bruner (org.). *Text, Play, and Story. The construction and reconstruction of self and society*. Illinois: Waveland, Press, 1988.
- MAGNANI, J.G. Cantor. *Festa no Pedaco*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MARCUS, George. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do s.XX ao nível mundial, in: *Revista de Antropologia*, Vol.34, pp.197/221, USP, São Paulo, 1991.
- MARSDEN, Terry et alii. *Constructing the countryside*. London: UCL Press, 1993.
- MARTINS, Jose de Souza. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MAUSS, Marcel. *Manual de etnografia*. Lisboa: Dom Quixote, Nova Enciclopédia, 1993.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EDUSP, 1974.
- MATTA, Roberto da. *A Casa e a Rua*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

\_\_\_ *Carnavais, Malandros e Heróis. Para uma Sociologia Do Dilema Brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

\_\_\_ "A Propósito de Microescenas y Macro dramas: Notas sobre Problemas del Espacio y del Poder en Brasil". *Nueva Sociedad*. N 104, Caracas, Noviembre/Diciembre, 1989.

MEDEIROS, Leonilde (et alii), (orgs.). *Assentamentos rurais. Uma visão multidisciplinar*. São Paulo: UNESP, 1994.

MEDEIROS, Leonilde e LEITE, Sergio (orgs.). *A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

\_\_\_ Perspectivas para a análise das relações entre assentamentos rurais e região.

MEDEIROS, Leonilde e LEITE, Sergio (orgs.). *A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

MONTEIRO de ANDRADE, Carlos R. (org.). Camillo Sitte. *A Construção Das Cidades Segundo Seus Princípios Artísticos*. São Paulo: Ática S.A, 1992.

MORAIS, Clodomir S. *Elementos sobre a Teoria da Organização no Campo*. Caderno de Formação Nº11. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1986.

MOSCOVICI, S., On Social Representations., in: *Social Cognition, Perspectives on Everyday understanding*. Joseph P. Forgas, Academic Press, 1981.

MOSER, Anita. Alguns aspectos da realidade dos descendentes de italianos em Santa Catarina. *Boletim de Ciências Sociais*. Fpolis: PPGSP. Nº55/56, 1990.

MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1986.

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra

\_\_\_ (1986). *A Luta Continua. Como se organizam os assentados*. Cadernos de Formação Nº10.

\_\_\_ (1997). *Cooperativas de Produção Questões Práticas*. CONCRAB. Caderno de Formação. Nº 21.

\_\_\_ (1997). *Sistema Cooperativista dos Assentados*. Caderno de Cooperação Agrícola Nº5.

\_\_\_ (1998). *Compreender e Construir Novas Relações de Genero*. São Paulo.

\_\_\_ (1998). *Enfrentar os Desafios da Organização nos Assentamentos*. Caderno de Cooperação Agrícola. Nº7.

\_\_\_ (1998) *Preparação dos encontros estaduais e 9 encontro nacional MST*. Caderno de formação Nº25.



- \_\_\_ (1998) *A vez dos Valores*. Caderno de Formação Nº26.
- \_\_\_ (1998) Mística-Uma necessidade no trabalho popular e organizativo. Caderno de Formação Nº27.
- \_\_\_ (1998) Gênese e desenvolvimento do MST. Caderno de formação. Nº30.
- \_\_\_ (1999) O movimento Camponês no Brasil e a luta pela reforma agrária. Caderno de formação Nº31.
- \_\_\_ (1999) Calendário Histórico Dos Trabalhadores. Setor de Educação/formação.
- \_\_\_ (1999) *Desenhando o Brasil*.
- \_\_\_ (2000) Reforma Agrária: Por Um Brasil Sem Latifúndio!4 Congresso Nacional, Brasília.
- MUNFORD, Lewis. *Arte y Técnica*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1958.
- NAVARRO, MENEZES E MORAES. Pequena História dos Assentamentos Rurais no Rio Grande do Sul: Formação e Desenvolvimento, In: MEDEIROS, Leonilde e LEITE, Sergio (orgs.). *A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.
- NAVEZ - BOUCHANINE, Françoise. "L'Espace Limitrophe: entre le Privé et le Public, un No Man's Land? La Pratique Urbaine au Maroc". In: *Espaces et Sociétés. Revue Scientifique Internationale*, n 62- Paris: L'Harmattan, 1990.
- NEUFERT, Ernst. *Arte de Projetar en Arquitectura*. Barcelona-Buenos Aires, Gustavo Gili, S.A ,1944.
- NIEMEYER, Ana Maria e GODOI Emilia P. (orgs.). *Além dos Territórios*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.
- NORBERG-SCHULZ, Christian. *Intenciones em Arquitectura*. Barcelona: Gustavo Gili, 1998.
- NOVAES, Regina. "Reforma Agrária. Debate: a reforma agrária hoje" In: *Estudos.Sociedade e Agricultura*. Revista semestral, Rio de Janeiro, julho 1996, Nº 6.
- \_\_\_ Mutirões: Cooperativas, roças comunitárias in: Cooperativismo e coletivização no campo: Questões sobre a prática da "igreja popular" no Brasil. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.
- \_\_\_ A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. MEDEIROS, Leonilde (et alii), (orgs.). *Assentamentos Rurais. Uma Visão Multidisciplinar*. São Paulo: UNESP, 1994.

- \_\_\_ A questão agrária e o papel da Igreja na Paraíba. In: PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Lojola, 1985.
- O'DONNELL, Guillermo. Privatización de lo Público Ne Brasil: Microescenas. *Nueva Sociedad*. Nº104, Caracas, Noviembre/Diciembre, 1989.
- OLIVER, Paul. *Cobijo y Sociedad*. H.Blume. Madrid: Rosario, 1978.
- PAIVA, Vanilda (org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Lojola, 1985.
- PALMEIRA, Moacir. Burocracia, política e reforma agrária. In: MEDEIROS, Leonilde (et alii), (orgs.). *Assentamentos Rurais. Uma Visão Multidisciplinar*. São Paulo: UNESP, 1994.
- PANTOJA F. Mariana. Seringeiros e Cooperativismo: o fetichismo das “mercadorias” nos seringais do Alto Juruá. In: MEDEIROS, Leonilde et alii (orgs.). *Assentamentos Rurais. Uma Visão Multidisciplinar*. São Paulo: UNESP, 1994.
- PAULILO, M. Ignez. *A Integração no Sul do estado de Santa Catarina*, tese de doutoramento apresentada no Museu Nacional /UFRJ, 1987 (mimeog.).
- \_\_\_ “O “ser” e o “deveria ser” no conceito da pequena produção. *Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia rural*. Brasília/DF, SOBER, 1990 b. 77/107.
- \_\_\_ *Terra à vista...a ao longe*. Fpolis: UFSC, 1996.
- \_\_\_ Assentamentos de Reforma Agrária como objeto de estudo. In: ROMEIRO, A (et.alii) (orgs.). *Petropolis: Vozes*; Rio de Janeiro: IBASE/FAO, 1994.
- PEVSNER, Nikolaus . *Os Pioneiros do Desenho Moderno*. De William Morris a Walter Gropius. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- PIANA, Marivone. *As Músicas do MST/SC: Mapeamento preliminar*. Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais/UFSC/Florianópolis, 1999 (mimeog.).
- PICCINI, Andrea. *A Casa de Babylonia. Estudo da Habitação Rural no Interior de São Paulo*. São Paulo: ANNABLUME, 1996.
- RAMON, Fernando. *Habitação Cidade Capitalismo. Teorias e Ideologia Urbanística*. Cadernos “O Homem E A Sociedade”. Porto Alegre: Escorpião, 1977.
- RAPOPORT, Amos. *Aspectos Humanos de la Forma Urbana. Hacia una confrontación de las ciencias sociales com el disenõ de la forma urbana*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1979.

- REIS, Maria José. *Espaços Vividos, migração compulsória, identidade. Os Camponeses do Alto Uruguai e a Hidroelétrica de Itá*. Tese de doutoramento em Ciências Sociais da UNICAMP, Campinas, 1998.
- RENK, Arlene. *A Luta da Erva*. Chapecó: Grifos, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Sociodicéia às avessas*. Chapecó: Grifos, 2000.
- ROMANO, Jorge, O Poder, valores e conflito nos processos de organização no interior dos assentamentos. Comentários a um debate. In: MEDEIROS, Leonilde et alii (orgs.). *ASSENTAMENTOS RURAIS. UMA VISÃO MULTIDISCIPLINAR*. São Paulo: UNESP, 1994.
- ROSALDO, Renato I. Grief and a Headhunter's Rage: On the Cultural Force of Emotions. In: Edward, Bruner (org.). *Text, Play, and Story. The construction and reconstruction of self and society*. Ed. Waveland, Press, Inc. Illinois, 1988.
- RYBCZYNSKI, Witold. *La Casa. História De Una Idea*. Madrid: Nerea, 1997.
- RYKWERT, Joseph. *La Casa de Adán en el Paraíso*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1974.
- SANCHEZ DE MUNIAIN, José Maria. *Estética del Paisaje Natural*. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, public. "Arbor", 1945.
- SANTOS, Raimundo et alii. (orgs.). *Mundo Rural e Política: Ensaio interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- SALGADO, Sebastião. *Exodos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.
- SEGRE, Roberto. *Arquitetura e Urbanismo*.
- \_\_\_\_\_. *La Vivienda en Cuba en el siglo XX: República y Revolución*. México: Concepto S/D
- SEYFERTH, Giralda. *A Colonização Alemã. Um estudo de desenvolvimento*. Porto Alegre: Movimento, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: UnB, 1990.
- SCHWADE, Elisete. *A Luta Não Faz Parte Da Vida ...É A Vida . O Projeto Político-Religioso de um Assentamento no Oeste Catarinense*. Tese de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC, Fpolis, Maio 1992.
- SENNETT, Richard. *O declínio do Homem Público. As Tirantias da Intimidade*. São paulo, Companhia das Letras, 1993.
- SINGER, Milton. *When a Great Tradition Modernizes. Na Anthopological Approach to Indian Civilization*. Ed. The University of Chicago, 1972.

- SPREIREGEN, Paul. *Compendio de arquitetura urbana*. Barcelona: Gustavo Gili, S.<sup>a</sup>1973.
- SOTOMAYOR, Maria L. *Modernidad, Identidad y Desarrollo. Construcción de sociedad y re-creación cultural en contextos de modernización*. Instituto Colombiano de Antropología Ministerio de Cultura Colciencias. Bogotá: Maria Lucía Sotomayor, 1998.
- TAMARIT, José. *Educar o Soberano*. São Paulo, Cortez: Instituto Paulo freire, 1996.
- TEIXEIRA COELHO NETO, J. *A construção do sentido na arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- TURNER, Victor. *The Anthropology of performance*. PAJ Publications (A Division of Performing Arts Journal, Inc.) New York, 1992.
- URRY, John. Time and Space in Giddens Social Theory. In: *Giddens' Theory of Structuration*. London. Ed. Christopher G.A. Bryant and David Jary, 1991.
- VELHO, Otávio, G. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- WEIMER, Gunter. *Arquitetura da Imigração Alemã: um estudo sobre a adaptação da arquitetura centro-européia ao meio rural do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Universidade/Nobel, 1983.
- WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, Parentes e Compadres. Colonos do Sul e Sítiantes do Nordeste*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- WOORTMANN, Klaas. Casa e família operária. In: *Anuário Antropológico*, 80. Rio de Janeiro: UFG/TB, 1982.
- ZIMMERMANN, Neusa de C. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, Leonilde et alii (orgs.). *Assentamentos Rurais. Uma Visão Multidisciplinar*. São Paulo: UNESP, 1994.